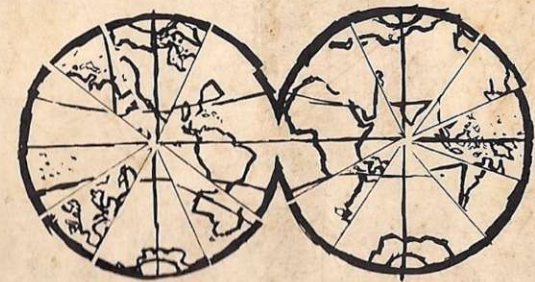


Atualmente observa-se na ciência política um movimento de redescoberta do espaço, dimensão que – por razões de ofício – jamais foi esquecida pelos geógrafos. Estes, por sua vez, redescobriram recentemente a política, o que é atestado pela própria centralidade da geografia política no âmbito da discussão geográfica contemporânea. Assim, o diálogo entre estes dois campos temáticos – realizado com qualidade no presente trabalho (originariamente uma tese de doutorado em geografia pela Universidade de São Paulo, onde o autor leciona) – só poderia resultar num estudo instigante. Até porque, no caminho entre os dois campos, encontra-se o discurso geopolítico; este lúgubre e aético constructo gerado para, em última instância, justificar as guerras. E reside exatamente na clara distinção entre geografia política e geopolítica um dos méritos maiores do trabalho de Wanderley Messias da Costa. Colocando a primeira em seu devido lugar de disciplina humanística (inclusive tendo o discurso geopolítico como um dos alvos preferidos de crítica), refaz o percurso histórico de suas principais formulações, mostrando a vitalidade de sua perspectiva na análise de importantes questões postas pela modernidade à nossa sociedade. Temas como o da implantação do voto distrital, ou da reforma tributária, ou ainda das perspectivas da integração latino-americana, são bastante iluminados por este campo de reflexão. Enfim, o autor apresenta aqui uma importante ferramenta para interpretarmos nosso presente e, assim, construirmos nosso futuro.

ANTÔNIO-CARLOS ROBERT MORAES

Wanderley Messias da Costa

## GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA



edusp





WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

Universidade de São Paulo

# GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

## DISCURSOS SOBRE O TERRITÓRIO E O PODER

320.12  
e 8769



Edusp - Editora da Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374  
6º andar - Ed. da Antiga Reitoria - Cidade Universitária  
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil Fax (011) 211-6988  
Tel. (011) 813-8837 / 813-3222 r. 2633, 2643

EDITORA HUCITEC  
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
São Paulo, 1992



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Wanderley Messias da.

Geografia Política e Geopolítica : Discursos sobre o Território e o Poder / Wanderley Messias da Costa. - São Paulo : HUCITEC : Editora da Universidade de São Paulo, 1992. - (Geografia, Teoria e Realidade ; 17)

Bibliografia.

ISBN: 85-271-0174-2 (HUCITEC)

ISBN: 85-314-0067-8 (Edusp)

1. Geografia política 2. Geopolítica I. Título. II. Série.

92-1604

CDD-320.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Blocos de poder : Geografia política 320.12
2. Geografia política 320.12
3. Geopolítica 320.12

UVA - BIBLIOTÉCA

REG: 24.539 02

DATA: 24/06/97

BSG

Direitos reservados à

Hucitec - Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Ltda.

Rua Geórgia, 51

04559-010 - São Paulo - SP, Brasil

Tel. (011) 241-0858

Printed in Brazil 1992

Foi feito depósito legal

À Júlia e à Thaís



SUMÁRIO

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a todos os amigos que me estimularam a levar adiante este trabalho, em meio a dificuldades de toda ordem: a José Goldemberg, por todas as lições de vida; a Roberto Lobo pela amizade e companheirismo; a Hernán Chaimovich, pelo apoio e estímulo constantes; ao Jacques e à Márcia, pelo carinho; ao Adnan e à Lúcia, pela solidariedade cotidiana; à Satto, pela força da sua presença.

Agradeço também aos colegas Lionel, do Departamento de Ciências Políticas da USP, Shiguenoli Miyamoto, do Departamento de Ciências Políticas da UNICAMP, e Bertha Becker, do Departamento de Geografia da UFRJ, pelo intercâmbio de textos e idéias na fase inicial deste trabalho.

À Valéria, Urânia, Mônica e Ivete, pelo apoio na pesquisa bibliográfica, digitação, revisão e organização dos materiais, fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao Tônico, velho amigo e companheiro de tantas coisas, e parceiro das primeiras idéias em Geografia.

Minha gratidão ao Armando, orientador, amigo dileto, e ferrenho defensor da reflexão teórica em Geografia.

Finalmente, meus agradecimentos a Maria Adélia Aparecida de Souza, Lia Ozório Machado, Gabriel Cohn e Dalmo de Abreu Dalari, integrantes da banca examinadora deste trabalho, defendido como tese de doutoramento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em abril de 1991.



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
<b>I INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>II A GEOGRAFIA POLÍTICA CLÁSSICA .....</b>	<b>29</b>
1. Ratzel e os Fundamentos de uma Geografia do Estado .....	29
2. Camille Vallaux e a Geografia Política como Ciência Social .....	41
<b>III O DISCURSO GEOPOLÍTICO .....</b>	<b>55</b>
1. Imperialismo, Grandes Potências e as Estratégias Globais como contextos da Geopolítica .....	58
2. A. T. Mahan, o Poder Marítimo e os E.U.A. como Potência Mundial .....	69
3. H. J. Mackinder, o “Coração Continental” e o “Realismo Geográfico” .....	77
<b>IV A GEOGRAFIA POLÍTICA NO PERÍODO DO INTER-GUERRAS .....</b>	<b>93</b>
1. Isaiah Bowman e o Balanço do Pós-Guerra .....	95
2. K. Haushofer e a Geopolítica Alemã: A Geografia Política vai à Guerra .....	115
3. O Debate Teórico em Geografia Política no Período das Guerras Mundiais .....	145



V	DESDOBRAMENTOS DA GEOPOLÍTICA NO CONTINENTE AMERICANO .....	165
1.	Geopolítica e a Estratégia dos EUA na Segunda Guerra Mundial .....	165
2.	Geografia Militar e Geopolítica no Brasil .....	183
VI	A AFIRMAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA .....	229
1.	A Geografia Política do Pós-Guerra nos EUA .....	231
2.	Trinta anos após a Guerra Ressurge na Europa a Geografia Política .....	245
VII	TEMAS E PROBLEMAS DA GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA .....	263
1.	Algumas abordagens sobre o Estado Moderno e o seu seu Significado Atual .....	264
2.	As Fronteiras: Velhos e Novos Significados .....	291
3.	Nações e Nacionalidades: Um Debate Recorrente ..	297
VIII	TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS ATUAIS .....	327
	BIBLIOGRAFIA .....	347
	ÍNDICE DOS NOMES PRÓPRIOS .....	357

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho examina a evolução da Geografia Política e da Geopolítica desde a sua fase pioneira até os dias de hoje. Ele se volta, deliberadamente, para o que foi produzido na área, sob esses rótulos, procurando enfatizar o modo pelo qual os geógrafos têm concebido e interpretado, sistematicamente e mediante *discursos específicos*, as questões da política.

Como fica evidente ao longo da exposição, esse tipo de discurso está predominantemente centrado nas relações entre o território e o poder ou, mais precisamente, no território como objeto e meio do poder de Estado.

A estrutura de exposição adotada procura refletir os aspectos marcantes da evolução desse campo de estudos, privilegiando o mais possível os autores e suas obras que notoriamente (e o critério é o do reconhecimento entre os seus pares) contribuíram para o avanço do conhecimento na área.

A Introdução tenta circunscrever teoricamente os problemas envolvidos nesse campo de estudos, e expressa uma certa perspectiva própria da nossa parte, cuja redação, de fato, antecedeu à elaboração dos demais capítulos.

O Capítulo II é dedicado ao exame das idéias de F. Ratzel, inegavelmente o fundador da Geografia Política, além de C. Vallaux, que produziu a primeira análise crítica (detalhada) das idéias do geógrafo alemão.

O Capítulo III apresenta e discute o “discurso geopolítico” pioneiro, enquanto abordagem *aplicada* às relações internacionais, mas sempre na posição de um discurso subsidiário da Geografia. São



destacados aí o imperialismo, como contexto desse tipo de perspectiva e as contribuições de Mahan e Mackinder, os seus mais conhecidos precursores.

O Capítulo IV aborda o período mais polêmico dessa evolução, iniciado com as avaliações das conseqüências da Primeira Guerra Mundial, nas quais se destaca Isaiah Bowman, e também as idéias e a ação (geopolíticas) de K. Haushofer e seu grupo durante o “Terceiro Reich” na Alemanha e na Segunda Guerra Mundial, certamente o mais controvertido engajamento político dos geógrafos em todos os tempos. Finalmente, é também examinado o debate teórico do período, que projetou a Geografia Política em países como os EUA e a França, por exemplo.

O Capítulo V examina justamente essa projeção internacional, nesse caso dedicando especial atenção aos desdobramentos do “discurso geopolítico” nos EUA e no Brasil. No exemplo brasileiro, a análise dessa projeção está deliberadamente centrada nas vinculações entre Geopolítica e “pensamento militar”, dada a sua notória influência na história republicana do país.

O Capítulo VI mostra a consolidação da Geografia Política como um campo sistemático de estudos na Geografia e nas Ciências Sociais em geral, especialmente com os inúmeros trabalhos publicados nos EUA (no pós-Segunda Guerra Mundial) e posteriormente na Europa (particularmente na França).

O Capítulo VII apresenta e debate temas nucleares ou próximos da Geografia Política, alguns deles de inegável importância para a área. O objetivo é tentar demonstrar que, ao contrário do passado, as relações de poder referenciadas ao território tornaram-se complexas e, por isso, têm extrapolado o âmbito de abordagem das disciplinas acadêmicas relativamente autônomas. Assim, são discutidas, por exemplo, as perspectivas teóricas muitas vezes conflitantes sobre o Estado moderno, as fronteiras, e as nações/nacionalidades. Neste último caso, em particular, pareceu-nos evidente a necessidade de retomar a sua discussão teórica, dada a reconhecida atualidade (e complexidade) dessa questão.

O Capítulo VIII a título de “considerações finais”, procura apontar as tendências e perspectivas atuais no setor. Enfatizam-se aí, dentre outros tópicos, as possibilidades teóricas do discurso da Geografia

Política, diante do quadro complexo da época contemporânea — como a “mundialização” da economia, das tecnologias e das políticas — e dos desafios representados pela forte tendência à interdisciplinaridade das ciências sociais.

Finalmente, este trabalho procura demonstrar que, ao contrário do que muitos ainda podem imaginar, a Geografia, a exemplo dos demais ramos da ciência, e particularmente das ciências humanas, não tem gerado um conhecimento “neuro”. Além do mais, aos que ainda imaginavam que os geógrafos não teriam intimidade com as questões da política, este trabalho contribui para mostrar que isto não é verdadeiro, há pelo menos um século.

São Paulo, novembro de 1990.



## INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm registrado um crescimento inusitado do interesse pelos temas que poderiam genericamente ser reunidos sob os rótulos de Geografia Política e Geopolítica. Em outras épocas, curiosamente, esse fato por si só não significava propriamente bons presságios, pois, como veremos adiante, em geral anunciava a proximidade de guerras. Aliás, é bom frisar desde logo que o ritmo de produção (acadêmica e extra-acadêmica) nessa área, mais do que em outros ramos das ciências sociais em geral, tem sido nitidamente regulado pelos processos relacionados à *política dos Estados* e à natureza e evolução das relações internacionais em suas vertentes civil e militar, pacífica e beligerante.

Essa é uma das características marcantes da evolução da Geografia Política, desde a sua primeira sistematização em fins do século XIX, até os dias atuais, estando aí também uma das suas principais contradições, na medida em que as conjunturas funcionariam como verdadeiros “marcapassos” em seu desenvolvimento. Daí decorre uma dificuldade estrutural para qualquer trabalho que pretenda resgatar e examinar criticamente o pensamento aí gerado, em especial se a pretensão for a de balizá-lo mediante a adoção de padrões de análise que permitam tão-somente a busca de um encadeamento lógico e histórico em sua evolução.

O segundo aspecto dessa complexidade inerente ao tema está relacionado a uma influência “geográfico-política” na evolução desse ramo das ciências sociais. Ocorre que o exame da literatura específica dessa área revela, com maior ou menor nitidez, que cada estudo é o estudo de *um autor de uma determinada nação ou país*, relacionado ou não aos objetivos de determinado Estado ou grupo de Estados,



mas de todo modo produzindo uma geografia política marcada pelo seu contexto político e territorial. Advém desse fato uma segunda e fundamental contradição, que, ao lado da primeira, determina necessariamente um ciclo recorrente de *particularidades e singularidades*, capaz não apenas de turvar a análise, mas principalmente de desmanchar com uma certa facilidade modelos lógico-formais de abordagem previamente adotados.

É preciso atentar, portanto, para a armadilha da aceitação fácil das chamadas “leis gerais” ou de um “pensamento universal” em geografia política. Não que não se conte, como veremos adiante, dentre a rica bibliografia a respeito, com obras fundamentais. Elas existem e são fundamentais justamente porque lançaram as bases de um conhecimento sistemático que se projeta em muitos estudos a elas posteriores; foram pioneiras, atravessaram fronteiras e geram polêmicas nos meios acadêmicos e fora deles até os nossos dias. Em suma, são aquelas poucas obras para as quais reservamos o qualificativo de clássicas.

Tendo aceito, preliminarmente, essas duas contradições como ponto de partida, podem-se adiantar outros questionamentos sobre o tema, buscando com isso clarear os caminhos da análise que se pretenderá seguir no presente trabalho. É o caso da dúvida legítima quanto ao estatuto científico do pensamento gerado pela geografia política.

× À primeira vista, parece evidente que se um conhecimento que se pretenda científico não for capaz de explicar os mecanismos fundamentais que regem determinados processos e fenômenos, isto é, que não consiga ultrapassar o nível fenomênico puro e simples ou as condições empíricas de sua manifestação, ou, mais ainda, que não dê conta da sua historicidade, então ele não seria um conhecimento, mas tão-somente uma “ideologia” naquele seu significado de “falso-conhecimento”. Daí por que a maioria dos autores da geografia política prefere iniciar os seus estudos justamente com questionamentos dessa natureza, já que, não raro, pretendem produzir uma obra de caráter universal, ou seja, capaz de projetar-se para além das injunções do seu próprio tempo e lugar. Por isso não é difícil concluir que para os estudiosos da geografia política, *o maior dos riscos a evitar é o de caírem prisioneiros de suas próprias fronteiras.*

Esse é o terreno movediço em que se desenvolve o pensamento em geografia política. De certo modo, pode-se afirmar que é o terreno comum a todas as ciências políticas. No caso específico em questão, entretanto, essa complexidade é mais visível, pois se trata aqui particularmente de política de Estado, ou, mais precisamente, da política territorial dos Estados. Em outras palavras, cabe à geografia política a tarefa nada trivial, dentre outras, de examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos *negócios territoriais* e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral.

Não se pode deixar de considerar também o fato de que em muitas circunstâncias as fronteiras entre a atividade acadêmica — regra geral, afeta ao meio universitário — e as precipuamente estatais não são identificáveis à primeira vista, e isto quando de fato existem.

São inúmeros os especialistas da área que se dedicaram aos dois ambientes simultânea ou sucessivamente, conforme o caso, produzindo estudos de maior ou menor fôlego, mas em sua grande maioria marcados por forte conteúdo pragmático.

Ocorre que o Estado moderno, enquanto complexo institucional geral aparelhado para múltiplas atividades, também desenvolve as suas próprias investigações sobre todos os temas da área, por razões mais ou menos óbvias, já que ele é, via de regra, o responsável, seja por delegação constitucional, seja por autoproclamação, pela condução dos chamados problemas territoriais. Esta é uma área que tem merecido uma especial atenção por parte dos aparelhos estatais dedicados à formulação e execução das políticas públicas, em particular nos segmentos voltados às estratégias de alcance nacional e mesmo internacional. A esse respeito, seria certamente precipitado deduzir que tais atividades estejam restritas aos segmentos militares dos Estados, pois isso não é verdadeiro nem mesmo para os notoriamente autoritários.

Por isso mesmo, a geografia política (ou geopolítica), enquanto *ideologia de Estado*, não deve ser interpretada como sendo um conhecimento gerado exclusivamente pelo Estado, pois ele poderá estar sendo formulado em múltiplos espaços de pesquisa, aí incluídas as Universidades.



Mesmo no caso das sociedades contemporâneas e democráticas, as demandas estatais pelos “produtos” da investigação na área são enormes. Decorre daí que se essa forte demanda estiver relacionada a questões internacionais, especialmente as que envolverem conflitos entre nações, a geografia política poderá, como tendência estrutural, tornar-se toda ela *estatal-nacional*.

Como veremos adiante, dificilmente poder-se-á falar numa autêntica geografia política “internacionalista” quando ela estiver envolvida com problemas internacionais.

Também a discussão sobre as eventuais e complicadas distinções entre a geografia política e a geopolítica fica acentuadamente marcada por essas contradições, a tal ponto que não são poucos os autores que preferem passar ao largo dela. Como veremos, ela não deixa de ser, de certo modo, estéril ou até mesmo inútil. O problema crucial nesse caso é que esses rótulos têm servido perfeitamente à tática da camuflagem, à arte da dissimulação e mesmo às artimanhas da estratégia.

É preciso reconhecer, entretanto, que parte da tradição no setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira.

A partir do momento em que é preciso cumprir uma formalidade, isto é, adiantar definições, o que foi dito acima pode satisfazer os menos exigentes. Ocorre, porém, que, enquanto definições estanques, mais encobrem que explicam a real natureza do que está envolvido. Basta citar um único e cabal exemplo: a obra que funda a geografia política, escrita por F. Ratzel em 1897, chama-se justamente *Geografia Política*. O problema é que todos os geopolíticos mais destacados também a consideram como a obra que funda a *Geopolítica*, apesar de o rótulo ter sido cunhado anos mais tarde pelo sueco R. Kjellen.

Talvez o melhor caminho a seguir, caso se pretenda estabelecer distinções entre ambas, seja o de tentar utilizar o critério de “nível de engajamento” do estudo aos objetivos estratégicos nacionais-estatais.

Como se verá adiante neste trabalho, são típicos os exemplos extremos, sob esse ponto de vista, representados pela atividade pesquisadora-militante de K. Haushofer com sua revista *Geopolitik* no Instituto de Geografia de Munique, e as de R. Hartshorne com seus estudos fundamentais e tipicamente acadêmicos sobre temas gerais da geografia política.

Mesmo aí, em que as evidências permitiriam “nítida” distinção, uma análise mais acurada poderia gerar dúvidas, pois o próprio Hartshorne, durante a Segunda Guerra, também engajou-se nos esforços de seu país para fazer frente à ameaça nazista, através de artigos em coletâneas estimuladas pelas Forças Armadas norte-americanas. De todo modo, os estudos explícita e assumidamente geopolíticos, naquele sentido de produzir formulações mais diretamente envolvidas com as estratégias do poder estatal, têm sido em geral realizados *fora* do sistema precipuamente acadêmico, sendo assim, no mais das vezes, identificados com as atividades dos “Estados-Maiores” das Forças Armadas e centros de estudos direta ou indiretamente a eles ligados.

Tudo leva a crer, entretanto, que, à exceção do problema do engajamento, as indistinções sejam predominantes, principalmente se consideradas as bases conceituais e teóricas que no essencial são comuns a ambas, de modo que para examinar a evolução do pensamento nessa área é fundamental o *resgate do principal* das contribuições no que está auto-rotulado tanto de geografia política como de geopolítica.

Um outro problema de natureza interpretativa que se coloca a um trabalho desse tipo diz respeito às omissões, imprecisões e mesmo uma virtual confusão quando da adoção e uso de inúmeros conceitos que em princípio devem ser considerados centrais nesse campo de estudos.

Diferentemente da Ciência Política, por exemplo, a Geografia Política raramente trabalha teoricamente o conceito de Estado, preferindo adotar — com freqüência e implicitamente — uma dada



concepção genérica e utilizá-la largamente durante a exposição. Assim como passa ao largo da discussão de uma teoria do Estado, por exemplo, também faz geralmente “tábula rasa” da vasta tradição literária que procura dar conta da origem e desenvolvimento histórico do Estado moderno. As conseqüências no nível do discurso são evidentes: a geografia política, tendencialmente, acaba por assumir *a priori* uma dada concepção de Estado, em que este aparece desprovido de contradições internas e de movimento histórico, o que retira, por conseqüência, a sua natureza humana, social e política, promovendo ao fim a sua virtual *coisificação*.

Tomado assim como entidade geral e abstrata, pairando acima da sociedade e da história, o Estado da geografia política, como conceito geral e universal, também pode ser considerado, pelo menos em princípio, como mais um elemento de dissimulação ou, em outras palavras, um enigma a ser permanentemente decifrado pela análise de cada discurso específico.

Esse mesmo ponto de partida pode ser adotado para os demais conceitos centrais presentes no discurso da geografia política, tais como os de *sociedade*, *população*, *território*, *espaço*, *solo*, *fronteira*, *centralização*, *descentralização*, *federação*, *unidade*, *coesão*, *nação*, *nacionalidade*, dentre outros. Além da imprecisão ou mesmo a ocultação do significado desses conceitos, como já foi dito, interfere aí também um complicador adicional. É que a alternância entre os períodos de guerra e paz definia contextos específicos nos quais foi gerado cada estudo, sendo capazes, em inúmeros casos, de operar mudanças consideráveis no uso e no significado atribuídos a cada um desses conceitos. Os exemplos mais comuns: o de *sociedade*, que durante as guerras torna-se população (una, indivisível e dedicada à “causa nacional”); o de *território* “nacional”, que pode não ser mais o original, mas um novo espaço de domínio e expansão; o de *fronteiras* nacionais, tradicionais e “naturais”, que pode sofrer a adição de um oportuno conceito de “relatividade e flexibilidade necessárias”; e mesmo de *nação*, que se num conceito anterior referia-se a uma nacionalidade determinada, pode engenhosamente ser associado ao de um novo estado-nação de múltiplas nacionalidades.

Uma outra característica desse tipo de discurso e que merece atenção especial é a que se refere aos significados subjacentes à

noção de *conflito*, em particular quando se trata de estudo típico e assumidamente geopolítico. Os autores em geral não poupam esforços em esquadriñar e buscar interpretações e mesmo soluções para os conflitos internacionais ou entre dois Estados específicos. A bem da verdade, é preciso reconhecer que esse tema constitui, indubitavelmente, a questão central dos estudos da área.

Ocorre porém que, em geral, nesse tipo de conflito, participam preponderantemente as máquinas dos Estados, restando às sociedades nacionais a chance única de participarem como “soldados”, seja como combatente de fato, ou como elemento civil de apoio, seja mesmo como *recurso em geral* apropriado como fator de pressão e dissuasão. No nível interno de cada país, os conflitos, quando reconhecidos, nunca são referenciados à estrutura de classes, partidos políticos, etc., e, quando o são, aparecem associados à “quebra de unidade ou coesão”, divisionismo frente ao inimigo e mesmo traição. Daí por que, do ponto de vista da geopolítica, Estado, nação e território constituem um todo indivisível.

Também enquanto questão preliminar, vale destacar a presença do naturalismo no discurso da geografia política. Nesse sentido, ela não foge à tradição dominante no pensamento geográfico, em especial na chamada geografia positivista tradicional. Seja como determinação, condição ou possibilidade, a relevância do meio natural está sempre destacada nos estudos específicos ou de caráter mais geral.

O aspecto particular a reter, entretanto, é que o modo pelo qual é examinado o papel das condições naturais na política territorial dos Estados pode não corresponder necessariamente aos procedimentos usuais dos demais sub-ramos da geografia em suas diversas correntes. Assim, do ponto de vista da análise particular do pensamento em geografia política, poder-se-á incorrer em grave equívoco caso se pretenda transpor, sem mediações, para essa discussão, o clássico embate entre determinismo e possibilismo, por exemplo.

\* Como pretendemos demonstrar neste trabalho, o discurso da geografia política incorpora *a seu modo* esse debate, adaptando teórica e metodologicamente cada questão em jogo às especificidades de seu objeto particular. Não se pode esquecer, a respeito, que apesar de o Naturalismo do século XIX constituir o berço da geografia x



moderna, e que nesse sentido ele marcará também as primeiras sistematizações em geografia política, esta influência operar-se-á em meio a outras, tais como o quadro nacional (particularmente da Alemanha), e as idéias políticas que desde a fase áurea do Iluminismo e da Revolução Francesa circulavam em toda a Europa. No caso específico da Alemanha, em processo de unificação e de constituição em Estado nacional, é mais que notória a força desse contexto nos primeiros estudos em geografia política.

Diante desse quadro de referências, é evidente que o chamado discurso determinista não poderia ser o mesmo, por exemplo, na geografia agrária e na geografia política. Isto porque esta última tem forçosamente de partir de um espaço politicamente organizado sob a gestão de um Estado que em geral se quer forte e centralizado.

Daí, nessas análises, o exame das *redes de circulação* assumir um papel de fundamental importância. Ora, como só poderia ocorrer aí, para esses estudos não se trata de analisar as relações “verticais” verificadas, por exemplo, entre o grupo camponês e a sua terra ou comuna e o papel das condições naturais nesse processo.

Ao contrário, a própria família ou clã é tomada como uma unidade política, enquanto elemento celular da organização política comandada pelo Estado.

O mesmo ocorre com a idéia de território, que, com suas características físicas intrínsecas, será avaliado em suas potencialidades de penetração, organização e domínio, *como recurso geral para a política estatal*. Por essa via de análise, seria preciso, portanto, resgatar o específico no modo pelo qual o determinismo natural marcaria a geografia política, o que exige alternativas interpretativas para a crítica desse aspecto importante do pensamento aí gerado.

Em primeiro lugar, no tocante às influências do meio natural, avaliar a tentativa permanente de relacionar os chamados fatores físicos à posição das fronteiras e dos territórios envolvidos nos estudos, tais como o relevo, a conformação do terreno, o clima, etc., considerando-os sempre em sua potencialidade geopolítica.

Em segundo, verificar a sua influência no nível da interpretação, ou seja, a tendência à *naturalização dos conceitos* aí operada, tal como o Estado tomado como “organismo vivo”, Estados “continen-

tais”, “marítimos”, “insulares”, etc., ou conceitos como o de “espaço vital”, “território-arquipélago”, etc.

Em terceiro, e aí parece residir o aspecto mais diferenciador e talvez por isso mesmo mais importante, o tipo de determinismo particular da geografia política: de modo geral, o que é determinante para a história dos Estados, segundo esse discurso, é a capacidade que eles demonstram em construir a *sua unidade nacional interna* do ponto de vista da organização política do território, e de transformar esse dado em *poder de Estado*, a fim de projetá-lo na sua política externa.

✕ Nesse sentido, poder-se-ia falar, mais propriamente, de um *determinismo territorial*, que teria por pressuposto não apenas o quadro natural e a dimensão absoluta do território, mas principalmente a *relação* entre potencialidades, isto é, espaço, posição, virtualidade e coesão organizada. ✕

Os estudos geográfico-políticos também distinguem-se dos demais sub-ramos da geografia quanto à sua abrangência de temas e espaços envolvidos. A exigência de um inventário minucioso e uma análise exaustiva do que se convencionou chamar de *equilíbrio de forças* em escala macrorregional ou global coloca para esses estudos uma determinada *visão de conjunto* mais ou menos imperativa, o que não é comum na maioria da produção tradicional em geografia. Não se tratam aí de regiões de determinado país, mas de regiões do globo, blocos de países, zonas de tensão e fricção, corredores de penetração, domínio ou influência em mares, oceanos e continentes. Para tanto, a posse e o manuseio das informações *abrangentes* é crucial, bem como a capacidade do autor de apresentá-las de modo adequado, incluindo aí o recurso à cartografia própria.

Daí a sensação inevitável de certa superficialidade em muitos desses estudos. É preciso destacar, todavia, que, pela própria natureza da análise e das interpretações aí envolvidas, não seria correto avaliá-los pelo prisma da geografia regional tradicional, já que mesmo os dados que compõem esses inventários são em geral seletivos e se referem quase que exclusivamente às suas virtualidades geopolíticas. Trata-se, portanto, muito mais de uma tentativa de análise política das regiões do globo, de perseguir continuamente uma representação do *movimento* da política dos Estados e blocos de Estados em escala global.



Um trabalho como o que nos propomos a realizar deverá dar conta também de uma problemática inerente ao tema em questão, qual seja, o da contemporaneidade e relevância social da própria geografia política. Trata-se de questão essencial, pois submete diretamente os seus pressupostos e o seu objeto teórico à realidade social do presente e aponta as suas perspectivas futuras.

Poder-se-á argumentar que, tendo o seu objeto de estudo se referido fundamentalmente às questões relacionadas às políticas nacional-estatais para o território, além dos problemas relativos ao Estado central como gestor único dos negócios territoriais e internacionais, a geografia política, tal como até aqui concebida, tenderá ao desaparecimento como campo relativamente autônomo do conhecimento em ciências sociais.

Isto porque — em hipótese — o panorama atual das relações internacionais estaria caminhando francamente para um equilíbrio de paz e entendimento, um campo distendido de relações em que os conflitos globais ou localizados tenderiam a ser solucionados por outros meios que não o do confronto aberto. Somar-se-ia a esse quadro a forte tendência atual em direção à constituição de mecanismos supranacionais de cooperação (cujo exemplo mais destacado é o da Comunidade Européia) e a acordos militares bilaterais e multilaterais visando o desarmamento, o abrandamento da chamada “guerra fria”, a redução de armas estratégicas, etc. Além disso, salvo raras exceções, os conflitos localizados dar-se-iam cada vez menos em torno de alvos territoriais explícitos como no passado.

A mesma mudança estaria ocorrendo no interior de cada Estado-nação, com modificações acentuadas no modo de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado em sociedades democráticas e fortemente institucionalizadas no nível das práticas políticas, com claros reflexos no modo pelo qual o poder público tem traçado e posto em execução as suas políticas territoriais internas, o que tem resultado, em inúmeros países, na adoção em larga escala de mecanismos de descentralização e de fortalecimento do poder regional e local.

Ao quadro acima, poder-se-ia acrescentar as mudanças econômicas em curso, desta feita em escala mundial, o que tem se constituído em poderoso agente de transformações no nível das políticas internas

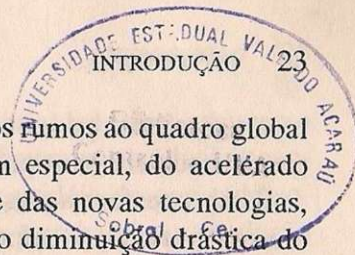
e externas de cada nação, emprestando novos rumos ao quadro global da política internacional. Seria o caso, em especial, do acelerado processo de mundialização dos capitais e das novas tecnologias, com a conseqüente relativização ou mesmo diminuição drástica do conteúdo geopolítico das fronteiras entre as nações. Com isso, e acrescido do fato de que eventuais mudanças no *status quo* territorial atual do mundo podem, aparentemente, ser promovidas pela negociação, o panorama do presente apontaria para uma clara diminuição das tensões e, conseqüentemente, para uma mundialização pacífica das relações entre os povos.

Diante dessas tendências globais, cabe indagar o que estaria ocorrendo com a geografia política no nível de seu discurso e objeto de estudos atuais.

Como dissemos no início, o interesse pelos temas próprios da geografia política tem aumentado, com alguma correspondência no número de trabalhos publicados na última década. Por outro lado, é visível uma queda acentuada na quantidade de estudos explicitamente geopolíticos, pelo menos em sua vertente tradicional, encontrando-se hoje praticamente restritos aos meios especializados oficiais ou para-oficiais de estudos estratégicos, cujas publicações raramente ultrapassam os círculos diretamente envolvidos ou dos iniciados no tema.

O mesmo não tem ocorrido com a atividade acadêmica dedicada à análise das novas relações internacionais e dos temas da atualidade política, como o do novo significado dos territórios e das fronteiras, além dos fenômenos da descentralização e suas repercussões em nível regional, local, etc., cuja produção tem aumentado. Também o crescente interesse pela questão federativa e pela questão nacional se inscreve nesse movimento de *aggiornamento* da geografia política atual.

Como procuraremos apontar neste trabalho, todas essas mudanças quanto aos novos temas são de suma importância, pois apontam, em geral, para uma evidente “desestatização” do objeto da geografia política, com as análises muito mais centradas nos problemas relativos ao poder em geral e às suas formas de manifestação e exercício, do que exclusivamente no poder estatal, como no passado. Nesse sentido, são de suma importância as análises das *formas de distribuição* do poder no espaço nacional, regional, etc., e os modos de





repartição desse poder no interior da sociedade, cada vez mais territorializada em suas práticas sociais cotidianas.

Essas transformações recentes quanto ao temário, objeto, e até mesmo quanto ao enfoque teórico-metodológico, coincidem com uma maior aproximação da geografia política dos demais ramos das ciências sociais, na medida em que os temas em questão têm exigido uma crescente interdisciplinaridade em sua abordagem. Há inúmeras experiências de pesquisa desse gênero em curso, e talvez valha a pena mencionar aqui a mais ilustrativa delas, que é o caso do alentado estudo recentemente publicado na França, que trata da repartição do poder político naquele país e suas transformações recentes, do qual participaram cerca de sessenta pesquisadores (aproximadamente quarenta geógrafos, além de sociólogos, historiadores e economistas) de diferentes instituições e regiões.

Colocadas essas questões gerais e exploratórias, resta adiantar algumas considerações acerca do problema teórico e metodológico que envolve o objeto da geografia política. Aceitando o pressuposto de que há em questão *processos sociais reais* que se desenvolvem no amplo quadro de relações que se estabelece entre a sociedade e o espaço ao longo do desenvolvimento histórico, então o desafio que se coloca é o de submeter a evolução do pensamento em geografia política a essa permanente indagação, ou seja, avaliar criticamente *se e como* as suas teorias têm sido ou serão capazes de apreender os fatos da relação espaço/poder como processos sociais.

Um ponto de partida para uma análise como essa pode referenciar-se a alguns fundamentos teóricos que interessam à relação mais geral entre sociedade e espaço. Mais especificamente, e adotando um determinado modo de abordar esse processo, pode-se afirmar que toda sociedade, em qualquer tempo e lugar, *define formas particulares de relações com o seu espaço de vivência e produção*; em outras palavras, valoriza-o a seu modo<sup>1</sup>.

Entendida essa relação geral como um processo de valorização, resta questionar em que medida e qualidade aí se incluem os fatos

<sup>1</sup> Essa idéia encontra-se desenvolvida em Moraes, Antonio Carlos R. e Costa, Wanderley M., *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1984.

do poder, isto é, se a universalidade e historicidade desse processo também pressupõem, desde logo, que dele fazem parte relações geográfico-políticas reais. Isto implica aceitar a idéia de que toda sociedade organizada para a vida comunitária, o trabalho e a produção estabelece algum tipo de relação de poder e projeta para o espaço um determinado modo de operar politicamente com ele, estando aí subjacente, também, a idéia de que esses processos não se restringem às sociedades organizadas sob a forma de Estado, tal como se concebe em sua feição moderna.

Um modo de testar a universalidade desse processo é o de tentar entender como eles se manifestariam na vida social dos chamados grupos primitivos, por exemplo.

Dentre os estudos a respeito, merece destaque o de E. E. Evans-Pritchard sobre os nuer, grupo nilota do Sudão<sup>2</sup>. Tomando os conceitos de “espaço ecológico” e “espaço estrutural”, o autor demonstra que a distribuição das choupanas e aldeias guarda relação não apenas com as condições ambientais, mas também com os valores atribuídos a cada lugar pelo grupo, em especial valores definidos nas relações de vizinhanças (hostis com os grupos “estrangeiros” e pacíficas com os “iguais”).

Por tratar-se de comunidade igualitária, cuja organização deve ser buscada na estrutura de parentesco, famílias e clãs, não se pode, como é óbvio, examiná-la sob a ótica de um sistema político típico. No entanto, nos contatos entre as aldeias e os diferentes grupos, as relações de poder referenciadas à posse e uso do espaço se tornam mais explícitas. Como diz Evans-Pritchard:

“Uma aldeia é o menor grupo Nuer que não é especificamente de ordem de parentesco e é a unidade política da terra dos Nuer. As pessoas de uma aldeia têm forte sentimento de solidariedade contra outras aldeias e grande afeição por sua localidade e, apesar dos hábitos nômades dos Nuer, as pessoas que nasceram e cresceram em uma aldeia sentem saudades dela e provavelmente voltarão para lá e farão ali suas casas, mesmo quando residiram em

<sup>2</sup> EVANS-PRITCHARD, E. E., *Os nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva, 1978.



outros lugares por muitos anos. Os membros de uma aldeia lutam lado a lado e apóiam-se mutuamente nas contendias”<sup>3</sup>.

Esse sentimento tribal dos nuer estaria baseado principalmente no “território comum”, na “oposição às outras tribos” e na “estrutura comum de linhagem de um clã dominante”<sup>4</sup>. Como se trata de grupo que não possui uma estrutura política interna explícita, naquele sentido de um sistema de dominação formal e de uma organização central, as suas relações de poder referenciam-se praticamente ao modo pelo qual interagem com o seu espaço e com os vizinhos, com os quais formam um sistema político-territorial.

Guardadas as características específicas de cada caso, o exemplo dos tupinambás, no Brasil, estudados por Florestan Fernandes<sup>5</sup>, também demonstra a universalidade desse processo. Como os nuer, os tupinambás definem-se politicamente na relação de hostilidade com os vizinhos e estranhos:

“As relações entre grupos locais que não estavam ligados entre si por laços de parentesco eram relações de hostilidade. A documentação disponível põe em evidência que os aborígenes, inclusive os Tupinambá, viviam em um estado de guerra crônico. Cada grupo se encontrava permanentemente exposto e sujeito a ataques dos inimigos; embora a frequência dos ataques fosse maior nas zonas fronteiriças onde os Tupinambá e os seus inimigos se viam forçados a partilhar territórios contíguos, tudo indica que esta perspectiva enquadrava-se entre os assuntos e os acontecimentos rotineiros da vida tribal”<sup>6</sup>.

É interessante notar que, tanto num caso como no outro, a ausência de um sistema político formal não implica, necessariamente, a ausência de uma estrutura de domínio no que se refere às relações

<sup>3</sup> EVANS-PRITCHARD, E. E., op. cit., p. 127.

<sup>4</sup> Idem, p. 133.

<sup>5</sup> FERNANDES, Florestan, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo, s/ed., 1952.

<sup>6</sup> FERNANDES, Florestan, op. cit., p. 37.

territoriais, que ali se expressa, principalmente, no sentimento tribal como língua comum, cultura comum, e sobretudo território comum. Essas *relações de domínio*, nesses casos, não devem ser interpretadas como manifestações de propriedades, mas como apropriação de um espaço de vivência e recursos; em outras palavras, *um espaço ecológico territorializado*.

Assim, as guerras, no caso, não podem também ser pensadas, exclusivamente, como instrumentos de expansão e poder, pelo menos naquele seu sentido presente no imperialismo clássico, mas como um modo de afirmação da identidade tribal na confrontação com o estranho (“o outro”), e um movimento de busca permanente de “reequilíbrio” entre necessidades de subsistência e domínios territoriais. O “sistema político-territorial” dos chamados povos primitivos estaria muito mais na sua estrutura de relações entre os espaços ecológicos e os territórios de domínio de cada um, do que propriamente nos “fatos da política” eventualmente presentes em suas relações internas. Por isso, mesmo com os riscos inerentes a uma generalização desse tipo, pode-se dizer que, nesses casos, a política como processo cultural e social só se manifestaria explicitamente no que aqui poderíamos identificar, com uma certa cautela, como a “política externa” de cada comunidade.

Como idéia geral e preliminar pode-se afirmar, portanto, que *toda* sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um *espaço político*, uma dada *projeção territorializada* das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas. É evidente que à medida que a complexidade da organização social e política aumenta, e as diferentes sociedades passam a estruturar-se mediante sistemas formais de poder mais desenvolvidos, a tendência é que essas relações tornem-se mais *explícitas* e que a *nitidez do espaço político* também aumente. Dado o caráter geral desse processo, independe aí se estamos diante de sociedades organizadas ou não sob a forma clássica de Estado.

O que importa ressaltar é que a relação espaço/poder é *relação social* por excelência, processo real que se expressa empiricamente sob várias formas e tipos e que tem um significado e uma relevância inquestionáveis para a sociedade, fato esse que não pode ser ignorado pela ciência social e pela geografia em particular.



## II

# A GEOGRAFIA POLÍTICA CLÁSSICA

Existe um consenso entre os estudiosos da geografia política de que a sua fase clássica diz respeito aos autores e obras responsáveis pelas suas primeiras sistematizações, isto é, estudos e reflexões que formularam pioneiramente conceitos e teorias fundamentais que marcaram profundamente o desdobramento posterior desse ramo do conhecimento. Nesse sentido é inegável a importância do alemão Friedrich Ratzel e o conjunto da sua obra, especialmente a mais importante delas para o tema em questão, *Geografia Política*, de 1897, cuja segunda edição (1902) apareceu com o subtítulo de “Uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra”.

Também será aqui comentada a obra do geógrafo francês Camille Vallaux, *O solo e o Estado*, de 1910, cuja projeção não pode ser comparada à de Ratzel, mas que tem a sua grande importância no fato de que foi o primeiro estudo efetivamente crítico a respeito da obra do geógrafo alemão, além de firmar pela primeira vez a posição do *possibilismo* no debate sobre os temas colocados pela geografia política.

### 1. RATZEL E OS FUNDAMENTOS DE UMA GEOGRAFIA DO ESTADO

Para melhor compreender as idéias de Ratzel e os aspectos teóricos e práticos de sua geografia política é necessário tomar o conjunto das condições que o influenciaram, dentre elas o contexto intelectual e político no qual desenvolveu os seus trabalhos.

Sua formação inicial não foi a de geógrafo, tendo feito o curso de zoologia em Heidelberg, onde sofreu a influência direta de Haeckel



e, através deste, do darwinismo, chegando a publicar alguns artigos de forte conteúdo naturalista-evolucionista<sup>1</sup>.

Ao mesmo tempo, como intelectual preocupado com os destinos da Alemanha, participava de uma série de atividades acadêmicas voltadas para a questão nacional (como a Liga Pangermanista). Após o retorno de sua viagem aos EUA, que muito o impressionou e cuja influência será notória em seus estudos (em 1880 escreveria *Os Estados Unidos da América do Norte*), Ratzel alterna estudos sistemáticos de geografia geral (como a sua famosa *Antropogeografia*, de 1882) com vários pequenos estudos sobre problemas geográfico-políticos, culminando com a sua obra maior (*Geografia Política*, de 1897).

Preocupava-o essencialmente o que avaliara como a “unificação malconcluída” da Alemanha, desde o processo que se iniciara sob o comando de Bismarck. De fato, malgrado a centralização via constituição de um Estado forte, mas que não resultara de um processo revolucionário clássico, tal qual ocorrera na vizinha França, a Alemanha apresentava-se, até o início deste século, extremamente fragmentada, tanto socialmente como do ponto de vista de sua organização político-territorial.

Como se verá adiante, essa situação repercutirá em muitas das análises de Ratzel sobre o papel que caberia ao Estado nesse processo. Além do mais, assim como a maioria dos geógrafos e “homens de Estado” do país, tinha plena consciência do atraso político e da situação de “inferioridade” da Alemanha em relação às demais potências européias, em especial à Inglaterra e à França, principalmente na questão das colônias de além-mar.

Um outro problema que marcou profundamente não apenas as concepções gerais de Ratzel e dos geógrafos, mas da maioria dos intelectuais alemães, foi a dos “povos alemães” fora da Alemanha, concentrados principalmente na Europa de Centro e de Leste.

A influência da chamada “questão nacional” é bem mais complexa, porque é igualmente complexo esse debate em todo o meio intelectual alemão. Na verdade ele se inicia com as repercussões

<sup>1</sup> Para uma biografia e uma análise mais detalhada da obra de Ratzel, ver: Moraes, Antonio Carlos Robert (org.), *Ratzel — Introdução*. São Paulo, Ática, 1990.

da Revolução Francesa e o modo pelo qual foi internalizado, antes de tudo pela filosofia, especialmente com Herder e Fichte.

Segundo G. J. Bereciartu<sup>2</sup>, do sentimento de solidariedade e admiração inicial dos filósofos alemães pela Revolução Francesa, eles passam gradativamente a uma desconfiança, particularmente após a invasão do país por Napoleão. Essa reação está presente em Fichte em sua famosa obra, *Discursos à Nação Alemã*, e em Herder, com *Outra Filosofia da História*, nas quais é elaborada uma teoria da nação especificamente alemã, marcada fortemente pelo romantismo e que servirá como contraponto à doutrina liberal dos iluministas franceses<sup>3</sup>.

A posição distintiva da filosofia alemã frente à filosofia da ilustração foi formulada claramente por Herder e centrava-se especialmente na crítica ao seu universalismo abstrato, cosmopolitismo uniformizador e raciocínio mecanicista. Como assinala Bereciartu:

“Frente a este universalismo aparentemente abstrato, porém em realidade mediatizado pelas pautas e cânones das elites culturais parisienses, Herder opõe um universalismo alternativo baseado na variedade, na história peculiar de cada povo (*Volk*) entendido não como mera soma de indivíduos, nem como o resultado racional de um contrato, nem tão-só como uma mera vontade geral, senão como uma entidade metafísica determinada e definida pela via da relação como a que produz uma linguagem particular, uma cultura, uma história, uma religião e uns costumes. De tudo isto não resulta o produto de seres individuais, senão uma manifestação do *Volksgeist*, do espírito do povo”<sup>4</sup>.

Essa contraposição alemã se expressa também ao nível do pensamento conservador e das forças políticas reacionárias (contra-revolucionárias), como bem assinala Jacques Droz, para quem já se

<sup>2</sup> BERECIARTU, Gurutz J., *Contra el Estado-Nación. En torno al hecho y la cuestión nacional*. Madrid, Siglo XXI de España Eds., 1986.

<sup>3</sup> BERECIARTU, G. J., op. cit., pp. 37 e segs., em que o autor examina a concepção germânica de nação (“a nação como unidade de cultura”).

<sup>4</sup> Idem, p. 39.



desenvolvia, desde o período anterior à Revolução Francesa, uma forte oposição ao Iluminismo nesses meios, para os quais aquelas idéias fariam parte de um “complô francês” contra a “estabilidade dos príncipes” alemães, além de representarem um sério perigo às tradições culturais, religiosas e morais do povo<sup>5</sup>.

O ambiente cultural e político alemão da segunda metade do século XIX, em particular após a guerra franco-prussiana e o processo de unificação imperial, tem na questão nacional um forte ingrediente, constituindo um elemento de *particularização* recorrente, naquilo que porventura o pensamento de Ratzel possuía de universal. Daí o conjunto de suas “leis gerais”, como veremos a seguir, apesar de formulado mediante sucessivos raciocínios dedutivos que resultam em conceitos e teorias abstratos (não se tratam de sínteses obtidas pela descrição)<sup>6</sup>, dever ser exposto continuamente a esse complexo quadro de determinações particulares.

Logo no prefácio da primeira edição de sua famosa obra<sup>7</sup>, Ratzel nos adianta o núcleo de sua concepção sobre o território e o Estado. Para ele, os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço. Daí a necessária adoção do que sugere como um “senso geográfico” ou o fundamento geográfico do poder político, o qual não deve faltar aos “homens de Estado pragmáticos”. Além do mais, deixa claro o que pretende com o seu trabalho:

“Eu tenho, portanto, a esperança de que este livro não interessará apenas aos geógrafos. Se ele puder contribuir a uma aproximação entre as ciências políticas e históricas de uma parte, e a geografia de outra, eu já me sentirei plenamente gratificado pelo meu trabalho”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> DROZ, Jacques, *Le romantisme allemand et l'État*. Paris, Payot, 1966. Neste trabalho, Droz está preocupado com a influência do romantismo alemão, não apenas pela sua expressão na filosofia, mas também nos ideólogos, nos príncipes, líderes religiosos, periódicos, etc.

<sup>6</sup> Para RAFFESTIN, Claude, *Pour une géographie du pouvoir*. Paris, Libr. Techniques, 1980, Ratzel teria uma concepção “nomotética”, sendo a sua obra “um momento epistemológico” na geografia (p. 8).

<sup>7</sup> RATZEL, Friedrich, *La géographie politique*. Paris, Fayard, 1987.

<sup>8</sup> Idem, p. 55.

O que significa para Ratzel esse *senso geográfico*, ou o “Estado como organismo territorial”? Essa questão é de fundamental importância, porque tem dado margem a todo tipo de interpretação, servindo mesmo a variadas instrumentalizações em função dos objetivos de cada autor.

A idéia de *organismo* foi emprestada por Ratzel à biogeografia, para a qual o solo condiciona as formas elementares e complexas de vida. Nesse sentido, o Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar, etc.

Por isso a analogia de que o solo, pelas suas características intrínsecas, “favorece ou emperra” o desenvolvimento dos Estados, é a idéia de que eles dependem de determinadas condições naturais, tais como a forma de relevo, as condições de circulação marítima e fluvial, etc., baseada na evidência empírica de que os “grandes Estados” desenvolveram-se sobre essas bases.

Não se trata, porém, de um determinismo estreito, meramente causal. O que está em jogo é a idéia de que o solo e seus condicionantes físicos são apenas um dado geral, uma base concreta, um potencial enfim, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar essa potencialidade em algo efetivo.

Em especial, ao Estado, caberá estreitar o mais possível os seus laços de *coesão e unidade* de modo a atingir toda a extensão do ecúmeno. Daí o modo (bastante sofisticado para a geografia da época) de operar essa articulação entre Estado e território:

“O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre”<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Idem, p. 60.



Por isso, para ele, o “ideal nacional” ou a “política nacional” são fenômenos que devem expressar, mais que a raça e língua comuns, um território comum. É o caso do povo alemão, continua, que aspira a dar uma forma política à sua comunidade, procurando agrupar-se em um território determinado, “espaçoso” e “próprio”.

É fundamental, portanto, resgatar esse detalhe do pensamento do autor, isto é, de que a sua idéia do Estado como *organismo* está baseada antes de tudo nesse seu caráter de agente *articulador* entre o povo e o solo. Dessa articulação, diz ele, participam o *povo* com o seu “espírito”, cultura e, sobretudo, com o seu “sentimento territorial” obtido na sua ligação permanente com o solo, sua região ou país; e o *solo*, um invariante, um elemento de permanência face ao Estado, que é transitório.

Por esse seu papel político, o Estado seria então mais propriamente um *organismo espiritual e moral*, o que, segundo ele, não permite comparação exclusivamente biológica, e isto por várias razões.

Em primeiro lugar, porque o Estado, pela sua natureza intrínseca, é um organismo extremamente fragmentário em sua estrutura interna, sendo a sua unidade possível apenas porque se trata de entidade espiritual e moral.

Segundo, porque as analogias de tipo biológico falham ao esquecer que entre os seres vivos imperam as relações de interdependência, o que não seria o caso da relação entre os Estados e os cidadãos, já que apenas estes é que dependem da atividade estatal<sup>10</sup>.

O que se pode concluir dessa concepção de Ratzel, portanto, é que a sua matriz conservadora e autoritária não estaria simplesmente no fato de que ela sobrepõe condicionantes naturais aos processos sociais e políticos, mas justamente na idéia subjacente de um Estado forte, centralizador e “posto por cima” da sociedade, como ele próprio explicita, ao afirmar que a unidade do Estado depende da unidade territorial e que esta, por sua vez, depende dos liames espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado. Trata-se, assim, de uma unidade nacional-territorial comandada pelo poder central:

<sup>10</sup> Idem, p. 65.

“Uma política estatal correta é a de evitar que as dissensões que ocorrem no interior da sociedade se transformem em conflitos geografizados”<sup>11</sup>.

Fica também descartada a idéia liberal do indivíduo (“só excepcionalmente os indivíduos têm importância para o Estado”), sendo que o que conta realmente são os grupos já estabelecidos e em geral proprietários, particularmente a família, como célula da organização social.

Ratzel interessa-se também pelo desenvolvimento desigual das regiões de um organismo estatal-territorial. Segundo ele, apesar de os sistemas econômicos tenderem à “organicidade”, estabelece-se, por força do desenvolvimento desigual e da diferença entre as regiões, uma relação de “centro-periferia” no interior do sistema, o centro sempre se referindo ao “centro do poder”. Daí, para ele, a estrutura de circulação possuir papel essencial e definir, mesmo os fenômenos de centralidade.

Do mesmo modo, o comércio internacional trabalharia no sentido de transformar a terra inteira num “vasto organismo econômico onde povos e regiões não são mais que órgãos subordinados”, cujos fluxos principais convergiriam cada vez mais para Londres<sup>12</sup>.

No tocante ao processo constitutivo dos Estados, o autor reconhece a importância da vontade política dos povos para organizar-se sob a forma estatal, mas lembra que não bastam laços comuns (culturais, lingüísticos, etc.), se esses povos não incorporarem à sua luta a dimensão territorial, ou seja, a busca também de um território comum. Além disso, os Estados podem formular e executar políticas gerais e *políticas territoriais*.

No primeiro caso, trata-se de políticas em que o território é tomado apenas como um *a priori*, uma base, um suporte sobre o qual elas se desenvolverão. No segundo, ao contrário, trata-se de apreensão do território como elemento fundamental que exige do Estado e do povo relações de *domínio*. Ocorre, diz ele, que essas políticas territoriais devem ser referenciadas para o espaço nacional respectivo,

<sup>11</sup> Idem, p. 66.

<sup>12</sup> Idem, p. 70.



e não para projetos expansionistas, em que o Estado e a nação resvalam para “aventuras perigosas”<sup>13</sup>.

Por isso é que todo Estado e povo devem ter um projeto geopolítico próprio, mas não exclusivamente, isto é, esse projeto deve vir combinado com *políticas não-territoriais* como as políticas econômicas, cultural-nacionais, etc.; caso contrário, as políticas territoriais tornar-se-ão unicamente políticas de expansão.

Por esse princípio, ele distingue *conquista* de *colonização*, entendendo esta última como *valorização territorial*, processo de longo prazo que implica integração econômica e política e delimitação de fronteiras. Há muito, diz ele, que os europeus vêm satisfazendo os seus apetites territoriais com simples conquistas de territórios de povos primitivos, ignorando o fato de que se empreendessem um verdadeiro processo de colonização, muito provavelmente “teriam obtido a anuência dos próprios nativos e evitado muito derramamento de sangue”<sup>14</sup>.

Um aspecto bastante interessante das posições de Ratzel é o modo pelo qual aborda a questão camponesa e sua repercussão na política estatal.

Sabe-se do enorme empenho do autor nos esforços do Estado alemão em direção à unificação plena, e a sua permanente preocupação com todo e qualquer elemento que pudesse representar algum tipo de “força centrífuga”, nesse processo. O resultado é que, nesse contexto específico, a concepção de Ratzel é praticamente forçada a uma posição progressista, já que ele vê na questão agrária alemã um fator de irracionalidade no projeto nacional de unificação.

No caso dos camponeses, por exemplo, entende que eles pouco podem contribuir para esse projeto, já que em primeiro lugar se encontram, pela sua própria natureza, dispersos no território e além do mais ocupando-o de um “modo não-político”. Segundo, porque encontram-se, no geral, em situação de exploração e submetidos aos grandes senhores de terra, arrendatários, etc.

Quanto aos grandes proprietários, muitos deles tendiam a instalar-se nas melhores terras situadas nas periferias do centro político

<sup>13</sup> Idem, p. 75.

<sup>14</sup> Idem, p. 78. O autor refere-se, aí, principalmente às aventuras coloniais britânicas e francesas na África.

do país, passando a controlar politicamente parte substantiva dele, o que contribuía para a desagregação.

O organismo estatal-territorial estava assim dividido entre grandes e pequenos proprietários, compondo os primeiros uma verdadeira “aristocracia agrária, estatal e de guerra”. Essa aristocracia, por meio de ataques, conquistas, confiscações e fraudes, opõe-se assim aos demais cidadãos do país e aos novos ingressantes na terra. Pelas suas palavras:

“Nessa longa luta entre as duas forças, a primeira torna-se um partido agrário quase feudal, enquanto a segunda um partido capitalista e democrático, ulteriormente atravessado por tendências socialistas, numa evolução excepcionalmente rápida, como é o caso bem demonstrado pela Áustria”<sup>15</sup>.

O fenômeno da mobilidade no território, pelos seus aspectos controvertidos, foi alvo de muita polêmica em estudos posteriores, especialmente entre os franceses<sup>16</sup>.

Ele examina a mobilidade segundo dois tipos distintos de migrações: as “verdadeiras”, movimentos incessantes de deslocamentos, forma política elementar de mobilidade de ocupação de espaços e fenômeno muito presente entre os chamados povos primitivos.

À medida, porém, que o grau de civilização aumenta, esse tipo de mobilidade primitiva tende a cessar e surge então um movimento mais complexo, o da “mobilidade das fronteiras” ou a mobilidade comandada por processos político-territoriais. O seu exemplo do que ocorreu com as populações da Alsácia-Lorena é por si só carregado de conotações. Nos estágios superiores, diz ele, dada a consolidação dos Estados e territórios rigidamente delimitados por fronteiras, essa forma complexa de mobilidade só pode ocorrer mediante as guerras, que é para ele,

“O meio mais poderoso de que dispõe um Estado para perseguir seu crescimento perdido em período de paz e esclarecer as relações interestatais conflituosas”<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Idem, p. 84.

<sup>16</sup> Destaca-se a respeito, Ancel, Jacques, *Géopolitique*. Paris, Libr. Delagrave, 1936.

<sup>17</sup> RATZEL, F., op. cit., p. 92.



Para ele, a simples declaração de guerra faz desaparecer as fronteiras, estabelecendo-se um novo espaço de circulação referido a um “todo territorial”.

A conseqüência desse fato na estruturação territorial dos Estados é que todos eles procurarão articular internamente o seu espaço de domínio, segundo os riscos potenciais de cada uma das suas partes face às possibilidades de penetração do inimigo. Daí a fundamental importância da rede de circulação.

Ligado à questão anterior, o processo de diferenciação política do organismo estatal-territorial constitui-se num fator essencial nas políticas e na gestão do território. Essa diferenciação, no caso específico, dar-se-á preferencialmente por processos de *dissociação*, distinto do que ocorre no meio natural, em que ela se manifesta muito mais por processos de transformação e fusão. O resultado é que os organismos estatais-territoriais tenderiam estruturalmente à *fragmentação interna*, o que levaria necessariamente a uma *valorização política diferenciada* das porções territoriais.

É necessário, portanto, recomenda, que entre em jogo a capacidade e habilidade do Estado para inverter essa tendência, procurando *re-articular* permanentemente esse todo fragmentário, principalmente no caso dos grandes organismos estatais-territoriais, mais sujeitos a esse processo, que exigirão da atividade estatal medidas específicas voltadas para uma distribuição correta da circulação e dos elementos de defesa. Por isso, para Ratzel, o valor da *situação* é incomensurável, colocada por ele prioritariamente em relação à *extensão* e às *fronteiras*.

O problema da articulação interna dos territórios, segundo o autor, passa também por determinações históricas. Tais são os casos das resistências regionais à integração, apoiadas em fortes tradições e tendentes à vida autárquica.

Nessa permanente afirmação de autonomia, diz ele, tais regiões acabam por constituir “enclaves” ou verdadeiros “subestados” em relação ao todo estatal-territorial. Trata-se de movimentos centrífugos que devem ser “liquidados” pelo Estado e por ele enfrentados como “resíduos políticos”, já que as tendências naturais à integração (comunicações e comércio) nem sempre surtem efeito.

Disso resulta a sua dedução de que, mais importante que a extensão, é a *articulação* e a *coesão* do espaço político, ou organismo

estatal-territorial. Reconhece, porém, que esse é um dos maiores desafios aos Estados modernos, mesmo aqueles mais desenvolvidos, como é o caso da França, que, malgrado o fato de constituir o mais centralizado dos que se conhece, apresenta regiões organizadas em “departamentos” que se destacam muito, pelas suas particularidades, do todo político nacional<sup>18</sup>.

Um dos aspectos mais diferenciadores do pensamento de Ratzel, e que curiosamente quase nunca aparece na análise de seus comentaristas, diz respeito às suas idéias sobre o “trabalho e o papel dos geógrafos”.

Toda ampliação do “horizonte geográfico”, diz ele, depende dos geógrafos e dos políticos, que participam não apenas da fase das descobertas, mas principalmente da consolidação do Estado, concorrendo aí os diplomatas (com as negociações) e os geógrafos (especialmente com a cartografia, os inventários, os dados rigorosos, etc.).

Após citar exemplos de tratados mal-elaborados por ignorar-se ali a importância da contribuição dos geógrafos, ele conclui que cada vez mais os “homens de Estado” têm incorporado o conhecimento em geografia às suas políticas e estratégias. A esse respeito Yves Lacoste, que em famoso ensaio<sup>19</sup> denuncia uma espécie de “pecado original” da Geografia pelo seu engajamento consciente ou inconsciente à “política dos Estados-Maiores”, encontraria em Ratzel uma posição explícita e sem titubeios sobre a questão, expressa em suas próprias palavras:

“O saber geográfico tem desde sempre demonstrado a sua eficácia política. Pode-se citar um número incalculável de ações que malogram por causa de um horizonte político-geográfico deformado ou imaginário, de um mal-conhecimento do país e dos homens, do solo e do clima; e mesmo exemplos de projetos políticos conscientemente fundados na Geografia”<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Idem, pp. 108 e segs.

<sup>19</sup> LACOSTE, Yves, *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, traduzido para o português, s/ed., 1984. Edição original: *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris, Maspero, 1976.

<sup>20</sup> RATZEL, F., op. cit., p. 120.



As principais idéias de Ratzel em geografia política encontram-se, essencialmente, expostas na obra que acabamos de analisar. Há outros pequenos estudos (anteriores e posteriores a ela) sob a forma de artigos, que em geral abordam em detalhe uma ou outra idéia encontrada em sua *Geografia Política*. É o caso do seu trabalho "As leis do crescimento espacial dos Estados", de 1895<sup>21</sup>, cujo conteúdo será praticamente todo absorvido na obra maior um ano depois, e que examina empiricamente a relação espaço/poder na evolução das "sociedades primitivas".

Este é também o caso de um artigo seu que aparece publicado na França em 1898, intitulado "O solo, a sociedade e o Estado"<sup>22</sup>, no qual o autor repõe a sua idéia geral de que o desenvolvimento estatal é processo que depende da estreita ligação orgânica do povo com o solo, extraíndo daí o seu conceito de Estado como organismo territorial. Nesse artigo, entretanto, há, por assim dizer, uma "novidade" em seu pensamento, quando assume uma posição quase que explicitamente imperialista na relação Estado/território:

"E quem venha a supor que, num povo em vias de crescimento, a importância do solo não seja tão evidente, que observe esse povo no momento da decadência e da dissolução! Não se pode entender nada a respeito do que então ocorre se não for considerado o solo. Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim"<sup>23</sup>.

Também nesse trabalho o autor evidenciará uma forte influência de Malthus, quando admite que, mesmo que o Estado "renuncie à expansão", ele deverá estar ciente de que o crescimento populacional, e conseqüentemente das necessidades de subsistência, pode criar

<sup>21</sup> RATZEL, F., "As leis do crescimento espacial dos Estados". Texto da coletânea *Ratzel*, org. e introd. de MORAES, A. C. R., op. cit.

<sup>22</sup> RATZEL, F., "O solo, a sociedade e o Estado", in *Revista do Departamento de Geografia* n.º 2, S. Paulo, FFLCH-USP, 1983.

<sup>23</sup> Idem, p. 94.

sérios transtornos ao seu desenvolvimento. Nesse ponto, um detalhe importante. É que na sua obra principal o autor havia deixado claro que o seu conceito de "espaço vital" restringia-se unicamente aos aspectos biogeográficos do desenvolvimento natural das plantas e animais (a sua instrumentalização pela geopolítica só mais tarde seria feita por R. Kjéllen e K. Haushofer). Entretanto, ao relacionar o crescimento estatal com as teorias malthusianas, Ratzel de fato permite entrever que também para ele "espaço vital" possui conteúdo geopolítico.

Finalmente, um aspecto do pensamento de Ratzel que revelaria a sua propensão a pensar o desenvolvimento político das nações pela via da ampliação dos espaços dominantes. Apesar de insistir na tese de que o que importa nas políticas territoriais dos Estados é formular e pôr em prática estratégias destinadas a manter a todo custo o que chama de "coesão interna", o que implicaria, à primeira vista, um esforço "para dentro", os seus trabalhos sobre o problema colonial alemão na África (*vis-à-vis* a Inglaterra e a França, principalmente), a necessidade do Império alemão de "saídas para o mar", o "pangermanismo europeu" e especialmente as suas impressões sobre o desenvolvimento norte-americano, estão todos eles reforçando a idéia de que para ele o desenvolvimento dos povos, particularmente dos alemães, passa necessariamente pelo *alargamento do horizonte geográfico*.

## 2. CAMILLE VALLAUX E A GEOGRAFIA POLÍTICA COMO CIÊNCIA SOCIAL

Com seu livro *Geografia social. O solo e o Estado*<sup>24</sup>, Camille Vallaux tem o mérito de apresentar o primeiro estudo completo e sistemático em geografia política desde Ratzel, no contexto da geografia humana francesa, que a partir de Vidal de La Blache vinha se firmando como uma das mais importantes na história dessa ciência. O título de seu trabalho é propositado, já que ao longo de toda

<sup>24</sup> VALLAUX, Camille, *Geografia social. El solo y el Estado*. Madrid, Daniel Jorro Ed., 1914. Ed. original, *Géographie sociale. Le sol et l'État*. Paris, Encyclopédie Scientifique, 1911.



a exposição ele praticamente estabelece com o famoso geógrafo alemão um diálogo exaustivo, aceitando, contrapondo e superando cada conceito e teoria ali expostos.

Logo no prefácio de seu livro, Vallaux pretende deixar clara a sua marca distintiva em relação a Ratzel, lembrando que discorda deste pela sua “inspiração” e pelo “método”. Aliás, este será o comportamento da maioria dos autores que se seguiram ao geógrafo alemão na evolução da geografia política, qual seja, o de apresentar a *sua* concepção dos problemas, mas sempre *a partir* da teoria e do método ratzelianos, divergindo, concordando, ou inovando, mas sempre incorporando-os como referência inicial. É provável que decorra daí a impressão de C. Raffestin de que, no fundo, toda a geografia política que se produziu até os últimos tempos, mesmo aquela que contestou o mestre alemão, como a francesa, foi profundamente marcada pelo seu pensamento<sup>25</sup>.

O modo particular de Vallaux de abordar a relação do Estado com o solo se inicia com uma crítica às teorias sociológicas racionalistas e românticas sobre o Estado, que segundo ele situa o seu processo de constituição e desenvolvimento no plano exclusivo da inteligência e do espírito das coletividades, sem atentar para as condições materiais da vida, incluindo aí o espaço geográfico.

Após o declínio dessa influência, diz ele, a aproximação das ciências da natureza, principalmente da biologia, com as ciências sociais (especialmente em Herbert Spencer), produziu uma visão em alguns casos equivocada (de que o Estado, por exemplo, seria um organismo biológico), mas que de todo modo foi importante pela introdução do papel do *meio* nas teorias do Estado.

Afora esse aspecto positivo, porém, a conexão excessivamente estreita entre teorias naturalistas e sociológicas mais prejudicou que auxiliou o avanço das ciências sociais, na opinião de Vallaux, concordando aí com Durkheim, para quem era fundamental a separação entre fenômenos sociais e naturais.

A esse respeito a posição de Vallaux é extremamente avançada para a geografia da época, pois ele rompe com uma das mais fortes

<sup>25</sup> RAFFESTIN, Claude, op. cit., p. 8.

tradições da geografia tradicional, que é o antigo mito da unidade sociedade-natureza:

“Especialmente os geógrafos, que em seus estudos sobre o quadro natural em que se movem as sociedades humanas e todos os organismos vivos, se habituaram a ter uma consciência sempre clara da interpretação das formas de vida, não admitirão facilmente um divórcio definitivo e sem esperança entre a biologia e a sociologia. Porém, no estado rudimentar de nossos conhecimentos, nos começos da investigação em que se encontram as ciências biológicas e as ciências sociais, seguramente constituiria um grave erro a confusão do método e do objeto de ambas as ordens de disciplinas. Umas e outras devem reter e conservar durante longo tempo, portanto, seus métodos próprios e seus particulares objetos”<sup>26</sup>.

Estabelecida essa ressalva de caráter geral, o autor passa a indagar de que modo o solo, enquanto meio natural e espaço físico intrinsecamente diferenciado, pode *influenciar* o desenvolvimento das sociedades e dos Estados e, assim, as teorias em geografia política.

Para ele, o meio natural representaria para a história humana um elemento *constante* a combinar-se permanentemente com os elementos variáveis da vida das sociedades (econômicos, políticos, etc.). Como esses elementos constantes distribuem-se desigualmente na superfície terrestre, resulta daí uma *diferenciação* dos espaços políticos e do desenvolvimento dos Estados.

Essa diferenciação expressaria uma variação *no tempo* — resultado da história particular de cada sociedade — e *no espaço*, já que nenhum Estado se repetiria, na forma, a qualquer outro, mesmo que se trate de meios naturais semelhantes. Daí para o autor, toda sociedade política e o Estado constituir para a geografia, antes de tudo, uma *particularidade*.

Apesar dessa tendência geral, ele chama a atenção para o fato de que, apesar de o meio natural interferir na definição dessa variação e individualidade, não significa que o faça de modo a determinar

<sup>26</sup> VALLAUX, C., op. cit., p. 7.



a história das sociedades políticas e dos Estados, já que uma análise mesmo que superficial da história da humanidade se encarregaria de rechaçar esse ponto de vista, mesmo que se trate dos estágios mais primitivos do desenvolvimento dessas sociedades. E isto porque a relação das sociedades com o meio natural se desenvolve, segundo ele, por um processo de *adaptação ativa*:

“É preciso afirmar que em toda a sociedade política há uma potência de adaptação ativa que a impede de ser determinada geograficamente à maneira das colônias animais; e essa observação preliminar, que se impõe pelo mais simples estudo dos fatos, é já uma razão suficiente para excluir da geografia política todo método e todo procedimento biológico”<sup>27</sup>.

Colocado desse modo o objeto da geografia política (o estudo das sociedades políticas e dos Estados como entidades particulares), Vallaux reconhece aí uma inevitável contradição metodológica, pois nenhuma ciência pode ser considerada como tal, se ela se põe como objetivo o estudo de algum “objeto particular”, o que definiria a geografia política (e de certa forma a própria geografia) apenas como uma técnica de agregação dos fatos, uma recompilação sucessiva de fenômenos particulares, etc., podendo ser útil às demais ciências, mas que não a qualificaria como tal; faz-se necessário, portanto, que, além de legitimar-se (pela sua utilidade), a geografia

<sup>27</sup> VALLAUX, C., p. 19. Nesse aspecto, é interessante notar uma distinção importante nas posições do autor em relação a Ratzel. Se na questão da individualidade do Estado ele próprio reconhece o acerto das colocações do geógrafo alemão, o mesmo não ocorre quanto às analogias de conteúdo “biológico”; entre a vida política dos povos primitivos e dos seres vivos, o único caso em que essas analogias seriam válidas, conforme afirma Ratzel: “Pode-se falar num crescimento orgânico quando se trata de um Estado tribal, por exemplo... Nesse sentido, a comparação com a materialidade biológica só se justifica nos casos dos Estados primitivos”, cf. Ratzel, F., *Géographie Politique*, op. cit., p. 65. Vallaux rejeitará tal analogia, mesmo que se trate de sociedades primitivas, pois, para ele, em qualquer tempo e lugar, participariam das relações homem/natureza o que chama de “ação interespiritual da linguagem” e o “instrumental técnico-industrial” de que dispõem essas sociedades.

política encontre o seu método próprio. Em vista desse quadro de fragilidade inerente ao discurso da geografia política, ele sugere:

“O método da geografia política implica sobretudo dois procedimentos lógicos que procedam um do outro, e que representam, um com relação ao outro, dois graus de abstração, sendo o segundo o mais elevado. O primeiro é a *analogia*; o segundo é a *determinação do tipo*”<sup>28</sup>.

Como primeira tendência geral no curso do desenvolvimento dos Estados, obtida pela observação das analogias entre tipos de sociedades políticas e Estados, Vallaux reconhece que é inevitável que a formação dos Estados passe necessariamente pela definição da soberania de um povo sobre uma porção determinada do solo, definindo aí um território, ou seja, um espaço de domínio político.

Pelo fato de que esse processo independe do grau civilizatório dos povos, resulta, para ele, que o Estado deve ser considerado como “uma forma essencialmente geográfica da vida social”.

Quais seriam as “etapas” que comporiam o processo histórico de constituição dos Estados? A posição de Vallaux é extremamente avançada em seu contexto e antecipa uma polêmica teórica que só muitas décadas mais tarde se verificaria na geografia, quando em seu processo de renovação crítica. Trata-se do modo pelo qual ele apreende o problema da “determinação do econômico” nos processos políticos.

<sup>28</sup> VALLAUX, C., op. cit., p. 25. Ao expressar desse modo a sua concepção do problema metodológico em geografia, Vallaux se aproxima bastante das posições de Vidal de La Blache, que também vê na busca das analogias um recurso metodológico capaz de permitir ao geógrafo o estabelecimento de generalizações projetadas acima das descrições dos casos específicos. Ver a respeito a análise de Baulig, H., “A geografia é uma ciência?”, in Christofolletti, A. (org.), *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1982 (59-70). Quanto ao problema dos tipos em geografia, a sua discussão é feita por inúmeros autores, recebendo tratamento exaustivo, por exemplo, em Hartshorne, R., *Questões sobre a natureza da geografia*. Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969 (especialmente o capítulo “Procura a geografia formular leis científicas ou descrever casos individuais?”).



A idéia geral, diz ele, é de que o desenvolvimento econômico precede o desenvolvimento político, estando essa última etapa subordinada à primeira, ou seja, a constituição dos Estados seria necessariamente precedida pelos processos de colonização e exploração. Posição equivocada, diz ele, pois o valor político dos solos não decorre necessariamente de seu valor econômico imediato (tais como recursos exploráveis, etc.); os territórios possuem também um valor intrinsecamente político. Em suas palavras:

“Há, pois, uma noção de *solo político* que convém distinguir da noção de *solo econômico*... Esta distinção serve para compreender o valor freqüentemente atribuído, desde o ponto de vista político, a regiões ou extensões do solo cujo valor econômico é nulo”<sup>29</sup>.

Em sua definição de tipos de Estados, o autor reconhece dois principais: os simples e os complexos. O primeiro caracteriza-se pelo fato de que o seu nível de coesão interna é baixo, de modo que mesmo na hipótese de um desmembramento de partes de seu território, isso não alteraria em muito o curso da história dessa sociedade. Nesse aspecto concorda com Ratzel em sua análise de alguns Estados-chefias africanos.

Os Estados complexos, ao contrário, apresentariam tendência a uma forte coesão interna, de modo que o domínio político sobre o

<sup>29</sup> VALLAUX, C., op. cit., p. 39. A idéia de um “valor político” do espaço foi também desenvolvida por Antonio Carlos R. Moraes e Wanderley M. da Costa nos seguintes termos: “Outra forma de valorização que de certo modo se relaciona com algumas das anteriores é a que poderíamos identificar na potencialidade de valor, contida nos territórios estratégicos. A isso poderíamos denominar, com certa impropriedade, de ‘valor estratégico’ ou de ‘valorização política’ do espaço (estrito senso). Nesse caso, trata-se não da exploração econômica do espaço propriamente dito, mas de seu domínio. A história da humanidade nos aponta muitos exemplos de confrontos bélicos entre nações, cujo móvel em disputa era o domínio de um dado espaço, muitas vezes destituído de valor econômico diretamente. Manifesta-se aqui, claramente, algumas das qualidades do espaço a que nos referimos, como a advinda da localização privilegiada. É isto que explica, por exemplo, a disputa por um rochedo sem água ou solo agrícola numa rota oceânica”, cf. MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M., “Geografia crítica. A valorização do espaço”, op. cit., p. 141.

território far-se-ia de modo completo, havendo assim uma maior interdependência entre as suas partes. Segundo ele, essa distinção nada tem que ver com a dimensão dos territórios controlados pelos Estados, importando aí, antes de tudo, o grau de domínio político e de articulação interna dos Estados em cada território. Também neste ponto concorda basicamente com Ratzel.

Na distinção que faz entre os dois tipos principais de Estado, entram também as características inerentes a cada território sob domínio. Em geral, diz ele, nos Estados simples esse domínio tende a dar-se sobre espaços tendentes à uniformidade quanto aos seus aspectos físicos. Nos complexos, ao contrário, predominam as diferenciações internas marcantes, seja porque os territórios variam internamente do ponto de vista do meio físico, seja porque as diferenças no desenvolvimento de cada região em particular são em geral mais marcantes.

Os Estados complexos teriam diante de si, portanto, o desafio constante da diversidade regional interna. A partir dessa distinção, diz ele, o geógrafo estará capacitado a verificar no conjunto dos Estados distribuídos sobre a superfície da terra, ou ecúmeno, como cada elemento do meio natural influencia as suas características internas, e também poderá verificar a qualidade e a intensidade dos movimentos de população, como fatores essenciais dessa diferenciação.

Face às irregularidades do meio, diz ele, as sociedades desenvolvem formas de adaptação ativas também específicas, resultando daí Estados particulares, mas que se desenvolvem segundo processos, na sua essência, universais.

Durante todo o “diálogo” com Ratzel, o ponto de maior “fricção” entre os dois é, sem dúvida, o que se refere ao conceito de espaço. Vallaux parte de uma idéia de *espaço concreto*, isto é, uma “extensão determinada” que se apresenta em suas singularidades concretas (físicas e humanas). Por isso não concorda com o conceito de “espaço abstrato”, do “espaço em si” de Ratzel, que para ele não passa de “uma entidade metafísica”. Ele refere-se aí à idéia básica de Ratzel de que o espaço possui um “valor absoluto” para as sociedades e os Estados, no sentido de que haveria nestes uma aspiração “natural” por espaços e de que os povos condenados a viver em pequenos



espaços e Estados sofreriam de um “microestatismo”, de isolamento, de um “miserável espírito local”<sup>30</sup>.

Vallaux identifica nessas idéias de Ratzel mais o ponto de vista de um sociólogo ou político, que propriamente de um geógrafo, além de um inevitável viés “germanista” que atravessa o seu pensamento nessa questão.

Tenta demonstrar, ainda, que carece de lógica a afirmação de que os Estados têm mais potencialidade de desenvolvimento quando aumentam os espaços sob seu domínio, utilizando-se de exemplos do próprio Ratzel, em que ocorre o inverso, por conta das dificuldades estruturais de gestão de espaços extensos e diferenciados.

Além do mais, diz ele, “o espaço puro” não é outra coisa se não “tempo”, já que o desenvolvimento dos meios de circulação como as estradas, telégrafo, os meios de circulação intelectuais, enfim, as *novas redes de relações*, tem contribuído para reduzir as distâncias absolutas, sobrepondo o tempo ao espaço. Com isso, cresce a capacidade dos Estados de estender as suas *redes políticas* sobre superfícies cada vez maiores do território. Daí ele afirmar que:

“O tempo e não o espaço é o que forma, do ponto de vista da geografia, como da história, o quadro geral da evolução dos Estados. A noção do tempo e da distância, e não a do espaço, é que Ratzel deveria ter posto claro”<sup>31</sup>.

Vallaux também não vê consistência na chamada “consciência coletiva do espaço”, de que fala Ratzel. Para ele, a idéia de que “espaço é poder” é um ponto de vista exclusivo daqueles que detêm o poder, quase não afetando o cidadão comum.

Não que este não tenha algum tipo de consciência do espaço, já que há diferenças, por exemplo, na noção de espaço do comerciante de Roterdã em relação ao camponês francês. Todavia, essa consciência não está relacionada à idéia de poder, mas sim ao espaço (de relações) cotidiano de cada um. Ademais, o exame minucioso de um fenômeno como a “consciência do espaço do poder” exigiria

<sup>30</sup> RATZEL, F., cit. em Vallaux, C., op. cit., p. 155.

<sup>31</sup> VALLAUX, C., op. cit., p. 162

o recurso à psicologia social das populações, assunto por demais complexo, nebuloso e perigoso, diz ele.

Por todas essas razões é que vê no conceito de espaço o ponto mais frágil da geografia política de Ratzel, entendendo que, ao expressá-lo desse modo, o geógrafo alemão teria “sacrificado a severidade do método científico sobre o altar da pátria alemã”. Por isso, concorda nesse aspecto com G. A. Huckel, para quem o livro de Ratzel passa por um “manual do imperialismo”<sup>32</sup>.

Apesar dessas ressalvas a esse aspecto fundamental do pensamento de Ratzel, o cerne das análises de Vallaux permanece baseado na estrutura de exposição e, em alguns casos, no conteúdo das teorias daquele autor. Tal ocorre com as suas exaustivas análises do problema da diferenciação relacionado à formação dos Estados, em que reconhece, como regra geral, que a gênese e o desenvolvimento destes tendem a ser necessariamente conflituosos naquelas regiões do globo em que os processos de diferenciação estão mais consolidados, como é o caso da Europa.

Nessas regiões, segundo ele, dificilmente o processo de autonomia dos povos e a constituição dos Estados se fazem sem guerras de todo tipo. Nesse sentido, as relações externas de cada Estado, quando projetam políticas territoriais para fora de suas fronteiras, sempre esbarrarão no interesse de um ou mais Estados. Aí, portanto, as guerras são o motor do desenvolvimento dos Estados. Daí, diz ele, a tendência, como regra geral, de que os Estados dessas regiões procurem sempre estender-se para as regiões “menos diferenciadas” do globo.

Não se pode deixar de registrar que essa é uma visão tipicamente européia e, diria Ratzel, tipicamente francesa e inglesa do problema geopolítico europeu e colonial, posição que convalidaria as teses alemãs da insuficiência de espaço na Europa e da necessidade de fazer “valer os seus direitos”, por exemplo, na África. A não ser que, para Vallaux e Huckel, tendências imperialistas só devam ser consideradas como tal quando referidas à Europa e não aos impérios coloniais.

<sup>32</sup> Idem, p. 172.



Dentre o conjunto de temas da geografia política desenvolvidos por Vallaux, destacam-se as suas análises a respeito dos problemas da *circulação*, das *idades* e das *fronteiras*, todos eles fundamentais aos estudos desse ramo da geografia e que serão exaustivamente abordados em sua evolução até os nossos dias. Apesar de partirem, em geral, das análises de Ratzel, inovam-nos em muitos aspectos e emprestam-lhes significados distintos. Pelo seu avanço e sofisticação, é recomendável considerá-las como extremamente válidas para os estudos geográfico-políticos sobre problemas contemporâneos.

Vallaux aborda o fenômeno da circulação em sua dimensão essencialmente política. Para ele, muitos geógrafos da época mostraram-se perplexos com as idéias de Ratzel a respeito, porque estavam, no fundo, presos a uma forte concepção historicista-economicista do problema. Custava-lhes pensar a circulação sob outro prisma que não fosse o movimento de mercadorias e pessoas, dentro, portanto, dos quadros do comércio, das migrações, das necessidades de ir e vir, etc. Trata-se de concepção estreita, diz ele, em primeiro lugar porque o fenômeno da circulação não se restringe às “coisas”, abarcando também o movimento das idéias pelos meios de comunicação (o que ele chama de relações “interespirituais”). Segundo, porque a “rede de circulação” e o quadro de relações que se estabelecem são fenômenos que se desenvolvem em geral sob a “sombra dos Estados”. Segundo ele, não há dúvida de que essa “sombra do Estado” não está projetada sobre todos os tipos de circulação, tais como os “caminhos naturais” (rios e montanhas, por exemplo) e a circulação marítima (que se desenvolve no espaço internacional, fora da jurisdição dos Estados).

Essa projeção estaria fortemente presente, porém, ao nível da circulação terrestre, cuja estrutura obedeceria a uma lógica coletiva e política posta em ação pela sociedade através do Estado. Mesmo no caso dos caminhos e estradas construídos por companhias de colonização, por exemplo, em que a finalidade econômica é precípua, o seu traçado não pode fugir às imposições do problema da segurança e, conseqüentemente, das estratégias do Estado. Apesar disso, reconhece que um verdadeiro “sistema de circulação terrestre” só se desenvolve em estados complexos. Nesses, a “rede de caminhos”,

malgrado a aparência de que se destinam unicamente ao comércio, obedece em geral a uma estratégia estatal definida *a priori* ou *a posteriori* para o território em seu conjunto.

Como exemplo, ele discorre sobre casos de vias de penetração em regiões inaproveitáveis economicamente e fora das rotas comerciais, que se destinam unicamente a exercer o papel de levar a essas regiões as “forças de coesão interna” do Estado, a fim de contrabalançar as eventuais “forças centrífugas” aí presentes. Daí para ele, a via terrestre ser antes de tudo uma “obra política e militar”<sup>33</sup>.

Guardando as especificidades de cada caso, o autor aplica a mesma abordagem à análise das cidades, considerando-as também em sua expressão política. Apesar de reconhecer que o fenômeno da urbanização, tal como tem sido estudado pelos geógrafos, está essencialmente ligado às migrações e às tendências à concentração, motivadas principalmente pelas atividades econômicas modernas (particularmente a atividade industrial), chama a atenção para a dimensão política do fenômeno urbano. Segundo ele, o Estado interfere nesse processo, ao estabelecer uma “hierarquia político-administrativa” entre as cidades, distinguindo as “capitais” das demais e atribuindo a cada uma delas um papel específico no quadro das atividades estatais.

Quanto às capitais, em especial, destaca a sua tendência à concentração e mesmo “congestão”, particularmente naqueles Estados e países caracterizados pela centralização. O exemplo mais eloqüente a respeito seria o de Paris, pela força de coesão que exerce no território nacional. Ao contrário, nos Estados federativos, a importância urbana das capitais declina sensivelmente, sendo aí típico o exemplo de Washington.

Lembra também, a respeito, as intenções brasileiras, sul-africanas e australianas de fundar uma *capital especializada* numa cidade nova. Destaca, nesses últimos casos, que a intenção aí não é a de propriamente evitar no futuro a congestão urbana, mas tão-somente a

<sup>33</sup> VALLAUX, C., op. cit., pp. 265 e segs. É interessante notar que, como veremos adiante, a série enorme de estudos posteriores sobre os espaços nacionais, baseados na “análise geopolítica” desses espaços, darão grande ênfase a essa dimensão política da circulação terrestre, pioneiramente desenvolvida por Ratzel e complementada por Vallaux.



de impedir que uma ou mais partes da federação se destaquem demasiadamente do todo estatal-territorial.

A partir dessas observações, Vallaux distingue dois tipos principais de capitais nos Estados complexos: as *naturais*, isto é, aquelas que combinam as forças de atração econômicas e políticas numa grande cidade, típicas dos Estados centralizados; e as *artificiais*, mais características dos Estados federativos, em geral próximas do modelo norte-americano. Estas últimas, por sua vez, podem ser, do ponto de vista de sua posição, tanto *centrais* como *excêntricas*, dependendo da posição do território face aos vizinhos, às condições naturais de circulação, etc., sempre correspondendo aos imperativos estratégicos de proteção e defesa<sup>34</sup>

Finalmente, a sua interpretação das fronteiras, tema por excelência da geografia política. Para ele, elas devem ser concebidas muito mais como *zonas* que como linhas formais. A *zona-fronteira* constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às *interpenetrações* e às *separações* entre os Estados, assumindo desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico (o incessante movimento de mercadorias e bens em geral que circulam amplamente) e político (os territórios sob jurisdição de cada Estado). Pela sua natureza complexa, as fronteiras constituiriam antes de tudo uma “zona viva”, sejam elas “naturais” (quando se identificam com um dos elementos físicos), ou “artificiais” (linhas formais). Assim entendidas, diz ele, elas deixam de apresentar-se ao analista pelo seu conteúdo meramente formal na geografia política dos Estados:

“Toda zona desta natureza, quando é real e viva, sejam quais forem seus traços físicos, ou ainda quando não tenha nenhum, é um campo de contato de onde se elevam a um alto grau de *tensão vital* as forças organizadas dos Estados sob as formas militares, econômicas, intelectuais e morais”<sup>35</sup>.

Ainda do ponto de vista conceitual, chama a atenção para o equívoco inerente à expressão “fronteira natural”, na medida em que,

do ponto de vista da política dos Estados, toda fronteira é uma demarcação política, portanto, longe de poder ser considerada como “natural”, mesmo que referenciada a um traço físico dos territórios em questão. Sendo um campo de forças e, em muitos casos, de disputa, o seu estabelecimento sempre envolverá negociações ou conflitos entre os Estados envolvidos.

Nos seus traços essenciais, esse é o pensamento geográfico-político de Camille Vallaux. Sua importância, como procuramos assinalar, decorre principalmente de suas posições avançadas para aquele momento da geografia em geral, em especial o seu rigor metodológico e o inegável esforço de procurar situar o objeto da geografia política no campo de debate teórico das ciências sociais de seu tempo, entendendo-a como interdisciplinar desde logo. Além do mais, por entender o caráter pioneiro e fundamental da obra de Ratzel, recupera e supera criticamente os seus postulados, oferecendo a todos os que se interessariam mais tarde por esses problemas uma vertente teórica e analítica alternativa que não pode ser descartada em nenhum estudo sério em geografia política.

<sup>34</sup> Idem, pp. 335 e segs.

<sup>35</sup> Idem, p. 375.



### III

## O DISCURSO GEOPOLÍTICO

Devido à confusão conceitual e terminológica que se estabeleceu em torno da definição da geopolítica, o que nem sempre aqueles que se auto-intitulam “geopolíticos” lograram esclarecer, iniciaremos a nossa exposição abordando alguns aspectos desse problema. Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de *parte* de seus postulados gerais, para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao *jogo de forças estatais projetado no espaço*.

Nesse sentido, a exemplo do que ocorre com parte da ciência econômica em relação à economia política clássica, a geopolítica representa um inquestionável *empobrecimento* teórico em relação à análise geográfico-política de Ratzel, Vallaux, Bowman, Gottmann, Hartshorne, Whittlesey, Weigert, e tantos outros. *Essa é a questão essencial, desde logo, que deve sobrepor-se às demais*, a começar dos artifícios notoriamente simplórios como o de tentar situá-la como “ciência de contato” entre a geografia política e a ciência política, a ciência jurídica, etc., bastante comum nas introduções de inúmeros generais-geógrafos-geopolíticos, a começar por Haushofer.

Por outro lado, o assunto também está sujeito a todo tipo de confusão terminológica, já que análises e estudos ditos geopolíticos podem freqüentemente tratar-se de estudos geográfico-políticos, preferindo os autores a utilização da primeira expressão por simples comodismo vocabular ou modismos. Finalmente, e após um processo de “filtragem” por que passou no período do pós-Segunda Guerra,



especialmente em suas conotações ideológicas vinculadas ao nazismo, muitos autores, até mesmo os críticos da velha geopolítica, passaram a adotar esse rótulo em seus estudos de geografia política<sup>1</sup>.

O pioneiro da geopolítica foi Rudolf Kjéllen, sueco, germanófilo e catedrático de Direito Político nas Universidades de Gotemburgo e Upsala. Sua fama deve-se praticamente ao fato de ter cunhado o termo geopolítica para expressar as suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território. Suas principais publicações foram *As grandes potências*, de 1905, e *O Estado como forma de vida*, de 1916. Concebia a geopolítica como ramo autônomo da ciência política, distinguindo-a da geografia política, para ele um sub-ramo da geografia. Tomando de Ratzel a idéia de Estado como organismo territorial, o reduz a um organismo de tipo biológico. Para ele:

“O Estado nasce, cresce, e morre em meio de lutas e conflitos biológicos, dominado por duas essências principais (o meio e a raça) e três secundárias (a economia, a sociedade e o governo)”<sup>2</sup>.

Em nenhum momento Kjéllen deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua “nova ciência”, intencionalmente dirigida aos “estados-maiores” dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha. Daí a sua rejeição da geografia política tal como vinha se desenvolvendo, isto é, um campo de investigação acadêmica autônomo e apartado dos projetos estatais imediatos. Toma-a como

<sup>1</sup> Ver a respeito LACOSTE, Y. (org.), *Géopolitique des régions françaises*, op. cit., em que na introdução tenta justificar por que o grupo de pesquisadores adotou o título de geopolítica e não de geografia política. Fica evidente que a opção não está baseada em fundamentos teórico-metodológicos, mas tão-somente em questões ideológicas. Tanto que mais adiante, ao justificar por que a revista *Hérodote* adotou o subtítulo de “revue de géographie et de géopolitique”, reconhece que a mesma poderia adotar o relativamente confuso subtítulo de “revue de géographie géopolitique”. Em outro capítulo deste trabalho, o problema do título dessa publicação será melhor examinado.

<sup>2</sup> KJÉLLEN, R., apud VICENS-VIVES, J., *Tratado general de geopolítica*. Barcelona, Ed. Vicens-Vives, 1961. p. 49.

base geral apenas naqueles seus aspectos passíveis de instrumentalização, submetendo-a aos requisitos das estratégias de conquista e domínio. Com isso, inaugura a mais controversa de suas vertentes, a *geografia política da guerra*, ou a geopolítica.

Não se deve estranhar, portanto, que, pelo seu estilo e conteúdo, os artifícios e manipulações conceituais de Kjéllen referentes aos Estados mais se assemelhem a um receituário explícito do imperialismo que tanto assombraria a Europa e o mundo:

“O Estado não é um conglomerado acidental ou artificial de vida humana que se mantém unido mediante fórmulas jurídicas; está profundamente arraigado em realidades históricas e afetivas, cresce organicamente, é uma entidade do mesmo tipo fundamental que o homem individualmente considerado: em uma palavra, é uma manifestação biológica ou um ser vivente. Como tal, os Estados estão sujeitos à lei do crescimento. Os Estados vigorosos e cheios de vida que possuem um espaço limitado obedecem ao categórico imperativo de expandir seu espaço, seja por colonização, amalgamação ou conquista”<sup>3</sup>.

Kjéllen não escondia a sua admiração pelo Estado-Maior alemão e nem o desejo de que a Europa viesse a ser unificada sob um imenso império germânico. Segundo J. Vicens-Vives, ele foi o primeiro a preconizar a idéia de que os Estados-Maiores deveriam transformar-se em “academias científicas”, já que as situações de guerra eram as ideais para a análise dos fenômenos geopolíticos. Daí o sucesso de suas idéias junto aos círculos do poder de diversos países, particularmente aqueles caracterizados por regimes fascistas da Europa, bem como os ambientes militares de países do Terceiro Mundo, que passaram a incluir a geopolítica nos currículos de seus cursos de “Estado-Maior”, além de produzirem inúmeros estudos inspirados na nova disciplina.

Tais são os exemplos das atividades do general-geógrafo alemão K. Haushofer no Instituto de Geografia de Munique e na *Revista*

<sup>3</sup> KJÉLLEN, R., apud ATENCIO, J., *Que es la geopolítica*. Buenos Aires, Pleamar, 1975. p. 11.



de *Geopolítica*, dirigida por ele, E. Obst, O. Maull e seu filho Albrecht, a mais famosa e controvertida publicação do gênero; caso também do Centro de Geopolítica da Universidade de Trieste, durante o período de Mussolini na Itália. Na América Latina, essa influência é notável nos estudos do coronel A. B. Rattenbach (Argentina); general A. Pinochet (Chile) e dos generais Mario Travassos, Golbery e Meira Mattos, além do brigadeiro Lysias Rodrigues (Brasil)<sup>4</sup>.

Em todos esses estudos a menção a Kjéllen é explícita, atribuindo-lhe o mérito de ter operacionalizado com “genialidade” aqueles fundamentos elaborados por Ratzel e de ter extraído daí uma “nova ciência”, antes de tudo aplicada à *dinâmica* (assim contraposta à natureza “estática” da geografia política), mais adequada aos “homens de governo” interessados num instrumento “ágil” de análise e formulação de *estratégias* baseadas na geografia.

#### 1. IMPERIALISMO, GRANDES POTÊNCIAS E AS ESTRATÉGIAS GLOBAIS COMO CONTEXTOS DA GEOPOLÍTICA

É em sombra de dúvida que o surgimento da geografia política e sobretudo da geopolítica são um produto do contexto europeu na virada do século passado para este, com F. Ratzel e R. Kjéllen,

<sup>4</sup> Ver a respeito Haushofer, K., *De la géopolitique* (coletânea de textos). Paris Libr. Armand Fayard, 1986, com prefácio de J. Klein e introdução de Hans-A. Jacobsen; Maull, O., *Geografia política*. Barcelona, Omega, 1960; Hennig, R. e Körholz, L., *Introducción a la geopolítica*. Buenos Aires, Pleamar, 1977; Rattenbach, A., *Introducción a la estrategia*. Buenos Aires, Pleamar, 1979; Pinochet, A., *Geopolítica de Chile*. México, El Cid Ed., 1978; Travassos, M., *Projeção continental do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1947; Couto e Silva, G., *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981; Mattos, C. M., *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975; *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 1977; Rodrigues, L. A., *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947. Também devem ser incluídos como estudos influenciados pela geopolítica de Kjéllen os trabalhos de Backheuser, E., *A estrutura política do Brasil*. Notas prévias. Rio de Janeiro, Mendonça & Machado, 1926; *Problemas do Brasil — Estrutura geopolítica*. Rio de Janeiro, Omnia, 1933; *Curso de geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert, 1952.

respectivamente. Num plano mais geral, entretanto, não se pode esquecer que o interesse pelos fatos referente à relação entre espaço e poder, também manifestava um momento histórico que envolvia o mundo em escala global, caracterizado pela emergência das *potências mundiais* e, com elas, o *imperialismo* como forma histórica específica de relacionamento internacional. Em outros termos, as estratégias dessas potências tornaram-se antes de tudo *globais*, isto é, “projetos nacionais” tenderam a assumir cada vez mais um conteúdo necessariamente internacional.)

Os conceitos de *potência mundial* e *imperialismo* acham-se intimamente ligados quando nos referimos ao período histórico que se inicia em meados do século XIX. Ambos expressam, em primeiro lugar, a expansão do capitalismo baseado na industrialização crescente (a chamada segunda Revolução Industrial) e na reprodução ampliada do capital, assumindo cada vez mais (especialmente a partir do final do século) a sua forma monopolista. Em segundo, manifestam o caráter dessa expansão, que é simultaneamente um notável crescimento (acompanhado da concentração e centralização) de capitais industriais e bancários em poucos países e a sua desigual internacionalização.

Em 1916, Lênin, em clássico estudo<sup>5</sup>, aponta o caráter imperialista da Primeira Guerra Mundial, associando o processo de que tratara Marx (a tendência à concentração e centralização) com a política internacional das potências mundiais. No prefácio às edições francesa e alemã de seu livro ele afirma, a respeito:

“No livro se prova que a guerra de 1914-1918 foi, por ambas as partes, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de bandagem e de rapina), uma guerra pela repartição do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das ‘esferas de influência’ do capital financeiro, etc.”<sup>6</sup>

Após examinar em detalhe o crescimento dos trustes, cartéis e associações de todo tipo entre capitais industriais e bancários (prin-

<sup>5</sup> LÊNIN, V. I., *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, Obras Escogidas, Tomo V, Moscú, Editorial Progreso, 1976.

<sup>6</sup> Idem, p. 375.



principalmente nos EUA, Inglaterra, Alemanha e França), conclui que a forma monopolista é antes de tudo o produto de fusões que desembocaram no que chama de “capital financeiro”. Segundo ele, se num primeiro momento esses capitais centralizados visam à repartição dos respectivos mercados internos de cada país, numa segunda fase (a mais importante), o seu objetivo é o controle dos mercados em escala mundial. É esse processo que qualifica a nova etapa imperialista, isto é, encerrado o período áureo de expansão colonial (no final do século), as grandes potências passaram às disputas pelo controle de *mercados e territórios*, em especial os coloniais. Por não se tratar simplesmente de “conquista territorial”, mas de competição entre Estados associados aos grandes monopólios, é que Lênin distingue essa nova etapa como sendo a da dominância de um novo tipo de imperialismo capitalista, não mais simplesmente colonial, mas mundial e articulado aos objetivos do capital financeiro<sup>7</sup>.

O caráter imperialista da economia e das políticas territoriais das grandes potências assentava-se em dois movimentos principais, envolvendo estratégias de dominação em escala global: disputas hegemônicas de *vizinhança*, circunscritas aos espaços sujeitos à influência direta de cada Estado — caso da Europa, principalmente e competição pelo domínio dos *territórios de expansão* colonial. Ambos os movimentos envolviam, simultaneamente, lutas no nível do poder dos estados e concorrência internacional entre os capitais monopolistas de cada grande potência.

Além dessa distinção geral, há outras, mais específicas. Ocorre que o fenômeno do imperialismo, no período histórico em questão (das últimas décadas do século XIX até a Primeira Guerra Mundial), refere-se também aos processos de constituição e consolidação dos “Impérios” em diferentes escalas e formas de organização e domínio. Havia o vasto império colonial britânico de “além-mar”, envolvendo povos e territórios da África, Ásia, Oceania e América, estruturado

<sup>7</sup> LÊNIN, V. I., op. cit., pp. 446 e segs. Essa distinção operada por Lênin tem sido largamente utilizada pelos estudos sobre o tema. Dentre esses, no caso da geografia, destacamos Andrade, M. C., *Imperialismo e fragmentação do espaço*. São Paulo, Contexto, 1988.

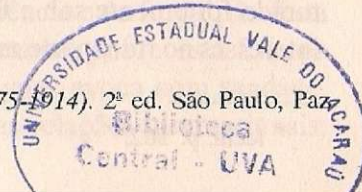
sob a forma de colônias, protetorados e domínios, possibilitando-lhe a supremacia nos mares, na exploração direta e indireta e no comércio internacional. Em escalas menores, são também os casos dos impérios francês, belga, alemão, holandês, italiano, espanhol e português, cujas “disputas territoriais” (especialmente entre a Inglaterra e a França) envolvem exclusivamente os espaços de expansão colonial, extra-europeus, portanto.

Neste primeiro grupo, e em particular no caso da Inglaterra, o fenômeno do imperialismo está intimamente associado ao *colonialismo*, modo pelo qual as grandes potências articulam o crescimento e a modernização capitalistas internos (especialmente a industrialização) com a expansão e o domínio territoriais externos. É a época áurea dos impérios, tão bem caracterizada por Eric Hobsbawm em um dos volumes de sua famosa trilogia:

“Essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados, que dá título ao presente volume, foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em ‘avançados’ e ‘atrasados’ que já observamos. Foi também notavelmente nova. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma”<sup>8</sup>.

Ainda segundo Hobsbawm, apesar de os termos “imperialismo” ou “imperialista” fazerem no passado referência à fase dos “impérios” e suas conquistas territoriais-militares, nesse contexto de que tratamos o termo (que passou a ser utilizado em 1890, segundo ele) adquiriu outro significado, expressando uma *fase histórica* específica do capitalismo, aliada à expansão territorial dos Estados em todo o mundo. É nesse sentido que as expansões do capital e territorial constituíam um único processo:

<sup>8</sup> HOBSBAWM, Eric, *A era dos impérios (1875-1914)*. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1989, p. 91.





“A essa altura torna-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para este fim, pois o protecionismo de qualquer tipo é a economia operando com a ajuda da política”<sup>9</sup>.

Situadas num conjunto internamente heterogêneo, mas distinto do primeiro, encontram-se as grandes potências cujos respectivos Estados achavam-se estruturados formalmente como Impérios. São os casos dos Impérios Alemão, Russo, Austro-Húngaro, Japonês e Turco-Otomano. Além desse elemento comum, distinguam-se dos demais por duas características principais: tratavam-se, no geral, de Estados cujas áreas de influência direta compreendiam principalmente territórios europeus ou asiáticos contíguos; além disso, possuíam o grosso de suas economias assentados ainda fortemente nas atividades primárias, tendo iniciado tardiamente o seu processo de industrialização, em relação à Inglaterra, à França e mesmo aos EUA, por exemplo. Dadas essas características, pode-se qualificá-los, *lato sensu*, como *impérios territoriais*, isto é, situações em que o conceito de grande potência acha-se associado muito mais ao poder de Estado obtido e exercido diretamente em hegemonias territoriais internas ao império e indiretamente em territórios contíguos, que propriamente a hegemonias precipuamente econômicas de tipo imperialista e neocolonial.

No interior desse bloco destacam-se as individualidades de cada caso. O Império Alemão, constituído em 1871 no processo de unificação empreendido por Bismarck, além de apossar-se da Alsácia-Lorena (na guerra franco-prussiana), estendia a sua área de influência principalmente sobre os Bálcãs e, aliada aos turcos, também sobre o Oriente Médio. Tendo entrado tardiamente na expansão colonial européia, conseguiu poucas possessões, sendo as principais Camarões, Togo, parte do sudoeste africano e Tanganica. Paralelamente, a economia alemã crescia rapidamente, sendo que na última década do século passado já possuía um vigoroso parque industrial estruturado fortemente sob a forma de trustes e cartéis de todo tipo, com interesses no transporte marítimo, industriais (siderurgia, metalurgia,

<sup>9</sup> Idem, p. 102.

química e elétrica, principalmente). Desde a unificação em 1870, até o final do século, a Alemanha tornara-se a maior potência industrial da Europa. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Império Alemão já disputava mercados e territórios em escala mundial. Desde 1867, o Império Austro-Húngaro, sob a hegemonia dos Habsburgo, definia-se como típico “império central”, com a presença de várias nacionalidades (checos, eslovacos, alemães, magiares, polacos, eslovenos, sérvios, croatas, romenos, etc.), assim como a Alemanha, passou a influir cada vez mais sobre as Bálcãs.

O Império Russo, especialmente após 1855, com Alexandre II, expande continuamente o seu domínio direto sobre a Europa Oriental (em direção ao Báltico e ao Mediterrâneo) e a Ásia (em direção ao Pacífico). Na Europa, essa expansão chocava-se com as áreas de influência alemãs e austro-húngaras (os Bálcãs, principalmente); na Ásia, com os interesses do Japão (caso da Coréia que resultou na Guerra de 1905). O Império Japonês, após a unificação sob a dinastia Meiji, também inicia tardiamente o seu crescimento econômico, especialmente com a indústria pesada. Já em 1894, estende o seu domínio sobre parte da China e em 1905 sobre a Coréia. Constitui-se assim na primeira grande potência do Pacífico.

À exceção do Japão, todos os demais caracterizam-se basicamente pela concentração de suas políticas territoriais na vasta massa terrestre compreendida pela “Eurásia”. Suas fronteiras formais e aquelas que separavam as respectivas áreas de influência constituíam autênticas linhas de fricção e tensão, transformando essa região do globo num vasto campo de conflitos potenciais. Além disso, à medida que este campo de interesses e disputas interimperialistas alargava-se, cresciam as possibilidades de tensões em escala mundial, envolvendo blocos supranacionais e mesmo supra-imperiais, compondo o quadro básico de enfrentamentos que desembocaria na Primeira Guerra Mundial, assim descrito por M. Crouzet:

“Assim, em 1914 — no período do capitalismo triunfante — a Europa, que possui o ‘monopólio da ciência e da força’, desfruta de uma verdadeira supremacia... Entretanto, sobre esta Europa dos tempos felizes, cuja lembrança Keynes evoca com saudade, pesa a ameaça de crescente anarquia das relações internacionais,



das rivalidades que opõem os imperialismos: a Alemanha, a maior potência econômica do Velho Mundo é o único grande Estado que se viu privado de um Império colonial, e ela se recusa a considerar tal situação como definitiva: fora e dentro da Europa, todas as grandes potências se hostilizam, mais ou menos vivamente, especulando sobre as dificuldades interiores com que algumas se deparam na Irlanda, na Polônia alemã e russa, na Alsácia-Lorena, na Finlândia, entre as minorias eslavas ou latinas da Áustria-Hungria, em toda a parte onde os nacionalismos se exasperam à medida que progride nas massas populares a consciência nacional”<sup>10</sup>.

Esse clima de tensão (basicamente europeu) se devia às disputas entre as grandes potências, já no final do século estruturadas em blocos e alianças militares. Os centros dessas disputas eram, sem dúvida, Londres, Paris e Berlim. Secundariamente, envolviam-se os aliados de cada uma, as chamadas “potências médias”. De todo modo, como assinala Paul Kennedy<sup>11</sup>, tratava-se de uma corrida econômica e política que evoluía rapidamente para o conflito militar em escala mundial.

O quadro geral de constituição e consolidação das potências mundiais e o imperialismo como modo dominante nas relações internacionais referia-se basicamente, como vimos, à velha Europa e ao seu campo de tensões permanentes. Ocorre que, além do Japão, que constituía uma nova força na Ásia e principalmente no Pacífico, o elemento realmente novo nas disputas por hegemonias em nível mundial seria representado pela emergência dos EUA como grande potência no final do século XIX.

Pela sua condição de ex-colônia do Império Britânico o seu desenvolvimento histórico foi pleno de notáveis peculiaridades. Após a independência em 1776 (confirmada em 1812 numa segunda guerra com a Inglaterra), todo o empenho dos norte-americanos esteve con-

centrado no alargamento permanente do seu território original, até então restrito à faixa atlântica de terras que correspondiam às famosas treze colônias. Em sua progressiva expansão para o Oeste, adquiriu da França o enorme território da Louisiana no Meio-Oeste, em 1803. No extremo sul, adquiriu da Espanha a Flórida, em 1819. Após negociações com a Inglaterra, anexou o território do Oregon, em 1846. O Texas, que pertencia ao México, após tornar-se independente, foi incorporado em 1845. Paralelamente a essa expansão territorial, a agricultura, a pecuária (no Oeste) e a indústria (no Nordeste) progrediam rapidamente, graças ao grande contingente de imigrantes (principalmente europeus), à concessão de terras pelo governo (tanto a agricultores individuais quanto às empresas ligadas a ferrovias e colonização), à existência de matérias-primas em grande quantidade e à facilidade e disponibilidade para investimentos em amplos setores da economia.

Em sua política expansionista para o Oeste e o Sul, os EUA, impulsionados pelo seu “destino manifesto” de alcançar todas as terras contíguas até o Pacífico, adotaram uma política externa cujas bases estavam assentadas em dois pontos principais: no “front” externo, isto é (do seu ponto de vista), os fatos que giravam em torno dos conflitos europeus, uma política externa claramente isolacionista, evitando ao máximo tomar partido em tais disputas. No “front” interno, o que pela sua ótica incluía tudo o que interessava ao continente americano, aí incluídas as colônias ou ex-colônias latino-americanas, uma política explicitamente agressiva em relação às metrópoles coloniais européias. Ainda no plano “interno”, e dadas as características de sua expansão no continente, a adoção de práticas notoriamente imperialistas, como as suas agressões ao México e, mais tarde, a extensão de seus domínios na América Central, no Caribe e no Pacífico.

A idéia da “América para os americanos” já havia sido explicitada em 1821, através de mensagem do Presidente Monroe ao Congresso:

“Os continentes americanos, pela livre e independente condição por eles alcançada e conservada, não devem daqui por diante ser considerados como objeto de futuras colonizações por parte das potências européias. O sistema político das potências aliadas é

<sup>10</sup> CROUZET, M., *História geral das civilizações*, Tomo VII (“A Época Contemporânea”), São Paulo, Difel, 1958. p. 21.

<sup>11</sup> KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.



essencialmente diverso... do da América... Qualquer tentativa de las para estender o seu sistema a qualquer porção do nosso hemisfério seria por nós considerada como perigosa para a nossa paz e segurança. Não interviemos nem interviremos nas colônias e dependências atuais de qualquer potência européia. Nas guerras entre potências européias por questões que lhes dizem respeito nunca tomamos parte, nem interessa à nossa política que tomemos”<sup>12</sup>.

Esta era a mensagem que ficaria conhecida como a “doutrina Monroe”, que de fato não passava, quando de sua declaração, de uma tomada de posição dos EUA ante a projeção para o continente americano das políticas da “Santa Aliança”, mas que nas décadas subseqüentes tornar-se-ia uma referência obrigatória para a compreensão da política externa norte-americana. Na verdade, essa doutrina significava, antes de tudo, uma autêntica autopromoção de “direitos naturais” de uma “jovem potência” que emergia do outro lado do Atlântico, para o livre exercício de sua política de expansão nesta parte do globo. O episódio do Texas, em que os colonos foram claramente estimulados para a proclamação da sua independência em relação ao México, já expressara essa tendência. A mesma estratégia utilizada no Texas havia sido aplicada a outros territórios pertencentes ao México, como a Califórnia e o Novo México, ou seja, levadas de imigrantes norte-americanos fixando-se neles num processo contínuo e, num lance seguinte, a reivindicação anexacionista por parte dos colonos seguida de sua encampação pelo governo. No caso destes dois últimos, a conquista fez-se através da guerra direta entre os dois países, com os exércitos norte-americanos alcançando e tomando de modo fulminante a própria cidade do México, no ano de 1846. Pelo “tratado de paz” entre os dois países, em 1848, passou ao domínio dos EUA um território de 2,4 milhões de km<sup>2</sup> (equivalente, por exemplo, a todo o território alemão). Com essas conquistas, a projeção do poder norte-americano estava francamente apontada

<sup>12</sup> Cf. Morison, S. E. e Commager, H. S., *História dos Estados Unidos da América*. 4ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1950. Tomo I, p. 436.

na direção do Atlântico Norte, da América Central e do Caribe (ao sul) e do Pacífico (a oeste).

Durante a segunda metade do século XIX essa política expansionista, além de intensificar-se, assume novos rumos que caracterizarão o país como potência mundial de fato. Definidas previamente as suas linhas de projeção de poder, inicia a sua expansão para além dos seus territórios contíguos. Adquire da Rússia o Alasca, em 1867; instala a base naval de Pearl Harbor no Havaí (1877), terminando por anexar o arquipélago em 1898; confronta-se com a Inglaterra nas disputas fronteiriças da Guiana Inglesa com a Venezuela (1895); entra em guerra com a Espanha sob o pretexto de auxiliar Cuba em sua luta pela independência (1898), acabando por transformar a ilha em seu protetorado. Além disso, ao terminar a guerra e vencida a Espanha, passam para o seu domínio também o arquipélago das Filipinas e Porto Rico. Com essas ações, os EUA assumiam plenamente o seu caráter imperialista. Os historiadores norte-americanos A. Nevins e H. S. Commager relatam a seu modo o impacto desses acontecimentos na opinião pública interna do país:

“Através da aquisição desses territórios ultramarinos, com um povo de raças, línguas, culturas e tradições políticas diferentes das do povo norte-americano, os Estados Unidos pareciam começar a trilhar uma nova trajetória. Surgiram veementes objeções por parte dos antiimperialistas liderados por Bryan, Carl Schurz, E. L. Godkin, Mark Twain e o senador George Frisbie Hoar.. porém, tal tratado recebeu aprovação geral, conforme mostrou a eleição de 1900, que recolocou McKinley no poder com crescente maioria. ...A seu fim a nação se reconheceu como potência mundial; cada vez menos sentia-se isolada e fechada em si mesma, cada vez mais desempenhava um papel importante em amplos acordos internacionais”<sup>13</sup>.

Na virada do século, já na condição de potência mundial, os EUA deixam claro ao mundo os reais propósitos da “doutrina Mon-

<sup>13</sup> NEVINS, A. e COMMAGER, H. S., *Breve História dos Estados Unidos*. Trad. da 17ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1986, pp. 402-3.



roe”, na medida em que as suas duas partes serviram perfeitamente a cada uma das fases de sua expansão: enquanto a primeira garantiu liberdade de movimentos na fase do domínio dos territórios contíguos, a segunda, apesar de formalmente subvertida, na prática “legitimava” a projeção do seu poder externo. Desde 1901, com T. Roosevelt e sua política externa baseada no *big stick* (“fale macio, mas carregue um grande porrete”), o poderio econômico-militar dos EUA tornara-se um novo e decisivo fator no frágil equilíbrio de poder mundial. A partir da guerra com a Espanha, essa projeção externa alarga-se continuamente: a declaração do princípio do *Open Door*, por exemplo, continha as pretensões de acesso aos mercados do Japão e da China, imediatamente conseguido; também foi o caso da anexação das ilhas de Pago-Pago, tomadas da Alemanha, com a ajuda dos ingleses.

A partir do Havaí, passou a praticar uma “política de contenção” em relação ao Japão e, finalmente, articulou com a Inglaterra o “Sistema do Atlântico” para fazer frente à Alemanha, então a maior das potências continentais. A construção do Canal do Panamá é, por assim dizer, o coroamento desse processo. Desde 1850 os EUA e a Inglaterra almejavam uma via de comunicação marítima entre os dois oceanos na região (tratado de Clayton-Bulwer). Em 1901, por um novo tratado (Hay-Pauncefote), os EUA adquiriam o direito de “construir, manter e controlar o referido canal”. Após estimular e auxiliar militarmente um levante dos panamenhos contra a Colômbia, adquire do Panamá a faixa de terras necessárias e inicia a construção, concluída em 1914.

O país tornou-se, de fato, uma grande potência, mesmo que situado relativamente à margem do jogo comandado pelas antigas potências européias. Como assinala P. Kennedy, a maior economia do mundo começava a tornar-se um poder militar de considerável peso no cenário internacional<sup>14</sup>.

Com a emergência dos EUA como grande potência, o quadro geopolítico mundial achava-se completo. O mundo agora estava dividido por áreas de influência de cada uma delas. As fronteiras formais serão apenas uma das linhas de eventuais tensões, somadas

<sup>14</sup> Cf. Kennedy; Paul, *Ascensão e queda das grandes potências*, op. cit.

às novas “zonas de fricção” em escala global. Doravante, as estratégias dos Estados também serão condicionadas e conformadas pela nova situação; tornar-se-ão necessariamente também globais. As plataformas a partir das quais serão lançadas as projeções do poder poderão ser “terrestres” ou “marítimas”, mas sempre mundiais. Será neste contexto que se desenvolverá a “nova geografia política” e a sua vertente aplicada às estratégias de domínio e de guerra, a geopolítica.

## 2. A. T. MAHAN, O PODER MARÍTIMO E OS EUA COMO POTÊNCIA MUNDIAL

O quadro das relações internacionais de fins do século XIX (descrito sumariamente no bloco anterior) foi examinado pela geografia política de Ratzel, por exemplo, a partir de uma certa “ótica alemã”. Com Mahan, surge uma “ótica norte-americana” desse contexto, com a sua mais conhecida obra, publicada em 1890<sup>15</sup>. Oficial da marinha, formado pela Naval Academy at Annapolis, e professor do Naval War College at Newport, é reconhecido como o precursor das teorias geopolíticas sobre o poder marítimo na época contemporânea. Pelo fato de seus estudos terem sido realizados no período da “grande inflexão” da política externa norte-americana e especialmente pela emergência dos EUA como potência marítima e mundial, Mahan credenciou-se como um autêntico teórico do expansionismo ou, nas palavras de Morison e Commager, um “filósofo naval do imperialismo”.

O ambiente cultural e político do país também favoreceu o sucesso de Mahan, em que vários ideólogos do imperialismo popularizavam a filosofia germânica do nacionalismo, como J. W. Burges; F. H. Giddings, que não via oposição entre democracia e imperialismo; além de setores religiosos, políticos dos partidos Democrata e Republicano e órgãos da imprensa, como o *New York Journal* e o *New York World*<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> MAHAN, Alfred T., *The Influence of Sea Power Upon History*. London: Methuen & Co Ltd., 1965. Ed. Orig., U.S.A., Little, Brown & Co, 1890.

<sup>16</sup> Cf. MORISON, S. E. e COMMAGER, H. S., op. cit., pp. 447 e segs.



A abordagem inovadora de Mahan sobre o poder marítimo baseia-se numa concepção integrada de todas as atividades relacionadas ao mar. Nesse sentido, suas teorias não se restringem, como era tradicional às análises sobre o poder naval (*stricto sensu*) ou o comércio marítimo, tomados separadamente. Para ele, é fundamental a natureza e o grau de envolvimento de toda a população de um país com as atividades marítimas, decorrendo daí as possibilidades concretas de constituição de um poder de fato nessa área. Dedicou a maior parte de seu estudo a uma revisão histórica do tema desde os primórdios da civilização, deixando clara a sua admiração pela Inglaterra e o seu domínio dos mares. Dessa revisão, extrai a idéia de uma universalidade nos princípios que norteiam as operações navais, especialmente no tocante às batalhas, como afirma:

“O teatro de guerra pode ser maior ou menor, suas dificuldades mais ou menos pronunciadas, as armadas maiores ou menores, os movimentos necessários mais ou menos fáceis, mas estas são simplesmente diferenças de escala, de grau, não de tipo”<sup>17</sup>.

Para ele, desde Hermócrates, há 2.300 anos atrás, os princípios, a natureza e as funções da marinha de guerra são os mesmos, cabendo-lhe a definição dos “pontos de concentração”, “depósitos de munições e suprimentos”, a “comunicação entre esses pontos e a base original”, “o valor militar do comércio” e o modo pelo qual esse “comércio combinado com as operações” pode ser conduzido.

Também é inovadora a sua posição quanto ao significado da circulação marítima em geral. Concebe os oceanos e mares como um vasto espaço social e político com características próprias que os distinguem dos espaços terrestres, mas articulados a estes pelos portos e vias de comunicação interiores. Chama a atenção para o fato de que, apesar de esse “espaço marítimo” permitir, em princípio, a circulação em todas as direções, a história dos fluxos e a posição dos continentes e portos definiram as famosas *trade routes*, autênticas *highways* marítimas. As articulações com os continentes, até

<sup>17</sup> MAHAN, A. T., op. cit., p. 8.

o advento das estradas terrestres, dependiam quase que exclusivamente das vias navegáveis interiores (rios, canais, etc.), cuja existência em muito beneficiou alguns países, como a Holanda e a Alemanha, por exemplo. Com o desenvolvimento das vias terrestres, há a tendência a um estreitamento de relações entre os dois espaços, favorecendo o comércio mundial e a circulação em geral. Esta é uma das razões pelas quais a interdependência entre as marinhas mercantes e de guerra têm aumentado, formando um único sistema durante os conflitos<sup>18</sup>.

Do ponto de vista lógico, diz Mahan, esta interdependência opera em termos de uma precedência necessária da marinha mercante em relação à de guerra, de modo que é em função da vocação marítima e do comércio que as nações decidirão ou não por uma marinha de guerra. Nas “potências militares agressivas” (o que não seria o caso dos EUA, segundo ele), entretanto, a marinha mercante é submetida completamente aos objetivos militares, tornando-se um ramo da marinha de guerra. Quanto aos EUA, ainda segundo ele, a abertura de um canal no istmo da América Central provavelmente estimularia o país para o fortalecimento de sua armada e até mesmo “impulsos agressivos”, já que o comércio marítimo se expandiria consideravelmente.

Além disso, lembra que se até recentemente os navios norte-americanos tinham podido navegar livremente pelo mundo, nos últimos tempos esse quadro havia mudado, à medida que se alargavam os fluxos e este comércio passou a chocar-se com o interesse de “nações suspeitas ou hostis” em pontos distantes do globo<sup>19</sup>. A atividade comercial marítima norte-americana já estabelecera “pontos de apoio” em várias regiões do globo, o que incluía colônias próprias, observa. O poderio marítimo de uma nação dependeria, assim, sobretudo da sua capacidade em instalar e manter em funcionamento essa rede de “pontos de apoio” (colônias e postos coloniais, principalmente),

<sup>18</sup> MAHAN, A. T., op. cit., p. 25.

<sup>19</sup> Em 1890, ano em que Mahan publicou a sua obra, a marinha de guerra norte-americana iniciaria um processo de rápido crescimento e modernização. Além disso, as exportações passariam de US\$ 835 milhões em 1880, para US\$ 1,4 bilhão em 1990. Cf. NEVINS, A. & COMMAGER, H. S., op. cit.



que possui um valor econômico e estratégico, por vezes simultaneamente.

Dados estes elementos, Mahan sintetiza o modo pelo qual ele os articula para o seu conceito de poder marítimo:

“Nestes três elementos — produção, com a necessidade de troca entre os produtos; navegação, através da qual esta troca é realizada; e colônias, as quais facilitam e alargam as operações de navegação e tendem a protegê-las através da multiplicação de pontos de apoio — encontra-se a chave para boa parte da história (bem como da política) das nações marítimas”<sup>20</sup>.

Quanto às condições específicas que definem o poder marítimo, o autor destaca, em primeiro lugar, o papel da *posição geográfica*. Comparando os casos da Inglaterra, França e Holanda, conclui que a posição da primeira é a mais favorável sob todos os aspectos. Além da sua configuração insular (com portos protegidos), que lhe propicia ganhos de concentração de sua frota naval, conta com um vasto império colonial de apoio e uma marinha mercante altamente desenvolvida. Neste país, comércio marítimo, domínio colonial e poder naval formariam um todo harmônico, verdadeiro modelo de poder marítimo.

Quanto à França, considera as suas características como pouco definidas em termos estratégicos, assumindo ora o perfil de uma potência continental, ora o de uma potência marítima. Como potência marítima, ressent-se de uma desvantagem estrutural relativa à sua posição geográfica, pois as suas costas marítimas no Atlântico (ao norte) e no Mediterrâneo (ao sul) fracionam a sua frota naval e obrigam-na a contornar permanentemente a Península Ibérica através de Gibraltar (controlado pelos ingleses). Mahan vê aí uma evidente analogia com a posição do território dos EUA, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, carente de interligação rápida entre as duas costas. Daí, segundo ele, a necessidade urgente de um canal no istmo do Panamá.

<sup>20</sup> MAHAN, A. T., op. cit., p. 28.

Dessa analogia decorre, para ele, uma segunda, mais importante, entre o Mediterrâneo e o Caribe (caso se concretize o canal do Panamá), cujas “condições estratégicas” se assemelham, apesar da “pequena história” do segundo. A abertura de um canal na região poderia provocar o interesse de outras nações, e uma disputa pelo seu controle, o que, segundo Mahan, coloca a posição dos EUA referente ao canal e o Caribe, em termos comparativos à da Inglaterra em relação a Gibraltar, e dos países mediterrâneos ao canal de Suez<sup>21</sup>.

Ciente do novo papel que caberia aos EUA no equilíbrio do poder no continente americano e no mundo, Mahan não vê outra saída para o país que não seja a sua preparação militar, em suma, a *transformação de seu potencial econômico, territorial e marítimo em poder estratégico*. Bastará para isto, segundo ele, combinar corretamente as suas vantagens: a maior disponibilidade de matérias-primas do globo, o tamanho e a posição de seu território e, com o novo canal, a articulação entre o Pacífico, o Atlântico e o Caribe.

Como estratégia básica, aconselha, o país deverá, como medida preliminar, guarnecer suas costas, dedicando atenção especial aos portos e vias fluviais de penetração; num segundo passo, fixar postos avançados ou “bases de operações” onde puder, em particular no Caribe. Daí a sua conclusão de que:

“Com a entrada e a saída de embarcações no Mississípi protegidas; com postos avançados sob controle, e com as comunicações entre eles e a base de apoio seguras; em resumo, com uma preparação militar adequada, para a qual o país possui todos os meios, a preponderância dos Estados Unidos nessa região, pela sua posição geográfica e seu poder, é uma certeza matemática”<sup>22</sup>.

Ao examinar a influência da *conformação física* de um território para o poder marítimo, o autor novamente recorre aos exemplos da Inglaterra e da França para chamar a atenção dos norte-americanos quanto à necessidade de um povo valorizar os seus recursos marí-

<sup>21</sup> Idem, p. 33.

<sup>22</sup> Idem, p. 34.



timos: costas extensas, portos, etc. Para ele, a exemplo dos franceses, os norte-americanos “têm os seus olhos” mais voltados para o interior do território que para o mar e suas potencialidades de riquezas e grandezas. Combate o mito de que a pujança dos EUA estaria baseada em atividades ligadas à terra e à conquista do interior, lembrando que, ao contrário, a concentração da riqueza encontra-se principalmente nas faixas costeiras do país, cujas atividades econômicas acham-se direta e indiretamente articuladas com o comércio marítimo. Com o novo canal, prevê, essa tendência “continental” deverá diminuir, de modo que os EUA poderão então fazer valer os seus “direitos naturais” no mar<sup>23</sup>.

Com relação à *extensão do território* e sua influência no poder marítimo, Mahan é taxativo: para ele, mais que o total de quilômetros quadrados de um território, o que conta é a extensão de seu litoral e as características de seus portos. Apesar disso, diz ele, esses fatores em si de nada servem, se não forem considerados o tamanho e a distribuição de sua população. Mais do que isso, é preciso que esta população esteja estruturalmente ligada ao mar e a todas as suas atividades modernas correlatas. Nesse sentido, reconhece que a posição dos EUA encontra-se evidentemente inferiorizada em relação às demais potências marítimas. Os EUA não possuem um “poder defensivo” que lhes permita fazer frente a qualquer ameaça. Possuem apenas “potencialidades”. Sua maior fragilidade encontra-se justamente na relação “não-orgânica” da população com o mar e no “excesso de retórica e pouca prática” quanto às iniciativas para reverter este quadro<sup>24</sup>.

O último dos fatores de que trata o autor diz respeito ao que chama de caráter nacional, ou seja, as direções seguidas pelos países com relação às atividades em geral e especialmente aquelas ligadas ao mar. Exemplifica com os casos da Espanha e de Portugal para mostrar que a exploração baseada simplesmente na “caça à riqueza imediata”, como a exploração de ouro e prata, é efêmera e de pouco efeito quando não articulada a outras atividades econômicas, principalmente a indústria.

<sup>23</sup> Idem, pp. 35 e segs.

<sup>24</sup> Idem, p. 49.

Administrando de modo despótico e predatório suas colônias, e dependendo da Holanda (para o comércio com a Europa) e da Alemanha (para o fornecimento de bens de todo tipo), Espanha e Portugal foram vítimas de seu próprio sistema e decaíram rapidamente: “a riqueza passou rapidamente pelas suas mãos”, ou, como diz adiante, “não souberam distinguir a riqueza real da fictícia”<sup>25</sup>. A Inglaterra e a Alemanha, ao contrário, formadas por “homens de negócios, comerciantes e produtores”, souberam articular corretamente suas potencialidades e atividades internas e externas de um modo efetivo, não se limitando apenas a extrair riquezas, mas produzindo-as e comercializando-as pelo mundo. Além disso, souberam aproveitar suas potencialidades marítimas, instalando seus postos avançados (principalmente a Inglaterra), atingindo os principais portos das nações civilizadas, ou mesmo do chamado mundo colonial, aí incluídos os protetorados orientais. Quanto mais crescia o seu comércio marítimo, se mais desenvolviam internamente: esta era a chave de sua verdadeira riqueza e de seu poder marítimo.

Finalmente, o autor examina o papel do *caráter do governo* para o poder marítimo, entendendo-o como a combinação do governo e as instituições de um país. A esse respeito, Mahan opera uma curiosa distinção entre as políticas de governos democráticos e despóticos com relação aos “negócios marítimos”, concluindo pela maior eficácia dos primeiros, cujo maior exemplo é novamente representado pela Inglaterra. A sua argumentação baseia-se na premissa de que um governo só terá sucesso em sua política voltada para a construção de um poder marítimo, quando essa política está fundamentada numa vontade nacional expressa democraticamente nessa direção.

Daí por que governos despóticos poderão constituir marinhas de guerra e um poder naval, mas dificilmente os transformarão num poder marítimo efetivo e duradouro, pois esta iniciativa estará desconectada do “caráter nacional” e da “vontade geral”, a exemplo da França, sob Luís XIV. Por isso Mahan deduz que nos EUA, um país democrático, o seu povo já tem os olhos voltados para o mar no último quarto de século, cabendo aos governantes capitalizar esse novo “estado de espírito” e tomar iniciativas para o fortaleci-

<sup>25</sup> Idem, p. 51.



mento do poder marítimo, que cada vez mais corre sérios riscos em águas nacionais e internacionais. Alerta que o país carece preparar-se para a defesa, aí entendida em seu duplo significado:

“A palavra defesa envolve duas idéias... Há a defesa pura e simples que envolve preparação à espera de um ataque. Pode-se chamá-la de defesa passiva. Por outro lado, há a defesa... melhor assegurada pelo ataque ao inimigo. O primeiro método é exemplificado pelas fortificações estacionárias, minas submarinas e geralmente todos os elementos imóveis destinados simplesmente a parar o inimigo se ele tentar penetrar. O segundo método compreende todos os meios e armamentos com os quais não se espera pelo ataque, mas que encontra a frota inimiga, quer ela esteja a poucas milhas, quer em suas próprias águas. Tal defesa pode parecer uma guerra ofensiva, mas não é; ela torna-se ofensiva apenas quando seu objetivo de ataque é mudado de uma frota inimiga para um país inimigo”<sup>26</sup>.

Mais adiante, conclui que os EUA devem a si mesmos uma marinha de guerra, pela importância de sua navegação e pela sua projeção:

“A distância que os separa das demais grandes potências é de algum modo uma proteção, mas é também uma armadilha. O motivo que dará aos Estados Unidos uma marinha está provavelmente agora sendo estimulado pelo istmo da América Central. Esperemos que não demore muito”<sup>27</sup>.

Com essas palavras, A. T. Mahan confirma o epíteto de “profeta do imperialismo”, criado por Morison e Commager. De fato, dez anos após a publicação de seu livro, os EUA, vencida a guerra com a Espanha, estenderiam o seu domínio direto sobre a América Central e o Caribe e iniciariam a sua grande expansão marítima. Em 1914, no ano de sua morte, seria concluído o canal do Panamá, obra que para ele consolidaria essa expansão e, finalmente, em 1916, com a

<sup>26</sup> Idem, p. 87.

<sup>27</sup> Idem, p. 88.

“Navy Act”, a consagração das suas teses sobre o poder marítimo e a afirmação dos EUA como potência mundial.

### 3. H. J. MACKINDER, O “CORACÃO CONTINENTAL” E O “REALISMO GEOGRÁFICO”

Dentre os clássicos da Geografia Política que convergiram os seus estudos para uma abordagem explicitamente geopolítica, o geógrafo inglês H. Mackinder ocupa inegavelmente uma posição de destaque. Primeiramente, pela sua trajetória peculiar, tendo acompanhado de perto a situação de seu país e do mundo em quatro períodos bastante significativos para a história contemporânea e em particular para a evolução do pensamento geográfico-político: a transição do século XIX para o XX, com as transformações no continente europeu que afetaram o mundo, dentre elas o fortalecimento do Império Britânico e as disputas interimperialistas que culminaram na Primeira Grande Guerra; o desenrolar da guerra e suas conseqüências; o período interguerras (1919-1939); finalmente, a Segunda Grande Guerra e as suas primeiras conseqüências para o mundo.

Seus trabalhos mais importantes expressam essa trajetória: em 1904 apresenta à Real Sociedade Geográfica inglesa o mais conhecido deles — “o Pivô Geográfico da História”, uma conferência que será reproduzida sob forma de artigo no *The Geographical Journal* e que contém as suas principais teses geopolíticas; em 1919, terminada a guerra, publica o livro *Ideais democráticos e realidade*, em que examina a situação do pós-guerra e modifica algumas das idéias de seu famoso artigo de 1904; finalmente, em 1943, ainda durante a Segunda Guerra, publica um pequeno artigo intitulado “O mundo redondo e a conquista da paz”, um breve comentário sobre as suas próprias idéias geopolíticas<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Para o exame do pensamento geopolítico do autor, serão utilizadas as seguintes edições de suas principais obras: Mackinder, Halford J., “The Geographical Pivot of History”, in *The Geographical Journal*, nº 4, April, 1904, Vol. XXIII; *Democratic Ideals and Reality*. New York, Henry Holt and Company, 1942 (3ª ed.); “El mundo redondo y la conquista de la paz”, in Weigert, H. W. e Stefansson, V. (org.), *Política y poder en un mundo más chico*, Buenos Aires, Atlántida, 1948 (Trad. do orig. “Compass of the World”, U.S.A., Macmillan Company, 1944).



O segundo aspecto de destaque em Mackinder é que, tal como Ratzel, ele foi um crítico de seus colegas geógrafos, pela pouca atenção que dedicavam aos fatos da política em seus estudos, o que afastava a disciplina dos debates das questões nacionais e internacionais. Se em Ratzel esse engajamento ocorreria pela compreensão das relações entre o Estado, o território e o “projeto geopolítico alemão”, em Mackinder, ele deveria operar-se pela introdução de uma “visão estratégica global” nos estudos geográficos e nas elites do país. Como professor de Geografia das Universidades de Oxford e Londres, além de membro do Parlamento Britânico e autor prestigiado na Inglaterra e fora dela, gerou e difundiu um pensamento que se constituiria em referência constante para geógrafos, homens de governo, militares e estudiosos dos problemas geopolíticos.

Do ponto de vista de uma geografia política aplicada às estratégias globais, numa conjuntura marcada por disputas hegemônicas em escala mundial, a idéias de Mackinder, essencialmente *pragmáticas* e destinadas a “formar opinião”, acabaram por influir uma ampla área do pensamento geopolítico, o que inclui até mesmo autores notoriamente situados em campos opostos. Assim, enquanto K. Haushofer e seu grupo tomam-lhe emprestado o conceito de “Heartland” e o aplica à geopolítica alemã envolvida pelos projetos do III Reich, o norte-americano H. Weigert, um dos mais destacados adversários dessa geopolítica, distingue-o como um notável representante de uma vertente em geografia, caracterizada por possuir uma “visão global” do sistema político mundial.

Para Weigert, essa postura deveria ser adotada por todos os geógrafos, já que ela era imprescindível no seu papel de defesa da integridade do conjunto constituído pelas “democracias ocidentais”<sup>29</sup>.

O pragmatismo de Mackinder (por ele entendido como *realismo*) caracteriza-se por uma tentativa permanente de aliar à análise política do equilíbrio de poder do quadro internacional os elementos empíricos (para ele concretos) fornecidos pelos estudos correntes produzidos pela geografia. Dessa associação peculiar, entende o autor, surgiria a *geopolítica*. Por conta disso, critica o que interpreta como

<sup>29</sup> Cf. Weigert, Hans, *Geopolítica — generales e geógrafos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1943, pp. 15-16.

ingenuidade ou “limitação da visão nacional e internacional” presentes na elite e cidadãos em geral, que tendiam a pensar nos conflitos mundiais segundo as molduras clássicas dos regimes democrático-liberais, ou seja, a idéia de que a civilização ocidental comportar-se-ia mediante regras, aspirações e motivações de certo modo similares para todos. Para Mackinder, este teria sido o equívoco quase fatal para os ingleses e demais “povos livres”, que teimavam em não reconhecer a fragilidade do equilíbrio mundial e o avanço de Estados-nações sob regimes “despóticos” dispostos e preparados para a guerra de expansão na Europa e no mundo.

Um outro aspecto diferenciador da análise geopolítica do autor é a “excepcionalidade” de sua perspectiva face ao que se poderia presumir de uma postura tipicamente inglesa frente à conjuntura (européia e mundial) da pré-Primeira Guerra.

A. Mahan, como vimos, apregoava a necessidade de os EUA perseguirem uma melhor posição relativa quanto ao poder marítimo em escala regional e mesmo global, tomando como referência principal a Inglaterra e sua inegável hegemonia no setor. Era de se presumir que Mackinder, o mais famoso geopolítico inglês, viesse a confirmar essa tendência, ou seja, de que o poder marítimo assegurasse o poder mundial. Ocorre que em seu opúsculo de janeiro de 1904, contrariando todas as expectativas, mesmo a de seus colegas ingleses, ele defende a idéia de que a disputa pela hegemonia em escala global dependia da importância cada vez maior do que chamou de “poder terrestre”<sup>30</sup>.

Não resta dúvidas de que, do ponto de vista das teorias estratégicas correntes da época, essa afirmação significava um ponto de ruptura considerável, o que provavelmente justificou as reações que foram da indiferença à perplexidade entre seus pares e os meios intelectuais e políticos preocupados com essas questões.

Em sua conferência, meses depois publicada em artigo<sup>31</sup>, Mackinder defende a idéia de que os anos de 1900 marcavam o fim do

<sup>30</sup> Esta oposição entre as perspectivas de Mackinder e Mahan é comentada de modo bastante interessante por Jones, S. B., “Global Strategic Views”, in *Geographical Review*, Vol. 45(4): 490-508, 1955.

<sup>31</sup> MACKINDER, H. J., “The Geographical Pivot of History”, in *The Geographical Journal*, n° 4, April, 1904, Vol. XXIII.



que se chamou de “era colombiana”, período de quatrocentos anos caracterizado pela expansão marítima e pelas descobertas de novas terras no globo, processo este encerrado, salvo pela possibilidade de surgirem alguns novos pontos remotos no “mapa-múndi” (já praticamente completo). Segundo ele, às conquistas e colonizações seguiu-se um amplo processo de domínio formal das diferentes regiões do globo, constituindo um vasto sistema político em escala mundial:

“Falando em termos gerais, podemos estabelecer um contraste entre a época colombiana e a precedente, destacando como característica essencial da primeira a expansão da Europa, contra uma resistência quase nula, enquanto a Cristandade medieval achava-se encurralada em uma pequena região e ameaçada pela barbárie externa. Daqui em diante, na era pós-colombiana, novamente nos depararemos com um sistema político fechado e, o que não é menos importante, a esfera de ação do mesmo será o mundo inteiro”<sup>32</sup>.

A constituição desse espaço político mundial afeta consideravelmente o comportamento externo dos Estados, já que, no seu entender, cada movimento, em qualquer parte do globo, repercutirá imediatamente no equilíbrio de forças. Daí, para ele, ser necessário que os chefes de Estado passem a considerar esse dado novo em suas estratégias, especialmente os ingleses, cujo império é de alcance mundial.

Mackinder, diversamente de muitos de sua época, dirige a sua atenção preferencialmente para a imensa massa terrestre constituída pela *Eurásia*, fixando-se na idéia de que a história dos povos e nações da Europa foi forjada em grande parte como reações sucessivas às ameaças externas provenientes da Ásia:

“Peço, portanto, que por um momento vejam a Europa e a história européia como subordinadas à Ásia e à história asiática,

<sup>32</sup> MACKINDER, H. J., op. cit., p. 422.

porque a civilização européia é, num sentido muito real, o produto da luta secular contra a invasão asiática”<sup>33</sup>.

Centrando a sua análise geopolítica na vasta massa terrestre contígua compreendida pela Europa Oriental e a Ásia, o autor identifica, logo de início, um fenômeno para ele fundamental: o evidente contraste entre as dimensões do território russo e dos demais Estados da Europa Ocidental.

Relacionando as características climáticas e topográficas com os movimentos de população e incursões dos povos dessa região em direção ao Ocidente, o autor conclui pela existência de um autêntico “domínio terrestre”, relativamente pouco povoado, mas dotado de características que permitiram aos seus povos (nômades em sua maioria) estenderem a sua influência na Europa Ocidental às demais regiões asiáticas e até mesmo ao norte da África. Essa massa terrestre, com aproximadamente 54,4 milhões de km<sup>2</sup> de terras contíguas, possuiria, segundo Mackinder, uma “area core”, um espaço central, por ele chamado de *coração continental*.

Este, por sua vez, compreenderia as terras localizadas no centro e no norte da Eurásia (correspondendo, grosso modo, à URSS atual), numa área aproximada de 23,3 milhões de km<sup>2</sup>, cuja característica principal é a de permitir uma ampla mobilidade à sua população, em todas as direções. Em torno desse *centro* o autor identifica quatro *regiões marginais* sob forma de semicírculo, todas acessíveis à navegação, ao contrário da principal.

Para ele, a emergência de um domínio terrestre opõe-se à hegemonia marítima, esta no caso consolidada historicamente. A questão em jogo, no caso, é a de “capacidade de mobilidade”, que opôs no passado os “meios de navegação a cavalos e camelos”, com a clara supremacia dos primeiros. Mackinder reconhece esse fato, ao destacar o papel da circulação marítima e a do poder naval nas modernas estratégias em nível mundial e elogia Mahan e Wilkinson por terem exposto teoricamente esse fato. Entretanto, ele alerta para o crescimento do poder terrestre:

<sup>33</sup> Idem, p. 423.



“Porém, o poder terrestre existe e recentes acontecimentos têm aumentado seu significado. Enquanto os povos marítimos da Europa Ocidental têm coberto o oceano com suas frotas, povoado os continentes exteriores e, em grau variado, convertido em tributários os bordos oceânicos da Ásia, a Rússia tem organizado os cossacos e, surgindo de seus bosques setentrionais, tem controlado a estepe, fazendo com que seus próprios nômades enfrentassem os nômades tártaros. O século dos Tudor, que viu a expansão da Europa Ocidental sobre o mar, viu também o poder russo que se estendia desde Moscou, através da Sibéria. Este ataque até o oeste, através da Ásia, levado a cabo pelos jinetes, foi um acontecimento quase tão fértil em conseqüências políticas, como o foi o contorno do cabo da Boa Esperança, ainda que ambos os movimentos se mantivessem separados durante longo tempo”<sup>34</sup>.

Nessa “disputa” entre os dois fatores estratégicos, o autor destaca dois fatos recentes (na época) que produziram resultados diversos: o primeiro, representado pelo canal de Suez, que aparentemente fortaleceu o poder marítimo, já que aumentava a sua mobilidade; em segundo, as ferrovias, que, se inicialmente funcionaram como vias de conexão entre os mares e certas áreas interiores (tributários da circulação marítima, como dizia Mahan), ao tornarem-se transcontinentais provocaram justamente o fortalecimento do poder terrestre, substituindo o camelo e o cavalo e tornando-se um elemento fundamental de mobilidade para o *coração continental*.

Aliando vastos territórios e ferrovias às suas potencialidades econômicas, especialmente recursos naturais abundantes, o Império Russo, na opinião de Mackinder, tornar-se-á inevitavelmente “um vasto mundo econômico”.

Esse novo espaço estratégico constitui para ele o que chama de *área pivô* da política mundial. O *coração continental*, *área pivô* ou, em outras palavras, o Império Russo e suas virtualidades, constituem o novo pólo de poder mundial que não pode ser negligenciado:

<sup>34</sup> Idem, p. 433.

“Tem existido e existem nessa zona as condições de uma mobilidade de poder militar e econômico que tem um caráter transcendente e, sem dúvida, ilimitado. A Rússia repõe o Império Mongol. Sua pressão sobre a Finlândia, Escandinávia, Polônia, Turquia, Pérsia, a Índia e a China recoloca os ataques centrífugos dos homens das estepes. Ocupa no mundo a mesma posição estratégica central que ocupa a Alemanha na Europa. Pode atacar por todos os lados e pode também ser atacada por todos os lados, exceto pelo norte. O completo desenvolvimento de sua moderna mobilidade ferroviária é simplesmente uma questão de tempo. Tampouco é provável que uma possível revolução social altere suas relações essenciais com os grandes limites geográficos de sua existência. Reconhecendo acertadamente os limites fundamentais de seu poder, seus dirigentes desfizeram-se do Alasca e deve-se isto ao fato de que não possuir nada sobre o mar é para a política russa uma lei tão fundamental como para a Inglaterra é manter o domínio do oceano”<sup>35</sup>.

Do ponto de vista de Mackinder, essa *zona pivô*, dominada por um *Estado pivô*, no caso o Império Russo, tem condições de expandir o seu poder em escala mundial, mesmo porque não possui oponentes de peso em condições geopolíticas similares (no caso, potências continentais). Ele chega a vislumbrar até mesmo a possibilidade de vir a constituir-se o que chama de um “império do mundo”, caso um dia a Rússia viesse a estabelecer uma aliança com a Alemanha<sup>36</sup>.

Em suma, preocupa-o o modo pelo qual o “poder terrestre” poderia desestabilizar o equilíbrio mundial do poder, até então repartido

<sup>35</sup> MACKINDER, H. J., op. cit., p. 436. É interessante notar que o autor acabaria tendo o seu ponto de vista confirmado mais tarde, no que se refere à integridade do território russo, mesmo após a revolução de 1917. Como se veria mais tarde, o território da URSS só sofreria modificações em decorrência da formação do Estado polonês (1919) e de alguns acréscimos durante a Segunda Guerra, representados principalmente pela anexação das Repúblicas Bálticas.

<sup>36</sup> Mais uma vez as suas previsões se confirmariam mais tarde, quando se firmou o famoso acordo Ribbentrop-Molotov, em 1939, que previa um pacto de não-agressão e a repartição das áreas de influência entre a Alemanha de Hitler e a URSS de Stálin.



e hegemonizado por potências — especialmente a Inglaterra — que centravam a sua estratégia no domínio dos oceanos e da periferia do “coração continental”.

A leitura do “paper” por Mackinder naquele 25 de janeiro de 1904 na Real Sociedade Geográfica gerou as mais variadas reações. Algumas delas foram expressadas de imediato por alguns dos presentes. Spencer Wilkinson, por exemplo, após os elogios, lamenta que não estivessem presentes membros do Gabinete, já que os temas ali levantados eram do interesse do governo inglês. Wilkinson, entretanto, viu um certo exagero de Mackinder na importância que este dera ao eventual poderio da chamada “zona pivô”.

Argumentou que se um pequeno Estado-ilha como a Grã-Bretanha pôde expandir-se pelo mundo e transformar-se no Reino Unido, dominando até mesmo regiões continentais interiores e tornando-se hegemônica na Europa Ocidental, a contenção da projeção do poder russo no continente euro-asiático poderia ser feita a contento pelo Japão, um outro Estado-ilha em crescimento na região.

Amery, outro comentarista, não crê na diminuição relativa do poder naval face ao terrestre. Argumenta que os avanços no setor eram consideráveis, especialmente pelo enorme aumento na capacidade das embarcações militares em transporte de tropas, aliada à sua maior mobilidade propiciada pela propulsão a vapor.

Acrescenta ainda que o conceito de mobilidade num futuro próximo não estaria num ou noutro domínio de circulação (mar ou ferrovia, por exemplo), mas na articulação de ambos, podendo contar ainda, brevemente, com a navegação aérea como força complementar.

Nesse sentido, conclui, o poder político e militar só pode ser perseguido quando a potência puder contar com uma sólida base técnico-científica e industrial, o que certamente diminui a importância relativa da sua posição geográfica<sup>37</sup>.

Quinze anos após a sua famosa conferência e coincidindo com o término da Primeira Guerra (1919), Mackinder retoma em um livro as suas idéias básicas sobre o *coração continental*, modifican-

<sup>37</sup> MACKINDER, H. J., op. cit., pp. 438 e segs. (Apêndice).

do-as em alguns de seus aspectos e aprofundando as principais teses apresentadas em 1904<sup>38</sup>.

Nesse trabalho o autor analisa o clima de desencanto naquele momento com muitos dos ideais que inspiraram a civilização européia até a virada do século e que foram duramente atingidos pela guerra. A sua antiga tese de que era necessário aliar democracia com realismo político é destacada e desenvolvida. O idealismo francês de 1789, diz, teria dado lugar em seguida ao pragmatismo e à eficiência da potência militar francesa sob Napoleão. Além disso, ao princípio da liberdade adicionou-se o de nacionalidade, mais tarde tomado como projeto de poder nacional-militar na Alemanha de Bismarck. Para ele, a “Real-Politik” alemã e a revolução soviética são fenômenos que só podem ser enfrentados pelas “nações livres”, através dos valores da “democracia universal” concretizados politicamente na Liga das Nações. Além do mais, diz ele, não se pode conceber o ideal democrático desvinculado da produção de riquezas, da atividade técnico-científica e da estrutura complexa da divisão do trabalho, bases da organização social moderna<sup>39</sup>.

Também introduz uma interessante distinção quanto às funções diretivas numa sociedade complexa, diferenciando dois tipos de “organizers”: o primeiro grupo formado por “managers”, voltados à manutenção do funcionamento do sistema, em verdade a casta de administradores em geral; o segundo, constituído por “criadores do mecanismo social”, líderes capazes de conduzir uma nação por caminhos novos e de apontar soluções especialmente diante de uma catástrofe como a guerra. Como ele diz: “Mas o ‘organizer’ que se precisa para a tarefa de reconstrução não é um mero administrador; ele deve ser capaz de projetar e realizar, e não simplesmente reparar e lubrificar a máquina social... o grande ‘organizer’ é o grande realista”<sup>40</sup>.

Pela lógica de Mackinder, os “organizers”, enquanto líderes políticos, devem conformar os valores da democracia e os ideais de liberdade às necessidades do Estado, procurando mobilizar os cida-

<sup>38</sup> MACKINDER, H. J., *Democratic Ideals and Reality*, op. cit.

<sup>39</sup> Idem, pp. 7 e segs.

<sup>40</sup> Idem, pp. 12-13.



dãos em torno do “Leviatã”, como diz. Daí sua desconfiança da eventual eficácia da democracia expressa pela Constituição Britânica para enfrentar os desafios de uma guerra contra autocracias. Da sua perspectiva, uma democracia realista, pragmática e eficaz exige de seus “organizers” uma mudança radical:

“O modo de pensar do ‘organizer’ é essencialmente estratégico, enquanto que o do verdadeiro democrata é ético. O ‘organizer’ está pensando em como usar os homens enquanto o democrata está pensando nos direitos dos homens, direitos estes que representam perdas no caminho do ‘organizer’”<sup>41</sup>.

Para ele, Bismarck, como típico produto do que chama de “cultura materialista germânica”, seria o mais representativo dentre os “organizers”, o “Napoleão dos prussianos”, um homem feito de “sangue e aço” e, ao mesmo tempo, um exemplo de diplomata e estrategista militar vitorioso. Mackinder chama a atenção, porém, para o fato de que Bismarck não é um fenômeno isolado na sociedade alemã. Para ele, o fundamental ali é o florescimento do que chama de “cultura materialista” do povo alemão, gerada e difundida por uma elite altamente competente que atuava no governo, nas universidades e nas escolas, de modo que de Fichte, com sua “filosofia do patriotismo”, ao professor de geografia do colégio, todos engajavam-se nos “problemas nacionais alemães”. O tripé representado pelo serviço militar universal, escola básica compulsória e universidades, constituíam para Mackinder, os pilares do sistema cultural daquele país.

Com isso, acredita, pôde forjar-se ali uma “mentalidade estratégica” no povo em geral, para a qual muito contribuíram os geógrafos e professores de geografia, possibilitando que desde cedo as crianças tomassem contato com a geografia de seu país, tendo aí destacados os mapas com as fronteiras, as potencialidades, etc. Para Mackinder, enquanto a Inglaterra, por exemplo, contava com uns poucos geógrafos, a Alemanha possuía muitos geógrafos “instrutores públicos” *agindo na base da sociedade*. Diante desse quadro, o autor questiona

<sup>41</sup> Idem, p. 15.

(especialmente para o caso da Inglaterra): quem terá a última palavra, os “idealistas” ou os “organizers”? Este é o ponto fundamental, e ele espera que os quatro anos de guerra que quase liquidaram com parte das “nações livres”, tenham servido para modificar o modo de pensar das elites e do “cidadão médio”. Em suma, que na fase de globalização da política e das tensões internacionais, não haja mais lugar para “idealismos democráticos” românticos e que as sociedades tenham incorporado definitivamente o que chamou de “senso estratégico”. Com isto, Mackinder está explicitando, certamente pela primeira vez, *o conceito geopolítico de democracia*.

Também as suas teses geopolíticas originalmente expostas em seu “paper” de 1904 são retomadas e desenvolvidas. Ele contrapõe o que chama de “The seaman’s point of view” ao “The landsman’s point of view”, numa clara tentativa de polemizar com A. Mahan, ainda que as referências explícitas a este sejam escassas<sup>42</sup>. Basicamente, defende a tese de que, apesar de os oceanos constituírem um único e vasto espaço de circulação (na verdade, para ele, existiria um único oceano), a história demonstrava que os gregos, romanos, povos cristãos, etc., sempre se relacionaram com porções regionais dos mares e oceanos, capturando com sua circulação e domínio espaços mais ou menos restritos deste “oceano”. Nesse sentido, observa, mesmo a perspectiva de Mahan, certamente filtrada pela posição e situação particulares de seu país, não era “global” por excelência.

Naquele momento em que escrevia, Mackinder não tinha dúvidas de que a “geografia do mundo” fora completada, isto é, de que com

<sup>42</sup> A esse respeito, JONES, S. B., op. cit., evita a simplificação de uma oposição frontal entre o “poder marítimo” (Mahan) e o “poder terrestre” (Mackinder). Ele chama a atenção para o fato de Mahan também estar atento para o poder estratégico representado pela Rússia e a sua expansão na Ásia, cujo domínio estendia-se por vasta massa terrestre. O problema, diz Jones, é que Mahan acreditava que essa expansão poderia ser freada por uma política de contenção das demais potências baseada no poder marítimo, do que discorda Mackinder. De todo modo, considera inteiramente lógico que os EUA tenham gerado a geopolítica de Mahan, país que necessitava superar o seu “isolamento naval”, enquanto a Inglaterra seguia a geopolítica de Mackinder, já que, hegemônica nos mares, impunha-se a necessidade de preocupar-se então com os “hinterlands” e, especialmente, o “heartland” do globo.



as últimas descobertas constituíra-se *um único sistema de circulação em escala global*, em que a interconexão dos fatos físicos, econômicos, militares e políticos tornara-se realidade pela primeira vez na história<sup>43</sup>. O problema, diz ele, é que muitos pensam os fatos da geografia de “hoje” como eles eram no “passado”, lembrando que a experiência amarga da guerra muito ensinou, mas persistem graves equívocos no seio da sociedade.

Talvez, por isso, também ele próprio resolva alterar parcialmente o seu esquema de balanço de poder estratégico centrado no conhecido conceito de “área pivô”. Examinando o desfecho da guerra e a disputa permanente entre o “sea-power” e o “land-power”, conclui que, dados os contornos dos cenários de guerra navais e terrestres, definiu-se um enorme conjunto supracontinental constituído pela Europa, Ásia e África que ele chama de *World-Island*. Com isso, ele altera o seu esquema de 1904, baseado na “Área Pivô” (“o coração continental”), com um entorno por ele chamado de “Marginal Crescent” (o resto da Eurásia) e “Insular Crescent” (América, África — ao sul do Saara —, Austrália e grandes ilhas europeias). Desta feita, com a “Ilha Mundial” surge um vasto conjunto transcontinental complementado perifericamente pelo “Southern Heartland” (África ao sul do Saara) e pelos “satélites” (demais terras do “Insular Crescent”).

Finalmente, substitui a “Pivot Area” pelo *Heartland*. Não se trata apenas de nova denominação para esse espaço estratégico. Ele altera também as suas fronteiras, adicionando ao antigo espaço o mar Báltico, o trecho navegável do Baixo e Médio Danúbio, o mar Negro, a Ásia Menor, a Armênia, a Pérsia, o Tibete e a Mongólia. Este é o novo “coração continental”, espaço de poder estratégico que extrapola o território russo, já que na última guerra, até os mares e rios dessa imensa região foram fechados às potências marítimas. De todo modo, apesar dessas alterações, fica clara a associação que Mackinder faz entre o *Heartland* e (a partir daquele momento) o território soviético. Para ele, a guerra também demonstrara que houve alterações de monta nas condições materiais à disposição do *Heartland* para o exercício do seu poder estratégico. Em suas palavras:

<sup>43</sup> MACKINDER, H. J., op. cit. p. 29.

“Hoje os exércitos dispõem não apenas da Ferrovia Transcontinental, mas também de veículos motorizados. Possuem também aviões de poder terrestre contra o poder marítimo. A moderna artilharia, além disso, tem-se revelado formidável contra navios. Em suma, um grande poder militar em mãos do ‘Heartland’ e da Arábia poderia facilmente tomar posse da ‘passagem do mundo’ em Suez”<sup>44</sup>.

Além da ameaça soviética — o núcleo do poder estratégico do *Heartland* — Mackinder preocupa-se também com a histórica pretensão de hegemonia alemã sobre a Europa Oriental, apenas refreado pela última derrota militar. Ele observa que desde a época da Confederação Germânica, passando pela fase áurea do Império Alemão (a partir de 1870), tentativas de conquista dos povos eslavos foram uma constante.

A aliança de Berlim e Viena (Impérios Alemão e Austro-Húngaro) durante a guerra, desestabilizou o equilíbrio entre as duas Europas (Ocidental e Oriental) e estendeu a influência política, econômica e cultural alemã para o Leste. Para Mackinder, essa influência era visível até mesmo nos assuntos políticos do Império Russo, no período anterior à guerra, levando-o a uma aliança com a França (1895) como meio de contrabalançar essa tendência. Segundo essa análise, a última guerra teria sido uma explosão de revolta dos povos eslavos contra os germânicos. Além disso, a aliança entre a França e a Inglaterra (apesar de suas disputas históricas) contra o Império Alemão foi uma demonstração de que para esses Estados a ameaça maior na Europa, naquele momento, não era representada pela Rússia, mas pela força estratégica alemã, que poderia tornar-se o núcleo do poder do *Heartland*.

Segundo ele, o que esteve em jogo, mais do que a eficácia entre dois exercícios estratégicos envolvendo o “poder terrestre” (russo e alemão) ou deste contra o “poder marítimo”, foi a clara disputa

<sup>44</sup> MACKINDER, H. J., op. cit. p. 111. A última observação do autor refere-se às ameaças sobre o canal de Suez na Primeira Guerra, que, caso tivessem êxito, mudariam o curso dos acontecimentos.



entre o que chama de “German Kultur” e a “Britain Democracy”. Ele avalia que o rápido crescimento do poderio econômico e militar da Alemanha nas últimas décadas do século XIX e começo deste deveu-se justamente à extraordinária capacidade daquela sociedade em pensar e agir em termos estratégicos. Enquanto isso, diz ele, os “homens de Estado” e a sociedade (ingleses) tendiam a raciocinar em termos quase exclusivamente econômicos (desenvolvimento industrial e comércio exterior), demonstrando desatenção até mesmo com a manutenção e o fortalecimento de seu poder naval, inquestionavelmente a sua maior vantagem estratégica.

Nesse campo, conclui, o modo de operar das sociedades democráticas é menos eficaz que o das autocracias. De todo modo, ele não tem dúvidas de que a disputa imperialista leva às guerras, sejam impérios inspirados pelo livre comércio do “laissez-faire”, sejam os protecionistas de tipo predatório. Para ele, a Alemanha e a Inglaterra eram “trens expressos” correndo em grande velocidade numa mesma linha e em sentidos opostos; logo o choque era inevitável<sup>45</sup>.

Finalmente, é evidente a preocupação de Mackinder com a Europa Oriental e as possibilidades, no futuro, de uma aliança entre alemães e eslavos, na verdade, entre a Alemanha e a URSS, o que tornaria o “Heartland” imbatível. Daí o seu mais famoso alerta, expresso nesta afirmação: “Quem domina a Europa Oriental comanda o ‘Heartland’: Quem domina o ‘Heartland’ comanda o ‘World-Island’: Quem domina o ‘World-Island’ comanda o mundo”<sup>46</sup>.

A instabilidade dos Bálcãs e da Europa Oriental, com suas questões nacionais e sob a histórica disputa de influência da Alemanha e da Rússia (então URSS), constitui para ele uma poderosa ameaça no futuro e, mesmo que os Estados da Europa Ocidental pudessem estabelecer ali algumas alianças, não seriam capazes de alterar esse quadro desfavorável. A seu ver, havia um grave problema para a Liga das Nações resolver: como conciliar um sistema político baseado na criação e controle de pequenos Estados para povos e línguas tão distintos (poloneses, boêmios, magiães, sérvios, croatas, eslovenos, romenos, búlgaros e gregos) e com demandas nacionais de

<sup>45</sup> Idem, p. 147.

<sup>46</sup> Idem, p. 150.

toda ordem? Para ele, tanto a “German Kultur” quanto a revolução soviética (especialmente esta última) são fatores poderosos que poderiam, a partir desta região instável, incendiar novamente a Europa, ou submetê-la aos seus regimes políticos e modo de vida. Frente à ameaça soviética, em particular, diz ele, é mister que as democracias ocidentais mantenham a sua *coesão e disciplina*.

## A GEOGRAFIA POLÍTICA NO PERÍODO DO INTERGUERRAS

O declínio da Primeira Guerra Mundial em 1918, após um longo período de “paz armada”, pôs fim a uma situação de exceção política internacional que durou desde o início do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial. A situação política internacional voltou a ser normal, mas com algumas diferenças em relação ao período anterior, que se caracterizou por uma situação de exceção política internacional.

A guerra mundial em si mesma trouxe mudanças profundas na configuração geográfica do mundo, que se consolidaram desde o início do século XIX e definiram suas características políticas e econômicas centrais até a Segunda Guerra Mundial. O mundo tornou-se um espaço de domínio mundial principalmente na Europa, com a criação da Liga das Nações e a Liga das Nações. A Alemanha e a Rússia foram as principais potências mundiais, com a Alemanha sendo a principal potência econômica e a Rússia sendo a principal potência política. A Alemanha e a Rússia foram as principais potências mundiais, com a Alemanha sendo a principal potência econômica e a Rússia sendo a principal potência política.

1918 A Primeira Guerra Mundial trouxe grandes mudanças políticas e econômicas para o mundo. A Alemanha e a Rússia foram as principais potências mundiais, com a Alemanha sendo a principal potência econômica e a Rússia sendo a principal potência política.



#### IV

## A GEOGRAFIA POLÍTICA NO PERÍODO DO INTERGUERRAS

O desfecho da Primeira Guerra Mundial em 1918, aquela que Lênin chamara de “típica guerra imperialista”, pôs termo a uma tragédia de proporções inimagináveis quando de seu início. Os analistas são unânimes a esse respeito, isto é, ninguém previra, em nenhum dos lados do conflito, que ele pudesse prolongar-se por tão longo período ou que o cenário de guerra se estendesse por tantos territórios e povos dentro e fora da Europa.

A guerra envolvera os principais impérios do mundo, aqueles que se consolidaram desde meados do século XIX e definiram suas estratégias políticas e econômicas centradas na expansão e hegemonia dentro e fora do continente. Impérios como forma de Estado e com políticas de domínio territorial principalmente na Europa: casos dos chamados Impérios Centrais — Alemanha, Áustria-Hungria e o que restou do Império Otomano; com políticas de domínio na Eurásia: caso da Rússia; no Pacífico e na Ásia Continental: caso do Japão. Também os Estados formalmente liberal-democráticos, mas com vastos impérios coloniais em escala mundial: casos da Inglaterra e da França. Finalmente, uma ex-colônia, potência mundial emergente e igualmente liberal-democrática: caso dos EUA. Malgrado o palco das principais batalhas, invasões, etc. ser referido ao cenário europeu, o fato é que estava em jogo não apenas o futuro de cada uma das potências envolvidas e os Estados menores aliados de cada parte, mas também as relações de poder em escala mundial<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A Primeira Guerra envolveu, de início, dois grandes blocos oponentes: a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, além da Bulgária e a Turquia) e a Tríplice Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia), acabando por envolver, mais



Não há dúvida de que, pelo fato de a guerra ter nascido de conflitos latentes há muito na Europa Central, especialmente os problemas relacionados à Áustria-Hungria e aos Bálcãs, além das disputas entre a Alemanha, a Rússia e a Inglaterra (principalmente) pelos territórios desta porção européia, as análises posteriores tiveram a tendência de privilegiar os efeitos do fim da guerra justamente no rearranjo geopolítico dessas regiões.

A derrota alemã precipitou a derrocada do Império que Bismarck costurara, dando lugar à República de Weimar, e, como derrotado, o país arcaria com pesadas perdas territoriais e financeiras (especialmente a título de indenizações). O Império Austro-Húngaro também se desfez em vários Estados autônomos, cuja criação será comandada pela "Paix de Versailles". O Império Russo, com a revolução bolchevique de 1917, retirou-se da guerra e transformou-se na URSS, constituindo-se rapidamente no novo inimigo potencial de todos os demais Estados. Como se vê, as grandes mudanças no quadro político-territorial provocadas pela guerra extrapolaram muito a península balcânica.

Dentre essas modificações político-territoriais destaca-se a criação de seis novos Estados-nações: Polônia, Tcheco-Eslováquia, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia. Os estudos do período refletem esse quadro, mas os geógrafos da geografia política e da geopolítica procuraram produzir balanços detalhados de toda a extensão possível dos efeitos do conflito. Sempre, é claro, como apontamos no início, com a presença mais ou menos ostensiva das mediações particulares de sua ótica de análise. Na maioria deles, essa particularidade estará evidentemente associada à nacionalidade do autor, variando as nuances do discurso em virtude das situações (de vitória ou derrota) do seu país no conflito. Em outros, entretanto, sobressaem tentativas de neutralidade e imparcialidade de análise, caso do norte-americano Isaiah Bowman, que é visto com uma certa desconfiança pelos seus pares europeus, justamente porque não toma partido "a priori".

tarde, os EUA, cinco grandes Impérios, dois Impérios médios e doze Estados menores. Cf. Fitzgerald, W., *The New Europe*. Londres, Harper & Brothers, 1944, pp. 126 e segs.

## 1. ISAIAH BOWMAN E O BALANÇO DO PÓS-GUERRA

Bowman publicou em 1921 o mais prestigiado estudo geográfico-político sobre o quadro europeu e mundial do pós-Primeira Guerra, surgido nos EUA sob o título de *The New World*, e por muitos considerado um clássico no gênero. Expoente da geração de geógrafos norte-americanos que a partir dos anos 20 passaram a ter interesse pela geografia política (Hartshorne e Whittlesey, dentre outros) no meio universitário e na *American Geographical Society* (da qual era diretor), Bowman pôde realizar o seu estudo a partir de uma posição bastante peculiar e privilegiada. Como membro da comissão especial constituída pelos EUA para realizar estudos preparatórios à Conferência da Paz, ele trabalhou em Paris de 1917 a 1919 e ali, ao lado de outros geógrafos, constituiu um "Serviço de Informações Científicas" que lhe permitiu acesso a um farto material empírico sobre fatos de todo tipo relacionados aos temas integrantes da Conferência.

Pela sua convivência com estudiosos franceses e a qualidade da sua obra, estes interessaram-se em traduzir e republicar o seu livro, surgido na França em 1928<sup>2</sup>.

Esta edição francesa contém alguns detalhes bastante interessantes e é digna de comentários. Havia, como era de se esperar, um certo clima de desconfiança em relação ao autor. Afinal, tratava-se de um norte-americano analisando os efeitos de uma guerra preponderantemente européia e num país que passara nela por um dos piores momentos de sua história. Além do mais, malgrado o reconhecimento internacional e em especial o francês, quanto à competência e à integridade moral do autor, este não deixava de parecer aos olhos franceses um representante oficial do governo dos EUA, país que, tendo partido em socorro dos aliados, assumira comportamento dúbio ou até mesmo contrário aos interesses franceses na Conferência de Paz e na Liga das Nações (o "Tratado de Versailles" fora rejeitado pelo Senado norte-americano).

Brunhes, em seu prefácio, faz questão de ressaltar esse clima

2. BOWMAN, Isaiah, *Le Monde Nouveau. Tableau général de géographie politique universelle*. Trad., adapt. e Prefácio de Jean Brunhes. Paris, Payot, 1928.



comum, de certo modo constrangedor, para Bowman e seus pares franceses. Em certa passagem, refere-se ao país do autor como não sendo propriamente um “paraíso” e às Américas como o “continente de Monroe”, numa explícita alusão aos conflitos ali em curso motivados pelas tendências imperialistas norte-americanas.

De fato, Brunhes quer deixar claro que o problema do imperialismo não é uma exclusividade européia. Mais do que isto, logo que saiu a primeira edição norte-americana, sugeriu a Bowman que incluísse uma análise de próprio punho sobre os EUA e seu papel na América Latina, estudo que constituiria um capítulo adicional na segunda edição norte-americana e na versão francesa. Nesta, além desse capítulo, Bowman autoriza Brunhes e De Martonne a adicionar “notas de esclarecimento” e alguns comentários, além de pequenas adaptações. Em suma, mesmo com tais “concessões” e apesar de recorrer à fala de um famoso general francês que teria constatado no autor “um real sentimento de compreensão dos interesses da França e de seus aliados”, Brunhes deixa claro que se trata de “uma visão americana” da Europa.

Essa reação de Brunhes, que refletia o espírito dominante no meio dos geógrafos franceses, era previsível e até certo ponto explicável. Afinal, a famosa “escola francesa de geografia”, mesmo que afetada pelos estragos da guerra, pretendia ela própria gerar as suas avaliações do conflito. O primeiro desses estudos, publicado por Albert Demangeon, saíra um ano antes que o de Bowman, e o seu título bem expressa o estado de espírito dos franceses e europeus (“O declínio da Europa”)<sup>3</sup>.

Para ele, a guerra destruíra a riqueza material dos europeus e, mais do que isso, provocara uma “regressão do espírito”. Além disso, a Europa perdera o seu papel de liderança no mundo: “Ninguém duvida que a Europa, que comandou o mundo até o final do século XIX, perdeu a sua supremacia em proveito de outros países; nós assistimos ao deslocamento do centro de gravidade do mundo para fora da Europa; nós vemos sua fortuna passar às mãos dos povos da América e da Ásia”<sup>4</sup>. Demangeon não tem dúvidas de

<sup>3</sup> DEMANGEON, Albert, *Le déclin de L'Europe*. Paris, Payot, 1920.

<sup>4</sup> DEMANGEON, A., op. cit., p. 13.

que a guerra fora um desastre para a Europa, sobretudo por essa perda de supremacia, e que as nações líderes do mundo seriam sem nenhuma dúvida os EUA e o Japão, cujo potencial industrial era incomensurável.

No caso dos norte-americanos, vaticina, logo transformarão a Europa em sua zona de domínio econômico (financeiro e industrial). Situação humilhante, conclui, em que a “velha Europa” tornar-se-á uma “terra de colonização” para a “jovem América”.

Em seu trabalho, Bowman entende que a guerra produziu um mundo novo, tais as alterações que provocou. Para ele, esse evento constitui uma grande ruptura, marco que finaliza uma era e inaugura outra. Examinando o quadro político e territorial do pós-guerra, com uma grande dose de ceticismo, ele lança uma série de indagações, dentre elas algumas cruciais:

“O que resta do velho mundo? Quais são os povos que integrarão os novos Estados? A libertação chegou para as minorias oprimidas, aquelas que têm sido perseguidas pelas diferenças de raça, religião ou costumes? ... As grandes potências continuarão a lutar para assegurar vantagens comerciais, matérias-primas, zonas estratégicas — com a guerra como perspectiva, se elas não puderem realizar de outro modo suas ambições comerciais e políticas? Em suma, durante os anos imediatamente próximos, as mudanças na geografia política e econômica do mundo significarão a paz ou a guerra, a força ou a fraqueza? Vejamos então os problemas vitais para cada nação: por causa de alguns dentre eles, a guerra é possível, não na próxima geração, mas daqui a alguns anos. O número de pontos perigosos do globo aumentou enormemente e as zonas de fricção cresceram”<sup>5</sup>.

O que ocorreria na Europa e no mundo menos de duas décadas após demonstraria o quanto era fundado o ceticismo do autor, cujas

<sup>5</sup> BOWMAN, I., op. cit., pp. 2-3. Fitzgerald lembra, a respeito, o clima reinante entre os aliados (vencedores), por ocasião da Conferência de Paz, em que palavras de ordem como “Os direitos das pequenas nações” e “autodeterminação” eram insistentemente repetidas. Cf. Fitzgerald, W., op. cit., p. 135.



palavras em 1921 soavam como proféticas. Entretanto, longe de praticar futurologia, o que Bowman apontava era justamente para os riscos de instabilidade no quadro de relações interestatais criado pelo desfecho da própria guerra, incluindo as resoluções de Versailles.

Em suas observações, emergiam novamente os problemas da Europa Central e dos Bálcãs, como regiões de perigo potencial. Ele lembra que, afinal de contas, a Europa Central passara de um total de 13.000 km de fronteiras para 16.000 km, dos quais 4.800 km representados por novos traçados. O velho *status quo* político-territorial dos antigos Impérios achava-se então estilhaçado. As minorias étnicas buscavam abrigo em novos Estados, próprios ou não. A esse respeito, Bowman apresenta um quadro ilustrativo, no qual lista 32 diferentes contestações e reivindicações territoriais, apenas na Europa Central, após o término da guerra.

Estava claro que a intenção da Conferência de Paz de conformar cada comunidade nacional a Estados próprios, ou reagregá-las em novos, encontraria sérios obstáculos, especialmente na porção centro-oriental européia, onde, após a derrocada da Áustria-Hungria, do Império Turco, e do Império “czarista”, restavam dezenas de nacionalidades e “comunidades de língua”, amplamente misturadas<sup>6</sup>.

Basta lembrar um fato pitoresco: registra-se que na Áustria-Hungria, quando o governo emitia suas leis e comunicados (como na convocação para a guerra), deveria fazê-lo através de dezoito línguas diferentes. Apesar do propalado respeito à “autodeterminação dos povos”, havia outras motivações, de natureza estratégica, que determinavam o enfoque do problema por parte das potências vitoriosas.

Era evidente a intenção de criar uma “zona de contenção” entre os dois grandes Estados continentais (a URSS e a Alemanha), em histórica disputa pelo domínio do que Mackinder chamara de “coração continental” ou “heartland”. A constituição de “Estados-tam-

<sup>6</sup> A Alta Silésia talvez constituísse o exemplo de região onde esses problemas eram os mais agudos, dificultando até mesmo o plebiscito do pós-guerra para decidir o futuro de suas comunidades. Cf. Hartshorne, R., “Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia”, in *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. XXIII, Nº 4, 1933.

pões”, como ficaram conhecidas as novas unidades territoriais na região, garantia à Inglaterra e à França (principalmente) a possibilidade de, através de alianças bilaterais e mesmo domínios, exercerem sua influência, que se estenderia desde a Europa Centro-Oriental até o Oriente Médio e o norte da África. Com essa estratégia posta em prática, ficava demonstrado o acerto das teses de Mackinder, cujo maior objetivo era justamente a quebra da hegemonia das potências terrestres<sup>7</sup>.

O ceticismo e o tom “profético” presentes na análise de Bowman não decorriam apenas dos problemas que detectava nas inúmeras unidades étnico-territorial-estatais do centro-leste europeu e da península balcânica. Havia também, latente, o risco da própria Alemanha, vencida e humilhada com perdas territoriais e populacionais consideráveis (aproximadamente 36.000 km<sup>2</sup> e 6.500.000 habs.), com destaque para a Alsácia-Lorena e o Oeste polonês, além de pesadas indenizações impostas pelos vencedores. Tal é o quadro de instabilidade potencial, que Bowman traduz como uma autêntica “desorganização universal”.

Em sua análise detalhada, ele aborda cada império colonial e países que tiveram alterado, em graus variados, o seu *status-quo* territorial, político e econômico devido ao conflito armado. No caso do Império Britânico, observa que, apesar das perdas — especialmente de homens e frota naval —, foi conservado incontestemente o seu poder marítimo em parte considerável do mundo, mantendo sob seu domínio direto, em 1919, territórios e populações da ordem de 35.467.656 km<sup>2</sup> e 475.000.000 habitantes respectivamente<sup>8</sup>.

Bowman chama a atenção para um fato novo, qual seja, o da entrada em cena no pós-guerra, de uma nova potência mundial, os EUA, com influência crescente no continente latino-americano, no Atlântico e no Pacífico. Malgrado tratar-se de disputa pacífica com

<sup>7</sup> Muitos autores reconhecem o mérito de Mackinder a respeito, destacando que o essencial de suas teses havia sido exposto em 1906 (que seriam desenvolvidas e complementadas em 1919). Dentre eles, Aron, R., *Guerra e paz entre as nações*, 2ª ed. Brasília. Ed. UnB, 1986.

<sup>8</sup> BOWMAN, I., op. cit., p. 16. O autor lembra também que, como potência vitoriosa, coube à Grã-Bretanha as ex-colônias alemãs na África Oriental.



o Império Britânico, os ingleses viam ameaçada a sua sólida hegemonia nessas regiões do globo. Um outro ponto levantado pelo autor é o da manutenção ou não do “livre-cambismo” inglês no âmbito do próprio império, ante a crescente concorrência do comércio internacional. Rompendo uma longa tradição, os ingleses, através do “British Finance Act” de 1919, estendem tarifas aduaneiras privilegiadas a todos os domínios e protetorados do império, com preferência de intercâmbio com a Metrópole<sup>9</sup>.

Um dos fatos mais destacados do pós-guerra envolvendo o Império Britânico, segundo o autor, é o do processo de independência do Egito. Havia ali um quadro político complexo, envolvendo disputas antigas entre os ingleses, franceses e turcos, principalmente. Derrotados na guerra, os turcos permaneceram influenciando nos movimentos nacionalistas egípcios pela independência ante a Inglaterra, cuja maior preocupação era com o domínio do canal de Suez.

Já na Conferência de Paz, ela tivera de aceitar acordos que amenizassem esse domínio direto sobre o antigo protetorado. Apesar disso, em 1922 é declarada a independência do país, com a manutenção de vantagens à Inglaterra no tocante às suas comunicações marítimas através do canal<sup>10</sup>.

A situação da França e de seu império colonial do pós-guerra era bastante diversa daquela da Inglaterra. Para Bowman, a guerra quase arruinou o país. Além dos 1,5 milhão de mortos, a estrutura produtiva (agrícola e industrial) fora quase completamente destruída. Ele observa ainda que os males causados pela Alemanha ao país foram tais, que as indenizações de guerra (que ele duvidava que a Alemanha pudesse pagar tendo em vista sua própria situação) jamais seriam capazes de fazer frente aos desafios da reconstrução, mesmo porque essas indenizações não eram devidas apenas à França. Em termos concretos, ele destaca um único ganho efetivo do país: a

<sup>9</sup> Idem, p. 22.

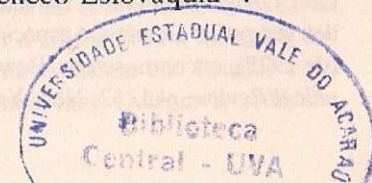
<sup>10</sup> Idem, p. 54. A Questão do Canal de Suez e sua importância estratégica já levava o Almirante Mahan (como foi visto) a comparar o esse canal e o Mediterrâneo com o canal do Panamá e o Caribe, envolvendo, em cada caso, os interesses da Inglaterra e dos EUA, respectivamente.

reconquista dos territórios da Alsácia-Lorena (14.000 km<sup>2</sup> e 1.900.000 habs.), ricos em ferro, carvão, potássio e petróleo.

Chama a atenção para as diferenças entre a gestão colonial francesa e a inglesa: se no império britânico a organização interna previa formas complexas de relacionamento com as colônias (da semi-autonomia à administração direta), no caso do império colonial francês essa gestão era feita com base na extrema centralização. Após a guerra, a intenção do governo francês era a de conter a sua expansão colonial, assumindo apenas os territórios alemães na África, em partilha com a Grã-Bretanha. Seu maior problema era com a Síria, cujo movimento de independência recrudescera em 1919 e 1920, tendo sido reprimido militarmente pela Metrópole. No norte da África, manteve o seu controle sobre o Marrocos, a Argélia e a Tunísia. No caso do Marrocos, após a supressão dos direitos alemães pelo Tratado de Versailles, a França adota uma política de “portas abertas” e de administração semidescentralizada, o que não acontece com a Argélia e a Tunísia, em relação às quais ela volta aos moldes do centralismo tradicional.

A situação da Alemanha no pós-guerra é examinada sob dois ângulos principais: a questão nacional, com o seu desdobramento no “pangermanismo” — que tornara-se estratégia do Estado-Império desde Bismarck —, e as conseqüências especialmente geopolíticas, com as perdas territoriais (européias e coloniais) de grande monta. Estes são dois fatos de grande importância política para Bowman, pois, mesmo com a derrota e o fim do império, as condições para uma retomada (no futuro) do “pangermanismo” como estratégia nacional foram mantidas. Além disso, ressentimentos pelas perdas de territórios também poderiam, no futuro, reacender o velho sonho expansionista em direção ao Leste. Apesar da derrota e do armistício de Versailles, a distribuição dos povos de origem germânica na Europa Central e Oriental ainda era um fato cultural e político de expressão. No pós-guerra, restavam numerosos grupos com milhões de germânicos na Áustria (o maior deles), na Rússia (principalmente no Sul e no Báltico), na Hungria, na Polônia e na Tcheco-Eslováquia<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> BOWMAN, I., op. cit., pp. 161 e segs.





Quanto à segunda consequência, a das perdas territoriais, o autor assinala as principais: província de Sarre (cessão à França das minas carboníferas), cujo futuro dependeria de plebiscito após quinze anos; distritos de Eupen, Malmédy e Moresnet, cedidos à Bélgica; parte da Alta Silésia (rica em minérios) cedida à Polônia; território de Niemen, cedido à Lituânia; Dantzig (Gdansk) e Prússia Oriental, também à Polônia. Finalmente a perda mais conhecida, a parte da Alsácia-Lorena (e do controle da navegação do Reno), para a França, uma das grandes produtoras de ferro e potássio da Europa. Em suma, com a guerra, a Alemanha perdera mais de 2.000.000 de homens e, com os territórios subtraídos, 13% de sua superfície e 12% da população<sup>12</sup>.

A avaliação da situação alemã do pós-guerra também foi feita por geógrafos alemães, dentre eles Otto Maull, Arthur Dix e Karl Haushofer. Os dois primeiros publicaram seus trabalhos logo após Bowman, em que o balanço do pós-guerra aparece como parte de grandes ensaios geopolíticos, malgrado os títulos de *Geografia política*. Em uma passagem de seu trabalho, Maull lembra que a obra de Haushofer e um grupo de geógrafos, intitulada *Poder e Terra*, concluída com o terceiro volume em 1934, constituía, na verdade, uma réplica alemã ao *The New World* de Bowman<sup>13</sup>.

Dentre os geógrafos alemães, aquele que apresenta um exame mais detalhado do pós-guerra é Arthur Dix. A perspectiva do interesse nacional é mais do que evidente em suas observações e in-

<sup>12</sup> Deve-se acrescentar a essas perdas aquelas referentes aos territórios coloniais da África e do Pacífico. Após a derrota, territórios como Fiji, Samoa e Nova Guiné, as ilhas Marshall, Carolinas e Marianas tiveram seu destino decidido pela Liga das Nações. Na África, Togo e Camarões foram (divididos entre a França e a Inglaterra); já África Sul-Occidental e África Oriental alemãs, para a União Sul-Africana e a Grã-Bretanha, respectivamente.

<sup>13</sup> O livro de Dix foi originalmente publicado em 1925 e, anos após, numa versão em espanhol: Dix, A., *Geografia política*. Barcelona, Labor, 1929. O de Maull, também em 1925, cujos temas são retomados décadas após em: Maull, Otto, *Geografia política*. Barcelona, Omega, 1960. A tréplica de Bowman à reação dos geógrafos alemães, e especialmente a sua crítica à *Geografia política* de Maull (de 1925), encontra-se em: Bowman, I., "Geography vs. Geopolitics", in *Geographical Review*, vol. 32, New York, 1942.

terpretações da situação européia após o conflito, em especial a situação alemã. Já na análise do "quadro de antagonismos" europeus do pré-guerra ele confronta-se com a posição de seus pares franceses, especialmente Vidal de La Blache e J. Ancel, a propósito do conceito do "direito natural" da França sobre parte dos territórios ao longo da fronteira franco-alemã, particularmente a Alsácia-Lorena, em posse da Alemanha após o Tratado de Frankfurt (1871). Dix desdenha essa posição francesa (além de outros como Bowman e Pounds):

"Desde a Guerra de 1870-71, a tensão nas relações entre a França e a Alemanha era manifesta, não se resignando a primeira pela perda definitiva dos territórios que teve que ceder pelo Tratado de Frankfurt. Entretanto, pode-se assegurar que entre ambas as nações não existia uma real oposição de interesses criada pela própria natureza. Para que o choque de interesses merecesse esse qualificativo, seria necessário que aparecesse uma verdadeira subordinação nas condições de vida econômica de um povo. Isto teria ocorrido se a França e a Alemanha acabassem separadas reciprocamente por suas fronteiras de uma comarca ou de uma zona de tráfico, sem a qual não fosse possível a uma das partes conservar de um modo satisfatório a independência de sua economia nacional e suas relações mercantes com o resto do mundo. Porém, na realidade, a posse da Alsácia-Lorena não constituía para a França um problema absolutamente vital"<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> DIX, A., op. cit., p. 114. J. Ancel rebatia essa posição alemã, expressa por Dix e mais tarde por Haushofer, tomando por base o que Vidal de La Blache expusera em seu "La France de l'Est". Nessa obra, o geógrafo francês opunha o seu conceito de "gênero de vida" ao de "posição" dos geopolíticos alemães, inspirados em Ratzel. Assim, enquanto a França reivindicava a Alsácia-Lorena a partir do modo de vida rural de seus habitantes, de seus sentimentos democráticos e de sua ligação com a Revolução Francesa, a Alemanha partia do princípio de sua "posição central" na Europa, o que lhe justificava o direito de estender-se até essa região. Na Alsácia-Lorena, afirma Ancel, existia um claro sentimento a favor da democracia nacional francesa, e este deveria ser o critério para a definição das fronteiras, e não aquele baseado exclusivamente na estratégia dos Estados e no poder militar. Cf. Ancel, Jacques, *Géopolitique*, Paris, Libr. Delagrave, 1936.



Dix chega até mesmo a dizer que se havia algum prejuízo no tratado, este seria da Alemanha, já que o novo traçado punha em risco a Alta Alsácia. A esse antagonismo (com a França), acrescenta aqueles provenientes de disputas coloniais na África. Com a Rússia, lembra dos problemas em torno do Vístula, Constantinopla e Dardanelos, no fundo, a disputa em torno das rotas que ligavam a Ásia Anterior ao oceano Índico. Lembra, também, as ameaças russas à Áustria-Hungria, aliado alemão, particularmente pelas suas questões com a Sérvia. Com a Inglaterra, o antagonismo alemão estava baseado na disputa estratégica em torno da competição do poder naval em nível mundial, já que a frota alemã crescia rapidamente. Desse modo, conclui Dix, a Alemanha, como o principal Estado da Europa Central, encontrava-se “cercada por antagonismos” e ameaçada pelas “potências mundiais”, e o seu papel só poderia ser o de manter a todo custo a integridade geográfica, econômica e política dessa região e de sua “natural” zona de influência (Europa Centro-Oriental, Balcãs e Ásia Anterior).

Apesar das divergências com a análise de Bowman, o essencial do balanço do pós-guerra de Dix (descontada a perspectiva ostensivamente alemã) coincide com a do geógrafo norte-americano, quanto à potencialidade de um novo conflito no futuro:

“O mapa atual da Europa Central e do Sudeste aparece em muitos aspectos muito desfavoravelmente repartido, posto que o traçado das fronteiras responde a um critério puramente convencional, sem que coincidam com limites etnográficos, nem com os naturais, nem econômicos. Mais funestos, porém, são alguns casos de fracionamentos políticos, como ocorre com o território da Prússia Oriental, isolado do resto da Alemanha. Nos povos de raça teutônica, sobretudo, o desenvolvimento das fronteiras resulta muito prejudicial, pela separação da Alemanha e Áustria, além da inclusão de massas consideráveis de população germânica no novo Estado da Tcheco-Eslováquia. Os limites da Polônia com a Alemanha, Ucrânia e Lituânia; os da Romênia com a Hungria; os da Bulgária com a Sérvia e Grécia, etc., são bastante arbitrários e é quase seguro que em um prazo curto constituirão um verdadeiro celeiro de discórdias”<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> DIX, A., op. cit., p. 132.

Além do mais, diz ele, a criação de alguns dos novos Estados “contrariou todas as leis da geopolítica”, lembrando que preponderou na decisão o objetivo estratégico de isolar e enfraquecer a Alemanha (vejam-se os “Estados-tampões”, o “Corredor Polonês”, etc.) e destruir o bloco dos Impérios Centrais, mesmo que formalmente o princípio tivesse sido o do respeito às etnias. Quanto às perdas alemãs (territoriais), Dix coincide basicamente com Bowman, mas acrescenta alguns dados, dentre eles a informação de que dos 1.874.000 habitantes da Alsácia-Lorena, 1.634.000 eram de origem germânica<sup>16</sup>. No caso da cessão à Polônia de parte da Prússia Oriental, Dix reconhece a necessidade de dar ao novo Estado polonês uma saída para o Báltico (Gdansk) dado o seu papel de “vanguarda das potências européias frente à Rússia comunista”<sup>17</sup>. Quanto ao total das perdas alemãs, seus números divergem ligeiramente dos de Bowman: 70.587 km<sup>2</sup> (para 67.033 km<sup>2</sup>) e 6.493.000 habs. (8.000.000 habs.). A essas acrescenta as perdas coloniais (2.930.000 km<sup>2</sup> e 12.000.000 habs.).

Quanto a Otto Maull, este já polemizara com Bowman em seu *Geografia Política* de 1925, referindo-se ao *The New World* em termos irônicos por conter “fatos em série e esquemas mnemônicos (procedimentos não-científicos)”. Bowman replica que “esquema mnemônico” e não-científico é o quadro de Maull que contém uma

<sup>16</sup> Segundo o autor, essa predominância se devia “à prosperidade econômica do dito território durante o período de ocupação imperial, desde o Tratado de Frankfurt”. Cf. Dix, A., op. cit., p. 143. Nesse aspecto, Fitzgerald concorda com Dix, argumentando que, de fato, a anexação da Alsácia (predominantemente germânica) e da parte germânica da Lorena deveria ter sido precedida por um plebiscito nas regiões, como em outros casos. Cf. Fitzgerald, W., op. cit., p. 138.

<sup>17</sup> Enquanto Dix examina a questão polonesa pela ótica de um país vencido e que perde parte importante de seu território, atribuindo a criação do novo Estado (polonês) à necessidade de conter a URSS, Bowman enfatiza os argumentos estratégicos (“uma zona de contenção entre a URSS e a Alemanha”) e culturais (“os poloneses rejeitavam a convivência com ambos os povos vizinhos”). Nos anos do pós-guerra, reconhece Bowman, os conflitos externos poloneses deram-se muito mais com a URSS, em torno das fronteiras orientais, levandô os países à guerra, com a intervenção direta dos aliados em favor da Polônia. Após o expansionismo alemão, a “grande ameaça” passaria a ser o comunismo soviético. Cf. Bowman, I., op. cit., p. 274.



classificação das nações segundo o seu “quociente colonial”, índice que expressaria o seu poder frente às demais<sup>18</sup>. Em sua avaliação do pós-guerra, Maull demonstra ressentimentos e uma certa tendência a subestimar os efeitos da derrota na ulterior evolução alemã. Dá grande ênfase (tal como Dix) ao modo (a seu ver desastroso) pelo qual os aliados “reconstituíram” a Europa Central, Centro-Oriental e Balcânica, a partir da desagregação dos Impérios Centrais, especialmente no que tange ao ex-império da Áustria-Hungria. No caso da Áustria, em particular, a solução imposta pelos aliados foi, a seu ver, extremamente violenta e autoritária, já que se tratava de país autenticamente alemão, conforme diz:

“No primeiro momento, surgiram no antigo território da dupla monarquia efêmeros estados baseados no princípio da livre autodeterminação dos povos, que se uniram depois (ou tentaram unir-se) aos Estados vizinhos do mesmo grupo étnico. Assim ocorreu nas zonas habitadas por romenos, polacos, italianos e alemães. Quanto a estes últimos, lembramos que no artigo II da nova constituição elaborada no Congresso Nacional Provisório Austríaco se afirma: ‘a Áustria alemã é parte integrante da República Alemã’. Porém, as potências inimigas apuseram o veto à união. Foi exigido que se suprimisse o qualificativo ‘alemão’ na designação do Estado e proibiram-se os movimentos ou iniciativas (plebiscitos) que propugnassem o *Anschluss*”<sup>19</sup>.

Em sua análise da questão austríaca, Bowman reconhece que, de fato, havia ali um sentimento pró-Alemanha e um desejo concreto de unir-se àquele país, via constituição ou plebiscito. Entretanto, atribui essa tendência ao quadro de “dificuldades econômicas” do

<sup>18</sup> Cf. BOWMAN, I., *Geography vs. Geopolitics*, op. cit., p. 654. A idéia de Maull sobre o poderio relativo das nações baseado em seu “coeficiente colonial” está sintetizada (e levemente modificada) em Maull, O., *Geografia Política*, op. cit., p. 49.

<sup>19</sup> MAULL, O., op. cit., p. 313. A referência do autor ao princípio da “autodeterminação” que fora adotado para inúmeras nacionalidades é evidentemente irônica, já que, segundo ele, o princípio não “valeu” para os “alemães austríacos”.

país no pós-guerra. Além do mais, lembra, era óbvio que os aliados não poderiam consentir com esse projeto, que resultaria numa Alemanha unificada e mais poderosa ainda do que antes da guerra, com uma população de 65.000.000 de habitantes<sup>20</sup>.

A notável alteração no quadro geopolítico da Europa Central Oriental (seis novos Estados e milhares de quilômetros de novas fronteiras) provocada pelos tratados do pós-guerra não envolveu apenas os territórios dos desagregados “impérios centrais” (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia) derrotados pelos “aliados”. A Rússia, que se tornara Estado socialista em 1917 e retirara-se da guerra, apesar de ter lutado ao lado dos vencedores, acaba constituindo-se no novo e perigoso inimigo para todas as potências, até mesmo para a Alemanha. Além do cerco inglês, francês e norte-americano, as “soluções territoriais” adotadas em 1919/20 combinariam princípios da “autodeterminação dos povos” com estratégias de contenção ao recém-criado Estado soviético.

As novas “zonas de contenção”, “Estados-tampões” ou “cordões-sanitários”, como observaram muitos analistas, visaram assim neutralizar possíveis expansões futuras não apenas da Alemanha, mas sobretudo da União Soviética. A Rússia, ao término da guerra, perderia territórios no Báltico, com a constituição da República da Finlândia, além da Estônia, Lituânia e Letônia (Tratado de Dorpat, de 1920); perdeu também porções da Rússia Branca, Ucrânia e Bessarábia, com a criação da Polônia e da Romênia. Finalmente, atacada pelos poloneses em 1920, que avançaram as fronteiras até próximo a Kiev, os soviéticos respondem à agressão e forçam os poloneses a recuar até Varsóvia. Com a ajuda dos aliados, os poloneses novamente avançam para o leste, até que, pelo Tratado de Riga, ratificado em 1923, as novas fronteiras são fixadas (para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Versailles) e reconhecidas pelos dois países. Desse modo, em termos estritamente territoriais, a Rússia Soviética sofreria conseqüências equivalentes às da Alemanha, apesar da sua condição singular de potência que lutara na guerra ao lado dos aliados e retirara-se dela em 1917.

<sup>20</sup> BOWMAN, I., *Le monde nouveau*, op. cit., p. 181.



Em seu balanço do pós-guerra, nota-se, nas análises de Bowman sobre a situação soviética, a sua preocupação com o comunismo e a ameaça potencial do novo Estado sobre os países “livres”. Nesse sentido, faz coro às advertências de Mackinder. Não atribui o sucesso da Revolução aos que a levaram adiante, mas à fragilidade e à incompetência do antigo império czarista: “A ruína e a queda deste grande Império parecem agora naturais, se se dá conta de todas as diferenças étnicas, históricas e mesmo morais que continha; sua harmonia aparente não era mais que a expressão de uma vontade centralizada dominando um povo de camponeses ignorantes”<sup>21</sup>. Ele também atribui a derrocada do regime à elite aristocrática “egoísta e reacionária”, assentada sobre um campesinato atrasado e uma estrutura fundiária injusta, e que foi incapaz de consolidar um regime democrático por ocasião da revolução liberal de 1905, dando margem à revolução socialista de 1917, quando o país passa da “autocracia utopista ao bolchevismo”. Mais adiante, condena veementemente a tentativa do novo regime em “exportar” sua revolução aos demais países da Europa Ocidental e do mundo, apoiando moral e financeiramente movimentos revolucionários análogos<sup>22</sup>.

Maull tem o mesmo ponto de vista em relação à revolução soviética, mas com uma análise política mais apurada que a de Bowman. Para ele, trata-se da tomada do poder por uma minoria (o partido), apoiada pelos operários e secundariamente pelos camponeses:

“Na realidade o regime que se havia constituído era uma ditadura, muito distante de toda democracia. O bolchevismo, de origem estrangeira, intensificou os métodos radicais da Revolução Francesa vestindo-os com o despotismo asiático-oriental. Não obstante, a natureza desses métodos não deve fazer-nos esquecer o sentido profundo do objetivo bolchevique, ainda que esteja muito longe de havê-lo convertido em realidade”<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Idem, p. 323.

<sup>22</sup> Idem, p. 334.

<sup>23</sup> MAULL, O., op. cit., p. 357.

Ele chama a atenção para o que chama de relações de dominação interna: do mesmo modo que uma minoria política domina a sociedade, diz ele, com o sistema de “autonomia relativa” das Repúblicas na nova federação (1923), sobressaía a hegemonia da Rússia sobre as demais. Desse modo, deduz, a tendência de “russificação” do império durante o czarismo será mantida no novo Estado. Além disso, ele acredita que os “esforços de reconstrução econômica” nos anos 20 tiveram o objetivo de recolocar o país no caminho da expansão para leste e oeste, o que, segundo ele, nada mais foi que a manutenção da antiga política territorial externa da velha Rússia no Estado soviético.

Ambos os autores apontam para a estrutura interna precária do novo Estado, marcado por perdas territoriais, crise econômica e, em especial, pelo sentimento separatista ou autonomista de muitas etnias e regiões. Bowman lista 36 etnias distintas que constituíam o antigo império, sendo que as mais radicalmente separatistas fundaram repúblicas independentes no pós-guerra, dentre elas especialmente os poloneses, estonianos, lituanos, letões e finlandeses. As demais foram organizadas em repúblicas semi-autônomas na federação russa ou em outras, como a da Ucrânia, Rússia Branca e Transcaucas. Como ele diz, foram arranjos político-administrativo-territoriais internos que não lograram, a seu ver, solucionar a contento a pluralidade de nacionalidades do novo Estado.

Finalmente, uma breve avaliação dos EUA, país que entrara em fins de 1917 na guerra e cuja participação nas discussões em Versailes e no Tratado de Paz gerou mais comentários do que a sua contribuição para o desfecho do conflito. Em todos os analistas, uma unanimidade: antes mesmo da guerra, os EUA já eram a maior potência econômica do globo, mas isto ainda não se traduzira em hegemonia política no quadro internacional, à semelhança da Inglaterra, por exemplo, que combinara as duas supremacias por quase um século. Como se viu em capítulo anterior, só a partir de 1890 é que o país passaria a preocupar-se explicitamente com as questões externas para além do “continente de Monroe”. Como nota Paul Kennedy<sup>24</sup>, o país gerava, em 1914, US\$ 37 bilhões de Renda Na-

<sup>24</sup> KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, op. cit., pp. 236 e segs.



cional Bruta, contra US\$ 11 da Inglaterra, US\$ 12 da Alemanha, US\$ 7 da Rússia e US\$ 6 da França; possuía 400.000 km de ferrovias (contra 75.000 da Rússia), produzia 455.000.000 t de aço (contra 292.000 da Inglaterra e 277.000 da Alemanha); era o maior produtor mundial de petróleo e produzia mais ferro-gusa que os três outros grandes produtores seguintes juntos; possuía mais veículos motorizados que o resto do mundo junto. Sua pujança assentava-se (ao contrário da Inglaterra) principalmente em seu enorme mercado interno (as exportações representavam apenas 8% de seu PNB), mas cresciam assustadoramente as suas exportações de manufaturados, o que preocupava os concorrentes europeus.

Após a guerra com a Espanha e as possessões no Pacífico, passa a desenhar a sua política externa com mais desenvoltura, fortalece a sua marinha, mas de todo modo com fortes resistências internas das forças pró-isolacionistas, em especial face aos conflitos europeus, considerados distantes demais da pauta norte-americana. Daí por que Paul Kennedy considera que “Os Estados Unidos tinham-se tornado, claramente, uma grande potência. Mas não eram parte do sistema de grandes potências”<sup>25</sup>. De fato, nas três últimas décadas antes do conflito, apesar da curta guerra com a Espanha, do interesse pelo Pacífico e a China (a declaração do “open door” e o envio de 2.500 soldados), a sua entrada na guerra de 1914-18 passou por grandes discussões internas, sendo que até 1917 limitara-se a apoiar materialmente a Inglaterra (com a qual formalizara uma aliança) e a França, principalmente.

Sua participação a partir daí, dada a sua situação econômica privilegiada, fez-se sentir muito mais pelo seu poderio material e financeiro que propriamente militar. Não obstante, é preciso lembrar que em 1914 já dispunha da terceira marinha do mundo, com a qual gastava 19% dos recursos federais, além de uma enorme capacidade industrial para a produção bélica.

Terminada a guerra, sua presença em Versailles foi determinante para o rumo das negociações, em que se tornaram famosos os “14 princípios wilsonianos”, pontos centrais da estratégia para a paz negociada anunciados pelo presidente norte-americano. De fato, as

<sup>25</sup> KENNEDY, P., op. cit., p. 241.

propostas de Wilson, que propugnavam pelo direito das minorias e pelo princípio da “autodeterminação” dos povos, além de defender a idéia de que o povo alemão não deveria arcar excessivamente com as conseqüências da guerra, e seu esforço em prol da Liga das Nações, influíram decisivamente nos tratados do pós-guerra, especialmente para a “Paix de Versailles”. Ao mesmo tempo, os débitos de guerra para com os EUA garantiam a sua supremacia, aliado ao fato de que o país só tivera estímulos positivos em sua economia e nenhuma conseqüência direta em seu território.

Entretanto, a essas vantagens relativas, juntaram-se não poucas contradições que marcaram o “debut” norte-americano num conflito em larga escala e na política mundial. Os analistas tendem a atribuir os percalços a uma série de razões, de ordens diversas. A primeira dessas contradições ficou clara no aparentemente inexplicável *isolamento* do país nos anos do pós-guerra, cujo fato mais surpreendente foi a não-aprovação do Tratado de Versailles pelo Senado norte-americano e a recusa do país em ingressar na Liga das Nações. A segunda, pelo tratamento atribuído ao principal e aos juros da dívida dos aliados (estimou-se em US\$ 10 bilhões o montante da dívida), ao mesmo tempo que negava empenho para juntar-se às pretensões francesas por uma radical posição de não-revisionismo dos acordos no que dizia respeito à questão das fronteiras franco-alemãs. Daí o comportamento irônico e ressentido dos franceses em relação a Bowman no prefácio e em notas de pé-de-página de seu livro. Por seu turno, o julgamento do próprio Bowman, dessas contradições na política externa do seu país, será o mais rigoroso possível:

“Este estado de coisas terá provavelmente repercussões danosas sobre a influência americana no estrangeiro, por causa, em primeiro lugar, da ignorância em que se encontram geralmente os americanos das questões da política e da geografia universais, mas sobretudo por causa da sua incapacidade de imaginar os tempos futuros”<sup>26</sup>.

Para ele, esse alheamento do país justificava-se também pelo fato de que “o seu pensamento não é imperialista” em questões inter-

<sup>26</sup> BOWMAN, I., op. cit., p. 573.



nacionais, com o que não concordam muitos analistas, até mesmo alguns de seu país, como já visto nas reações internas à política do “big stick” de Theodore Roosevelt na virada do século. Mesmo entre os aliados, a desconfiança com a “nova potência” é generalizada, em parte pelo comportamento na Conferência de Paz e em parte pela sua hegemonia financeira obtida pelos empréstimos durante e após a guerra, além da sua enorme agressividade no comércio internacional de matérias-primas e manufaturados. Os mais de vinte tratados comerciais com diferentes países firmados nos anos do pós-guerra evidenciavam a disposição norte-americana de fazer valer as suas inegáveis vantagens econômicas e, até certo ponto, estratégico-militares no mundo.

Esse clima de desconfiança europeu com os EUA está presente em franceses e alemães, por exemplo, para tomar os extremos. Para Jean Brunhes, a rejeição do Tratado pelo Senado significou uma “quebra de palavra do povo norte-americano” para com o povo francês, tendo em vista a receptividade e o apoio deste às propostas do Presidente Wilson<sup>27</sup>. O geógrafo alemão Arthur Dix, por seu turno, identifica tendências imperialistas nos norte-americanos desde a conquista dos territórios mexicanos, passando pelas anexações de Porto Rico, Cuba e Filipinas. Em suas palavras: “a doutrina de Monroe (1823) começou por considerar como uma ameaça para os Estados Unidos toda nova intervenção nos assuntos da América porém, com o tempo, tem derivado para a aspiração de dominar todo o Novo Mundo, para reduzi-lo à condição de esfera dos interesses ianques”<sup>28</sup>.

Para ele, após consolidar a sua hegemonia no continente, os EUA emergem na guerra como uma potência capaz de “alterar radicalmente” o horizonte da política internacional. Como que tentando responder à observação ressentida de Brunhes, Bowman argumenta que, numa democracia como a norte-americana, o peso da opinião pública sobre o parlamento é enorme e que não se deve ignorar a ainda forte influência de George Washington, com seus princípios

<sup>27</sup> BRUNHES, J., cit. em Bowman, I., op. cit., p. 589.

<sup>28</sup> DIX, A., op. cit., p. 164.

isolacionistas do país face aos problemas da velha Europa. Quanto à cobrança da dívida dos aliados, não vê solução imediata de inteiro agrado dos devedores (como a supressão pura e simples dos débitos) podendo ocorrer, isto sim, negociações que amenizem o seu impacto nos países destroçados pela guerra (o que ocorreria em 1924 com o Plano Dawes). A esse respeito (das dívidas) Paul Kennedy apresenta um gravíssimo e esclarecedor quadro do pós-guerra:

“As dívidas públicas, não mais cobertas pelo ouro, aumentaram rapidamente; o papel-moeda, saindo de todos os tesouros dos estados, provocou enormes aumentos de preços. Dada a devastação econômica e os deslocamentos territoriais provocados pela guerra, nenhum país europeu estava preparado para acompanhar os Estados Unidos na volta ao padrão ouro, em 1919... Tudo isso foi agravado pelos insolúveis problemas correlatos dos empréstimos entre os Aliados e a exigência dos vencedores (em especial a França) de substanciais indenizações alemãs. Todos os aliados europeus deviam à Grã-Bretanha, e em menores proporções à França; e estas duas tinham pesadas dívidas com os Estados Unidos. Com os bolcheviques repudiando os empréstimos feitos maciçamente pela Rússia, de 3,6 bilhões; com os americanos pedindo seu dinheiro de volta; com a França, Itália e outros países recusando-se a pagar suas dívidas enquanto não recebessem indenizações da Alemanha; e com os alemães declarando que lhes era impossível pagar as somas exigidas, a cena estava preparada para anos de disputas amargas, que aumentaram muito as distâncias nas simpatias políticas entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos descontentes”<sup>29</sup>.

Em síntese, dado esse quadro europeu e mundial do pós-guerra, o pessimismo de Bowman e de seus colegas diante das perspectivas das relações internacionais era mais que justificado. Sob qualquer ponto de vista, a devastação da guerra e as soluções encontradas — especialmente as político-territoriais na Europa Centro-Occidental — definiram um autêntico quadro de *paz cartaginesa* para o mundo, em que as tensões latentes não tardariam a aflorar num futuro não

<sup>29</sup> KENNEDY, P., op. cit., p. 273.



muito distante. Levando em consideração algumas observações de ordem geopolítico-nacionalista, não era difícil antever de onde partiria a retomada dos conflitos. Dix, por exemplo, ao examinar o novo quadro de correlação de forças entre as potências vencedoras e a situação alemã, afirma:

“A Geografia Política não pode colocar-se diante do mapa atual da Europa como se o traçado deste fosse definitivo; é quase seguro que num futuro próximo surgirão motivos abundantes para sua retificação”<sup>30</sup>.

Diante dessa afirmação, certamente não eram exagerados nem o ceticismo de Bowman, nem o temor francês diante do que poderia ocorrer para além do Reno (especialmente com o isolamento da França em sua ferrenha batalha diplomática na Europa para garantir os acordos em torno das suas fronteiras). A confirmarem os temores franceses, também as palavras de Maull soavam ameaçadoras:

“Os vencedores ... não levaram em conta as necessidades do futuro... não consideraram que apesar das perdas territoriais que a Alemanha havia sofrido a leste, oeste e ainda a norte, era entretanto um Estado de 470.628 km<sup>2</sup>, com todas as possibilidades de voltar a ser uma grande potência”<sup>31</sup>.

Ao dedicar-se ao balanço da Primeira Guerra Mundial, a geografia política ganhou enorme impulso. De todos os lados envolvidos no conflito, brotaram análises muitas vezes também divergentes, como a demonstrarem as dificuldades intrínsecas de se produzirem estudos dessa natureza absolutamente imparciais ou “neutros”. Pela sua objetividade e apego à análise minuciosa dos fatos, Bowman, com seu famoso estudo, acabou saindo-se bem da espinhosa empreitada, não obstante alguns poucos “deslizes” em sua análise (sobre seu país, por exemplo). Os franceses, como J. Ancel e Demangeon, mal con-

<sup>30</sup> DIX, A., op. cit., p. 156.

<sup>31</sup> MAULL, O., op. cit., p. 284.

seguiram disfarçar os ressentimentos e a rivalidade com os alemães, especialmente no tocante às zonas fronteiriças em disputa. Os alemães (Maull e Dix), apesar do esforço em produzir estudos completos numa perspectiva globalizante, acabaram denotando vieses germanófilos explícitos, cuja inspiração remonta a determinadas idéias de Ratzel e mais claramente a Kjéllen. De todo modo, o confronto entre as vertentes acadêmica e instrumental da geografia política estava indiscutivelmente aberto.

## 2. K. HAUSHOFER E A GEOPOLÍTICA ALEMÃ: A GEOGRAFIA POLÍTICA VAI À GUERRA

O período que vai de 1919 a 1939, ou, se preferirmos, de 1914 a 1945, foi todo ele marcado por situações típicas relacionadas às guerras, pós-guerras, interguerras, pré-guerras, etc. A própria situação de “paz cartaginesa”, instalada pelos tratados de paz nos primeiros anos após o fim da primeira guerra, contribuiu para o clima de instabilidade latente na Europa e em amplas porções do Globo. Afora os conflitos bélicos de menor monta (Polônia vs. URSS, ataque dos Aliados à URSS), os atritos entre novos e velhos Estados nos Bálcãs e na Europa Centro-Oriental em torno de disputas fronteiriças colocavam em xeque as soluções da “paz negociada” de Versailles. Havia um clima de desconfiança e descontentamento em toda a Europa: a Inglaterra, em decorrência da perda relativa de poder face aos EUA e da presença forte da França no continente; a França, por causa do sentimento de isolamento em sua defesa dos pontos do acordo de paz, o que a leva a estabelecer alianças bilaterais de todo tipo com novos e antigos Estados da Europa Centro-Oriental, a fim de conter um eventual reerguimento alemão.

A URSS recolheu-se ao seu isolamento, voltada à reconstrução do país, agora sob regime socialista, mas não satisfeita com as mutilações sofridas em seu território. A Alemanha, destruída e vencida, iniciava a reconstrução em meio a graves crises econômicas e políticas, mutilações em seus territórios e enormes dívidas que não pretendia e não poderia pagar.

Como veremos, nos anos 20 e 30 a produção em geografia política refletirá as características dessa época, com um crescimento notável



das publicações. Mas será na Alemanha, em particular, que se desenvolverá como nunca a vertente dessa disciplina conhecida como geopolítica, e que se envolverá de modo engajado nos projetos desse país até o término da Segunda Guerra Mundial. Antes de examinarmos esse conjunto especialíssimo de “idéias geopolíticas”, convém descrever, ao menos sucintamente, o quadro interno desse país do ponto de vista social, econômico e político, que de um modo ou de outro fermentou as idéias ali geradas nesse período.

Em fins de 1918, três grandes acontecimentos históricos na Alemanha: a rendição do país diante dos Aliados, seguida pelo fim do império e a ascensão dos social-democratas ao poder. Era o desfecho da derrota militar externa e das pressões políticas internas que beiravam a uma revolução. A classe operária, com suas greves e manifestações com mais de um milhão de pessoas naquele ano, além de uma fração autenticamente revolucionária do partido social-democrata — os espartaquistas de Rosa Luxemburgo e Wilhelm Liebknecht —, jogou um papel decisivo. Era também o coroamento de movimentos de resistência e oposição à guerra e ao centralismo imperial, que vinham se fortalecendo desde as primeiras evidências da impossibilidade de vitória do país numa guerra que havia submetido a população a todo tipo de privações.

O interregno entre a queda do império e o novo esquema de poder foi marcado pela luta entre os revolucionários espartaquistas e os social-democratas moderados com o apoio de setores do antigo regime, até mesmo militares que retornavam da frente de guerra. Com a repressão aos dirigentes revolucionários e a execução de Rosa Luxemburgo e Liebknecht em janeiro de 1919, abre-se o caminho para o novo regime: eleições para uma assembléia constituinte, formação de um gabinete social-democrata e, em agosto desse ano, a criação da República, conhecida como República de Weimar.

Apesar dessas mudanças no nível da política e das instituições, a influência prussiana e do conservadorismo ligados ao antigo regime ainda era forte, como assinala Lionel Richard:

“A República de Weimar nascera, portanto. Provinha de uma guerra que tivera os seus beneficiários, seus incansáveis defensores ainda vivos. Provinha de uma revolução esmagada. De um

retorno à ordem fundada numa aliança entre as antigas camadas sociais influentes sob Guilherme II, os quadros do exército imperial e os dirigentes do Partido Social-Democrata. Tendo em vista seu nascimento, dificilmente poderia escapar de ser tragada pelas forças de direita”<sup>32</sup>.

Como lembra o autor, o novo regime nascera frágil e minado por contradições de todo tipo, até mesmo por acusações da direita de que representava os “traidores da pátria” (os que teriam aceito a “Paz de Versailles”), um “arranjo estrangeiro” importado pela Alemanha, ou até mesmo a “república dos judeus”. Sob esse clima, o *nacionalismo*, o *anti-semitismo* e a tese insistentemente repetida de que a guerra fora perdida por *traições internas* constituir-se-ão em fermento de agitação dos setores conservadores durante a República, desde o seu nascimento, cujo desfecho, a partir de 1933, será bem conhecido de todos.

Esse clima de agitação cultural e política promovido pelos setores nacionalistas partidários de uma Alemanha imperial e forte baseou-se em grande parte na manipulação competente do espírito de derrota, humilhação e ressentimentos de setores consideráveis da população. Além da condenação pela aceitação pacífica do que chamavam de “Diktat de Versailles”, a agitação através dos meios de comunicação tentava de todas as maneiras evitar o conformismo diante das mutilações territoriais que o país sofrera com os tratados. Nesse sentido, o papel da elite aristocrática prussiana foi decisivo, já que, desde Bismarck, provinham dali todos os movimentos unificadores do país, a hegemonia durante o império e os sonhos de expansão.

Além do mais, dentre as perdas territoriais, as mais significativas ocorreram justamente na Prússia e nas terras a leste, há muito tempo sob sua influência grande parte destinadas à nova República da Polônia. Para a Prússia, fracassara o antigo projeto de estender o seu domínio até a porção oriental do Báltico. Some-se a isto a humilhação representada pelo “corredor polonês” que cortara a Prússia

<sup>32</sup> RICHARD, Lionel, *A República de Weimar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 56.



em duas, forma artificial encontrada pelos aliados para garantir ao novo país um acesso ao Báltico. A campanha nacionalista contava também com o apoio da Liga Pangermanista, organização criada em 1891 e que atuava junto às populações de origem alemã espalhadas pela Europa Central e Oriental, especialmente na Tcheco-Eslováquia, Polônia, Iugoslávia, Romênia, Alsácia e Itália, estimadas no pós-guerra em quase 10 milhões. Havia também o sentimento antifrancês pela ocupação de parte do Reno e pela Alsácia-Lorena, cujo clima de tensão desembocara em confrontos, atentados, execuções, etc., conforme ilustra a seguinte passagem:

“Qualquer pretexto era bom, na realidade, para criticar a ocupação francesa. Numa situação desse gênero, as ocasiões são inúmeras. Para muitos renanos havia-se tornado insuportável caminhar lado a lado com militares franceses. As requisições de alojamentos, especialmente, forçavam a uma coabitação resignada num clima hostil. Para alojar as famílias de oficiais e suboficiais, quartos eram requisitados entre os habitantes, com uso da cozinha e dos banheiros. Essa vizinhança forçada, no interior de apartamentos com freqüência simplesmente mobiliados, provocava evidentemente um aumento de incômodos para os renanos. Não eram raras as querelas. Reforçava-se a convicção da população renana de que os franceses, cujas tropas eram mantidas à custa do governo alemão, não tinham outra intenção além de comer o pão já miserável dos alemães”<sup>33</sup>.

Some-se a esse quadro a grave crise econômica e o enorme desemprego. Estima-se que, por volta de 1922, apenas 10% da população dispunha do mínimo necessário. Com a desvalorização do marco, os preços multiplicavam-se com uma rapidez impressionante. Tudo isso contribuía para minar as bases sociais e políticas da jovem República e fortalecer os setores conservadores da sociedade, especialmente os nacionalistas e partidários do projeto de uma grande Alemanha. Kennedy assim descreve esse quadro:

<sup>33</sup> Cf. RICHARD, L., op. cit., pp. 71-72.

“O rápido colapso da Alemanha em outubro de 1918, quando seus exércitos ainda controlavam a Europa, desde a Bélgica até a Ucrânia, foi um grande choque para as forças nacionalistas de direita, que tendiam a culpar uma ‘traição interna’ pela rendição humilhante. Quando as condições do acordo de Paris provocaram humilhação ainda maior, grande número de alemães denunciaram tanto o ‘tratado escravo’ como os políticos democráticos de Weimar, que concordaram com tais condições. A questão das indenizações e a hiperinflação correlata de 1923 encheram o cálice de descontentamento alemão”<sup>34</sup>.

É nesse cenário que surge a figura do general-geógrafo K. Haushofer, que, à frente de um atuante grupo (Albrecht Haushofer, O. Maull, E. Obst, R. Sieger, H. Hassinger, H. Lautensach, K. Sapper, O. Shluter, F. Termer, S. Passarge, O. Jessen, R. Henning e L. Körholz), constituirá a mais famosa e controvertida escola de geopolítica de todos os tempos. Partindo das idéias gerais de Ratzel, mas inspirando-se principalmente em Kjellen, a *geopolitik*, que se desenvolve basicamente em Munique nos anos do interguerras, acaba por repercutir fortemente não apenas na Alemanha, mas em amplos círculos acadêmicos, militares e diplomáticos para além desse país. Será também a inspiradora de inúmeros estudos e “estratégias” antes e após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nos ambientes dos “estados-maiores” de países do Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, a Argentina e o Chile, mas também ganhará adeptos em setores militares norte-americanos, por exemplo.

Foi também a escola que provocou as maiores reações críticas da comunidade geográfica, provavelmente em toda a história dessa ciência. Como se verá, é inegável que boa parte dessas reações contribuiu para o grande salto da geografia política (em número de publicações, em investigações de grande importância e no desenvolvimento teórico em geral), atraindo para o debate, nessa área, inúmeros geógrafos que até então se dedicavam ao estudo de outros temas. Por tudo isso, as idéias de Haushofer e do chamado

<sup>34</sup> KENNEDY, P., op. cit., p. 279.



“Círculo de Munique” geraram também polêmicas apaixonadas, inevitáveis quando se leva em conta que foram desenvolvidas em meio ao turbilhão vivido pela Alemanha entre 1919 e 1945, e especialmente após 1933, com a ascensão dos nacional-socialistas ao poder.

Essas reações críticas distribuíram-se de modo desigual entre os geógrafos da França e dos EUA, por exemplo. Os franceses, que desde a obra de Ratzel mantinham-se atentos ao que se desenvolvia no país vizinho (o comentário crítico de Vidal de La Blache à “Geografia Política” de Ratzel foi publicado nos *Annales* em 1898, um ano após a edição da obra), desde o início dos anos 30, com A. Demangeon e J. Ancel, principalmente, já apontavam os perigos e o caráter “não-científico” da *geopolitik*<sup>35</sup> alemã. Nos EUA, a reação veio um pouco mais tarde, e coincide basicamente com o início da guerra, com a qual os norte-americanos envolver-se-iam a partir de 1942. Muito da reação dos geógrafos norte-americanos, na qual destacaram-se I. Bowman, D. Whittlessey, R. Hartshorne, H. Weigert e A. Dorpallen<sup>36</sup>, deveu-se em grande parte ao desejo de contrapor-se às idéias geopolíticas alemãs pelo seu caráter não-científico, totalitário, expansionista, etc., mas também porque consideraram urgente *desmitificar* essas idéias junto à opinião pública de seu país. Weigert e Dorpallen, dentre outros, declararam-se alarmados com o “sucesso” do grupo de geopolíticos alemães junto a amplos setores da elite e mesmo da população em geral de seu país. Weigert lembra, a respeito, a enorme repercussão de uma reportagem no *The Reader's*

<sup>35</sup> Essas críticas encontram-se em La Blache, V., “La géographie politique. A propos des écrits de M. Frédéric Ratzel”, in *Annales de Géographie*, n.º 32, mars, 1898; Ancel, J., *Géopolitique*, op. cit.; Ancel, J., *Géographie des frontières*, op. cit.; Demangeon, A., “Géographie politique”, in *Annales de Géographie*, n.º 229, Jan. 1932.

<sup>36</sup> BOWMAN, I., “Geography vs. Geopolitics”, op. cit.; Whittlessey, Derwent, *German Strategy of World Conquest*, N. York, Farrar & Rinehart, 1942; Hartshorne, R., “Recent Developments in Political Geography”, in *American Political Science Review*, XXIX, 1935; “The Functional Approach in Political Geography”, in *Annals of The American Association of Geographers*, New York, Vol. 40, 1950; Weigert, H., *Geopolítica, gerais e geógrafos*, op. cit.; Dorpallen, Andreas, *The World of General Haushofer Geopolitics in Action*, New York, Farrar & Rinehart, 1942.

*Digest* (“Os mil cientistas que existem por detrás de Hitler”, “Os geopolíticos comandariam as ações alemãs”, etc.).

Também havia preocupação com o aparecimento de um núcleo de geopolítica em West Point, por iniciativa de um certo coronel H. Beukema, inspirado nos geopolíticos alemães. Quanto aos meios acadêmicos, J. Gottmann destaca o interesse de setores norte-americanos pela geopolítica, mencionando, entre outros, N. Spykman e E. Walsh, o primeiro, professor em Yale, e o segundo, diretor da School of Foreign Service da Universidade de Georgetown<sup>37</sup>.

Antes da análise das principais idéias geradas pela “escola de Munique”, é interessante apresentar alguns aspectos marcantes da trajetória do seu idealizador e principal dirigente, K. Haushofer. Além do trabalho de Dorpallen, que contém textos selecionados do geógrafo alemão e de outros integrantes do grupo, graças à iniciativa de Jean Klein e Hans-Adolf Jacobsen foi publicado recentemente na França um volume que contém dados biográficos, textos e cartas do autor que esclarecem muitos aspectos dessa trajetória, alguns deles polêmicos e outros até então desconhecidos, mesmo para o público especializado<sup>38</sup>.

Originário da Baviera, Haushofer ingressa no exército e torna-se oficial em 1889. Em 1908 foi enviado ao Japão em missão diplomática, onde ficou por mais de um ano, dali nascendo sua admiração e o interesse por aquele país, sobre o qual produziria mais tarde estudos (doutorado e exame de ingresso na Universidade de Munique) que inaugurariam a sua carreira de geógrafo. Como assinala Jacobsen, o geógrafo alemão adiantara em seu livro sobre o Japão (de 1912), pela primeira vez, as suas idéias sobre o papel da Alemanha na política exterior daquele país, com o qual, para ele, deveria estruturar uma aliança estratégica que envolvesse também a Rússia. Participa da guerra (1914-18) e durante esse período toma contato com o trabalho de Kjéllen (*O Estado Como Forma de Vida*). Articulando-o com as idéias de Ratzel, procura relacionar a “ciência

<sup>37</sup> Cf. GOTTMANN, J., *La politique des États et leur géographie*, Paris, Libr. Armand Colin, 1952.

<sup>38</sup> HAUSHOFER, Karl, *De la géopolitique* (Prefácio de Jean Klein e Introdução de Hans-Adolf Jacobsen), Paris, Fayard, 1986.



militar” com a geografia política, de onde pudesse surgir uma geopolítica aplicada à realidade alemã. Também durante a guerra torna-se amigo de Rudolf Hess, que mais tarde será seu aluno e o seu canal político com Hitler e o Terceiro Reich. Ao final da guerra, já com cinquenta anos, decide entrar para a reserva e ingressar na vida universitária. É aceito no Instituto de Geografia da Universidade de Munique, após ser aprovado com o trabalho *Orientações fundamentais no desenvolvimento geográfico do império japonês — 1854-1919*. Com um ritmo impressionante de publicações, aulas, conferências, etc., Haushofer rapidamente ganha notoriedade.

Escrevia freneticamente artigos, que, sob o rótulo de geopolítica, versavam sobre os mais variados temas e que em geral careciam de qualquer rigor metodológico, como assinala Jacobsen:

“Era cada vez mais impressionante o quanto ele se deixava conduzir por opiniões preconcebidas ou carregadas por simpatias e antipatias. Mas com o ritmo de suas publicações e a extensão de seus campos de observação, falsas interpretações, julgamentos unilaterais e generalizações inadmissíveis, não poderia ser de outro modo”<sup>39</sup>.

Pelas suas publicações e em seus cursos no Instituto de Geografia, ganha a admiração de jovens civis e militares, dentre estes seu amigo Rudolf Hess, através do qual mantém contatos com Hitler em 1921 e em 1924, desta feita na prisão de Landsberg, onde o líder nazista encontrava-se preso após o fracassado *putsch*.

Um fato bastante significativo nessa trajetória foi a criação da *Revista de Geopolítica*, em 1924, empreitada que conta com a colaboração inicial de E. Obst, O. Maull e Lautensach. Até 1932, Haushofer inspirou a revista e, a partir daí, tornou-se (com o apoio do seu filho Albrecht) o responsável pela publicação. Nesse ano, ingressa, pelas mãos de Hess, na “Liga pelos alemães do estrangeiro”, a antiga Liga Pangermânica, na qual torna-se elemento-chave, como contato entre a Liga, Hesse e o partido nacional-socialista.

<sup>39</sup> JACOBSEN, Hans-Adolf, in Haushofer, K. *De la géopolitique*, op. cit., p. 58.

Essa relação de Haushofer com os nazistas e o próprio Hitler nunca ficou completamente esclarecida. Dorpallen, por exemplo, assim como a maioria dos comentaristas, não tem dúvidas quanto à existência de uma estreita ligação do geopolítico alemão com os nazistas e seu líder, na verdade envolvendo uma atividade política que ultrapassava simpatias abstratas ou relacionamentos pessoais. De fato, ele nunca negara, desde o seu retorno do Japão, sua ideologia profundamente conservadora e adversária da “democracia de Weimar”, ao lado de uma militância intelectual e política a favor de uma “grande Alemanha para todos os alemães”.

Por outro lado, sua amizade com Hess, a quem considerava “um filho adotivo” e do qual tornara-se uma espécie de “guia espiritual”, estabeleceu para ele um canal permanente de contatos com os quadros nacional-socialistas e mesmo com Hitler em algumas ocasiões. Daí a certeza de Dorpallen, dentre outros, de que no primeiro contato de Haushofer com o líder nazista, na prisão de Landsberg, aquele teria explanado longamente as suas idéias geopolíticas, que surgiriam mais tarde fortemente incorporadas em *Mein Kampf*. Como afirma Dorpallen:

“No curso dessa visita, Hitler foi iniciado nos mistérios da Geopolitik. Ali Haushofer pontificou sobre a necessidade do ‘espaço vital’ e deu a Hitler um de seus mais efetivos argumentos para suas subseqüentes loucuras”<sup>40</sup>.

Apesar disso, o autor reconhece que é “duvidoso” que Haushofer tenha sido um “ardente nazista”. Prefere justificar que a ligação que havia com os nazistas era no nível das idéias comuns em torno da política alemã. Essa também é a opinião de H. Weigert, para quem as ligações de Haushofer eram muito mais fortes com o meio militar regular (ao qual pertencia) que propriamente com os nazistas. Ele nunca pertenceu diretamente ao partido nazista, mesmo porque não poderia se quisesse, dada a ascendência judia de sua esposa, assinala o autor. J. Klein, por sua vez, apesar de observar vários pontos comuns entre o ideário de Haushofer (baseado essencialmente em

<sup>40</sup> DORPALLEN, A., op. cit., p. 19.



Ratzel) e o de Hitler, aponta algumas diferenças até certo ponto expressivas, especialmente em torno do “pangermanismo”, caso em que Hitler pensava em termos puramente táticos, enquanto Haushofer raciocinava em termos conceituais e a longo prazo (a unidade histórica do povo alemão). Lembra, a respeito, da divergência aberta entre ambos em torno da aliança com a Itália (“motivos puramente táticos”), que levou Hitler a determinar a censura ao livro de Haushofer sobre as fronteiras e que continha essas críticas.

Quanto à sua influência no *Mein Kampf*, Klein não tem dúvidas da contribuição do geógrafo alemão, especialmente por ter fornecido a Hitler o conceito central de “espaço vital”, com o qual este promoveria a sua pregação expansionista. Lembra, citando uma espécie de carta-testamento de Haushofer, que este negava essa participação, argumentando que só tomara conhecimento daquele livro após sua publicação e que, provavelmente, suas idéias poderiam ter sido incorporadas ao texto por influência de Hess, que conhecia em detalhes o seu pensamento. De todo modo, assinala Klein, apesar dessas negativas de Haushofer, e mesmo das diferenças (que ele considera “filigranas”) entre suas idéias e as do nazismo, ele não escondia a sua satisfação com a política externa levada a cabo pelo regime:

“De 1933 a 1940, ele multiplicou declarações e escritos tendentes a demonstrar que os objetivos perseguidos pelos nazistas correspondiam às ‘teorias’ e previsões dos geopolíticos. Algumas semanas após a ascensão de Hitler ao poder, ele saudava o que seria um acontecimento promissor para o futuro da Alemanha; em 1934, ele publicava um estudo inspirado por Rudolf Hess: ‘Der nationalsozialistische Gedanke in der Welt’, que afirmava a harmonia (*Gleichklang*) entre a geopolítica e a visão nacional-socialista do mundo; em 1939, ele faria um balanço positivo da política exterior alemã e se felicitava pela realização da maior parte dos objetivos dos partidários da *Deutschum*”<sup>41</sup>.

Apesar disso, Haushofer passa a discordar cada vez mais da condução prática da política exterior nazista, especialmente da opção

<sup>41</sup> KLEIN, Jacques, op. cit., p. 36.

armada como meio de atingir tais objetivos. Como consequência dessas divergências, lembra Klein, o geógrafo alemão renunciará a todos os seus “postos de responsabilidade”, em sinal de protesto. Até então, ele ocupara cargos e desempenhara missões bastante relevantes: além de professor no Instituto de Geografia, onde era responsável pelo curso de geopolítica e “assuntos militares”, foi presidente da Academia Alemã (a partir de 1934), cuja eleição H. Jacobsen atribui ao seu prestígio nos meios culturais e, aparentemente, a uma eventual influência de Hess (Jacobsen lembra que a partir daí começaria um período de evidente influência das idéias nacional-socialistas na Academia). Além disso, é encarregado pelo governo de conversações com o Japão (dado o seu conhecimento daquele país), que contribuirão em muito para o estabelecimento do “Pacto Anti-Komintern” entre a Alemanha e o império japonês.

Apesar do seu afastamento da cena cultural e política após o início da guerra, Haushofer não escapou do julgamento ético e moral de seus colegas do meio acadêmico, que manifestaram reservas pelo seu comportamento, especialmente pela instrumentalização de sua cátedra no Instituto de Geografia. Carl Troll, geógrafo da Universidade de Bonn, publicou na Alemanha, em 1947, e dois anos depois nos EUA, um artigo bastante interessante sobre a situação da geografia naquele país durante o período de 1933-45<sup>42</sup>. Nele, o autor traça um quadro que ilustra muito bem a situação da geografia e dos geógrafos, marcada pelas pressões e intervenções de todo tipo sobre a atividade acadêmica, mas que não teriam cooptado mais que uma “pequena minoria” para os objetivos e a ação do nazismo. Observa que o trabalho de Haushofer e do seu grupo, assim como a *Revista de Geopolítica*, não representava de modo algum o que se produzia de fato no período em termos do que chama de “geografia científica”, destacando inúmeros trabalhos de excelente qualidade, dentre os quais os de Leo Waibel.

Do mesmo modo, diz ele, apesar de alguns jovens geógrafos terem sido requisitados para a guerra, dela participaram como téc-

<sup>42</sup> TROLL, C., “Geographic Science in Germany During The Period 1933-1945. A Critique and Justification”, in *Annals of Association of American Geographers*. New York, vol. 39, 1949.



nicos (em meteorologia, cartografia, etc.), até mesmo contribuindo para o avanço dessas disciplinas. Troll chama a atenção ainda para o fato de que, aos nacional-socialistas, interessava muito mais a “geografia cultural”, evidentemente mais adequada ao tipo de instrumentalização que pretendiam operar. O mesmo ocorreu com a geografia econômica, com tentativas de submetê-la à defesa teórica das vantagens da “autarquia política”, sendo censurados os estudos que evidenciassem a dependência alemã das importações<sup>43</sup>.

Em meio a essa conjuntura desfavorável para a “geografia científica”, o autor ressalta pelo menos um aspecto positivo, relacionado à influência nacional-socialista no período, representado pelo grande desenvolvimento de uma “consciência ecológica” e de ramos da ciência voltados para os estudos do meio ambiente, que ele denomina estudos sobre a “proteção, trato e estruturação das paisagens”. Em suas palavras:

“A tendência de proteger a paisagem natural contra a agricultura extensiva do homem, de manter a fertilidade do solo, a sua economia de água e a cobertura vegetal, num equilíbrio harmonioso, tomou incentivo na ciência e técnica moderna, com a crescente destruição da natureza. O movimento de proteção da natureza generalizou-se nos últimos decênios em quase todo o mundo... Também na Alemanha, o movimento envolveu a ciência e a imprensa. O ponto de partida da iniciativa oficial foi a saída do decreto de proteção à natureza de 1935, ao qual se seguiu, em 1936, o Primeiro Congresso de Proteção à Natureza”<sup>44</sup>.

O autor ressalta, entretanto, que a geografia científica nada tinha que ver com a instrumentalização desse movimento pelo nacional-socialismo, especialmente com a tentativa de fazer do “trato planejado da paisagem” um elemento de apologia da nova estética (nazi) “autenticamente” alemã.

<sup>43</sup> Troll destaca a respeito os estudos de Leo Waibel sobre o assunto, que, ironizando essa posição dos nacional-socialistas, lembrava que a economia moderna era feita sobretudo por “intrincadas inter-relações da economia universal”. Cf. Troll, C., op. cit., p. 108.

<sup>44</sup> TROLL, C., op. cit., p. 112.

Finalmente, quanto às relações da geografia com a geopolítica de Haushofer e seu grupo, apesar de não considerá-la uma disciplina da geografia (o que seria o caso da geografia política), reconhece que ela foi uma filha, e, finalmente, uma cada vez mais “degenerada filha da geografia”. Considera que a geopolítica surge em seu país em 1924, com a criação da *Revista de Geopolítica*, e, para Haushofer, ela deveria significar a aplicação da geografia na política, juntando “conhecimento e arte”. A figura de Haushofer, observa, despertava sentimentos contraditórios: admiração pelo seu enciclopedismo, escritos, sua “exuberante eloquência e sua amabilidade”, mas decepção pela sua “completa falta de lógica científica”.

Talvez por isso os círculos mais “sérios” da geografia não o tenham seguido, diz Troll. É verdade também, diz ele, que poucos o criticaram abertamente, talvez temendo suas ligações com o nacional-socialismo. É provável que Troll não queira admitir o que L. Richard aponta com relação à universidade alemã da época, isto é, uma postura pouco crítica a tudo, um profundo conservadorismo do corpo docente, dos dirigentes e dos estudantes, mais apegados ao velho nacionalismo e à tradição imperial que à democracia republicana. De todo modo, as exceções ficaram, principalmente, por conta das pesadas críticas de dois marxistas (G. E. Graff e J. F. Horrabin), que questionaram diretamente a geopolítica haushoferiana, especialmente as tentativas de relacioná-la ao “materialismo geográfico” e ao “materialismo histórico”.

Outro geógrafo marxista, Wittfogel, também criticara as novas tendências (geopolíticas) surgidas na geografia, mas foi forçado a sair do país em 1933<sup>45</sup>. Por isso Troll lamenta que as críticas dos franceses (Demangeon e Ancel) tenham se dirigido para a geografia alemã em geral, confundindo-a com o que se fazia em geopolítica. Para ele, tratava-se de grupo inquestionavelmente ligado ao novo regime e que não hesitaria em subordinar completamente os seus estudos às doutrinas em voga. Observa que essa subordinação dava-se também no que tangia às teses racistas do nazismo, as quais Haushofer não adotava abertamente, não porque não concordasse

<sup>45</sup> Idem, p. 129.



com elas, mas para não provocar constrangimento à sua esposa, de ascendência judia, o que fez com que seus colegas Lautensach, Maull e Obst deixassem de colaborar com um jornal do grupo, em protesto pela atitude de Haushofer.

Em síntese, o ponto central que Troll pretende esclarecer é justamente esse: houve uma superestimação e uma mitificação no exterior com relação à geopolítica alemã desse período. De fato, diz ele, essa “aplicação deformada” da geografia teve um importante papel nos rumos dos acontecimentos de então, em especial como suporte “pseudocientífico” dos projetos nazistas. Por outro lado, diz ele, não se pode superestimar esse papel, como, por exemplo, atribuir o acordo Ribbentrop-Molotov (Alemanha-Rússia) de 1939 à “genialidade” dos geopolíticos, o que seria, a seu ver, uma fantasia. Além disso, ela esteve longe de provocar um engajamento de toda a geografia nesse projeto, sendo obra, como diz, de uma minoria, que não contava nem mesmo com o crédito de seus pares.

Quanto à mitificação, Troll antecipa uma informação preciosa, que será anos mais tarde confirmada por Jacobsen e que o próprio Haushofer esclarece (em sua “carta-testamento”). Trata-se da suposta existência de “um grandioso e luxuoso Instituto de Geopolítica de Munique”, que de tanto alardeada tem sido aceita até hoje como um fato. Troll e Jacobsen, além do próprio Haushofer, deixam claro que nunca existiu esse “famoso” Instituto, nem na universidade, nem na Academia Alemã. Existiu, isto sim, um “minúsculo” Instituto de Geografia Política e Geopolítica na Faculdade de Assuntos Estrangeiros da Universidade de Berlim, dirigido por Albrecht Haushofer (filho de K. Haushofer) desde 1941 e que, segundo Troll e Jacobsen, resultava de uma iniciativa do partido nacional-socialista. O próprio Albrecht era membro do Ministério de Relações Exteriores e participou de algumas missões diplomáticas, dentre elas as tentativas (junto com R. Hess) de negociar uma paz em separado com a Inglaterra.

Em 1945, K. Haushofer será julgado pela Corte de Justiça instalada em Nuremberg, após a vitória dos Aliados, sendo submetido a freqüentes interrogatórios. Defende-se das acusações de colaboracionismo com o nazismo, argumentando que ele próprio fora vítima de perseguições junto com toda a sua família: perseguições pela

ascendência judaica de sua esposa, que prejudicou o seu trabalho na universidade e a carreira profissional de seus dois filhos; teve livro censurado por ordem do Führer; foi preso em 1944, sob suspeita de participação no atentado a Hitler; seu filho fora assassinado pela Gestapo porque de fato tomara parte no atentado, etc.

Desse modo, diz ele, nunca poderia ser acusado por qualquer envolvimento com o nazismo. Ao contrário, afirma, numa passagem de sua “carta-testamento”:

“a partir do outono de 1938 começa o calvário da geopolítica alemã no interior do calvário da ciência política de toda a Europa Central; ela foi esmagada pelo poder absoluto de um partido: os órgãos oficiais abusaram dela e a desfiguraram”<sup>46</sup>.

Lamenta também o tratamento humilhante que vinha sofrendo, até mesmo com buscas em seu apartamento (em Munique) e em sua casa, com o confisco de sua biblioteca. Tenta ainda convencer seus interrogadores de que é um geógrafo e intelectual de renome internacional, respeitado em vários países, enumerando alguns colegas do exterior com os quais se correspondia. Afirma ter se inspirado em Ratzel, que por sua vez inspirou também uma escola de pensamento entre os norte-americanos (E. Semple, A. Mahan, I. Bowman), ingleses (H. Mackinder e Kitchener), o que legitimava como científica a sua geopolítica. Nega que seus escritos e conferências tenham encorajado os “planos imperialistas” e que, além disso, jamais aprovou as anexações de territórios estrangeiros habitados por “nacionais alemães”.

Essa “carta-testamento” de Haushofer é entregue a E. Walsh, geopolítico norte-americano da Universidade de Georgetown e que mantinha correspondência com o geógrafo alemão há alguns anos. Walsh acompanha-o, durante o interrogatório, assumindo o papel de “mentor”.

Haushofer, apesar de não ter sido preso em definitivo (apenas um curto período), teve a vida vasculhada e vigiada pelos militares

<sup>46</sup> HAUSHOFER, K., *De la géopolitique*, op. cit. (Apologie de la “géopolitique” allemande), p. 162.



norte-americanos. O golpe fatal foi a cassação da sua autorização para ensinar na Universidade de Munique. Logo em seguida, em janeiro de 1946, suicidou-se junto com a sua esposa.

A obra de Haushofer e de sua “escola” de geopolítica não prima, propriamente, pela criatividade teórica, já que ele próprio reiterava que não pretendia gerar um corpo de conhecimentos científicos *stricto sensu*, mas, antes de tudo, um conjunto de técnicas de aplicação do que era produzido pela geografia, nos problemas políticos da conjuntura internacional e alemã em particular. Além disso, muito do que se escreveu, pelo seu caráter apologético e doutrinário, não merece uma avaliação de natureza, digamos, epistemológica. É isto o que leva Demangeon, por exemplo, a constatar que a geopolítica alemã tinha “deliberadamente renunciado a todo espírito científico. Depois de Ratzel, ela não progrediu mais”; ou Hartshorne a considerar, aliviado, que felizmente a geopolítica alemã, “uma perigosa doutrina”, não tinha conseguido firmar-se cientificamente entre os geógrafos norte-americanos; ou ainda Gottmann, para quem ficou claro que Haushofer nunca pretendeu desenvolver os princípios científicos da sua geopolítica, preferindo adotar os de Ratzel e aplicá-los à política prática<sup>47</sup>.

De fato, Haushofer não estava preocupado com os fundamentos da geografia política em si, mas na sua articulação com a ciência política em geral, cujo resultado (a geopolítica) fosse útil aos “homens de Estado” encarregados da política externa de seu país. Observa que países como a França, a Inglaterra e os EUA já haviam avançado muito nesse terreno, em relação à Alemanha. Apesar do pioneirismo de Ratzel, diz, essa vertente alemã não havia se desenvolvido. De sua parte, confessa a “terrível impressão” que teve no retorno de suas viagens ao estrangeiro, ao constatar “a inconsciência de amplos setores da sociedade alemã do período em relação à sua situação geopolítica no mundo e no país”<sup>48</sup>.

O seu contato com a obra de Kjéllen, durante a guerra, confessa, “abriu-lhe os olhos”. Considera uma ironia que um sueco tivesse

<sup>47</sup> Cf. DEMANGEON, A., “Géographie Politique”, op. cit., p. 31; Hartshorne, R., “The Functional Approach in Political Geography”, op. cit., p. 104 e Gottmann, J., *La politique des états et leur géographie*, op. cit., p. 57.

<sup>48</sup> HAUSHOFER, K., *De la géopolitique*, op. cit., p. 99.

de alertar os alemães para a geopolítica. Nesse trabalho, interessou-o o modo pelo qual Kjéllen articulava as “bases da pesquisa geográfica” com as ciências políticas, ou seja, a relação entre o solo no qual se apoiava o Estado e o “caráter sacro e santo da terra”, condições gerais para a “economia, o poder e a civilização”. Em segundo lugar vinham as pesquisas etnopolíticas, “partindo do povo e da raça”; em terceiro, fechando o círculo das pesquisas que formam a geopolítica, “a reflexão sociopolítica”<sup>49</sup>.

Quais as relações entre a geopolítica e as ideologias e partidos? Haushofer considera que um conhecimento “real e científico da geopolítica deve necessariamente escapar a toda consideração partidária e deve ser igualmente verdadeiro tanto para a extrema esquerda como para a extrema direita, se bem que alguns devem melhor assegurar a direção política de um Estado”<sup>50</sup>. O que importa, diz ele, é que os responsáveis pela política estatal reconheçam a importância da geopolítica e, pragmaticamente, a incorporem do melhor modo possível. Para demonstrar essa “neutralidade” da geopolítica, exemplifica com o excelente atlas de Rado e a revista soviética *Novy Vostok*, surgidos em Moscou; os trabalhos norte-americanos da União Pan-Pacífica e os estudos ingleses e franceses sobre o problema colonial.

Quanto à capacidade de predição da geopolítica, Haushofer considera que ela não ultrapassa 25% dos casos, pois, apesar de dispor dos instrumentos que lhe permitem prever acontecimentos com alguma segurança, a partir do conhecimento da inter-relação de fatos do espaço com a história, a imprevisibilidade própria da política impede que o acerto das previsões seja maior. Aí interfere, diz ele, muito do “arbítrio humano e do humor das massas”. Daí a necessidade cada vez maior de a geopolítica “tomar o lugar da paixão política”, regulando, pelos princípios de uma evolução “conforme as leis da natureza, as criações do arbítrio de uma vontade humana desencadeada”<sup>51</sup>.

Pela experiência alemã, observa, o caminho da retomada após o desastre da guerra passa pela utilização da geopolítica como um

<sup>49</sup> Idem, p. 101.

<sup>50</sup> Idem, p. 102.

<sup>51</sup> Idem, p. 104.



dos instrumentos políticos mais úteis para medir a *repartição do poder no espaço*, intervindo assim nas transformações do cotidiano e do futuro do país. Assim como Mackinder na Inglaterra, Haushofer defende a necessidade urgente de uma “consciência geopolítica” para cada cidadão alemão. Mostra-se impressionado com o que observou em suas experiências no Japão, onde os pessoas tinham plena consciência do problema das fronteiras do império e das ameaças externas. Daí concluir que “um tal estado de alma popular é precioso para os homens de Estado responsáveis; ele lhes facilita todas as tarefas políticas”<sup>52</sup>.

Haushofer leva a extremos o que chamamos de “determinismo territorial” de Ratzel. Partindo de um conceito metafísico de espaço geral e abstrato, uma entidade que modela e determina todas as demais esferas da vida social, ele conclui que “o espaço rege a história da humanidade”. Também como Ratzel, condena os povos que se conformam com “as pequenas comodidades de um rincão seguro e acolhedor”, preferindo os que almejam o espaço ideal ao seu futuro:

“Só uma nação cujo espaço se ajusta às suas necessidades, tanto espirituais como materiais, pode ter esperança de alcançar verdadeira grandeza”<sup>53</sup>.

Esse “ajuste” entre necessidade da população e espaço é a base de seu conceito de *espaço vital*, que surgira com Ratzel (que por sua vez o emprestara da biologia), mas num contexto teórico diverso. Em Haushofer, esse conceito funde a antiga fórmula de Malthus (relação entre crescimento demográfico e a produção de alimentos) com a situação histórica da Alemanha, territorialmente “mutilada” no pós-guerra. Ao referir-se à necessidade de a geopolítica analisar a situação do mundo atual baseada na “distribuição do espaço disponível na terra”, faz coro aos que reivindicavam uma maior participação alemã na repartição territorial da época, como os setores

<sup>52</sup> Idem, p. 111.

<sup>53</sup> HAUSHOFER, K., “Power and Space”, in Dorpallen, A., op. cit., p. 90.

ainda ligados ao Segundo Reich e aos nacional-socialistas, além dos estudos de O. Maull, por exemplo, que se referia aos “quocientes territoriais” (alvo de críticas em artigo de Bowman). Para Haushofer, há países com enormes “reservas territoriais”, sem sofrerem “pressão demográfica”, como os EUA e a União Soviética, e outros com pequenas ou nenhuma, casos do Japão e da Alemanha. Para ele, a relação entre espaço e poder teria assim uma evidente base material e uma justificativa moral “humanitária”, que é a de “alimentar de forma adequada a sua população atual”<sup>54</sup>.

Essa desproporção entre distribuição populacional e espacial tem gerado graves problemas, diz ele, pois há países com grandes espaços, mas incapazes de dominá-los politicamente com eficácia. Cita o Brasil como exemplo, em que o problema das imigrações alemã, italiana e japonesa ilustrariam essa “falta de domínio do espaço”. Haushofer submete ainda o seu conceito de espaço a essa desigual distribuição territorial. Para ele, as concepções de espaço de estadistas americanos e asiáticos, por exemplo, seriam forçosamente distintas daquelas dos europeus, já que os primeiros estariam acostumados a “pensar em grandes zonas” e os segundos em espaços “mais estreitos”. Daí os prejuízos que os americanos teriam causado quando interviram na Europa com a guerra e as “desastrosas” redivisões territoriais posteriores.

Conclui, por isso, que o que foi aplicado à Europa não o foi nos demais continentes, razão pela qual a União Soviética, os Estados Unidos e o Brasil teriam se mantido fora da Sociedade das Nações. Ao submeter os conceitos da geografia política à *luta por espaços*, Haushofer opera a instrumentalização (dessa disciplina) que interessa aos objetivos de setores consideráveis da elite alemã, fornecendo uma justificativa “científica” aos ressentimentos e aos desejos de expansão. Decorre daí que se torna impossível, na visão de Haushofer, uma geopolítica universal. Ela será sempre a de um determinado país. Por isso ele considera que “a geopolítica alemã é tão germânica como os escritos de Bowman, Mahan e Mackinder são anglo-saxões”. E mais adiante:

<sup>54</sup> Idem, p. 91.



“Para nós, os alemães, é da maior importância que compreendamos que carecemos até do mínimo espaço vital. A educação política mundial da Alemanha deve, portanto, fazer compreender incansavelmente que a mutilação de nosso território nacional é intolerável”<sup>55</sup>.

Essa determinação da situação alemã leva-o também ao conceito de “fronteiras vivas” ou “móveis”, autênticos “organismos vivos”. Para ele os povos da Europa Central são “povos de fronteira”, pois possuem o “instinto geopolítico da fronteira”. Ele considera que o rigor jurídico nem sempre é capaz de captar esse “espírito” que se acha enraizado no povo, ou de dar conta do caráter intrinsecamente dinâmico das fronteiras. Crítica por isso as instituições políticas e os dirigentes do Estado alemão (ele refere-se à República de Weimar) que não têm procurado tirar conseqüências políticas desse fato. Adverte, por isso, para o crescimento da ameaça dos que querem isolar a Europa Central, e especialmente a Alemanha, cercando-a em seu “exíguo território” e tentando forçá-la a renunciar ao seu histórico solo cultural.

Enquanto isso, observa, os vizinhos (refere-se particularmente à França) apressam-se em instrumentar-se cientificamente para melhor gerenciar suas novas zonas fronteiriças (menciona os trabalhos da “École des Sciences Politiques” francesa e o “Imperial Institute” inglês). Do seu ponto de vista, a estratégia alemã deveria ser a de “voltar os olhos” para o Leste, baseando-se no sólido bloco representado pela Prússia Oriental. O país não deveria renunciar ao seu papel histórico na região, especialmente porque ali vivem ainda parcelas consideráveis do povo alemão. Tudo depende, diz ele,

“da vontade de viver das diversas células situadas no coração do país e em suas fronteiras e de uma sagaz direção dos centrais: trata-se de saber se o órgão que envolve toda a nação está suficientemente irrigado com sangue vigoroso, se as pulsações se

<sup>55</sup> Idem, p. 95. Em outro texto, o autor desenvolve o conceito de “espaço vital alemão”, tendo por base a história do povoamento na Europa Central pelos germânicos. Cf. Haushofer, K., *De la géopolitique* (L'espace vital allemand), op. cit.

beneficiam de toda a força do conjunto ou não; somente assim poder-se-á avaliar essa força de resistência contra as inundações de germens estrangeiros”<sup>56</sup>.

Essa associação que Haushofer faz entre espaço e raça — terra e sangue — é atribuída por H. Weigert a uma clara influência do filósofo alemão O. Spengler, especialmente com o livro *A decadência do Ocidente*, de grande sucesso na Alemanha e nos EUA. Contemporâneo de Haushofer, o filósofo defendia justamente a idéia de que, assim como as árvores e as plantas em geral, também as concepções da história da humanidade acham-se profundamente enraizadas na “mãe terra”. Weigert destaca a absoluta ausência de liberdade e criatividade, que torna o homem prisioneiro do seu destino, de sua vida ligada à terra, na concepção de Spengler. Por isso ele vê a influência do filósofo tanto em Haushofer (terra e raça), como em Hitler (terra e sangue)<sup>57</sup>.

Essa geopolítica especificamente alemã de Haushofer, que associa a luta pelo espaço a um povo racialmente homogêneo, mesmo que para ele raça, no caso, signifique traços centrais de um povo, teve desdobramentos de radicalização de tipo fascista e racista não apenas na figura de Hitler e de seu grupo nazista, como também em membros de seu “círculo de geopolítica”. Os mais radicais foram R. Hennig e L. Körholz, colaboradores da *Revista de Geopolítica* e que escreveram um livro de geopolítica de péssima qualidade sob todos os pontos de vista, além de carregado de conceitos e preconceitos fascistas e racistas<sup>58</sup>.

Seu ponto de partida é a idéia de que a “nação alemã” acha-se fragmentada na Europa, mas que a sua “fidelidade ao Reich” a constitui em corpo único, pois “a nação implica uma adesão espontânea ao Estado”, segundo dizem. Vão além, ao defenderem a idéia de que só deveriam ser concedidos direitos políticos aos que de-

<sup>56</sup> HAUSHOFER, K., *De la géopolitique* (La vie des frontières politiques), op. cit., p. 189.

<sup>57</sup> Cf. WEIGERT, H., *Geopolítica. Generales y Geógrafos*, op. cit., p. 43.

<sup>58</sup> HENNIG, R. & KÖRHOLZ, L., *Introducción a la Geopolítica*, Buenos Aires, Ed. Pleamar, 1981.



monstrarem essa lealdade, ao contrário do que ocorre nos Estados democráticos, quando indivíduos com direitos políticos “chegam ao cúmulo” de voltar-se contra o próprio Estado (ilustram a respeito com o que ocorria no momento na Espanha e na França).

Repudiando o marxismo e o comunismo que tentaram “desestabilizar” a Alemanha, regozijam-se com a subida ao poder dos nacional-socialistas em 1933. Vêem com naturalidade a anexação da Áustria, em 1938:

“Os extraordinários fatos de março de 1938, sem paralelo na história, e que conduziram à incorporação política da Áustria ao Reich sem disparar um tiro nem derramar uma gota de sangue, serão durante muitos séculos o exemplo mais admirável do vigoroso sentimento nacional de nossos dias e dos atos grandiosos que pode produzir”<sup>59</sup>.

Prevêem, por isso, que dia chegará em que todos os alemães “abriguem-se em uma única tenda”. Lamentam que só poucos Estados possam contar com uma nação racionalmente homogênea, que é, a seu ver, o ideal, já que a existência de minorias étnicas tende a provocar “movimentos centrífugos”, dificultando a política estatal unitária. Dentre esses problemas, destacam os originados pelas “raças de cor”, ressavando os casos em que essas se mostrem pacíficas e sem interesse pela política do Estado que as “abrigam”. Mencionam o caso francês:

“Só na França esse problema se complica pelos perigos que encerra a promiscuidade com a gente de cor. A política francesa tem criado, inescrupulosamente, um foco de infecção que atenta contra a pureza da raça branca do continente europeu”<sup>60</sup>.

Citam também o caso dos EUA, em que a presença dos negros e dos “elementos da raça amarela” ameaça o país. Continuando a expor abertamente seu racismo, tocam no problema judeu:

<sup>59</sup> HENNIG, R. & KÖRHOLZ, L., op. cit., p. 199.

<sup>60</sup> Idem, p. 212.

“Em nossos dias, a política interior de um estado orgânico deve prestar atenção preferencial ao preceito de seleção racial. É por isso que a manutenção do princípio ariano e a questão judia desempenham um importante papel na Europa”<sup>61</sup>.

Esse é o exemplo clássico do que Hannah Arendt chamou de ideologia racista alemã, para ela, “obra dos patriotas prussianos e do romantismo político”. Ela observa que, dadas as inúmeras tentativas de unificação, sempre relacionadas aos sentimentos nacionais, ficou difícil “distinguir na Alemanha o mero nacionalismo do racismo declarado”<sup>62</sup>. Esse nacionalismo, mesclado com racismo, sempre desempenhou na Alemanha o papel de unidade interna contra a ameaça estrangeira,

“um muro em torno do povo, a atuar como substituto de fronteiras que não podiam ser definidas com clareza pela geografia ou pela história”<sup>63</sup>.

Quanto ao anti-semitismo (aqui no caso, explicitado por Hennig e Körholz), a autora, em sua excelente análise do fenômeno na Europa, lembra que a sua manifestação no período 1933-45 não representava um fato novo, a não ser quanto às novas técnicas de propaganda e métodos de perseguição nazistas, já que se tratava de antigo problema que ela relaciona aos grandes movimentos do pan-germanismo e pan-eslavismo da Europa continental. Para ela, “nenhum dos ‘slogans’ nazistas era novo”; o que fizeram foi dar aos velhos preconceitos anti-semitas uma nova dimensão política:

“Os nazistas deram à questão judaica a posição central de sua propaganda, no sentido de que o anti-semitismo já não era uma questão de opinião acerca de um povo diferente da maioria, nem uma questão de política nacional, mas sim a preocupação íntima

<sup>61</sup> Idem, p. 214.

<sup>62</sup> ARENDT, A., *Origens do Totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 195.

<sup>63</sup> Idem, p. 197.



de todo indivíduo na sua existência pessoal; ninguém podia pertencer ao partido se a sua árvore genealógica não estivesse em ordem, e quanto mais alto o posto na hierarquia nazista, mais longe no passado se vasculhava essa árvore genealógica”<sup>64</sup>.

Em sua defesa do racismo e do fascismo, Hennig e Körholz explicitam o que Haushofer não o fizera por alguma razão, já que, na essência, ele aproximava-se do fascismo, ao defender a idéia de um governo autoritário, acima da sociedade e “condutor dos destinos do povo”, como fica claro em seu ataque à democracia da República de Weimar. Também quando criticava a participação dos judeus na alta administração pública (“uma presença desagregadora”), legitimava, na prática, as manifestações anti-semitas do nazismo. Os dois autores, por seu turno, não ocultam suas ideologias e atacam os regimes democráticos em geral, pela sua “incapacidade” de fazer frente “às ameaças do comunismo soviético”.

Concluem daí que só os regimes autoritários fascistas são capazes de levar a bom termo essa missão. Demonstram satisfação com o fato de que “quase todos os países vizinhos da Rússia soviética sejam hoje nitidamente anticomunistas”. Avaliam que o ‘grande golpe’ sofrido pelo comunismo foi a ascensão de Hitler ao poder, à frente dos Estados “fascistas”. Também não escondem sua satisfação com o considerável número de Estados que se converteram em baluarte contra o comunismo e suprimiram o sistema democrático-parlamentar:

“O fascismo (no sentido mais amplo da palavra) tem sido adotado pelos seguintes países: Alemanha, Brasil, Estônia, Finlândia, Hungria, Irã, Itália, Polônia, Portugal, Romênia, Turquia e Iugoslávia. É de se esperar que dentro em pouco a Espanha se faça presente definitivamente nessa lista”<sup>65</sup>.

É claro que o conceito de fascismo dos autores deixa a desejar (pela composição de sua lista), mas de todo modo o importante a reter, no caso, é o papel que assumem de porta-vozes ou de van-

<sup>64</sup> Idem, p. 405.

<sup>65</sup> HENNIG, R. e KÖRHOLZ, L., op. cit., p. 228.

guardas do conteúdo reacionário do grupo de geopolítica de Munique. Muito provavelmente deve-se também a essa posição radical explícita dos dois geopolíticos a dura crítica de Demangeon à geopolítica alemã (e aos dois em particular), o que motivou, como vimos, a queixa de Troll, por considerar que o colega francês não teria feito distinção entre esse núcleo e o trabalho dos demais geógrafos alemães.

A geopolítica de Haushofer para a questão da política externa acha-se também presa ao seu conceito de espaço e à posição e interesses da Alemanha no período do interguerras. Em um de seus vários textos a respeito, procura demonstrar que na complexidade intrínseca da política externa a geopolítica deve procurar descobrir as linhas mestras que a informam permanentemente. Nesse sentido, o arbítrio dos que dirigem os negócios externos dos Estados não deve ser o único elemento definidor dessa política; ela deve, sim, operar sobre bases mais sólidas, especialmente naturais.

Em suma, ele diz, a política externa repousa sobre o *espaço vital*<sup>66</sup>. A partir dessa idéia geral, desenvolve uma estratégia política para os Estados, que leva em conta, necessariamente, a correspondência ideal entre a densidade populacional, os projetos de plena realização econômica e cultural das nações e a *base territorial*, indispensável ao pleno desenvolvimento de cada país. Mediante esse critério, identifica as discrepâncias do mundo do pós-guerra, em que grandes potências, como a Inglaterra, os EUA e a URSS, dispõem de grandes espaços próprios e sob sua influência para impor a sua política em todo o mundo, e países como o Brasil, que tem um grande território, poderiam vir a tornar-se grande potência se conseguisse dominá-lo internamente.

Restariam, então, sufocados em seus exíguos espaços, o Japão e a Alemanha e, em certa medida, a Itália. Em particular quanto aos dois primeiros, os laços comuns eram evidentes, pois ambos sofriam as ameaças das potências marítimas sobre suas “legítimas” aspirações: o Japão, nos espaços marítimo e continental (ilhas do Pacífico, Manchúria, Coréia, etc.) que constituíam a sua expansão natural (que seria iniciada, na prática, com a invasão da Manchúria em

<sup>66</sup> HAUSHOFER, K., de *la géopolitique* (Les bases géographiques de la politique étrangère), op. cit.



1931); a Alemanha, pela mutilação imposta pela Paz de Versailles, que fragmentou o “espaço nacional”, o seu espaço vital, baseado no critério de distribuição fragmentada dos germânicos na Europa Central. Daí que, para ele, uma aproximação com o Japão permitiria aliar dois movimentos fundamentais na política mundial, em contraposição às potências ocidentais: o pangermanismo e o movimento pan-asiático, capitaneados respectivamente pela Alemanha e o Japão.

Para a Alemanha, diz ele, é fundamental procurar buscar aliados entre os “adversários de seus inimigos”. Para Haushofer, a correlação de forças no quadro mundial não se alteraria a favor da Alemanha se as elites e o povo não se dessem conta da necessidade de articular corretamente as situações internas e externas do país. Quanto a isso, ele não tem dúvidas:

“Hoje, mais do que nunca, é preciso trabalhar nessa direção: partir de bases incontestáveis da ciência mais rigorosa possível e avançar até que o saber transforme-se em poder, e que o poder torne-se querer: desejo unânime de equilíbrio na forma de vida no interior, de potência como base de todo direito no exterior”<sup>67</sup>.

Estão relacionadas a essas posições defendidas por Haushofer, em 1927, as manifestações de satisfação com a assinatura do Pacto Anti-Komintern entre a Alemanha e o Japão (logo depois da declaração de Mussolini a favor do eixo Roma—Berlim). É possível que tenham nascido aí também as repercussões na imprensa dos EUA, dos sucessos do grupo de geopolítica alemão que via as suas “profecias” serem confirmadas pelos fatos posteriores. Em artigo de 1939, Haushofer não deixa por menos: “A idéia do Pacto Anti-Komintern é a origem de uma das mais audaciosas construções da política mundial”<sup>68</sup>. Afinal, com o Pacto, mais a aproximação da Itália e as ações de Hitler na Romênia e na Áustria, a ação prática

<sup>67</sup> HAUSHOFER, K., op. cit., p. 210.

<sup>68</sup> HAUSHOFER, K., *De la géopolitique* (La géopolitique du pacte anti-Komintern), op. cit., p. 229.

do Estado alemão finalmente estava conduzindo o país em direção de seu tão sonhado pangermanismo.

Um outro tema das teorias geopolíticas de Haushofer sobre a política externa, e que se transformou no assunto certamente mais comentado no âmbito da geografia política e mesmo fora dela, é o que se refere à sua idéia de um bloco euroasiático continental. Antes mesmo do fim da primeira guerra, Haushofer conhecia o famoso texto de Mackinder sobre o “pivô geográfico” e, posteriormente, em 1919, o desenvolvimento das suas idéias num livro sobre o assunto. Entre os comentaristas da geopolítica alemã é unânime a constatação de uma forte influência do geógrafo inglês sobre Haushofer. Muitos lamentam ou consideram até irônico que as teorias de um inglês pudessem ter servido tão bem ao campo adversário. É o caso de Gottmann, que lamenta que essas teorias,

“elaboradas por um grande patriota para servir seu país, fossem postas a serviço dos grandes desígnios de um outro e, de fato, sobretudo contra o país de Mackinder. É o perigo de toda doutrina”<sup>69</sup>.

Da sua parte, Weigert ironiza, quando lembra que o geógrafo inglês, em sua conferência na Real Sociedade Geográfica, chamou a atenção para o fato de que ali também deveriam estar ouvindo-o os homens de Estado ingleses a fim de que estivessem a par das ameaças que poderiam advir do “Heartland”. Entretanto, quem prontamente percebeu a importância de suas teorias foi justamente Haushofer, que, malgrado considerá-lo um “inimigo do povo alemão”, como dizia, reconhecia suas idéias como “a maior de todas as concepções geográficas”. Como observa Weigert, jamais o geógrafo inglês poderia imaginar que “suas sementes fertilizassem em terras inimigas”<sup>70</sup>.

Como foi visto, Mackinder alertara justamente para o perigo (à escala global) de o controle do “coração continental” cair em mãos inimigas, e citara especificamente a ameaça que uma eventual aliança da Alemanha com a Rússia (depois URSS) poderia representar para

<sup>69</sup> GOTTMANN, J., *La politique des états et leur géographie*, op. cit., p. 58.

<sup>70</sup> Cf. WEIGERT, H., *Geopolítica. Generales y geógrafos*, op. cit.



as potências ocidentais. Explica-se assim o interesse de Haushofer pelo tema, já que sempre defendera uma maior atenção do Estado alemão para os imensos territórios a leste, “zona de expansão histórica da cultura alemã”. Inspirado em Ratzel, no tocante à tendência de “crescimento dos espaços” e à importância das grandes massas terrestres continentais nesse processo, Haushofer sonhava com a constituição de um “bloco continental”, forte o suficiente para fazer frente à ameaça das potências marítimas ocidentais. Os argumentos para convencer a opinião pública e o governo quanto à necessidade de uma aproximação com a URSS eram os mais variados possíveis: aproximação cultural com os eslavos pelos anos de convívio na Europa Centro-Oriental; o fato de que os comunistas, mesmo que inimigos ideológicos do povo alemão, eram pragmáticos o suficiente para saber das vantagens de uma aproximação que poderia facilitar-lhes uma saída para “mares de águas quentes”; e mesmo o amistoso relacionamento entre militares dos dois países.

Em termos concretos, o pacto de não-agressão entre os dois países (o de 1926) animou os geopolíticos e em especial Haushofer. Mesmo a resistência de Hitler (a partir de 1933) a todo e qualquer acordo com a URSS não desanimou Haushofer, pois ele sabia que a “lógica dos fatos” acabaria se impondo, ainda mais porque os acordos comerciais e o fluxo de bens entre os dois países continuavam com grande vigor. Provavelmente existiam também acordos militares secretos, como observa Weigert, que declara sua curiosidade com o que poderiam conter os arquivos dos dois países quando fossem um dia abertos.

Além disso, Haushofer contava com a virtual rivalidade ideológica e estratégica entre a URSS e a Inglaterra (além dos EUA) como fatores de aproximação com o seu país. Assim, o “bloco continental euroasiático”, que englobaria parte da Europa, o norte e leste da Ásia, envolvendo a direção política da Alemanha, URSS e Japão, poderia a seu ver constituir-se num poderoso instrumento de contenção às “ameaças dos anglo-saxões”. Acima de tudo, preocupava-o a supremacia naval dos britânicos e norte-americanos, que até impuseram limitações ao crescimento naval nipônico (ele referia-se certamente ao Acordo de Washington de 1922). Por isso, ele afirma:

“Se a frota alemã e a frota japonesa cooperassem com o exército russo, um acordo oceânico não seria mais à vista da Inglaterra um acordo leonino, mas um acordo entre iguais”<sup>71</sup>.

Ele detectava defensores, numa “escola geopolítica russa” para esse acordo, na qual sobressaía Brockdorff-Rantzau, partidário de uma aliança Alemanha-URSS-Japão. Da sua parte, desdenha as eventuais discussões ideológicas em seu país diante de um acordo com uma nação comunista, declarando que “Nós vemos com sangue-frio as possibilidades alemãs para uma tal política continental”<sup>72</sup>.

Em 1939, tendo as tensões já virtualmente sido iniciadas com a eliminação de fato da Tcheco-Eslováquia e a ameaça de invasão iminente da Polônia pelas tropas alemãs, a Alemanha e a URSS firmam o Pacto de Não-Agressão (Ribbentrop-Molotov) em novembro desse ano, fato surpreendente, na avaliação de Paul Kennedy, para quem esse acordo tornava inevitável a guerra com a Polônia, e, a partir daí, o conflito generalizado da Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez, Haushofer e seu grupo não escondem a sua enorme satisfação. Mais uma vez também repercute no exterior a “genialidade dos geopolíticos alemães”. Em 1940, ele escrevia que a formação do bloco euroasiático constituía uma “compacta unidade geopolítica” e, com ele, abriam-se amplas possibilidades para a Alemanha finalmente poder pôr em prática a expansão do seu “espaço vital”, o retorno ao seu “largo-espaço que lhe fora subtraído”. Agora, diz ele, trata-se de empreender um enorme esforço alemão para promover uma aproximação entre a URSS e o Japão (concretizada pelo pacto russo-japonês de abril de 1941), constituindo o imenso bloco “que previra”.

Com esse pacto firmado com a URSS, Haushofer acredita que o Báltico e o mar Negro ficam a salvo da ameaça das potências ocidentais, o mesmo ocorrendo com o Mediterrâneo Oriental. Finalmente, toda a Europa Centro-Oriental passaria à órbita desse novo

<sup>71</sup> HAUSHOFER, K., *De la géopolitique* (Le bloc continental Europe Centrale-Eurasie-Japon), op. cit., p. 117.

<sup>72</sup> Idem, p. 119.



espaço geopolítico. Quanto à Polônia, parte do espaço de expansão da Alemanha e da URSS, partilhada por ambas e invadida pelas tropas alemãs, Haushofer escreve:

“Se a Polônia tivesse se dado conta de suas dificuldades geopolíticas, de suas fronteiras móveis, do delicado problema do acesso ao mar, dos esforços centrífugos das populações arrancadas de seus dois grandes vizinhos, dos 80% da população urbana judia num país agrícola, ela teria procurado a calma e a estabilidade, em lugar de se deixar reduzir ao papel de instrumento de uma política britânica excitadora de conflitos”<sup>73</sup>.

Com isso, Haushofer justifica a agressão à Polônia. Para ele, um país artificial, um simples “Estado-tampão” imposto à Europa Centro-Oriental pelo “Diktat” de Versailles. Em reforço ao seu argumento, chega até mesmo a citar o norte-americano Bowman, que em seu livro deixara claro a importância do novo Estado para a estabilidade dessa região e da Europa em geral.

Tão surpreendente para o mundo quanto o acordo Molotov-Ribbentrop foi a decisão de Hitler de rompê-lo e ordenar o ataque à URSS em junho de 1941. Surpresa e decepção também para Haushofer e seu grupo. A ação alemã, em seus desdobramentos após o ataque à Polônia, com a invasão da França, da URSS e os sonhos de conquista do mundo do líder nazista, não se encaixava em seus esquemas de uma expansão exclusivamente baseada nos princípios do pangermanismo e do espaço vital alemão. Haushofer provavelmente superestimara demasiadamente a lógica das “leis naturais” e as determinações de sua “ciência rigorosa” em relação ao que chamava de “arbítrio dos homens de Estado”. Predominou este último fator e, com isso, caía por terra a tese de que Hitler era um “prisioneiro de um grupo de notáveis geopolíticos”, como alardeava a imprensa norte-americana durante a guerra.

A derrota alemã na campanha da URSS, que começou a esboçar-se com os primeiros contra-ataques soviéticos no inverno daquele mes-

<sup>73</sup> HAUSHOFER, K., “Eurasia versus Britain”, in Dorpallen, A., op. cit., p. 218.

mo ano, confirmaria de forma trágica o que o próprio Haushofer e os geopolíticos em geral sempre previram, isto é, o terrível desafio de vencer uma guerra com países dotados de enormes territórios. No caso da URSS, isso já havia ficado provado na guerra napoleônica e na Primeira Guerra Mundial.

Também o ataque japonês a Pearl Harbour em 1942 e as consequências de seu confronto com os EUA destruíam as teses de Haushofer de um bloco euroasiático. Suas fórmulas foram assim estilhadas pelos fatos da política e da estratégia dos Estados beligerantes. Por isso, a derrota da Alemanha foi também o epílogo da mais controvertida de todas as aventuras da geografia política e de seu ramo instrumental, a geopolítica.

### 3. O DEBATE TEÓRICO EM GEOGRAFIA POLÍTICA NO PERÍODO DAS GUERRAS MUNDIAIS

A análise da evolução da geografia política desde Ratzel, até meados da década de 50, demonstra que o período entre as guerras mundiais e os primeiros anos do pós-Segunda Guerra foi um dos mais interessantes do ponto de vista do debate teórico no interior desse campo de estudos. Isso porque os conflitos envolveram países que dispunham de tradição em pesquisa geográfica em geral e mesmo em geografia política – casos da Alemanha, França e EUA, principalmente. Neles, o aumento da produção nessa área (especialmente durante a Segunda Guerra) resultou certamente das emulações causadas por esses conflitos. Na Alemanha, com o engajamento explícito de parte de seus geógrafos e da totalidade dos que atuavam em geografia política. Nos EUA, de menor tradição no setor, geógrafos preeminentes em vários campos dessa ciência envolveram-se com vigor em estudos dos mais variados tipos e qualidades, em sua grande maioria com o estímulo direto ou indireto do governo.

Os estudos de Whittlesey e Dorpallen<sup>74</sup>, por exemplo, são ilustrativos a esse respeito. O primeiro resultou de iniciativa da “Division of Geology and Geography” do “National Research Council”, com

<sup>74</sup> WHITTLESEY, D., *German Strategy of World Conquest*, op. cit.; Dorpallen, A., *The World of General Haushofer. Geopolitics in Action*, op. cit.



o apoio da “National Planning Association”, e contou com a colaboração de um grupo conhecido de geógrafos, dentre os quais R. Hartshorne, C. Colby, Preston James e outros. Whittlesey, por seu turno, era professor em Harvard, universidade famosa pela presença de seus “scholars” e “policy-makers” em inúmeras atividades governamentais. No estudo de Dorpallen, o prefácio é assinado por um militar, o Coronel Beukema, professor de geopolítica e estudos estratégicos de West Point. Nas duas publicações acha-se impresso um dístico em que se lê: “Livros são armas, na guerra das idéias”. Trazem ao público, traduzidos pela primeira vez, documentos e artigos da geopolítica alemã, especialmente os publicados pela *Revista de Geopolítica*, graças ao apoio do Departamento de Estado que os possuía e os colocou à disposição dos pesquisadores. A análise apresentada ali pouco contribuiu para o debate teórico da geografia política, já que a maior parte dos trabalhos é ocupada pela transcrição dos textos alemães, acompanhada de comentários destinados a demonstrar para o leitor que havia uma nítida ligação entre aquela geopolítica e os planos nazistas de conquista do mundo. São envolvidos nesse “clima” Ratzel e até mesmo Hegel, como “pais espirituais” daquela geopolítica. Como muitos de seus colegas, Whittlesey chega a falar da existência de um fantástico “Instituto de Geopolítica de Munique”, que contaria com mais de oitenta geógrafos “full time” e centenas de colaboradores no país e no exterior, informações que não se confirmariam anos mais tarde. Ainda no contexto da guerra, outros estudos de geógrafos norte-americanos, como os de Hartshorne e do próprio Whittlesey<sup>75</sup>, pela sua qualidade quanto à investigação de inúmeros problemas e às propostas teóricas que contêm, demonstram que a emulação provocada pelos conflitos também produziu resultados altamente satisfatórios.

Entre os franceses, a contribuição maior no período será dada por J. Ancel, sobretudo com dois de seus livros, além de A. De-

<sup>75</sup> HARTSHORNE, R., “Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia”, op. cit.; “Recent Developments in Political Geography”, op. cit.; Whittlesey, D., “The Earth and The State: A Study in Political Geography”, New York, 1939.

mangeon, C. Vallaux e J. Brunhes<sup>76</sup>. Como já visto, o interesse pela geografia política entre os geógrafos franceses era antigo, remontando à época em que Ratzel publicava a sua principal obra na área, quando Vidal de La Blache a comentou em artigo de 1898. Com Camille Vallaux e Jacques Ancel, ela encontrará o seu melhor desenvolvimento, sendo os estudos do primeiro essencialmente teóricos e os do segundo mais voltados à problemática européia de seu tempo e à crítica ao que se produzia nessa área no país vizinho. Um dos aspectos mais interessantes da geografia política francesa é que, apesar da filiação comum dos seus autores ao que se convencionou chamar de “possibilismo”, inspirado sobretudo em Vidal de La Blache, fica clara a existência de divergências teóricas substantivas entre eles, como se pode observar nas críticas de J. Ancel a Camille Vallaux e Jean Brunhes, por exemplo.

De todo modo, antes mesmo da Segunda Guerra, a geografia política ali produzida, enquanto ramo da geografia humana francesa, criou uma alternativa teórica importante àquilo que se desenvolvia na Alemanha sob o rótulo de geopolítica, e mesmo à vertente mais pragmática dos norte-americanos durante os anos do conflito.

Os objetos do debate teórico no período, como de resto em toda a história da geografia política, foram os conceitos e as concepções de Estado, nação, território e fronteira. Como já visto, quem primeiro formulou uma teoria geográfica do Estado foi Ratzel, concebendo-o essencialmente como um organismo político-territorial. Para ele, a indissociabilidade entre estado e território determinaria todos os demais elementos constitutivos do espaço político. Além disso, o espaço seria uma entidade abstrata, *um absoluto*, uma idéia que permeia a política estatal e o espírito dos homens que compõem a comunidade nacional. Assim, haveria não apenas uma política territorial, mas também uma *cultura espacial*.

A chamada “escola francesa de geografia humana” ingressa no recém-criado ramo da geografia política pela crítica a essa matriz

<sup>76</sup> ANCEL, J., *Geopolitique*, op. cit.; *Géographie des frontières*, Paris, Ed. Gallimard, 1938; Demangeon, A., *Géographie politique*, op. cit.; Brunhes, J., *La géographie humaine* (Cap. VIII, 4, “Géographie dite politique, et, dans un sens plus général encore, Géographie de l’Histoire”), Paris, P.U.F., 1947.



ratzeliana. Também aí Vidal de Lablache será pioneiro. Ao comentar o livro de Ratzel em seu artigo de 1898<sup>77</sup>, destaca que a geografia política deve encontrar o seu lugar entre as ciências geográficas, atentando para o fato de que os fenômenos de que trata estão sujeitos às influências do meio físico e das formas de vida. Lembra ainda que aos homens cabem as *escolhas* diante do que o meio lhe oferece. Partindo desse pressuposto, entende que devem interessar à geografia política as formas de distribuição da humanidade na superfície terrestre, que formam comunidades políticas mais ou menos avançadas, além da extensão territorial de cada Estado. Essas desigualdades (de repartição e estágios de civilização) têm de ser levadas em conta:

“Os fatos da geografia política não são entidades fixas que basta registrar por uma simples constatação... É preciso então examiná-los como fatos em movimento”<sup>78</sup>.

Apesar dessas diferenças de enfoque, o autor curiosamente concorda com Ratzel quanto à idéia do Estado como organismo vivo, recomendando, porém, que “não se abuse” do conceito:

“Um termo com o qual não conviria abusar, mas que Ratzel emprega com razão em se falando de Estados, é aquele do organismo vivo. Esta expressão nada mais faz que designar por uma fórmula correta a lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo”<sup>79</sup>.

Note-se, porém, que, em sua idéia de organismo, o autor não se refere às relações do Estado com o solo, mas sim do *homem com o solo*.

Conforme já visto, a avaliação crítica mais exaustiva da obra de Ratzel seria feita por C. Vallaux, emprestando à geografia política francesa um caráter social.

<sup>77</sup> LA BLACHE, V., “La Géographie Politique,” op. cit.

<sup>78</sup> LA BLACHE, V., op. cit., p. 108.

<sup>79</sup> Idem, p. 108.

Anos mais tarde (1921), Camille Vallaux e Jean Brunhes publicariam a primeira grande obra francesa em geografia política após a Primeira Guerra<sup>80</sup>. Como o próprio Brunhes esclarece no prefácio, a participação de Vallaux foi responsável pelos extensos capítulos de geografia política, em que ele retoma temas de seu trabalho de 1912. A primeira parte (“geografia e história”) já havia sido escrita por Brunhes e o terço final (análise “geográfica” e “política” da guerra que terminara) por ambos. Aqui, interessa-nos sobretudo o debate teórico apresentado pelo estudo, que sob muitos aspectos é inovador, em especial quando cotejado às posições da chamada “escola alemã” (além de Ratzel, que a todos influenciou, também Maull e Dix publicavam seus estudos na mesma época).

Como no estudo de Vallaux de 1912, a referência básica é Ratzel, seja para aceitá-lo, refutá-lo ou incorporar parte das suas idéias. Entretanto, passaram-se quase dez anos e uma guerra de proporções imprevisíveis que trouxe novas questões à tona. Como admitem ao fim do seu estudo, os autores estão preocupados com uma concepção de geografia política fundamentada no “movimento social”, cuja abordagem qualificam de *sociologia geográfica*. Com isso, refutam o “determinismo territorial” ratzeliano e as suas conseqüências na interpretação do caráter e papel do Estado em sociedades complexas, por exemplo. Por isso, rejeitam também uma “idéia geral” de Estado, preferindo concebê-lo em sua *diversidade* intrínseca. Além disso, afirmam, são as sociedades que determinam os papéis do Estado, e não o contrário, cabendo-lhe, antes de tudo, prover-lhes segurança:

“Os Estados são sociedades organizadas para garantir aos indivíduos que as compõem sua segurança pessoal e o gozo de seus bens e do fruto de seu trabalho”<sup>81</sup>.

Segundo essa posição geral, consideram ainda que o Estado é produto da *luta*, que é intrínseca ao movimento social. Desse modo, Estados e territórios desenvolvem-se a partir de contradições internas

<sup>80</sup> BRUNHES, J. & VALLAUX, C., “Geografía de la Historia. Geografía de la paz y de la guerra en la tierra y en el mar”, op. cit.

<sup>81</sup> BRUNHES, J. & VALLAUX, C., op. cit., p. 236.



e externas. Não se trata de guerras, como defendia Ratzel, mas de movimentos derivados de *diferenciações sociogeográficas*, próprios das sociedades organizadas, que possuem “zonas de diferenciação”, *regiões ativas* ou *zonas de acumulação vital* (o ecúmeno político, econômico e cultural), capazes de gerar o dinamismo necessário à ação política das sociedades políticas. Não concordam, por isso, com Ratzel, que defendia a absorção dos médios Estados pelos grandes e o desaparecimento puro e simples dos pequenos (“fórmula central do imperialismo germânico”), lembrando que a Europa, por exemplo, como região política marcada pela diversidade, comporta perfeitamente a convivência entre o “megalostatismo” e o “microestatismo”, tendo por base *relações de complementaridade* entre os dois tipos<sup>82</sup>.

Certamente influenciados pela guerra, os autores reiteradas vezes defendem que o papel primordial dos Estados é propiciar “segurança coletiva” às sociedades políticas. Por isso, criticam os que não reconhecem o valor estratégico da organização dos territórios nacionais (referem-se, por exemplo, à economia política liberal que “deprecia a ação do poder político”): As cidades principais – especialmente as capitais –, as rodovias, as ferrovias, os rios navegáveis, etc., todos comporiam o conjunto da organização política do território e possuiriam, assim, valor estratégico intrínseco. Condenando os “utopistas e românticos”, Brunhes e Vallaux não crêem na “supressão das fronteiras” ou em “relações harmônicas” entre os Estados, lembrando que o princípio da *soberania* é essencial para as relações externas e o esforço de *coesão nacional* (acima das nacionalidades) para as relações internas.

Esse pragmatismo dos dois franceses está próximo do que há dois anos atrás tinha sido defendido por Mackinder para a Inglaterra e o “Ocidente livre”, nos dois casos certamente influenciados pelo “quase desastre” da guerra para os seus respectivos países. Talvez se deva a esse clima de pós-guerra a adoção, por ambos, do que se poderia chamar de fórmulas “anglo-saxônicas” para a organização política interna dos territórios. É o caso das críticas a algumas dis-

<sup>82</sup> Idem, pp. 250 e segs.

torções presentes nos Estados unitários fortemente centralizados, como a França, nos quais as tendências aos *regionalismos* são mais fortes (lembram, como exemplo, o caso da Bretanha) e poderiam comprometer a *unidade* política interna.

Esse seria, a seu ver, um dos males dos “velhos Estados” unitários europeus, cujo centralismo propicia o aparecimento de divisões internas “rígidas”, por vezes marcadas pelo peso das nacionalidades. Por isso vêm com simpatia o *federalismo*, fórmula adotada pelas jovens repúblicas (de passado colonial), como os EUA, por exemplo, nas quais a repartição interna (de base econômica e político-administrativa) “favorece a coesão por adesão de suas partes”. Argumentam que o progresso da circulação e da divisão regional do trabalho propicia a combinação entre federalismo e coesão interna, promovendo a relativização dos regionalismos estanques, o que favoreceria os “jovens” Estados:

“É natural que, para os velhos Estados centralizados, a necessidade de nova coordenação das divisões territoriais se faça sentir mais imperiosamente que para os jovens Estados federativos. Estes estão já, em parte, adaptados às novas condições de existência, cujos efeitos começavam a manifestar-se quando se constituíram os Estados de tipo federal”<sup>83</sup>.

Daí a crítica ao modelo francês, com os seus 83 departamentos, número excessivo, a seu ver, diante das facilidades propiciadas pelas comunicações à ação política dos Estados e às novas atividades econômicas. Propõem, por isso, uma nova divisão territorial para o país (no máximo 15 ou 16 departamentos) e uma *divisão regional* que funcione como nível intermediário entre a Capital e as unidades departamentais. Seria, a seu ver, um modo de adaptar o tipo “unitário” aos “novos tempos”, ou seja, à nova *circulação* e à nova *economia*, dotando-as de uma hierarquia interna mais flexível, menos pesada, sem os riscos de retrocesso aos “localismos feudais” e melhor capacitada a promover a *segurança coletiva* aos cidadãos<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> Idem, p. 355.

<sup>84</sup> Idem, p. 364.



Como havia sido proposta quase trinta anos atrás por Ratzel, Vallaux e Brunhes retomam a questão da coesão interna, privilegiando os papéis do Estado e da circulação nesse processo. O tema, portanto, é o mesmo, mas com notórias diferenças de enfoque. Enquanto o primeiro pensa em termos de organismo estatal-territorial, os outros dois raciocinam em termos de organização política ampla, que passa pelas complexidades da sociedade, do Estado, da economia e do território. A coesão, portanto, necessariamente contraditória, é produto desse “novo quadro” internacional e interno, desse jogo de fluxos políticos e econômicos e da organização do poder político para a *paz* e a *defesa da soberania* de uma nação. Essa é a distinção básica entre a escola alemã e a francesa, tão bem representada por Ratzel, de um lado, e por Brunhes e Vallaux, de outro.

J. Ancel, alguns anos antes da Segunda Guerra, desenvolve os seus estudos a partir dessa tradição teórica, isto é, a de uma geografia política *humanista*, em contraposição ao que os franceses denominavam de tradição determinista e *utilitarista* da escola alemã. Daí por que critica, ao mesmo tempo, os conceitos de Estado e nação daquela “Escola”. Distingue, assim, a “base territorial” dos Estados e das nações da “base geográfica”, sendo esta última um conceito que para ele comporta necessariamente o de nação enquanto uma *comunidade de vontades*. A seu ver, Ratzel e seus seguidores, ao submeterem o futuro dos Estados ao espaço e à sua posição, introduzem um fator de determinação de fundo naturalista e expansionista que, além de perigoso, é equivocado, pois elimina “a priori” o homem como ator principal da história, ou, em termos lablachianos, o homem como “fator geográfico” e “ser dotado de iniciativa”<sup>85</sup>. A geopolítica de Haushofer, ele diz, nada mais é que o coroamento ameaçador dessa concepção. Ancel vai além, e não concorda nem mesmo com os seus colegas Vallaux e J. Brunhes, quando esses identificam o Estado com o território, as estradas, as fronteiras e a capital, o “Estado enquanto um quadro”<sup>86</sup>. Ele entende, em contraposição, que mesmo nessa hipótese (o Estado como um quadro fixo) fica

<sup>85</sup> ANCEL, J., *Géopolitique*, op. cit., p. 18.

<sup>86</sup> Cf. BRUNHES, J., *La géographie humaine*, op. cit., pp. 273 e segs.

faltando a consideração da vida (social, política, etc.) que se desenvolve em seu interior.

Conclui assim que não apenas os alemães, mas também colegas franceses como Brunhes confundem nação com Estado. É nessa perspectiva que, para ele, a Sociedade das Nações deveria chamar-se Sociedade dos Estados, nome mais apropriado ao que de fato significa. À noção territorial de Estado, diz ele, é necessário adicionar, sem necessariamente opor, a “noção vital” de Estado, entendida como um conjunto de fatores históricos e morais dos grupos sociais. Nesse quadro histórico e social, o autor reconhece o conceito de *nação*, que para ele não é vago, mas o produto de uma realidade histórica e geográfica: “uma combinação harmoniosa de gêneros de vida”<sup>87</sup>. Esse é também o ponto de vista de A. Demangeon, que vê em Ratzel o ponto de partida da visão organicista e territorialista do Estado, cuja radicalização será feita pela geopolítica alemã. Além da noção de organismo vivo, diz ele, a “geopolitik” identifica no Estado uma “consciência e uma vontade próprias”, equiparando-o a um “ser racional” e, aparentemente, “passional”. Em sua excelente crítica, Demangeon identifica nessa visão artificial do Estado um elemento de destruição da base da geografia política, ao ignorar a ação dos grupos humanos que formam o próprio Estado, e as relações internas e externas que determinam as leis de sua existência<sup>88</sup>.

Este será também o quadro de referência teórica para a discussão do problema das fronteiras. Rejeitando as noções de espaço e posição como fatores principais do poder de Estado e, conseqüentemente, da definição das fronteiras, Ancel prefere tomá-las como fenômenos ligados às atividades humanas, mais afetas ao que *contêm* os quadros territoriais que a estes em si. Mesmo porque, afirma, há grupos (que chama de “amorfos”) que não possuem fronteiras com a rigidez com que se concebe usualmente. As fronteiras modernas surgiriam, assim, mais propriamente com a constituição da nação, tal como ocorreu com a Revolução Francesa<sup>89</sup>. A partir daí, a noção de fronteira assumiria um caráter *moral e espiritual*. Nesse sentido,

<sup>87</sup> ANCEL, J., op. cit., p. 109.

<sup>88</sup> DEMANGEON, A., *Géopolitique*, op. cit., p. 24.

<sup>89</sup> ANCEL, J., *Géographie des Frontières*, op. cit.



diz, não existem “fronteiras naturais”, não passando este conceito de doutrinas travestidas de justificativas cartográficas, geográficas, etc. Toma como exemplo a própria França, na qual a nação teria se formado por uma “vontade consciente de todas as suas partes”, resultando numa federação, onde as partes constitutivas se definiram pró-francesas mediante determinações morais face ao estrangeiro.

Nesse aspecto, introduz interessante distinção entre o seu conceito de “espírito de fronteira” e o de Haushofer. No seu caso, trata-se de manifestação ligada ao gênero de vida dos habitantes das zonas fronteiriças, enquanto para Haushofer esse “espírito” seria apenas a manifestação da língua alemã e dos efeitos da propaganda pan-germanista.

Ancel introduz ainda a idéia de que as fronteiras podem ser também *isóbaras políticas*, linhas de tensão sujeitas às pressões, cujo traçado está afeto aos interesses temporários dos Estados<sup>90</sup>. A estas, definidas quase que exclusivamente pela estratégia militar e diplomática dos Estados, opõem-se as “fronteiras de civilização”. Mas é um equívoco, diz ele, entender civilização como sendo uma comunidade exclusivamente lingüística, um “nacionalismo lingüístico”, como pretendem os geopolíticos alemães. Mesmo porque, afirma, o fato de existirem minorias de língua alemã fora da Alemanha não justifica a constituição de um único Estado para todos, bastando tomar o exemplo da Suíça, em que convivem grupos polilingüísticos em perfeita harmonia, conclui<sup>91</sup>. Apesar de todas essas considerações, questiona-se, a visão que ele próprio e o cidadão em geral têm da fronteira está associada à imagem do fiscal, do policial, da exigência de documentos, revista de bagagens, etc. Por isso lamenta:

“Antes de tudo, para mim a fronteira se materializa por um mal-estar, um desgosto: a multiplicação das fronteiras é um mal”<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> Idem, p. 98.

<sup>91</sup> Idem, p. 109.

<sup>92</sup> Idem, p. 182.

Finalmente, Ancel não crê que as fronteiras sejam capazes de separar os homens, razão pela qual a rigidez das demarcações não passaria de “ilusão linear”, uma “ilusão cartográfica”, já que o desejo de inter-relacionamento dos povos é mais forte que essas linhas estanques a separá-los.

Entre os norte-americanos, dois trabalhos são destacáveis no período, os de Whittlesey e Hartshorne<sup>93</sup>, nos quais transparece a determinação de ambos de firmar a geografia política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático. Particularmente Hartshorne, que, em inúmeros artigos, antes e durante a Segunda Guerra, trará para o debate as suas contribuições de caráter metodológico que havia exposto em estudos de grande repercussão como *Nature of Geography*<sup>94</sup>. Ao discutir o problema das fronteiras numa região européia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente ou como “experts” o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”<sup>95</sup>. Por isso, diz, os equívocos teriam se multiplicado, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”, por exemplo. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia, ele adverte, devem ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças.

Até esse ponto, a posição do autor coincide com a de Ancel e a tradição francesa em geral. A diferença é que Hartshorne propõe um método próprio para a solução teórica do problema, baseado na definição e estudo das “associações de todo tipo das diferentes partes da ‘border area’ com cada um dos ‘bordering states’”<sup>96</sup>.

<sup>93</sup> WHITTLESEY, D., *The Earth and the State: A Study in Political Geography*, op. cit.; Hartshorne, R., “Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia”, op. cit.

<sup>94</sup> HARTSHORNE, Richard, *Nature of Geography*, N. York, Association of American Geographers, 1939, 1949.

<sup>95</sup> HARTSHORNE, R., “Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia”, op. cit., p. 195.

<sup>96</sup> Idem, p. 199.



Mediante esse método, recomenda, os geógrafos observariam tais associações nos traços da paisagem, que podem ser de tipos “similar, dissimilar e de interesses mútuos”. Fronteiras rígidas e artificialmente traçadas numa área homogênea em termos de ocupação humana e atividades econômicas, gerando “áreas similares” em ambos os lados, provocam grandes perturbações, diz ele, citando como exemplo o corte ao meio de um mesmo distrito industrial, ou de uma região agrícola que ficou apartada de seu costumeiro mercado. Quanto às populações de origens diversas (alemães, polacos, tchecos e eslavos), o problema é de outra natureza, afirma. Critérios de língua ou raça, observa, nem sempre são fundamentais, pois a tendência, no primeiro caso, é a da definição de uma língua consensualmente aceita por todos. No segundo caso, enfatiza o autor, (a raça) é menos importante ainda:

“Raça, no estrito senso antropológico do termo, não tem nesse distrito, bem como na Europa em geral, nenhum significado geográfico ou talvez cultural... Todas as diferenças existentes na população, e que têm significado para o estudo das fronteiras, são de origem cultural, não biológica”<sup>97</sup>.

Como então, indaga, numa região como essa, em que poloneses e germânicos conviveram (até a Primeira Guerra) durante séculos, definir claramente o critério de nacionalidade para traçar as novas fronteiras? Afinal, diz Hartshorne, a longa convivência definira poloneses e alemães distantes de sua cultura original, até mesmo com costumes e dialetos próprios. Por isso os plebiscitos, mesmo que realizados em condições nem sempre adequadas, são um elemento definidor importante. Apesar disso, observa, por mais detalhados que sejam os novos traçados, eles sempre serão arbitrários, dadas a “diferenciação” interna das áreas e as múltiplas “associações” entre as diferentes “células” na paisagem. Em regiões como essa, conclui, *difícilmente poderá haver coincidência entre fronteira política e fronteira nacional*<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> Idem, p. 204.

<sup>98</sup> Idem, p. 212

Finalmente, Hartshorne examina o papel das fronteiras como elementos de fragmentação de “associações a nível local”, tocando num outro tema também explorado por Ancel. Por mais arbitrários e rígidos que sejam esses limites, os grupos fronteiriços, independentemente de suas nacionalidades, tendem a manter vivos os laços que possuíam com os lugares e a cultura de origem, definindo interações de todo tipo com ambos os lados artificialmente separados. Com isso, observa, áreas urbanas e industriais contínuas, cortadas por linhas divisórias, apresentam um movimento constante de trabalhadores e famílias em geral, que se tornam “estrangeiros” durante a jornada de trabalho do outro lado, sendo constrangidos diariamente às fiscalizações, revistas, etc. Além disso, crianças são educadas em duas línguas e famílias são separadas, mas para ele, apesar disso, a *força das interações* será sempre maior que as fronteiras, salvo quando estas, pela radicalização das tensões, transformem-se definitivamente em barreiras<sup>99</sup>.

Como parte desse esforço dos geógrafos norte-americanos em busca de um discurso científico para a geografia política, desenvolvem-se estudos sobre a relação geral *Estado/Território*, concebendo-a como uma estrutura orgânica com tendências gerais de desenvolvimento expressas sob a forma de leis mais ou menos universais. Esse é o caso do mais representativo dos estudos do tipo, desde Ratzel, publicado nos EUA em 1939 por Whittlesey. Despidendo as concepções de Ratzel do que porventura elas contivessem de “desvios”, como concepções políticas, nacionalistas, etc., Whittlesey, apesar de não se referir explicitamente ao geógrafo alemão, retoma as suas idéias em torno da “estrutura geográfica do Estado”. Sob esse ponto de partida, procura demonstrar que o Estado – “o principal fato político que se localiza na terra” – é um poderoso fator de centralização na rede de relações que se estabelece no território. A esse respeito, repõe no debate o que já desenvolvera Ratzel há quase meio século atrás sobre o tema, expresso até mesmo no subtítulo da segunda edição de sua obra (“Geografia do comércio, da circu-

<sup>99</sup> WHITTLESEY, D., *The Earth and the State: A Study in Political Geography*, op. cit.



lação e da guerra”), em que concebe o Estado como o elemento central de coesão do todo territorial. De certo modo, aproxima-se também do ponto de vista de Vallaux e Brunhes, que destacarão justamente a importância da localização da capital e das vias de circulação no quadro estatal-territorial.

Whittlesey desenvolve em detalhes essa idéia geral, chegando a uma tipologia de Estados, derivada da desigual distribuição dessas estruturas de relações na superfície terrestre. O critério metodológico adotado é o das *diferenciações* (do meio natural) e o grau de desenvolvimento (das civilizações), como que demonstrando empenho em situar-se a meio caminho entre o determinismo e o possibilismo. Assim, o Estado seria um organismo territorial que se desenvolveria a partir de um núcleo central que constituiria, no mais das vezes, o seu *ecúmeno*<sup>100</sup>. A partir desse núcleo, que é em geral a capital política, o Estado lançaria as suas redes de relações e definiria um território e suas respectivas fronteiras. Essa *centralidade* do Estado, argumenta Whittlesey, pode não se expressar necessariamente numa localização central (caso dos Estados federativos em geral) mas, em geral, a sede dos Estados *unitários* tende a localizar-se em áreas equidistantes das bordas de seus territórios, por imposição das necessidades de defesa e de uma maior eficácia em seu papel de *integração*. Por essas razões, afirma, as capitais são um elemento essencial na estrutura das relações político-territoriais:

“O governo intervém de modo especial nas capitais. A concentração de rodovias, ferrovias e canais no centro do governo é em grande parte resultado da evolução econômica, porém é com frequência estimulada por fins políticos. Uma vez estabelecidas, as capitais constituem a preocupação preferencial dos governos”<sup>101</sup>.

Por atribuir grande importância à estrutura geopolítica interna do conjunto Estado-território, o autor defende mais as políticas destinadas a promover a integração e a coesão territoriais que propria-

<sup>100</sup> Idem, p. 14.

<sup>101</sup> Idem, p. 16.

mente a extensão. A rede de *circulação* e os fatores de *coesão* destinam-se, portanto, a evitar fenômenos de desintegração e dispersão, como o regionalismo e a natureza instável de certas zonas fronteiriças. Nesse particular, o autor incorpora (no plano interno dos territórios) a noção de “posição”, mas não a de “extensão” de Ratzel:

“É óbvio que não existe relação alguma de importância entre o poder ou vitalidade de um Estado e sua extensão territorial. A Holanda abrange menos de 33.000 km<sup>2</sup>; a Bolívia mais de 1.000.000. Sem dúvida, a primeira é muito mais forte. Alguns tipos de regiões são obstáculos para o efetivo funcionamento do Estado ao qual pertencem. A unidade política deve ser estudada em função de seu clima, de sua morfologia e de seus recursos naturais, mais que em função da extensão”<sup>102</sup>.

Whittlesey, entretanto, procura evitar o “organicismo natural”, ao sustentar que a relação entre as estruturas geopolíticas dos Estados, as formas de governo e a ação política da sociedade, quando coincide, forma uma *unidade nacional* que dificilmente é rompida. Trata-se, sem dúvida, de um interessante “aggiornamento” das teorias pioneiras de Ratzel.

Com alguma segurança, pode-se afirmar que a síntese do avanço teórico da geografia política no período será feita nos primeiros anos do pós-guerra – mais precisamente no início dos anos 50 – por Hartshorne<sup>103</sup>, cujas idéias representam um ponto de inflexão na evolução teórica e metodológica dessa disciplina no seu país e em geral. Suas contribuições abrem também novas perspectivas de análise, como assinala A. L. Sanguin, menos afetas à tensão entre os Estados e mais voltadas à compreensão de suas “relações de estabilidade” recíprocas e com os seus respectivos territórios<sup>104</sup>. No

<sup>102</sup> Idem, p. 23.

<sup>103</sup> HARTSHORNE, R., “The Functional Approach in Political Geography”, op. cit.; Gottmann, J., *La politique des États et leur géographie*, op. cit.

<sup>104</sup> SANGUIN, André-Louis, “L'évolution et le renouveau de la géographie politique”, in *Annales de Géographie*, vol. 84, Paris, 1975.



caso de Hartshorne, o que o motivou a escrever esse ensaio foi justamente o que considerava preocupante para a geografia norte-americana, isto é, o grande crescimento do interesse dos estudantes universitários pela geografia política, ao lado da péssima qualidade (em geral) das publicações disponíveis, segundo a sua avaliação.

Examinando-as em detalhe, conclui que apresentavam uma “grande variedade de métodos”, ao mesmo tempo que uma ausência de “propósitos ou objetivos comuns”, configurando um caótico quadro que ele não via igual em nenhum outro ramo da geografia<sup>105</sup>. Lamenta pelo excesso de “leviandade” e de afirmações “gratuitas”, sem base na investigação científica “séria”. Exemplifica, para comparar, com seus próprios estudos e os de Whittlesey, que, segundo ele, demandaram exaustivas pesquisas bibliográficas e documentais. Além do mais, defende, é preciso abandonar de vez a “abordagem morfológica” do Estado introduzida pela escola alemã desde Ratzel, que reduziu o “Estado-área” à sua dimensão, forma, localização, fronteiras, regiões naturais, culturais, etc., o que redundava em visão puramente *morfológica e estática* dele. A seu ver, em vez disso, é necessário conhecer antes de tudo o *funcionamento* do “Estado-área”, que determina todos os seus demais níveis, até o da sua própria morfologia<sup>106</sup>.

Como Vallaux e Brunhes, interessa-lhe sobretudo o estudo das áreas politicamente organizadas, aquelas dos Estados soberanos, isto é, aqueles estruturados internamente (províncias, departamentos, condados, cidades). A partir daí, e seguindo o *método dedutivo* (que ele identifica em Ritter e Humboldt), propõe a determinação de sucessivos “tópicos específicos” de cada Estado individualizado, que, “examinados sistematicamente para todos os Estados”, permitirão o estabelecimento *a posteriori* de princípios gerais. Trata-se de inverter o procedimento metodológico do passado, diz ele, em que a dedução *a priori* de princípios acarretou tantos equívocos<sup>107</sup>. Partindo da idéia (geográfico-política) de Estado enquanto “Estado-área

<sup>105</sup> HARTSHORNE, R., “The Functional Approach in Political Geography”, op. cit., p. 97.

<sup>106</sup> Idem, p. 100.

<sup>107</sup> Idem, p. 102.

unitário”, Hartshorne evita o conceito de Estado-organismo ratzeliano ou o de Estado-quadro territorial de Whittlesey, preferindo concebê-lo como organização política que necessariamente interage com as partes do território (as regiões e as unidades político-administrativas) mediante *interações de toda ordem*, nas quais a *participação dos cidadãos e o seu nível de aceitação da instituição estatal são essenciais*. É evidente, argumenta, que o Estado central tende a unificar o mais possível o “Estado-área”, levando as instituições intermediárias e locais a adotarem os seus princípios, conceitos, leis, etc., como “princípios gerais”, havendo casos, como em situações de ameaça externa, em que essa tendência pode chegar a extremos. Haveria também barreiras internas (físicas, étnicas, culturais, etc.) que poderiam favorecer *movimentos centrífugos* em algumas partes, ou, numa situação oposta, uma morfologia territorial que favoreça *movimentos centrípetas* e a integração. Nesse sentido, o *todo* (“Estado-área”) é um excelente campo de investigações para os geógrafos treinados no estudo das *diferenciações* inter-regionais.

Poder-se-ia relevar o papel da “área-core” estatal como fator de crescimento e coesão interna desse todo (e ele certamente se referia ao papel das capitais em Whittlesey e em Brunhes/Vallaux). Entretanto, sustenta, tudo isso pode não passar de simples aparência e, no extremo, apego a postulados deterministas, pois o essencial sempre estará referido ao modo pelo qual a sociedade interage no interior do “Estado-área”. Mais ainda, de como os grupos sociais definem o seu comportamento político frente ao Estado e aos demais segmentos da sociedade. Nesse particular, observa, muitos são os fatores que podem impelir a sociedade em direção a *movimentos de resistência* contra as tentativas dos Estados de forçar a uniformidade:

“Características sociais particulares podem ser importantes dependendo do Estado. Em geral, pensa-se na linguagem e na religião. Eu sugiro, também, educação e modo de vida, tipos de comportamento econômico, instituições, comportamentos frente às distinções de classes e de raças, e, especialmente, filosofia política”<sup>108</sup>.

<sup>108</sup> Idem, p. 108.



A antiga lealdade dos súditos ao monarca, que encarnava a figura do Estado, e a “raison d’être” deste baseada nessa relação dão lugar a uma idéia de Estado que pressupõe a *adesão consentida* de seus cidadãos, “pessoas politicamente conscientes”. Por isso, argumenta, o Estado *não é* uma fazenda ou uma fábrica, objetos empíricos com os quais os geógrafos estão familiarizados, mas uma *organização política complexa* que pressupõe uma *base social*.

Para Hartshorne, é sob esse ângulo que devem ser examinadas as relações no interior de um “Estado-área”, e é dessa relação entre Estado e cidadania que ele deduzirá o controverso conceito de nação. Primitivamente, ele diz, esse conceito está se referindo a um “sentimento comum”, de auto-afirmação de um grupo frente aos demais, linguagem, sangue, raça, semelhanças culturais, enfim. Do seu ponto de vista, porém, o conceito de nação é indissociável do Estado, em que os cidadãos constituem uma comunidade política comum. Em geral, diz ele, o tipo de Estado e de governo sempre corresponderá às características dessa comunidade, que certamente prefere um mau governo próprio a um eventual “eficiente” governo estrangeiro a dominá-la. Além do mais, os indivíduos tendem a identificar-se, de algum modo, com o “seu” Estado, “seus” líderes, etc. Essa identificação dos indivíduos com o Estado, por sua vez, decorreria menos de suas particularidades lingüísticas, por exemplo, e muito mais de uma *adesão comum* a “específicos conceitos políticos, idéias e instituições”<sup>109</sup>.

De posse desses preceitos gerais, o autor recomenda que os estudos em geografia política passem a perseguir os “tipos característicos” de cada Estado-nação em seu relacionamento interno e externo. Há casos, observa, em que (em termos de distribuição na área desse Estado-nação) podem ocorrer situações de não-correspondência, ou seja, em que a área de uma nação pode não ser do Estado; em que determinados setores nacionais não desejem submeter-se a determinado Estado. Nesses casos, mais que a tentativa de forçar a unidade, o Estado-nação deve procurar soluções que contemplem as *diversidades* regionais ou nacionais-regionais. É nesse quadro que se

<sup>109</sup> Idem, p. 113.

desenvolveram os princípios e as práticas dos Estados *federativos*, lembra, que podem ser unitários, como nos EUA, ou polinacionais, caso da Grã-Bretanha.

Essa é a idéia básica de Hartshorne sobre a unidade estatal: o seu objeto de estudo, o “Estado-área”, é um fenômeno político-geográfico que se expressa nas interações entre as políticas centrais e a diversidade de suas partes constitutivas. A partir desse conceito-chave, trata-se, em sua visão, de investigar o modo pelo qual funciona esse conjunto, obtendo-se assim tipos de *associações*, *diferenciações* e, em última instância, *tendências gerais*.

Com a sua proposta explicitamente teórico-metodológica, ele renova consideravelmente o pensamento em geografia política que se desenvolvera até então. Ao defender a necessidade de um *método*, o que pretende é recuperar (ou introduzir) parâmetros de investigação científica universalmente aceitos, caminho que para ele poderia livrar a geografia política das muitas “armadilhas” do passado. Com essa postura, a superação desse passado é inequívoca, pois se por um lado recupera o rigor da análise presente em Ratzel, por exemplo, por outro, ele o faz evitando incorporar alguns conceitos-chave do geógrafo alemão, especialmente a noção de Estado como organismo territorial. Além da contribuição no plano do método, o seu grande mérito, porém, foi o de reconhecer a *natureza social e política do Estado*. Com isso, ele recuperou e precisou teoricamente o que fora exposto por C. Vallaux e J. Ancel, mas transformou essa concepção geral numa *ferramenta conceitual*, capaz de operar com situações concretas e complexas, como as apresentadas pelos conjuntos político-territoriais contemporâneos.

Finalmente, ao identificar corretamente a complexidade (geográfica, social e política) do objeto da geografia política, ele nos induz à aproximação indispensável com as demais ciências sociais, abrindo novas perspectivas de estudos, o que, não resta dúvida, constitui por si só um grande passo na conturbada evolução desse campo de estudos geográficos.



## V

# DESDOBRAMENTOS DA GEOPOLÍTICA NO CONTINENTE AMERICANO

Examinando retrospectivamente o que chamou de doutrinas geográficas e a sua influência na política dos Estados, J. Gottmann, ao concluir suas considerações sobre a “geopolitik” alemã, observa que esta, como “todas as modas”, também passaria. Pelo menos nesse caso, o geógrafo francês enganou-se. A geopolítica, tal qual concebida por Mahan, Kjéllen e Mackinder, e levada às últimas conseqüências por Haushofer e seu grupo, havia transposto fronteiras e instalara-se como escola de pensamento e “usina de estratégias” em vários países. Como foi mencionado no Cap. III, ela firmou-se particularmente em países europeus de regimes autoritários na década de 30 e 40 (Espanha e Itália sobretudo) e em alguns do Terceiro Mundo (como o Brasil e a Argentina, por exemplo). Ocorre, porém, que também nos EUA, que se tornariam uma das superpotências mundiais no pós-guerra, se verificaria o desenvolvimento de um círculo de geopolítica, cujo pioneiro foi A. Mahan, mas que teria em N. Spykman o seu expoente. A seguir, examinaremos dois desses desdobramentos: a geopolítica de N. Spykman e a geopolítica brasileira.

## 1. GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA DOS EUA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A evolução da geografia política nos EUA, ao contrário do que ocorreu na Alemanha e até certa medida na França, é caracterizada por uma grande diversidade interna quanto aos seus pressupostos teóricos e objetivos. Nesse sentido, os estudos dos norte-americanos no setor tendem a oscilar das vertentes mais explicitamente dedicadas



às *teorias estratégicas* ou geopolíticas, se preferirmos (casos de A. Mahan no fim do século XIX e N. Spykman nos anos 40), àqueles precipuamente voltados às questões teóricas e metodológicas da geografia política, ao questionamento da geopolítica, ou aos estudos sistemáticos em geral (casos de Hartshorne, Bowman, Weigert, Whittlesey e outros).

Cabe destacar dois traços comuns dentre a quase-totalidade dos que se envolveram com esses estudos: a rejeição unânime à geopolítica alemã, e o fato de que, em sua maioria, trata-se de geógrafos universitários de grande prestígio em suas respectivas áreas. Além disso, como já visto, o crescimento notável de publicações no setor coincide com o agravamento das tensões internacionais na década de 30 e em especial durante os anos de conflito aberto (1939-1945), no qual o país se envolveria a partir de 1942. O chamado “esforço de guerra” não mobilizou apenas as potencialidades materiais e os contingentes militares, mas toda a retaguarda civil. Foi nesta última que se engajaram os geógrafos e os demais especialistas que pudessem contribuir de algum modo em seus estudos com os “objetivos nacionais”. Daí a razão de a maioria das publicações do período revelar – algumas mais explicitamente que outras – uma preocupação constante com a relação entre os fatos próprios da geografia e as estratégias (na guerra e a longo prazo), particularmente com a posição norte-americana frente ao continente (americano) e ao mundo.

Por isso, malgrado a condenação unânime à geopolítica alemã, nascia nos EUA, durante a Segunda Guerra, *uma geopolítica norte-americana*. É evidente que uma afirmação dessa natureza poderá sofrer reparos lastreados em argumentos de diferentes tipos. Poder-se-á contestá-la, por exemplo, com a evidência de que, à exceção de N. Spykman, os demais autores do período teriam produzido não propriamente estudos geopolíticos, mas estudos de geografia política *aplicada* a uma situação específica como a guerra, caracterizada como de agressão e uma tentativa de destruição do “mundo livre”.

Além do mais, como deixam claro muitos dos autores daquela época, era fundamental opor uma geografia política (mesmo que aplicada) *democrática* à geopolítica de extração *totalitária* ou “fascista” como aquela desenvolvida por Haushofer e seu grupo. Do

nosso ponto de vista, entretanto, apesar desses possíveis argumentos e das reconhecidas nuances e diversidades internas apresentadas por esses estudos, a geografia política norte-americana do período tornou-se geopolítica, certamente distinta da que se desenvolveu na escola alemã, mas não distante da perspectiva de investigação adotada, por exemplo, por Mackinder (em 1904) na Inglaterra.

Um conjunto representativo desses estudos foi reunido e publicado em 1944, numa coletânea organizada por H. Weigert e V. Stefansson<sup>1</sup>. Essa publicação reflete o clima de contra-ofensiva da geografia política norte-americana à geopolítica alemã em seus aspectos éticos e ideológicos, mas sobretudo à sua concepção estratégica e à suposta eficácia que demonstrava no curso da guerra até 1942. Pelo que declaram os próprios organizadores, reflete também o impacto do ataque japonês a Pearl Harbor e, na seqüência, o ingresso dos EUA na guerra, desta feita generalizada (incluindo o Pacífico).

De modo geral, os autores deixam claro que o envolvimento do país no conflito possui significado especial do ponto de vista da sua potencialidade intrínseca e do papel que poderia desempenhar ao nível de uma estratégia global, na qual certamente assumiria papel preponderante. Papel este, esclarecem, que não poderia resvalar para objetivos imperialistas, mas unicamente para assegurar a “paz, a democracia e a convivência pacífica e solidária entre as nações”<sup>2</sup>. Auto-adjetivada “a priori” de *democrática e pacífica*, desenvolve-se assim, autolegitimada, uma autêntica geopolítica norte-americana, em que as análises sobre o equilíbrio do poder mundial, as estratégias de defesa do território norte-americano (e do continente americano como um todo), as deficiências estratégicas do inimigo, a supremacia naval e aérea dos EUA, etc. representariam tão-somente a apropriação de conhecimentos científicos (geográficos) para colocá-los a serviço de uma guerra que persegue unicamente a paz. Afinal, como assinala Weigert, cada geopolítica é em si particular:

<sup>1</sup> WEIGERT, H. W. & STEFANSSON, V. (orgs.), *Compass of the World*. Ed. espanhola: *Política y poder en un mundo más chico*, Buenos Aires, Ed. Atlántida, 1948.

<sup>2</sup> Cf. Weigert, H. W. & Stefansson, V., op. cit., pp. 10 e segs.



“Também é necessário chamar a atenção sobre a barreira que separa o pensamento e a ideologia geopolíticos alemães dos de outras nações. Não existe nada que responda ao rótulo de uma ciência geral da geopolítica. Não há uma fórmula única vigente para todos. Há tantas geopolíticas como Estados em conflito sob condições geográficas – o caso, por exemplo, de potências terrestres e de potências marítimas – tão distintas entre si como o dia e a noite”<sup>3</sup>.

Em outro artigo, E. Walsh, declaradamente partidário de uma “geopolítica norte-americana” e especialista em assuntos de estratégia militar, defende que a “geopolítica deve ser considerada de várias maneiras” e que sua eficácia não deve ser desdenhada por “certos eruditos”. Por isso, não tem dúvidas quanto ao caminho a ser seguido:

“A melhor profilaxia no campo da estratégia exterior será uma geopolítica norte-americana baseada na justiça internacional, na honra internacional, na santidade da palavra empenhada e no respeito internacional mútuo... Poderio militar e político pode ser instrumento da justiça e mesmo da injustiça e da agressão arrogante... A geopolítica pode enobrecer tão facilmente como pode corromper”<sup>4</sup>.

As análises das estratégias suscitadas pela guerra demonstram que os norte-americanos haviam superado o clássico debate que opunha poder marítimo e poder terrestre. Desta feita, ganha notável força a nova perspectiva global necessariamente imposta pelas conquistas da navegação aérea e dos progressos recentes dos vôos a longa distância. Como consequência, deduzem que tanto o poder naval quanto o das forças terrestres, e mesmo a disposição global das massas continentais, pensados até então em termos de meios de circulação clássicos (estradas, ferrovias e navegação marítima), relativizam-se e mesmo forçosamente tendem a relações de com-

<sup>3</sup> WEIGERT, H. W., “Asia a través de los anteojos de Haushofer, op. cit., p. 414.

<sup>4</sup> WALSH, E. A., *Geopolítica y moral internacional*, op. cit., pp. 50-51.

plementaridade com a aviação. Sustentam ainda que, ao lado da sua inequívoca eficácia como arma de guerra –, tanto no combate direto como no transporte de tropas e suprimentos – a navegação aérea de longo curso revolucionou a própria noção de “perspectiva global”.

É em função desse ponto que R. Harrison e H. Weigert<sup>5</sup> ironizam os geopolíticos alemães e alertam os norte-americanos em geral. Em seu artigo, eles argumentam justamente com base nas consequências dessa “revolução aérea” na formulação das estratégias globais. Observam que os geopolíticos alemães, por muitos considerados “gênios da geografia”, incorriam no erro elementar de propor estratégias baseadas em perspectivas não-globais do mundo, isto é, ignorando que o globo é *redondo*, um “globo de fato”, que deve ser representado cartograficamente mediante projeções adequadas. Daí, argumentarem que o maior equívoco da geopolítica tradicional era o de manter-se presa à *projeção de Mercator*, que tem a característica de deformar áreas de igual superfície. Como o objetivo é justamente o de representar relações entre espaços, concluem os autores, essa projeção é certamente inadequada. Para eles, a “revolução aérea” evidenciou que o globo deve ser visto e representado de outro modo, a fim de que a posição relativa das suas partes assuma a sua real posição, já que as rotas aéreas não obedecem aos mesmos condicionantes das marítimas e terrestres (lembram que as rotas aéreas usam os rumos dos *círculos máximos*). Nessa nova perspectiva, concluem, a *projeção ortogonal* é a mais adequada, pois, se centrada no Pólo Norte, por exemplo, demonstrará a “nova” posição das terras ao norte dos EUA e do Ártico, que da perspectiva da navegação aérea “aproximam-se” dos continentes europeu e asiático.

Essa “revolução” da perspectiva global provocada pela navegação aérea será enfatizada também por vários outros autores, como C. Hurd, W. Burden, V. Stefansson e G. Grosvenor<sup>6</sup>. Suas análises

<sup>5</sup> HARRISON, R. E. & WEIGERT, H. W., *Visión mundial y estrategia*, op. cit., p. 97.

<sup>6</sup> HURD, C., *Rutas aéreas mundiales*; Burden, W. A. M., “El transporte aéreo norteamericano se enfrenta con el norte”; Stefansson, V., “Linea ártica de aprovisionamiento”; Grosvenor, “El curso norteño de la aviación”, op. cit.



deixam clara a “nova posição” dos EUA frente ao mundo, já que a sua reconhecida hegemonia na indústria aeronáutica, aliada a uma adequada distribuição de aeroportos civis e bases militares no continente e fora dele (especialmente no Pacífico e em países aliados na Europa), garantiriam ao país uma evidente vantagem estratégica em nível mundial. Eles deixam claro que a Segunda Guerra mostrara ao mundo uma grande potência de novo tipo, isto é, que *conjugava vantagens* relativas à sua *posição* estratégica singular (uma ilha-continente equidistante dos extremos da Eurásia) a uma *pujança industrial* que se transformara rapidamente em poder militar (terrestre, naval e aéreo). Além do mais, em suas análises, apontam para o desdobramento dessa posição mundial do país no pós-guerra. Para eles, é evidente que essa supremacia militar deveria projetar-se ao nível do alargamento dos espaços de circulação comercial do interesse do país. É nessa perspectiva que advogam, por exemplo, uma política de portos livres e um “espaço aéreo internacionalizado”, sem barreiras à livre circulação das aeronaves, especialmente as norte-americanas. É nessa direção que se alarga também a sua influência política, lembra Hartshorne, para quem os EUA não poderiam furtar-se a um decisivo papel no futuro da Europa do pós-guerra, especialmente na ampla região centro-oriental, em que as suas múltiplas nacionalidades tornavam-na fonte inesgotável de conflitos<sup>7</sup>.

Dentre todos os que examinaram a nova posição geopolítica e as projeções do poder dos EUA no contexto da Segunda Guerra, o geógrafo N. Spykman tem especial destaque. Professor da Universidade de Yale e diretor do Instituto de Estudos Internacionais, ele publicou em 1942 o mais importante de seus estudos<sup>8</sup>. Diversamente da maioria de seus colegas da época, que enfocaram temas desse tipo de modo em geral fragmentário em revistas especializadas ou na imprensa, Spykman apresentou um estudo exaustivo sobre os principais aspectos envolvidos com a posição estratégica mundial de seu país. Diferencia-se também, ao procurar explicitar a todo

<sup>7</sup> HARTSHORNE, R., “Estados Unidos y la ‘Shatter Zone’ de Europa”, op. cit.

<sup>8</sup> SPYKMAN, Nicholas J., *Americans Strategy in World Politics*. Ed. espanhola: *Estados Unidos frente al Mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

momento as suas posições teóricas e políticas sobre questão tão controvertida como a política externa de uma grande potência. Era inevitável, portanto, que seus escritos suscitassem grande polêmica nos meios acadêmicos, já que a ameaça de reprodução no país de uma geopolítica de tipo imperialista, como a alemã, era rejeitada pela maioria de seus pares.

Na coletânea publicada por Weigert e Stefansson, por exemplo, aparece em epígrafe uma citação de Spykman, com o claro propósito de censura às suas posições e de incompatibilizá-lo com o “espírito” que predominava nos estudos ali reunidos. Também Gottmann, que conhecia de perto o ambiente acadêmico desse meio nos EUA, considera que o autor incorpora em seus estudos a “geopolitik” e o maquiavelismo de *Mein Kampf*<sup>9</sup>.

Juízos dessa natureza a respeito das idéias de Spykman, bem como de toda geopolítica inspirada em concepções que pudessem conduzir a alguma forma de dominação entre os Estados, revelam o espírito acadêmico reinante nos países que se defrontavam com os inimigos do Eixo. Nesse contexto, só havia lugar para uma *geopolítica de defesa*, que se opusesse a uma *geopolítica de agressão*. O problema é que as idéias de Spykman rompiam com essa ética auto-imposta pelos círculos acadêmicos que debateram os problemas originados pela guerra no âmbito da geografia política e da ciência política. Eventualmente mais realista, ou talvez mais explícito que seus colegas norte-americanos, Spykman não dissimula o fato de que uma teoria estratégica e a conseqüente política de defesa dos EUA, para a guerra e a situação mundial que a sucedesse, envolviam forçosamente o reconhecimento de que esse país, como grande potência global, ao defender-se, o faria através de movimentos, alianças e ofensivas que o projetariam como força determinante no chamado equilíbrio do poder mundial.

Mais do que isso, ele rejeita os argumentos isolacionistas, defensivos e não-intervencionistas, lembrando que a própria “doutrina Monroe” de 1823, ao enunciá-los para o mundo da época, pressupunha uma inevitável política de intervenção e ações mais ou menos explícitas de *imperialismo* no continente americano, já então quase

<sup>9</sup> Cf. Gottmann, J., *La politique des États et leur géographie*, op. cit., p. 62.



que inteiramente composto por repúblicas independentes. Lembra ainda o papel decisivo do país na Primeira Guerra e no Tratado de Versailles, além da notória hegemonia financeira que exercia no mundo. Finalmente, argumenta que a história de consolidação do território norte-americano, especialmente durante o século XIX, é uma história de conquistas e anexações sucessivas que, ao fim daquele século, já transbordavam para o Caribe e o Pacífico. Para ele, essas eram razões mais que suficientes para que os EUA tomassem “consciência” de suas vantagens estratégicas e assumissem claramente uma política de poder face às demais nações. Os contornos e os objetivos dessa política é o que ele procura expor em seu volumoso estudo.

Antes de tudo, Spykman aborda a clássica oposição entre *isolacionismo* e *intervencionismo*, que desde Jefferson alimentava o debate sobre a política externa norte-americana. Observa que a ação do país oscilava ao longo do tempo entre essas duas estratégias aparentemente opostas, que, para ele, constituíam duas distintas concepções de “estratégia de defesa”, ou, mais propriamente, conclui, “diferentes formas de poder”<sup>10</sup>. O problema aí, argumenta, é que ambas as posições representavam tão-somente uma escolha entre isolar-se ou intervir com relação ao que ocorria na Europa e na Ásia, mas ambas expressavam, no mínimo, uma “política de defesa”, na verdade uma *política de poder* para o “Novo Mundo”. Com isso, Spykman explicita o que os países da América Latina já concluíram há muito tempo, isto é, que aos seus olhos a política externa dos EUA, desde Monroe, sempre foi intervencionista.

De todo modo, era inegável que a entrada do país na guerra representava uma vitória para os partidários da intervenção em larga escala, dentre eles, obviamente, o próprio Spykman. Essa era a oportunidade, enfatiza, para que os norte-americanos se dessem conta da sua “vocação inequívoca” para grande potência e, principalmente, que reconhecessem os “aspectos básicos de poder” intrínsecos às relações internacionais. Como em Ratzel e mais explicitamente em Haushofer, essa vocação, para ele, tem necessariamente um fundamento geográfico ou, mais precisamente, geopolítico:

<sup>10</sup> SPYKMAN, N. J., *Estados Unidos frente al Mundo*, op. cit., p. 12.

“Como conseqüência, cada Estado deve converter a conservação e engrandecimento de sua situação como potência em objetivo primordial de sua política exterior. Uma sã política exterior que convenha aos EUA deve aceitar essa realidade básica da sociedade internacional, e desenvolver uma grande estratégia, tanto para a paz como para a guerra, fundada nas determinações de sua situação geográfica no mundo”<sup>11</sup>.

Mais do que o tecnicismo de suas fórmulas estratégicas de defesa para os EUA (muitas delas, de fato, corresponderiam ao que foi adotado durante e após a guerra), o que provavelmente mais polêmica provocou (e certamente ainda provoca) é a sua concepção política de poder. Como Haushofer, Spykman não faz mistérios sobre suas idéias a respeito do tema, que pelo conteúdo autoritário e estritamente pragmático provocam naturais reações entre os partidários da paz e da democracia. Ele parte do princípio de que a índole do povo norte-americano, em geral, julgava os fatos do poder político por um prisma excessivamente ético e moral, dadas a sua “tradição cristã” e “ideologia nacional”. Observa ainda que, sob essa ótica, o poder é sempre “coisa má” e, no limite, impensável como “fim”, seja ele individual, social ou estatal, pois, para os norte-americanos, a única forma consentida de poder é o “poder financeiro”. Trata-se de pura fantasia, argumenta, já que a luta pelo poder é um elemento *intrínseco* na relação entre os homens e, conseqüentemente, entre os Estados. Em seu conceito, o *poder* combinaria permanentemente quatro elementos básicos: persuasão, compra, permuta e coerção.

Na relação entre os Estados, especifica, o uso da coerção é sempre um atributo e por vezes uma necessidade, pois os conflitos também são inerentes às relações sociais e interestatais. Como diz,

“um mundo ordenado não quer dizer um mundo em que não haja conflitos, senão aquele em que a luta e o combate, abandonando o choque das armas, assumem caminhos políticos e legais, trans-

<sup>11</sup> SPYKMAN, N. J., op. cit., p. 15.



ladando-se do campo de batalha à câmara do Conselho ou à sala de Audiência”<sup>12</sup>.

Nesses aspectos da sua concepção de poder e da relação deste com a política e a guerra, Spykman incorpora idéias mais ou menos clássicas a respeito do tema. Raymond Aron, por exemplo, chama a atenção para a relativa confusão conceitual em torno da questão, observando que são costumeiros os equívocos no uso dos conceitos de “poder” e “potência”, que para os ingleses é “power politics”, para os alemães “Macht Politik” e para os franceses “politique de puissance”. Observa ainda, como destacara também Spykman, que “poucos autores franceses condenaram essa política como os moralistas norte-americanos condenaram a *power politics*”<sup>13</sup>.

Em seguida, Aron conceitua (poder) e procura distinguir as suas formas básicas:

“No sentido mais geral, poder ou potência é a capacidade de fazer, produzir ou destruir. Um explosivo tem uma potência mensurável, assim como a maré, o vento e os terremotos. O poder de uma pessoa, ou de uma coletividade, não pode ser medido rigorosamente, devido à variedade de objetivos do seu comportamento e dos meios de que se utiliza. O fato de que os homens essencialmente aplicam seu poder sobre outros homens dá ao conceito, na política, seu significado autêntico. O poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, *poder* é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens”<sup>14</sup>.

Em rigor, portanto, Spykman deduz a “potência” dos Estados das relações de poder enquanto relação social. Além disso, na “po-

<sup>12</sup> Idem, p. 20.

<sup>13</sup> ARON, Raymond, *Paz e guerra entre as nações*, Brasília, UnB, 1986.

<sup>14</sup> Idem, p. 99.

lítica de poder” (potência) dos Estados, ele admite determinações de natureza geopolítica, isto é, posição, situação, etc., confundindo os dois conceitos. Do mesmo modo, generaliza a noção de conflito, ao não distingui-lo quando referido à sociedade ou aos Estados.

Quanto à sua idéia de que os conflitos entre os Estados sempre expressam uma determinada política, que se manifestaria na guerra ou nos Gabinetes e Conselhos, ele apenas reproduz na íntegra a célebre concepção da relação entre guerra e política, exposta por Clausewitz em 1830, segundo a qual todas as guerras têm uma inspiração política e, portanto, elas são um “ato político”. Para o famoso oficial prussiano, a guerra é só até certo ponto pura explosão de violência, pois seu início, mudanças de curso e término sempre dependerão de uma “inteligência diretora”. Daí a mais conhecida de suas afirmações: “A guerra é a mera continuação da política por outros meios”<sup>15</sup>.

Assim como Mackinder, cuja perspectiva das relações mundiais estava referida ao centro do império britânico, Spykman apresenta as suas “teorias” das relações internacionais tendo os EUA e a sua situação no mundo como referência essencial. Do seu ponto de vista, e dos EUA, todas as relações interestatais são políticas por excelência e se manifestam como “colaboração, adaptação e oposição”. Partindo do pressuposto de que todos os Estados são soberanos – e em nenhuma hipótese delegam sua soberania ou poder a outro –, as relações internacionais tenderiam naturalmente ao caos. Daí as várias tentativas de constituição de organismos supra-estatais que procurariam regular de algum modo essas relações. Organismos desse tipo, como a Sociedade das Nações (da qual os EUA não participam) ou outros similares, observa, sempre viveriam essa limitação intrínseca, isto é, o fato de que não pode, em princípio, ser tomada nenhuma deliberação que fira de algum modo a soberania de cada Estado participante desses fóruns internacionais. Daí por que ele conclui que as relações internacionais são, antes de tudo, produto das relações bilaterais e multilaterais entre os Estados, o que torna os esquemas centrados em alianças e blocos a forma dominante na política mundial. Além do mais, assinala, como não há barreiras legais que im-

<sup>15</sup> CLAUSEWITZ, K., *De la guerra*, Buenos Aires. Ed. Solar, 1983.



peçam a guerra, mesmo a de destruição, e como só os Estados possuem na sociedade o monopólio da coerção como instrumento de poder, a possibilidade ou não do confronto direto dependerá tão-somente da ruptura ou não do equilíbrio internacional de poder. Por isso acredita que a maior das garantias para a paz é o *equilíbrio de poder* e não tratados, convenções, resoluções, etc.

Com isso, ele na verdade antecipa o quadro básico e as estratégias dominantes das relações internacionais do pós-guerra, caracterizados genericamente sob o rótulo de “guerra fria”, situação na qual o equilíbrio de forças entre as superpotências (EUA e URSS) seria o maior dos fatores asseguradores da paz. Na medida em que esse equilíbrio pressupõe uma competição geopolítica entre os Estados em escala mundial, na qual figuram como essenciais fatores mais ou menos aceitos entre os especialistas — posição, situação, extensão, população, nível industrial e financeiro, produção bélica, unidade nacional, etc. —, as relações internacionais tenderiam a ser determinadas cada vez mais pelas grandes potências. É justamente esse o raciocínio de Spykman:

“É evidente que a política de equilíbrio de poder é, em primeiro lugar, uma política para uso de grandes potências. Os pequenos Estados, a menos que se unam entre si, não podem ser mais que pesos da balança usada pelos outros. O pequeno Estado é um vazio na área de alta pressão política”<sup>16</sup>.

Nessa acepção, ao comporem o quadro básico de equilíbrio, os grandes Estados podem assim definir a paz como estratégia. Isto significa que nos períodos “pacíficos” (ou dos interregnos das guerras) as nações podem dedicar-se ao desenvolvimento e ao progresso em geral. Entretanto, adverte o autor, essa aparente tranqüilidade só é possível porque os Estados encontram-se em permanente atividade política em suas relações externas, procurando, até, obter o “melhor equilíbrio possível” do ponto de vista de *seus interesses maiores*.

Para Spykman, em suma, na política externa dos Estados, o chamado “interesse geral” é apenas uma peça de retórica da diplomacia.

<sup>16</sup> Idem, p. 27.

Essa é a razão pela qual, retomando Clausewitz, ele encara a guerra como ruptura e passagem de um quadro de equilíbrio para outro, um rearranjo de interesses interestatais, tão-somente um “modo diferente” de conduzir a política de poder. Nesse sentido, não cabe, assinala, considerar a guerra como “normal ou anormal”, salvo por critério moral, pois tanto a guerra como a paz são formas historicamente incorporadas pelos Estados de exercer a política internacional, ou, repetindo Clausewitz, apenas “meios” distintos de conduzir a política.

Como diria L. Poirier, sobre o mesmo tema de Spykman, trata-se de pensar *politicamente* o “funcionamento regulado do sistema internacional”, baseado na alternância de situações de paz, guerra e nova paz, o que pressupõe uma “razão política” sobredeterminando as razões conjunturais do conflito. Como observa Poirier, se há alguma “normalidade” nessas relações, é a do

“princípio de conflito, no qual se compõem oposições e acordos — tensões negativas e positivas — pela promoção e a defesa de interesses, permanentes e conjunturais, que dependem por sua vez da competição, da luta pela sobrevivência e os meios de vida”<sup>17</sup>.

Ao observar o desenrolar da guerra, Spykman lamenta que o cidadão médio norte-americano não veja o conflito pelo ângulo da política internacional, mas tão-somente pelos seus conteúdos de agressão e violência generalizada. Lembra que para as pessoas em geral, especialmente em sociedades democráticas, a idéia de engajar-se numa guerra passa prioritariamente pelo princípio de defesa contra uma agressão externa. Por isso, para ele, têm grande importância a “guerra psicológica” e a propaganda, que, quando bem conduzidas, transformam uma luta entre Estados em conflitos entre nações, envolvendo os cidadãos. Além disso, acrescenta, cabem aos Estados políticas internas extremamente centralizadas, em todos os níveis, para assegurar a coesão interna. Quanto às novas táticas de guerra, observa, essa guerra demonstrava a importância vital do uso

<sup>17</sup> POIRIER, L., *Les voix de la stratégie*, Paris, Fayard, 1985, pp. 368-369.



de tecnologias e artefatos de combate sofisticados, o que exigia dos Estados um controle interno absoluto das matérias-primas, atividades de pesquisa e produção industrial, além de rigorosa regulação das atividades civis de retaguarda.

Pela primeira vez na história dos conflitos, observa, trata-se de “guerra total” de fato, cujos efeitos de devastação não tinham precedentes. Além disso, assinala, era revolucionária quanto aos meios e táticas empregados pelos beligerantes, em que as manobras e deslocamentos rápidos propiciados pela infantaria motorizada, tanques e aviação de caça, superavam definitivamente os velhos conceitos de guerra de “front” definido, de “trincheira” e de “desgaste”, tal como ocorrera no conflito anterior.

Também as táticas baseadas na velha “projeção de Mercator”, adequadas a uma guerra terrestre e marítima, tornaram-se obsoletas com a nova perspectiva propiciada pelos vôos intercontinentais, além da combinação da aviação “tática e estratégica” com as demais forças (compondo as forças *aeronavais*, por exemplo). Em sua visão, esse novo panorama, em que sobressaíam o peso das novas tecnologias, dos artefatos sofisticados e a grande capacidade de ofensivas e contra-ofensivas em curtos períodos, tornava também relativos os velhos conceitos opostos de “poder terrestre” e “poder marítimo”. Para ele, a geografia ainda era fator fundamental para a política externa dos Estados, pois constituía o seu dado elementar e permanente, como a posição dos continentes, países, etc. Entretanto, argumenta, devido à nova “projeção polar”, por exemplo, além do progresso dos novos fluxos, especialmente com a navegação aérea, até mesmo a posição relativa de cada porção do globo assumia nova importância, estando, nesse ponto, em perfeita sintonia com a análise de seus colegas que não se consideravam “geopolíticos”. Ilustra com o caso da posição dos EUA, que, devido às novas “rotas polares”, aproximava-se “rapidamente” das grandes massas terrestres do Hemisfério Norte, todas elas “próximas” do Oceano Ártico, que por sua vez funcionava como uma espécie de “mediterrâneo”. Desse modo, pela Groenlândia, o país aproximava-se da Europa, e pelo Alasca, da Ásia.

Além disso, segundo essa nova perspectiva global, na verdade não haveria “massas terrestres” em oposição a “ilhas-continente”, mas cinco grandes “ilhas mundiais”, sendo três no Hemisfério Sul

(África, Austrália e América do Sul) e duas no Norte (América do Norte e Eurásia). Examinando o mapa-múndi, ele observa que tanto o Novo Mundo como o Velho Mundo têm costas nos dois oceanos principais, de modo que as Américas acham-se no meio dos dois extremos da Eurásia. Com isso, caso os países americanos tenham condições de unir-se, conclui, o Novo Mundo terá amplas condições de influir na política da Europa e da Ásia. O que se desenvolvia na guerra demonstrava ainda, segundo Spykman, que do ponto de vista geopolítico-global o “Heartland” de Mackinder já não jogava papel decisivo, mas sim as regiões de “duplas frentes”, isto é, aquelas que possuem zonas de contato tanto em direção ao centro dos continentes como às suas bordas marítimas, regiões às quais ele denomina “Rimland” (caminho circunferencial marítimo), zona estratégica capaz de compensar ou mesmo superar o “Heartland”. Tal é o seu esquema:

“Em torno dessa massa de terra, desde a Grã-Bretanha até o Japão, e entre o continente norte e os dois continentes do sul, segue-se o grande caminho circunferencial do mundo. Este caminho parte dos mares internos e marginais da Europa Ocidental, o Báltico e o mar do Norte); progride através do Mediterrâneo europeu e do mar Vermelho, cruza o oceano Índico desde Aden até Penang, o Mediterrâneo asiático e os mares marginais do Extremo Oriente (o mar oriental da China e o mar do Japão) e termina finalmente no mar de Okhotsk. Entre a grande massa de terras do continente eurásico e a rota circunferencial marítima, se estende a grande zona concêntrica de contenção”<sup>18</sup>.

O que ocorria na guerra, assinala, em que a Alemanha avançava em direção ao Oriente (o “Heartland”), enquanto o Japão em direção ao Ocidente (a começar pelos mares marginais e as costas continentais próximas), demonstrava que as zonas do litoral tendiam a “incrustar-se nas terras centrais da Europa”.

<sup>18</sup> SPYKMAN, N. J., op. cit., p. 178.



Do ponto de vista da situação específica dos EUA, Spykman vê no Pacífico o maior problema, já que ali enfrentava a ameaça direta do Japão, a começar pelas suas possessões insulares. Ele alerta que, aliada à ofensiva alemã no Atlântico, essa ameaça poderia isolar completamente a “ilha-continente” entre os dois oceanos; mais do que isso, uma eficaz aliança teuto-japonesa com “governos fascistas” sul-americanos completaria um quadro desastroso para os EUA. Daí por que defende a importância de uma intensificação, a todo custo, das ofensivas diplomáticas norte-americanas na direção dos países do Caribe e da América do Sul. Especialmente nesta última, assinala, já que, além de menos suscetíveis à influência direta dos EUA (ao contrário do Caribe), os países sofriam, segundo ele, uma fortíssima “guerra de propaganda ideológica” alemã. A América do Sul, para ele, tornara-se um disputadíssimo alvo por parte da Alemanha e dos EUA. Entende que a estrutura socioeconômica dos países da região favorecia “perturbações” políticas que poderiam facilitar a penetração da ideologia nacional-socialista. Salvo o A.B.C. (Argentina, Brasil e Chile), que desde a Primeira Guerra contava com alguma industrialização e modernização, a regra era a coexistência de grandes disparidades sociais, especialmente pela estrutura agrária dominante, o que caracterizava, para ele, um “feudalismo latino-americano”. Por isso descreve que, na “transição do feudalismo para o capitalismo moderno”, essas nações venham a optar pelo liberalismo de tipo anglo-saxão ou que os conflitos internos pudessem solucionar-se pela via da democracia, pois:

“Não somente a estrutura da sociedade não conduz à democracia, senão também porque os hábitos políticos a contradizem... A tradição política da América Latina não é a urna eleitoral, mas a ditadura, compensada pela revolução”<sup>19</sup>.

Considerando os interesses estratégicos dos EUA na região, observa, a ofensiva para um estreitamento de relações passa antes de tudo pelo chamado A.B.C. Além da importância geopolítica dos três países no continente (ele detecta também ações “subimperialistas

<sup>19</sup> Idem, p. 220.

argentinas e chilenas junto aos seus vizinhos), lembra que esses países, tradicionalmente, sempre estiveram mais fortemente ligados à Europa, especialmente em seu comércio exterior, e funcionam como áreas de inversão de capitais (ingleses, principalmente). Seria necessário, ele sugere, que o governo norte-americano usasse todos os meios disponíveis para persuadir as “repúblicas irmãs” latino-americanas de enviarem com exclusividade aos EUA os seus produtos, em vez de exportá-los preferencialmente para a Europa. Com isso, seria constituído um *mercado único* no Novo Mundo, o que ele chama de “cooperação econômica pan-americana”, bem como um *único sistema de defesa*.

A esse respeito, examinando em retrospecto as tentativas norte-americanas de aproximação com os países latino-americanos, através de várias gestões diplomáticas e acordos, conclui que à medida que se dirigia mais para o sul, os problemas dos EUA aumentavam, especialmente pelas atitudes da Argentina e, em menor grau, do Brasil e do Chile. A posição argentina, em particular, observa, sempre foi a mais inflexível diante dos termos dos acordos de ação comum propostos pelos norte-americanos. Ele entende que isso se devia, em grande parte, aos temores dos argentinos de que uma inflexão de seus fluxos para os EUA não pudesse sustentar-se, devido à incapacidade desse país em absorver toda a sua produção exportável. Além disso, reconhece que o protecionismo aduaneiro norte-americano de fato dificultava as trocas com os países do sul do continente. Apesar disso, destaca que, malgrado os protestos dos produtores de seu país, foi firmado um tratado comercial com a Argentina (em fins de 1941), o que incrementou o comércio bilateral. De todo modo, observa, desde o início do conflito mundial (1939), até o início de 1941, os EUA já haviam aumentado em 100% as suas importações da América Latina, com superávit a favor das “repúblicas do sul”. ↗

Além disso, é nessa época que cresce enormemente o fluxo de empréstimos e inversões diretas de capitais norte-americanos no continente, apesar de que muitas dessas aplicações constituíam autênticos “subsídios”, ou, como afirma,

“mais medidas de caráter político, inspiradas na franca compreensão de que os Estados devem estar dispostos a gastar o dinheiro



dos contribuintes com fins de defesa econômica, tão livremente como o fazem com fins de defesa militar”<sup>20</sup>.

Apesar desses esforços de aproximação, Spykman reconhece que apenas o poder de pressão econômica sobre a América do Sul é insuficiente para neutralizar uma eventual ofensiva alemã na região, sendo necessária uma estratégia especificamente geopolítica de defesa. Ele detecta um sério problema no sul do continente, que poderia fazer fracassar uma frente comum, capitaneada pelos EUA, diante do conflito em curso. Ele se refere ao quadro de disputas por hegemonia entre vários países do continente, em especial os países da bacia do Prata. Ali, as históricas rivalidades entre Argentina e Brasil em torno de áreas de influência contíguas ou relativamente próximas (Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru, principalmente), além das disputas fronteiriças entre Argentina e Peru e deste com a Bolívia, compunham um quadro geopolítico relativamente instável. Também nesse particular, observa, o problema argentino era o mais destacado, dada a sua disposição de estender a sua hegemonia na região a todo custo. Dada essa política, conclui que residiria aí o maior fator de resistência do país a uma frente comum com os EUA, já que esta poderia resultar em algum tipo de enfraquecimento relativo face ao seu maior rival, o Brasil.

Finalmente, argumenta, apesar dessas rivalidades “internas”, todos os países latino-americanos viam o seu “grande irmão do norte” com enormes desconfianças, devido às suas ações no continente desde o anúncio da doutrina de Monroe, e especialmente a nova versão dada por T. Roosevelt a essa doutrina (o “corolário Roosevelt”). Malgrado esse quadro desfavorável, adverte, os EUA devem concentrar todos os seus esforços na direção dessa *frente única de defesa*, pois a América Latina, pelo seu papel de *zona estratégica de contenção*, é fundamental para a segurança do país.

No ano em que iniciou a guerra, os Estados do continente firmaram declaração conjunta definindo as Américas como “zona neutra”. Em 1940, outra declaração conjunta, mas desta feita já prevendo

<sup>20</sup> Idem, p. 320.

“ajuda mútua” em caso de agressão sofrida por qualquer país do continente. Quando o Japão e a Alemanha declararam guerra aos EUA, os países do Caribe, logo após, fizeram o mesmo em relação a ambos. Os países da América do Sul permaneceram neutros.

Em seu esquema de defesa envolvendo o continente, Spykman considera imprescindível um acordo bilateral Brasil-EUA, ou a entrada do país na guerra, pois a posição de seu território, especialmente a foz do Amazonas e o promontório nordestino, é ponto nevrálgico para a defesa do Atlântico Sul. Em sua fórmula estratégica básica de defesa do Atlântico — um grande “triângulo” cujos vértices tocam Norfolk (EUA), Brest (França) e Natal (Brasil) — o litoral brasileiro, particularmente Natal (base aérea), Recife (base naval), Salvador e Rio de Janeiro (pontos de apoio), teria papel decisivo na definição dessa grande “zona de contenção” e defesa do Atlântico Sul<sup>21</sup>.

Através dessas fórmulas geopolíticas, a América do Sul, especialmente a sua vertente oriental, integrava-se assim à estratégia de defesa do Atlântico e do hemisfério ocidental. Como ocorreria com outras regiões do globo, essa integração obedecia à lógica dos interesses estratégicos de uma grande potência em sua política mundial.

## 2. GEOGRAFIA MILITAR E GEOPOLÍTICA NO BRASIL

Não há como avaliar uma “geografia política brasileira”. E isto pela simples razão de que esse ramo da geografia, tal como desenvolvido em alguns países da Europa e nos EUA, não logrou ainda firmar-se no país. À primeira vista trata-se de fato paradoxal, pois não reflete o que ocorreu aqui com as demais ciências sociais. Apesar do quadro desfavorável, sob muitos aspectos, ao trabalho intelectual em geral e às ciências sociais em particular, é inegável que os brasileiros contam hoje com uma notável produção acumulada nesse setor, de tal modo que se pode falar, com alguma segurança, numa história, sociologia, antropologia, economia e geografia “brasileira”,

<sup>21</sup> Como se pode observar, Spykman, quando escrevia seu livro, não pôde registrar a entrada do Brasil na guerra em 1942, bem como a instalação da base aérea norte-americana em Natal, que ele recomendara.



em cada caso. Isso significa que em cada uma dessas áreas — e ultimamente em um certo conjunto — teve início em algum momento do passado uma *internalização* das respectivas teorias e métodos dominantes em outros centros e, além disso, que ao longo de sua evolução teriam sido gerados estudos e reflexões que qualificam as ciências sociais daqui cada vez mais como “universais” e “brasileiras”.

Paradoxo maior ainda, considerando que a ausência da geografia política não reflete de modo algum o que ocorreu com os demais ramos da geografia no país, cujo desenvolvimento em mais de meio século de produção contínua e o seu dinamismo em vários centros de ensino e pesquisa atestam a sua reconhecida consolidação.

Além disso, não deixa de ser curioso notar que em seus inúmeros estudos (regionais, urbanos, industriais, agrários, ambientais, etc.) os geógrafos brasileiros sempre estiveram atentos — alguns mais do que outros — às questões relacionadas aos temas clássicos da geografia política. O problema é que o fizeram de um modo peculiar, isto é, não os agrupando em conjuntos relativamente autônomos para fins de análise e reflexão sistemáticas. De fato, é preciso reconhecer que poucos são os estudos que não consideraram (especialmente nos últimos anos) as questões relacionadas à política em geral, seja o poder institucional-estatal, seja a ação coletiva mais ou menos organizada, como forças ponderáveis nos processos sociais referidos ao espaço. Não cabe aqui o exame em detalhe dessa produção, mas a bibliografia disponível, especialmente em geografia social (em geral), confirma que as questões da política (*lato sensu*) incorporam-se cada vez mais aos estudos geográficos.

Nos últimos cinco anos surgiram alguns poucos trabalhos em geografia política<sup>22</sup>, que se de um lado podem significar uma ruptura nessa tradição, por outro, ainda constituem quase que exceção a confirmar a regra. Parte dessas iniciativas, entretanto, parece apontar para uma superação desse quadro. No Departamento de Geografia

da UFRJ (Rio de Janeiro), por exemplo, foi criado o “Laboratório de Gestão do Território”, que reúne pesquisadores dedicados aos temas da área, e que conta com vários projetos em andamento; no curso de pós-graduação em Geografia da UFPE (Recife), desenvolvem-se pesquisas sobre aspectos da gestão naquela região metropolitana e, no Departamento de Geografia da USP (São Paulo), alguns grupos desenvolvem projetos de pesquisa abordando temas atuais da geografia política<sup>23</sup>.

Além dessas iniciativas ao nível da pesquisa sistemática, em geral envolvendo grupos de docentes e alunos, é possível prever que os melhores efeitos a longo prazo para o desenvolvimento da geografia política decorrerão da sua introdução ou retorno como disciplina regular nos currículos de graduação e pós-graduação nos principais centros de geografia do país. Esse conjunto de iniciativas, aliado ao crescente interesse por textos clássicos e algumas publicações recentes, demonstra que a geografia política, esse “antigo-novo” campo de estudos, pode vir a firmar-se no Brasil.

Apesar desses avanços recentes, entretanto, quando se examina a evolução dos estudos que abordaram explicitamente o amplo campo de relações entre a política e o território, observa-se de imediato que a opção preferencial da esmagadora maioria dos que aqui se dedicaram a eles foi pela *geopolítica*, tal qual formulada por Kjéllen e desenvolvida por Haushofer, isto é, a manipulação de alguns conhecimentos ditos “geográficos” para a formulação de esquemas que interessem às *políticas de poder*. Na verdade, ao contrário do que ocorrera em países do Hemisfério Norte, a geopolítica “brasi-

<sup>23</sup> Na UFRJ, segundo documento do Laboratório de Gestão do Território, que tem a coordenação de Bertha Becker, estão sendo desenvolvidas três linhas de investigação: “a geopolítica da modernidade (o complexo científico-tecnológico do Vale do Paraíba)”, “a economia política do território” e “análise espacial”. Na UFPE, sob a coordenação de Jean Bitoun, as pesquisas em andamento abordam as relações (de participação) entre as comunidades locais e a gestão do espaço metropolitano na região de Recife. Na USP, além do trabalho de José W. Vesentini, encontra-se em andamento uma pesquisa sob coordenação de Maria Adélia A. de Souza, que enfoca os discursos políticos do legislativo federal sobre região e território, manifestados durante a Constituinte, cujos resultados serão apresentados num “Atlas da Constituinte”.

<sup>22</sup> Afora alguns artigos, ver Vesentini, J. W., *A capital da geopolítica*, São Paulo, Ática, 1986; Becker, B., *Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982; Becker, B. et alii (orgs.), *Tecnologia e gestão do território*, Rio de Janeiro, Ed., UFRJ, 1988; Costa, W. M., *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1988.



leira” não é um produto da clássica adaptação da geografia política (teórica e sistemática) à forma aplicada que teve nos períodos de guerra, por exemplo. Nem mesmo da sua brusca transformação em geopolítica — um campo relativamente autônomo e próximo da ciência política, no dizer dos seus primeiros autores — como ocorreu na Alemanha com o “círculo de Munique”. No Brasil, assim como em outros países da América Latina (Argentina e Chile, por exemplo), “importou-se” *prontamente e exclusivamente* a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa.

Como veremos, mediante operação engenhosa dos nossos geopolíticos, autores clássicos como Ratzel e Mackinder — sempre referidos — foram devidamente *internalizados e adaptados*, procurando-se no amplo conjunto de suas concepções geográficas pinçar aquelas teorias que mais se ajustassem — como “bases científicas” — às suas fórmulas, algumas delas autênticos devaneios de “engenharia política” dos círculos conservadores do poder político nacional.

Um outro aspecto marcante dessa geopolítica que aqui se desenvolveu é que ela representa um inegável *atraso cultural, teórico e técnico*, mesmo quando comparada às suas congêneres da Alemanha e dos EUA, por exemplo. Afinal de contas, guardadas as semelhanças ideológicas gerais, a geopolítica nesses países, salvo exceções, desenvolveu-se em ambientes acadêmicos — em geral centros de geografia e estudos internacionais — e parte considerável dos que a ela se dedicaram empenhou-se na produção de muitos temas de interesse da geografia geral.

Aqui, ao contrário, os estudos geopolíticos desde logo tiveram a *hegemonia* do pensamento militar e das suas instituições. Por isso, pode-se afirmar que *não há no Brasil um pensamento geopolítico*, e muito menos geográfico-político que possa ser referido como produto de um ambiente de reflexão acadêmico especificamente universitário. Por conseqüência, as possibilidades de uma avaliação crítica das teorias da área aqui desenvolvidas ficam drasticamente reduzidas, pois, desde logo, *não se conta com pensamentos originais*, ou mesmo com derivações de teorias gerais que possam ser consideradas, ou como “derivações originais”, ou até mesmo como “saltos de qualidade” em suas múltiplas aplicações. Em geral, trata-se de adaptações, freqüentemente diretas e por vezes grosseiras, do que

já fora produzido e exaustivamente discutido em outros centros. Sob ângulo diverso, porém, se o interesse é o de examinar justamente o modo pelo qual essas adaptações tornaram-se instrumentos de análises e “fórmulas” que interessavam à “realidade geopolítica” do país, ou mesmo a sua operacionalização em ideologias e políticas, então justificam-se estudos até mesmo exaustivos sobre o pensamento geopolítico brasileiro.

A esse respeito, é interessante observar mais uma vez o comportamento dos geógrafos nesse debate. Salvo raras exceções — casos de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro no IBGE — a comunidade geográfica manteve-se (prudentemente?) afastada da geografia política e especialmente da geopolítica, até recentemente. Os geógrafos brasileiros, no caso, não foram os únicos a adotar essa postura. Ao que tudo indica, e sob certo aspecto, procederam aqui à semelhança de muitos de seus pares no exterior, isto é, procuraram rejeitar *com o silêncio* o que identificavam como pseudo-ciência, ou ideologias perigosas, doutrinas, etc.<sup>24</sup> Sob outro ângulo, entretanto, esse comportamento foi incomum, pois nem mesmo se-

<sup>24</sup> Como foi visto, esta teria sido a atitude da maioria dos geógrafos alemães em seu país, entre 1933 e 1945, conforme relata C. Troll. Vesentini, por exemplo, um dos poucos geógrafos que se dedicaram recentemente ao exame crítico da geopolítica brasileira, comenta com ironia a posição de Aroldo de Azevedo a respeito, que se refere à geografia política e à geopolítica com um certo temor, usando termos como “sensação de insegurança”, “incerta é sua esfera de ação”, e, ao fim: “Do facciosismo dessas doutrinas geopolíticas resultou a atitude discreta dos verdadeiros geógrafos, acostumados a pisar terrenos mais firmes e a lidar com fatos mais objetivos”. Cf. Azevedo, A., “A geografia a serviço da política”, in *Boletim Paulista de Geografia*, AGB-SP, 21, 1955. *Apud* Vesentini, J. W., *A capital da geopolítica*, op. cit., p. 53. Apesar de essa posição aparentemente expressar o comportamento dominante entre os geógrafos brasileiros da época, não significa que todos os que não comentaram explicitamente os temas da área concordassem com o pensamento conservador hegemônico na geopolítica brasileira e nos círculos de poder do país. Dentre outros, é imperativo reconhecer que as posições de geógrafos como Josué de Castro e Manoel Correia de Andrade, por exemplo, estavam longe desse perfil. Além disso, no mesmo Departamento de Geografia de Aroldo de Azevedo, Pasquale Petrone dedicou parte de seus cursos à geografia política, podendo ser considerado o grande pioneiro dessa disciplina no ambiente universitário brasileiro.



guiram muitos de seus antigos mestres franceses ou anglo-saxões, e até mesmo alemães (como Leo Waibel), que se posicionaram *explicitamente* em numerosos estudos, diante do que consideravam “desvios” da autêntica ciência geográfica e o seu uso como instrumento de opressão. Pode-se argumentar que essa postura deveu-se, dentre outros, ao fato de que não contamos aqui com os contextos que estimularam os estudos da área. Não se deve desconsiderar, porém, que boa parte da geopolítica brasileira, enquanto reflexo de suas congêneres estrangeiras, destinou-se *abertamente* à promoção do que muitos analistas denominaram de “guerra interna”, que não é em absoluto um exagero de linguagem, a considerar a nossa *particular história política*, desde a colônia e especialmente neste século de período republicano.

Um outro fato a destacar é que, se não foram os geógrafos os que produziram a geopolítica brasileira (diversamente do que ocorreu no exterior), também não serão eles os seus principais comentaristas posteriores. Os mais completos estudos a respeito foram produzidos particularmente pela ciência política, além de outras áreas das ciências sociais. Dentre esses, merecem destaque os trabalhos de S. Miyamoto e L. Mello, que produziram as primeiras análises críticas exaustivas sobre essa vertente do pensamento político brasileiro<sup>25</sup>.

Especialmente em seu primeiro estudo, Miyamoto deixa claro aquilo que pode ser observado na leitura de algumas das principais obras dos geopolíticos brasileiros: a absorção imediata das idéias geopolíticas que se desenvolviam na Europa; a ênfase àquelas teorias que privilegiam a necessidade de unidade nacional-territorial e, ao nível do ambiente ideológico interno, a transposição para as fórmulas geopolíticas das principais idéias do conservadorismo nacional (anti-republicanas, antidemocráticas e antifederativas), como as expres-

<sup>25</sup> MIYAMOTO, Shiguonoli, *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*, São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1981; *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (Geopolítica e política externa do Brasil Pós-64)*, São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1985. Mello, Leonel I. A., *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1987. Ambos trabalham em ciência política, respectivamente, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade de São Paulo — USP.

sas por Alberto Torres e Oliveira Viana. Finalmente, como traço marcante, a predominância dos militares nos principais estudos geopolíticos. Examinando essas idéias nos anos 20 e 30, Miyamoto destaca a veemente defesa da centralização do poder político e da gestão territorial:

“As discussões sobre a centralização ou descentralização do poder, as suas vantagens e inconveniências, eram o tema de debate daqueles anos. A situação político-administrativa instável pela qual passava o país tinha um responsável: a República. Era esta, aos olhos dos defensores do sistema unitário, a culpada, pois sob ela se deu a autonomia dos estados. Tais críticas, que vinham desde o início da história republicana, fundamentavam-se no fato de que o Brasil simplesmente havia imitado o regime federativo vigente nos Estados Unidos da América. Esse regime, diziam eles, era praticável lá no hemisfério norte, mas o mesmo não se podia dizer dele aplicado aqui. Além disso, argumentavam, o país sempre soube conduzir-se muito bem sob o poder central da coroa imperial dentro do regime unitário”<sup>26</sup>.

Tanto Miyamoto como Mello identificam fortes influências de Ratzel, Kjéllen, Mackinder e Spykman, principalmente, nos estudos de E. Backheuser, M. Travassos, L. Rodrigues e Golbery, dentre outros. A revisão crítica das principais teorias geopolíticas que os dois comentaristas apresentam no início dos seus estudos tem o objetivo de demonstrar essa vinculação. Mello, por exemplo, identifica claramente a influência de Mackinder em M. Travassos e a de Spykman em Golbery, por exemplo. Miyamoto, por seu lado, vê uma influência generalizada do que chama de “determinismo de Ratzel” em praticamente toda a geopolítica brasileira, que ele (Miyamoto) chama de “geográfico”<sup>27</sup>. Os dois autores procuram também

<sup>26</sup> MIYAMOTO, S., *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*, op. cit., p. 56.

<sup>27</sup> MELLO, L. I. A., op. cit., especialmente Cap. II; Miyamoto, S., op. cit., esp. Cap. I. Tudo indica que Miyamoto se equivoca quanto ao conceito de determinismo, pois em Ratzel essa tendência não surge diretamente, mas sempre me-



distinguir a geografia política da geopolítica, identificando com esta última o que foi desenvolvido no país. Em ambos, o recurso aceito e utilizado para essa distinção é o do *deslocamento* desse campo de estudos da *geografia para a ciência política*, que teria sido proposto por Kjéllen<sup>28</sup>. Nesse último ponto, em particular, cabe um comentário sobre a posição de Miyamoto e Mello.

diatizada, mesmo quando ele considera o papel das influências naturais. Sob esse aspecto, há uma certa distância entre E. Semple, Huntington e Ratzel, por exemplo, os dois primeiros, sim, partidários de um determinismo estreito. Como observa Moraes, em seu estudo sobre o geógrafo alemão: “Observou-se, aí, que ele concebia mais um condicionamento do que uma determinação rígida dos elementos ambientais sobre a evolução das sociedades”. Cf. Moraes, A. C. R., *Ratzel*, op. cit., p. 13. Pode-se acrescentar ainda que, mesmo que se tratasse de “determinismo”, este nunca poderia ser “geográfico”, mas, no caso, mais propriamente *natural*, ou, como identificamos na geografia política ratzeliana, especificamente *territorial*.

<sup>28</sup> Mello, por exemplo, entende que a geopolítica tornou-se “disciplina autônoma” com Kjéllen, que teria radicalizado o determinismo de Ratzel e definido a geopolítica como ramo da ciência política. Cf. Mello, L. I. A., op. cit., p. 44. Miyamoto, por seu turno, chega até mesmo a aceitar plenamente a distinção que os próprios geopolíticos fizeram entre a geografia política e a sua “nova ciência”, citando não apenas Kjéllen, mas também J. Ancel e Hennig & Körlholz (poderia ter citado também Haushofer, que defendeu explicitamente tal distinção). Repetindo os geopolíticos (Ancel, aí incluído, que foi morto pelos nazistas, na França ocupada, certamente não gostaria de ver-se ao lado de Kjéllen, e muito menos dos nazistas Hennig & Körlholz), Miyamoto acredita que o que distingue fundamentalmente uma da outra é que, enquanto “A Geografia Política, tal como a Geografia Social, Econômica ou a Geografia Cultural, apóia-se em observações *estáticas* dos fatores geográficos”, “A geopolítica, pelo contrário, não se satisfaz com a mera descrição física *‘fotografando’* apenas esses acidentes geográficos. Ela se preocupa com os ‘movimentos’ desses elementos, e com a sua aplicação na formulação de uma política que visa principalmente fins estratégicos” (grifos nossos). Cf. Miyamoto, S., op. cit., pp. 20-21. Essa idéia de que a geografia política seria “estática” e a geopolítica “dinâmica” é em geral difundida pelos geopolíticos de todos os matizes. Dentre eles, o general Augusto Pinochet, para quem à primeira cabe apenas a “descrição do espaço-Estado”. Cf. Ugarte (gen.), A. P., *Geopolítica de Chile*, México, El Cid, 1978, p. 41. Também Vesentini vê essa distinção como clara, mas não pela ótica de Miyamoto ou dos geopolíticos, preferindo entender a geopolítica como um “discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território,

Assim como o militarismo e a elite civil prussianos apropriaram-se habilmente dos conhecimentos básicos gerados pela geografia, transformando-os, seja numa geografia política “aplicada” ou “militar”, seja numa geografia “geopolítica” (os rótulos, no caso, pouco importam), também os brasileiros, desde os anos 20, procuraram aproximar esse campo de estudos do centro do poder político gerador de um pensamento estratégico nacional (voltado ao plano interno e à sua decorrente projeção externa). Como muitos analistas observaram, a aproximação da investigação geográfica (e o que foi denominado de geopolítica) com o poder central e especificamente com os núcleos (basicamente militares) de “reflexão estratégica” não significou que possuíssem ali preponderância ao nível do pensamento e da ação nesse campo. Afinal, provavelmente antes mesmo do advento da geografia como ciência sistematizada, os centros de estudos militares em todo o mundo já incluíam esse tipo de conhecimento em seus currículos, entre eles o Brasil, onde a geografia militar tornou-se disciplina obrigatória nos cursos do exército no início dos anos 30. Além disso, o prestígio dessa disciplina no país era notável, especialmente no período do chamado “Estado Novo”, quando ela extravasa os muros do ensino militar e passa a constituir uma das bases para reflexões *políticas* sobre aspectos gerais do desenvolvimento nacional. Esse fato demonstra que os círculos da elite militar e conservadora brasileiros, que por tantas décadas dominaram o poder político do país, tiveram na geografia (em geral) *um excelente instrumento prático e teórico* para parte substantiva de suas justificações “científicas” a respeito dos “problemas nacionais”.

A nossa posição, portanto, é a de considerarmos que tão produtivo quanto examinar o pensamento geopolítico dos *auto-intitulados* geopolíticos, é procurar identificar os liames estreitos entre *geografia* e *política*, expressos pelos círculos de poder à frente (ou próximos) do Estado brasileiro no período. Nesse sentido, como já tivemos

no seio da sociedade onde ele encontrou sua razão de existir”. Cf. Vesentini, J. W., op. cit., p. 57. Como essa definição também pode, até certo ponto, servir à geografia política, Vesentini procura enfatizar o caráter autoritário das formulações geopolíticas e a sua “origem nazista”.



oportunidade de destacar anteriormente, não se pode esquecer que o pensamento conservador brasileiro, desde o período colonial, passando pelo Império e, de certo modo, até os dias atuais, sempre tendeu a expressar um conceito de *nação* articulado ao de *território*, de tal maneira que, freqüentemente, a idéia de *unidade nacional* confunde-se com *integridade territorial*<sup>29</sup>. Por isso é que, salvo melhor juízo, e apreciem ou não os geógrafos, a geopolítica, seja a do centro ou a que se desenvolveu aqui na periferia, sempre foi um autêntico produto da geografia.

O problema da *coesão interna*, tão exaustivamente debatido pela geografia política, desde Ratzel, e eleito pelos geopolíticos como um dos principais alvos da ação dos Estados em geral, adquire no Brasil um caráter particular. A imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agrário-exportadora, ao lado de um poder central baseado na composição política com as oligarquias locais e regionais, representaram, desde a formação do Estado nacional, em 1822, um quadro distante de um federalismo clássico (como o norte-americano) e mais próximo de um conjunto político-administrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional.

Esse era o pano de fundo para as idéias de *integração nacional* que, sob vários matizes, marcaram o *discurso político-territorial* de muitos setores do poder estatal ou próximos deste. Daí por que a base técnico-científica fornecida pela geografia tornou-se elemento importante para a formulação dessas políticas. Nesse sentido, não são de estranhar as muitas coincidências entre uma dada concepção geográfica do país (explicitada pelos geopolíticos) e o discurso expresso, por exemplo, pelos próceres do novo regime que se instalou em 1930 e que se tornou “Estado Novo” a partir de 1937. Um de

<sup>29</sup> Em dois trabalhos sobre essa questão, procuramos justamente identificar essa tendência dominante nas “políticas territoriais” do Estado brasileiro, em que, desde o Império, o “Estado nacional” apresentou, de modo recorrente, o que chamamos de “via colonial” da gestão do território. Cf. Costa, W. M., “Centralização e gestão democrática do território: uma oposição?”, in Becker, B. et alii (orgs.), *Tecnologia e gestão do território*, op. cit.; *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, São Paulo, Contexto-Edusp, 1988.

seus “intelectuais” e ministro da Educação e Saúde (1934 a 1945), Gustavo Capanema, em várias ocasiões ilustrou essas idéias de unidade nacional. Ao justificar a Revolução de 30, fala, por exemplo, da necessidade então inadiável de colocar um fim “aos regionalismos desenfreados [que] comprometiam a todo momento a integridade nacional”<sup>30</sup>. Nessa época, ainda, como parte do reaparelhamento do Estado, foi criado, em 1931, o Conselho Nacional de Estatística, e em seguida foram organizados os Serviços Geográficos. Em 1932, foi organizado o Serviço Geográfico e Histórico do Exército, em substituição ao Serviço Geográfico Militar. Em 1934 foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, mais tarde Conselho Nacional de Geografia. Ambos os Conselhos (de Estatística e de Geografia) comporiam em 1938 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Com essas iniciativas, o Estado passava a dispor de instrumentos que lhe permitiam levar adiante a sua “ação modernizante”, o que incluía um novo tipo de *gestão territorial* ou, como diz Capanema, que pudesse promover estudos para “um conhecimento melhor e sistemático do território do país” e, como conclui adiante, contribuir para o cumprimento de determinações governamentais que fixavam “normas precisas para a racionalização do quadro territorial brasileiro”<sup>31</sup>.

Dentre as várias iniciativas desse tipo no período, destacam-se também os “Planos de Viação” visando a integração territorial, e com o intuito de superar o quadro resultante de uma “falta de visão estratégica” dos governos anteriores, no dizer de Capanema. A idéia de *unidade nacional*, enquanto *integração territorial*, foi exposta pelo próprio Getúlio Vargas de maneira eloqüente:

“O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento,

<sup>30</sup> SCHWARTZMAN, Simon (org.), *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema), Brasília, Ed. UnB, 1982, p. 21.

<sup>31</sup> Idem, p. 188.



a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central, forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado”<sup>32</sup>.

Esse é o discurso geográfico e político que predominou em boa parte da história republicana do país, e que, em certa medida, reiterava concepções que remontam ao período colonial. A partir dos anos 20 deste século ele passou a integrar os círculos de pensamento oficiais e paraoficiais de modo cada vez mais sistemático. O desenvolvimento dos estudos geográficos, combinado com esse tipo de “ideologia nacional”, é que resultaria no que foi rotulado de pensamento “geopolítico brasileiro”.

Os analistas, em geral, concordam que um dos mais destacados pioneiros na área foi E. Backheuser, autor de vários ensaios no gênero, sendo que os principais foram reunidos em dois trabalhos<sup>33</sup>. Geólogo de formação e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi a partir dessa especialidade que ele concluiu ter chegado à geografia física e desta, à antropogeografia e à geografia política. A partir daí, como diz,

“só mais um degrau precisava subir para me embrenhar na Política, na larga e profunda feição que lhe está dando Kjéllen”<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> Idem, pp. 422-423.

<sup>33</sup> BACKHEUSER, Everardo, *A estrutura política do Brasil*, Rio de Janeiro, Mendonça, Machado & Cia., 1926; *Problemas do Brasil (estrutura geopolítica)*. O espaço, Rio de Janeiro, Omnia, 1933.

<sup>34</sup> BACKHEUSER, E., *A estrutura política do Brasil*, op. cit., p. 8. Note-se que a menção a Kjéllen pode perfeitamente ser atribuída a uma certa autojustificação do autor por seu interesse pela política. Na verdade, pela sua trajetória

Como muitos de sua época que atuavam em instituições como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e, após os anos 30, nos círculos oficiais, Backheuser era um anti-republicano e antifederalista radical, para quem era mister “manter e solidificar a unidade nacional”, a fim de fazer frente à “temível doença do separatismo”. Essa era a posição política geral. As bases “científicas” para esse discurso deveriam, para ele, ser buscadas na “verdadeira” geografia:

“A geografia não descreve apenas... Uma geografia em que se raciocina, que ‘explica’, que induz, que deduz, que ‘prevê’ fatos físicos e acontecimentos sociais; uma geografia que tem, portanto, todas as características de uma verdadeira ciência: uma geografia de que podemos determinar as origens no século passado, nas obras de Humboldt e Karl Ritter; que se consolidou com Peschel e Ratzel; que se alargou com Davis, com Dubois, com Vidal de La Blache, com Henderson, com Richthofen, com Supan, com Hettner, e de que hoje são sacerdotes conhecidos os Pencks, os Brunhes, os Huntington, os Maull, os Obst, os Vallaux”<sup>35</sup>.

Essa erudição geográfica autodeclarada do autor, em que se juntam tranquilamente geógrafos, geólogos, etc., de posições teóricas até mesmo díspares (Maull e Vallaux, para ficar num exemplo), na verdade serve apenas para dissimular a sua real posição teórica e política, já que ele próprio declara o seu ponto de partida em Ratzel, com desdobramento em Obst, o qual, como já visto, foi um dos mais destacados membros do círculo de geopolítica de Munique, e também co-fundador da *Revista de Geopolítica*, ao lado de Haushofer, Maull e outros. O próprio Backheuser assinala a influência de Obst nos “Cursos Superiores de Geografia”, promovidos pela “Sociedade” de que fazia parte. Além disso, em várias oportunidades (em seus estudos), deixa clara a sua simpatia por essa vertente da geografia

acadêmica e pela sua exposição, ele está muito mais próximo das concepções de Ratzel do que do germanófilo sueco. Isto, aliás, ele confirma, quando esclarece adiante que foi introduzido na “Geografia Racional” pelas leituras do geógrafo alemão, especialmente *Antropogeografia e Geografia Política*.

<sup>35</sup> Idem, p. 30.



alemã, e também a sua incontida admiração pelas virtudes da “cultura alemã” que se desenvolvia no sul do país. Diga-se de passagem, a respeito, que a inclusão dos franceses em sua “erudita” lista de geógrafos também apenas dissimulava a sua explícita posição antifrancófila, o que deixou claro quando, por exemplo, criticou a “excessiva” e “nociva” influência francesa em círculos intelectuais da época. No caso específico da geografia humana francesa, ele é incisivo em sua crítica, quando contrapõe a esta o modo como Ratzel expôs os seus conceitos de espaço e posição, e refuta os reparos de Vallaux e Brunhes ao geógrafo alemão, por este não valorizar as diferenciações:

“Pressentindo o que havia de relativo no seu conceito, repugnava-nos a ‘teoria dos contrastes’ de Vallaux, que, a nosso ver, é falsa e inexpressiva porque não fere de frente o assunto. Sentíamos no brilhante escritor antes o desejo de oposição a Ratzel do que o nobre anseio científico de completar uma obra inacabada. As citações eram, em Vallaux, como em Lucien Febvre, feitas em falso, truncando e torcendo o pensamento de Ratzel. Tal modo de proceder nos parecia contrário à índole ética dos homens de ciência e por isso sempre rejeitamos os princípios geográficos da chamada escola francesa”<sup>36</sup>.

Outra demonstração de sua ideologia conservadora aparece em sua “equação do Brasil”, em que lembra as potencialidades do espaço e posição do país e o modo pelo qual os brasileiros enfrentariam as dificuldades climáticas. Nesse caso, repõe o racismo de Hennig e Körholz, sugerindo medidas destinadas a “selecionar” os imigrantes estrangeiros, de modo a permitir um progressivo “branqueamento” da “raça” brasileira. Suas elucubrações “geopolíticas” são todas desse gênero: críticas à aceitação “servil” pelo país do federalismo norte-americano, que seria impróprio às características brasileiras; o exemplo edificante da “unidade alemã” e do pangermanismo; a “superioridade dos paulistas e sulistas” em relação aos de outras regiões; defesa da “centralização geográfica” da capital no planalto goiano, etc.

<sup>36</sup> Idem, p. 76.

São, em suma, idéias esparsas e por vezes desconexas, mas que, no geral, expressam ao menos uma evidência: são todas manifestações de uma concepção fortemente *conservadora* ao nível do pensamento político, e inegavelmente *confusas* no que toca à geografia enquanto “base científica” para seus discursos. Sob esse aspecto, aliás, seria mais adequado identificar a fonte de suas inspirações, não com Ratzel ou Kjéllen, mas diretamente com Haushofer e seu grupo, o que é razoável, pois ele foi o único brasileiro que teve um artigo publicado na tão controvertida *Revista de Geopolítica* alemã<sup>37</sup>.

Os riscos potenciais de uma desagregação político-territorial do país constituem verdadeira obsessão para Backheuser. Em seu livro de 1933, no contexto da “Revolução de 30” e dos preparativos para a Constituinte de 34, ele adianta o seu “receituário geopolítico” para fazer frente a essa ameaça, centrado em duas estratégias principais: a *redivisão territorial* e a *nova localização da capital*. Trata-se da antiga idéia geopolítica de que a grande extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica quando associada à ocupação e povoamento adequados, ao mesmo tempo que o poder central, bem localizado, possa estabelecer relações de coesão eficazes, no todo territorial.

Quanto à redivisão, especialmente, estabelece como método o “princípio da equipotência”, pelo qual,

“As diversas partes constitutivas do todo devem ser mais ou menos equivalentes, não apenas em área mas em eficiência econômica e política”<sup>38</sup>.

Esta é, a seu ver, uma fórmula “anti-regionalista”, pois subordina a constituição das unidades político-administrativas a um imperativo

<sup>37</sup> Backheuser menciona apenas que enviara um artigo a uma “revista alemã” que o solicitara. Entretanto, Lewis Tambs relaciona esse artigo em sua bibliografia geopolítica da América Latina: Backheuser, E., “Das politische Konglomerat Brasiliens”, *Zeitschrift für Geopolitik* (Bad Godesburg etc.), 3: 7-12 (Juli-Dez., 1926) pp. 625-630. Cf. Tambs, L., “Latin American Geopolitics: A Basic Bibliography”, *Revista Bras. de Geografia*, 73, 1970.

<sup>38</sup> BACKHEUSER, E., *Problemas do Brasil (estrutura geopolítica)*, op. cit., p. 46.



político-estatal de natureza “unitarista”, isto é, por cima da divisão regional advinda do curso normal do povoamento “espontâneo” do território. Além do mais, assinala, com essa fórmula, poder-se-iam corrigir os equívocos da divisão territorial implantada com a constituição republicana de 1891, baseada num federalismo inadequado ao país, no qual o peso dos estados sobrepuja-se ao da União<sup>39</sup>. Do mesmo modo, ele entende que uma subdivisão, pelo seu critério, eliminaria as disputas inter-regionais, nas quais a desproporcional importância entre os estados produzia relações de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos.

Finalmente, o seu projeto: partindo dos elementos da equípotência (espaço, situação e população), o autor propõe uma redivisão que resultaria em 64 “unidades fundamentais”, agrupadas em dezesseis estados e seis territórios, traçados no mapa no sentido dos paralelos e meridianos, sem prender-se, salvo poucas exceções, aos chamados “limites naturais”. Com esse modelo geopolítico de redivisão territorial, Backheuser estiliza as regiões e, conseqüentemente, o peso relativo das oligarquias regionais na política nacional. Aos novos estados, restaria tão-somente uma adaptação forçada a uma nova situação, cuja transição exigiria certamente a sua conformação ao poder central. Em outros termos, tratava-se de *dividir para centralizar*. Com esse projeto, a geopolítica brasileira lançava ao debate o que provavelmente constitui a mais rocambolesca modalidade de federalismo já vista, um todo político-territorial artificialmente fragmentado, cuja unidade depende exclusivamente da ação tutelar do Estado sobre a sociedade, a política e o território.

A proposta de Backheuser no tocante à localização da capital manifesta também essa tendência à centralização. Partindo das idéias de Ratzel, Otto Maull e mesmo de C. Vallaux e J. Brunhes (em relação aos quais ele engenhosamente transforma divergências em concordâncias), ele vê o papel das capitais como essencial para os mecanismos promotores da coesão do todo nacional-territorial. Por isso, defende a centralização geográfica e geopolítica da capital bra-

<sup>39</sup> Idem, pp. 64 e segs. O autor atribui esse “equívoco federalista” especialmente às influências exercidas no passado por Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, para ele, “bourrés de leituras americanas”.

sileira, de modo que, a partir dessa “nova posição”, pudesse fazer frente aos desafios da integração interna e às exigências da defesa estratégica em relação ao meio externo. Desse modo, e refletindo o ponto de vista dos setores militares do período, defende uma localização que situe a capital no “centro de gravidade do sistema geopolítico”<sup>40</sup>.

A favor de seu projeto, juntou os argumentos de José Bonifácio e Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), que desde o Império defendiam uma nova localização em “terras do Planalto Central”. Essa proposta já ganhara apoio decisivo na Constituinte de 1891, que resultou, em 1892, na criação de comissão específica para os estudos a respeito, a famosa “Comissão Cruls”<sup>41</sup>. Aos que argumentavam com as eventuais inconveniências de tal projeto, como os prejuízos à cidade do Rio de Janeiro ou os custos envolvidos, Backheuser lembra as vantagens para o país, especialmente as representadas pela possibilidade de conquista definitiva do que chamou de “heartland” brasileiro.

As idéias geopolíticas brasileiras, de inspiração francamente militar e sempre obcecadas com o problema da unidade nacional, também foram desenvolvidas pelo Brigadeiro Lysias A. Rodrigues<sup>42</sup>. Em seu trabalho, inspirado em Ratzel, Kjéllen e, dentre os brasileiros, principalmente em Backheuser, o autor enfoca a questão da unidade nacional desde o período colonial, entendendo-a como tema estratégico de primeira grandeza. Para ele, todas as medidas dos governos imperiais e republicanos, no tocante às *redes de circulação*, procuraram, cada uma a seu modo, enfrentar essa questão crucial.

No período republicano, porém, assinala, as tendências desagregadoras ganharam vigor, especialmente com o municipalismo, a desagregação dos estados e os “regionalismos de caráter separatista”<sup>43</sup>.

<sup>40</sup> Idem, p. 116.

<sup>41</sup> Essa comissão propôs uma localização para o novo Distrito Federal, que ocupava um quadrilátero no Planalto Central (“O retângulo Cruls”) e que seria adotada meio século após, quando da decisão de se construir Brasília.

<sup>42</sup> RODRIGUES, Lysias A., *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947.

<sup>43</sup> Idem, p. 55.



Como Backheuser, “seu mestre”, Lysias Rodrigues mostra-se ardoroso defensor da centralização pós-30 e especialmente durante o Estado Novo. Para ele, nesse período o Estado finalmente assumiu o poder dirigente na construção do todo nacional-territorial:

“A impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída inteligentemente pela rede de aerovias, que rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo o território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda parte. Estimulou-se a navegação marítima e fluvial, organizaram-se os planos nacionais ferroviário e rodoviário, ao mesmo tempo que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando uns regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana: ‘Grande, só o Brasil’”<sup>44</sup>.

Também como Backheuser, o autor propõe uma redivisão territorial do país, só que neste caso com a criação de territórios federais nas porções setentrionais (estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas). Em qualquer hipótese de redivisão, defende que os critérios a serem seguidos deverão ser definidos exclusivamente pelo poder central, de modo a neutralizar “quaisquer condicionamentos do regionalismo, da tradição histórica ou dos sentimentos arraigados, de todo inaceitáveis quando se trata da unidade nacional”.

Quanto à mudança da capital federal, ele não tem dúvidas de que a sua localização no interior é a mais vantajosa para o país. A diferença, no caso, é que o autor — ao contrário da opinião dominante — prefere vê-la transferida para o Triângulo Mineiro, a seu ver região melhor servida por redes de circulação (“o fator essencial para o processo de consolidação da unidade nacional”)<sup>45</sup>.

O problema da mudança da capital era posto, assim, como um autêntico projeto geopolítico. Analisando a questão em seu livro

<sup>44</sup> Idem, p. 57.

<sup>45</sup> Idem, p. 98.

dedicado ao tema, Vesentini explora outros ângulos da mesma. Para ele, mais que as propaladas “vantagens geopolíticas” da interiorização da capital, pesaram outros fatores na retomada desse projeto com a Constituinte de 1946, e principalmente com a sua efetivação a partir de 1956 no governo de Juscelino Kubitschek. Dentre eles, Vesentini destaca a combinação de processos democratizantes com “a persistência de um certo autoritarismo entranhado no Estado e na sociedade”<sup>46</sup>. A partir dessa equação, mais do que promover o desenvolvimento e a integração de porções do interior brasileiro, a mudança da capital visava sobretudo “impedir o crescimento dos movimentos populares”, ao deslocar a sede do poder político de um centro de lutas populares como o Rio de Janeiro<sup>47</sup>.

O processo da construção de Brasília, durante o governo JK, é caracterizado pelo autor como parte de um amplo movimento de centralização e racionalização de tipo capitalista do Estado brasileiro, cuja direção era dada pela burguesia nacional, pelo capital estrangeiro e pela ação planejadora. Ele identifica a ideologia desse processo (o nacional-desenvolvimentismo) com as atividades do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Brasília seria, então, o coroamento dessa ideologia “isebiana”, em sua opinião, em que misturavam-se ranços autoritários (havia nele representantes das Forças Armadas), objetivos capitalistas expressos (os industriais) e “retórica marxista” (pela presença de alguns intelectuais “ditos de esquerda”, pertencentes ao Partido Comunista). Dessa autêntica conspiração, teria resultado, em sua opinião, um discurso que procurava legitimar um projeto nacional burguês excludente e mistificador<sup>48</sup>.

Nesse sentido, conclui, Brasília seria o símbolo de uma ideologia nacional autoritária e burguesa, legitimada pelo discurso racionalizador e até mesmo “dito” progressista:

“É impressionante como nesse ponto — bem como em alguns

<sup>46</sup> VESENTINI, J. W., *A capital da geopolítica*, op. cit., p. 96.

<sup>47</sup> Idem, p. 99.

<sup>48</sup> Essas idéias (o “complot isebiano”), que o autor aceita sem ressalvas, foram desenvolvidas por Toledo, Caio Navarro de, *Iseb: fábrica de ideologias*, São Paulo, Ática, 1978.



outros — convergiram o projeto de empresariado industrial, as ideologias nacional-desenvolvimentistas de JK e dos isebianos, o pensamento geopolítico e até mesmo a ‘teoria da revolução brasileira’ seguida por determinadas organizações consideradas de esquerda”<sup>49</sup>.

Quanto às “determinadas organizações consideradas de esquerda”, Vesentini está se referindo ao Partido Comunista, e nesse caso com evidente desinformação, pois os programas e resoluções dos comunistas a respeito haviam sido sucessivamente expostos em três ocasiões principais no período<sup>50</sup>, nos quais a “teoria da revolução brasileira” não se resumia, obviamente, a uma vaga “ideologia nacional”.

A consulta a esses documentos seria certamente útil ao autor, até mesmo pela diversidade de correntes observáveis naquelas “teses” (as conhecidas tendências “esquerdistas” e “democráticas”, por exemplo, já se opunham no seio do partido desde 1950, pelo menos). Como reforço à sua visão de que Brasília seria o produto de uma articulação da qual teriam participado os comunistas, argumenta ainda com o fato de que Oscar Niemeyer (“um notório comunista”) teria expressado em seu projeto de construção o modelo urbano “preconizado pelos urbanistas e planejadores ‘socialistas’ da URSS”<sup>51</sup>. A seu ver, isso explica por que “A nova capital coadunou-se muito bem com o regime político posterior a 1964”; e mais adiante:

“De fato, a própria organização espacial da cidade denota uma elisão de qualquer forma de democracia, com a segregação das massas populares, com os traçados apropriados ao automóvel...”<sup>52</sup>.

<sup>49</sup> Idem, p. 137.

<sup>50</sup> Ver, a respeito, *PCB: vinte anos de política* (documentos), São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980; Vinhas, Moisés, *O Partidão. A luta por um partido de massas* (1922-1974), Hucitec, 1982.

<sup>51</sup> VESENTINI, J. W., op. cit. (notas), p. 219.

<sup>52</sup> Idem, p. 162.

Tudo indica que, apesar do seu senso crítico aguçado, Vesentini não evitou alguns equívocos elementares, alguns deles comuns nos geopolíticos que tanto desdenhou em seu estudo. Quando, por exemplo, *exagera* eventuais nexos causais entre espaço, forma urbana e ideologia, tornando-os determinantes, reproduz às velhas teses dos pioneiros da geopolítica (Mackinder, dentre outros), que sobrepujam as causalidades espaciais ao movimento histórico. Afinal, como explicar o crescente movimento político, sindical, popular e democrático de Brasília dos últimos tempos? Teria sido alterado o caráter autoritário do seu “*design* urbano”, ou mudou a sociedade em geral, incluída a da tão famosa cidade-capital?

Além dos problemas de arranjo interno, a geopolítica de inspiração militar também tratou das *projeções externas do poder nacional*. O pioneiro nesses estudos foi o General Mário Travassos, cuja obra mais conhecida foi publicada em 1931 e que influenciou sobremaneira as doutrinas estratégicas posteriores<sup>53</sup>. Como Backheuser e Lysias Rodrigues, também Travassos deriva a sua geopolítica da geografia, mais especificamente da geografia política. Interessa-lhe sobretudo a posição brasileira face ao conjunto de terras e Estados sul-americanos, e especialmente a projeção do país na região, *vis-à-vis* a presença e a influência aí exercidas pela vizinha Argentina.

O esquema básico de Travassos está assentado na posição peculiar do território brasileiro no continente sul-americano, marcado, como diz, por dois antagonismos principais: Atlântico *versus* Pacífico e Prata *versus* Amazonas. Esses antagonismos, de natureza geográfica, mas com resultantes geopolíticos determinam, em sua opinião, os desdobramentos das políticas de expansão das áreas de influência dos dois principais Estados (Brasil e Argentina), em inevitável disputa hegemônica (pelas suas posições e importância econômica). Dadas essas condições gerais, observa que a política de comunicações platina, levada a cabo pela Argentina, voltava-se naturalmente para a captura das terras a montante do Prata, estendendo a sua influência até o Pacífico e aos limites da bacia amazônica:

<sup>53</sup> TRAVASSOS, Mário, *Projeção Continental do Brasil*, 4ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1947. Uma análise completa das idéias do autor é encontrada em Mello, Leonel I. A., *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, op. cit.



“Tudo isso se compreende e sente quando se toma conhecimento do caráter expansionista da política de comunicações platinas... Como se vê, Buenos Aires está ligada, diretamente, por estrada de ferro, com as capitais de três países limítrofes. Com Assunção, dobrando a via fluvial, e, de passagem, assegurando o contato (Concórdia—Salto), entre as redes argentina e uruguaia. Com Santiago (e Valparaíso) por meio da via férrea de montanha que vincula a riqueza andina com o Atlântico. Com La Paz, pela soldagem em Tupiza, da via argentina com as linhas bolivianas, após seus trilhos percorrerem até La Quiaca a bagatela de 1.795 km”<sup>54</sup>.

É com essa última articulação terrestre (Buenos Aires—La Paz) que Travassos está mais preocupado, pois a extensão da influência sobre a Bolívia — “zona de transição entre os dois antagonismos” — garantiria à Argentina o controle do “heartland” sul-americano, opondo-se assim a uma possível e natural influência brasileira na área. O comentário de Mello, a respeito, aponta a evidente influência de Mackinder nessa tese de Travassos:

“No campo intelectual, a geopolítica de Travassos sofreu uma influência determinante de Mackinder, com sua teoria sobre o poder terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área-chave com importância análoga à do ‘heartland’ euroasiático. Para Travassos, o controle da Bolívia, região-pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico sulamericano”<sup>55</sup>.

Como medida destinada a conter esse domínio argentino, Travassos propõe a plena utilização, pelo Brasil, das potencialidades das vias fluviais amazônicas para uma rede de circulação que articulasse esse “heartland” boliviano à costa atlântica brasileira (a começar pela utilização do rio Madeira), apoiada pela ferrovia Madei-

<sup>54</sup> TRAVASSOS, Mário, op. cit., p. 55.

<sup>55</sup> MELLO, Leonel I. A., op. cit., p. 73.

ra—Mamoré. Em suma, tratava-se, em seu esquema, de opor a “espontaneidade viária da Amazônia” ao “artificialismo da atração ferroviária platina”. Quanto ao antagonismo natural entre as vertentes pacífica e atlântica, o autor está certo de que as vantagens naturais desta última certamente transformar-se-ão em vantagens geopolíticas, de modo que o essencial, no caso, é apenas o de se descobrir a melhor estratégia para estender a circulação oriental até a borda do Pacífico. Para ele, é inevitável o desencadeamento da “influência decisiva da vertente atlântica sobre a pacífica”, que dependerá sobretudo da capacidade da circulação terrestre de estender-se por sobre os Andes, através das “linhas naturais de circulação”, ou “as abertas nas linhas de cumeada” (*pasos e nudos*). O coroamento dessa estratégia brasileira no continente seria de fato a captura do “heartland” para a sua área de influência:

“Quando as possibilidades carreadoras da Amazônia se verificarem a pleno rendimento e conjugadamente com as abertas andinas, excluindo apenas o paso de Uspallata, as bocas do Amazonas despejarão no Atlântico grande parte da riqueza do centro e da vertente ocidental do continente”<sup>56</sup>.

Todas as propostas do autor, em especial as referentes a uma necessária estratégia de comunicações para o país, giram em torno da influência brasileira na porção ocidental do continente, com repercussões nas áreas de contato ao sul (Uruguai) e ao norte (limites setentrionais da Amazônia). Daí a sua especial atenção para as vias terrestres de articulação: entre Santa Cruz de la Sierra e o porto de Santos (ferrovia Noroeste do Brasil), a Madeira—Mamoré, as pontes Brasil—Paraguai e as transcontinentais orientadas segundo os paralelos. Particularmente a ligação com Santa Cruz, ao lado da melhoria das vias navegáveis amazônicas, constitui para ele a possibilidade de o país cumprir o seu “destino geopolítico”. Finalmente, e fazendo eco à geopolítica do período, Travassos defende com veemência o movimento de integração nacional em direção ao oeste:

<sup>56</sup> TRAVASSOS, Mário, op. cit., p. 77.



“Se bem que possa vir a ser a reprodução das ‘entradas’ e das ‘bandeiras’, a marcha para oeste, hoje, não terá a mesma espontaneidade daqueles movimentos que a atração litorânea acabou por estagnar. Agora, um movimento dessa ordem terá todo o sentido de uma contra-ofensiva de larga envergadura no terreno político, econômico e social”<sup>57</sup>.

A análise geopolítica de Travassos é não apenas pioneira como original nesse tipo de discurso no país. Ao contrário dos demais desse período, ela parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele *deriva* daí um projeto geopolítico que está centrado não na unidade interna *stricto sensu*, mas na *repercussão externa do movimento de integração interna*, subordinando este àquele objetivo maior. Nesse sentido, na mais pura tradição inaugurada por Mackinder, Travassos empresta ao chamado “poder nacional” uma dimensão nova no contexto da geopolítica brasileira. Assim, não é de estranhar — como aponta Mello em seu trabalho — a grande repercussão da sua obra em países sul-americanos, e especialmente, como era de se esperar, entre os seus colegas geopolíticos argentinos.

O último dos “clássicos” do que se pode chamar de *Geopolítica de Estado-Maior* desenvolvida no país é o General Golbery do Couto e Silva, cujos principais textos foram produzidos nos anos 50 e reunidos e publicados em 1967, e que na terceira edição (1981) incluiu outros ensaios sobre o quadro político nacional dos anos 70<sup>58</sup>. Ao cotejarmos o conjunto das idéias geopolíticas de Golbery com os seus predecessores da área, afloram algumas semelhanças

<sup>57</sup> *Idem*, p. 244. Essa “estratégia de contenção”, com base numa rede de circulação nacional-continental, será retomada mais tarde por Lysias Rodrigues, que defenderá uma agressiva política brasileira de comunicações (incluída a aérea) no continente, a fim de neutralizar as possíveis instabilidades fronteiriças advindas do que chama de “Punctum Dolens” sul-americanos: Iguazu (trijunção do Brasil, Argentina e Paraguai), Bolívia (Sauce—Cochabamba—Santa Cruz de la Sierra) e Letícia (trijunção do Brasil, Peru e Colômbia). Cf. Rodrigues, Lysias, *Geopolítica do Brasil*, op. cit., pp. 63 e segs.

<sup>58</sup> COUTO E SILVA, Golbery, *Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro. José Olympio, 1981.

e distinções que vale a pena assinalar. Sob certo aspecto, ele é o continuador de um tipo de pensamento “geomilitar” brasileiro inaugurado por Backheuser (mesmo que formalmente este não fosse um militar) e aprofundado principalmente por Travassos. Em particular, pela notória tendência, em suas análises e propostas, de considerar as questões relativas à política e ao território nacionais (bem como a sua projeção externa), pela ótica da *tutela* do pensamento e da estratégia de inspiração militar.

Desse modo, no que diz respeito a um aspecto essencial de sua postura teórica e política, o seu pensamento é *conservador e autoritário*, isto é, filiado a concepções típicas de parte importante da elite civil e militar no poder desde o Império e, mais diretamente, desde os primeiros momentos da República. Para esta elite, a questão nacional estava antes de tudo afeta a um Estado forte, centralizador e realizador das “aspirações nacionais”.

No plano específico das suas idéias geopolíticas, também (como os demais) denotará fortes influências dos clássicos (especialmente Ratzel e Mackinder), cujos conceitos de espaço, posição, circulação, “heartland”, etc. serão amplamente utilizados para as análises sobre o território brasileiro e suas projeções externas. Entretanto, a par dessas semelhanças, as idéias do autor apresentam algumas novidades em vários aspectos, que, se não implicam ruptura com o pensamento vigente, apontam pelo menos para uma *sofisticação de análise* que o distancia do esquematismo excessivo até então predominante no setor. Assim, por exemplo, se a sua filiação (na raiz) encontra-se em Ratzel, parte substantiva de suas idéias sugere uma forte influência dos norte-americanos, especialmente de Spykman, mas também de Mahan, Walsh, Whittlesey, Weigert, etc. É evidente que essa influência deve ser atribuída aos desdobramentos da situação mundial do pós-guerra e à presença hegemônica dos EUA no novo equilíbrio de poder, marcado decisivamente pelos alinhamentos e tensões leste—oeste e pelo contexto da chamada “guerra fria” (com o seu ápice nos anos 50 e 60).

Nesse sentido, o alinhamento do autor às teses norte-americanas (principalmente as de Spykman), em relação à defesa do hemisfério ocidental e ao papel que caberia ao Brasil nesse quadro mundial, deve ser explicado tanto pelas suas posições ideológicas e políticas



(defesa da “civilização cristão-democrático-liberal), como pela sua análise (geopolítica). Afinal, ele sabia que o Brasil era peça importante no esquema de defesa da América do Sul (particularmente do Atlântico Sul), contra eventuais ameaças do grande “inimigo oriental comunista”, a URSS. Golbery coloca-se, assim, como o *interlocutor local de Spykman*, respondendo positivamente aos apelos de 1942 do geopolítico norte-americano, para quem o Brasil e os demais países sul-americanos deveriam assumir regionalmente as tarefas estratégicas de defesa do “Novo Mundo”.

No plano da natureza de suas análises, a inovação encontra-se também em seu *ecletismo explícito*, o que o leva a trabalhar (efetivamente) com uma síntese parcial das várias correntes da geografia política, que inclui autores tão distintos como Ratzel e Kjéllen, de um lado, e Hartshorne e Vallaux, de outro. Nesse aspecto, ele é certamente mais erudito e menos dogmático que a maioria de seus colegas da geopolítica. Também é interessante o modo pelo qual ele articula a geografia com a política (preponderante), cujo resultado é uma concepção de geopolítica que, malgrado derivar da geografia política clássica, lança suas bases muito mais numa *doutrina de segurança nacional* e numa *estratégia política* global, que tendem a subordinar o plano especificamente geopolítico. Como ele diz, em texto de 1952:

“Resulta daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido — é claro — na sua mais ampla e ativa acepção, permeando aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz”<sup>59</sup>.

Pela natureza determinante desse conceito geral, Golbery concebe uma geopolítica que deve, antes de tudo, contribuir para moldar uma “consciência nacional” em torno do que chama de “objetivos

<sup>59</sup> Idem, p. 23.

permanentes”, ou seja, uma estratégia nacional de longo prazo, para além, portanto, das conjunturas políticas.

A sua análise geopolítica do território brasileiro parte de uma premissa comum a todos os autores do setor, isto é, de que se trata de um imenso espaço desigualmente ocupado e carente de integração, dada a pobreza das comunicações — “vasto arquipélago” —, como diz. A sua estratégia de integração, entretanto, é distinta. Partindo de uma *regionalização geopolítica* que define um *núcleo central* constituído pelo triângulo Rio—São Paulo—Belo Horizonte (“o verdadeiro coração do país”), três “penínsulas” (NE, CO e S) e uma enorme “ilha” (Amazônia), propõe um plano de articulação interna, ou integração, que sempre depende do pólo dinâmico com suas irradiações sobre as demais regiões, usando para isso o que chama de “istmos de circulação” (vias de comunicação entre o “núcleo” e as três “penínsulas”). Com essa estratégia formula a sua “manobra de integração do território nacional” em três fases sucessivas:

“1ª — Particular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;

2ª — impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro (para o que se combinarão o processo da mancha de azeite preconizado por Lyautey e o dos núcleos avançados atuando como pontos de condensação);

3ª — inundar de civilização a hiléia amazônica a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O, segundo o eixo do grande rio”<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Idem, p. 47.



Quanto à projeção geopolítica do país, o autor defende, como foi dito, o seu alinhamento à estratégia de defesa do Ocidente sob o comando dos EUA, o que o leva a examinar a posição do território brasileiro sempre sob esse ângulo. Assim, o famoso “promontório nordestino”, um dos vértices do “triângulo estratégico do Atlântico” de Spykman, tem um papel fundamental nessa estratégia global, o que, para ele, só seria viável mediante um acordo explícito de cooperação militar entre o Brasil e os EUA. Golbery entende que essa posição privilegiada do país no Atlântico deve constituir-se em “trunfos” de todo tipo (também econômicos) em eventuais negociações, cujo direito de uso não deveria ser cedido “por um prato de lentilhas”, como diz.

Quanto à situação interna, o autor recomenda o “tamponamento eficaz” das vias de penetração nas fronteiras de noroeste, mesmo que não parem aí ameaças concretas dos vizinhos amazônicos. Para ele, esse “tamponamento” tem duas finalidades, quais sejam, a garantia da inviolabilidade daquelas fronteiras e uma base para uma posterior ocupação da Amazônia:

“O tamponamento efetivo dos caminhos naturais de penetração, que de além-fronteiras conduzem à Amazônia, é medida que se impõe, e se impõe com urgência, para que, como dissemos, possamos levar a cabo, quando oportuno, tranqüila e metodicamente, um plano de integração e valorização daquele imenso mundo ainda perdido”<sup>61</sup>.

Para contrapor uma estratégia brasileira ao avanço argentino no “heartland” de Travassos (a Bolívia), Golbery sugere a “dinamização do ecúmeno nacional”, em particular o Centro-Oeste (e neste o Mato Grosso), área através da qual a dinâmica geopolítica brasileira poderá fazer-se valer naquela região sul-americana. A sua grande preocupação, entretanto, está relacionada à instável transição representada pelo Uruguai (“meio brasileiro e meio platino”), zona de tensões históricas entre o Brasil e a Argentina e região que contém a única

<sup>61</sup> Idem, p. 55.

“fronteira viva” brasileira, “a linha de tensão máxima no campo sul-americano”, como afirma.

Em seu ensaio de 1959, Golbery praticamente mantém as suas principais idéias de 1952, mas acrescenta análises claramente influenciadas pelo contexto político e econômico do governo JK, e especialmente pelo chamado Plano de Metas. Mostra-se satisfeito pelas mudanças do quadro econômico — substituição de uma estrutura produtiva de base agrícola por uma industrial — e pelas mudanças políticas, em geral, ao nível das instituições e da sociedade que se torna moderna. Quanto a esse ponto, considera que

“é inegável o processo de maturação política das massas, cada vez mais adensadas nos grandes e médios centros populacionais e, dia a dia, graças à penetração dos múltiplos meios de comunicação e difusão de idéias mais atentas e mais participantes da vida pública”<sup>62</sup>.

O país, a seu ver, encontra-se em fase de grandes progressos, em todos os setores, o que leva a acrescentar algumas propostas novas (às de 1952), que mais correspondem a esse momento e que deveriam integrar os seus “objetivos nacionais permanentes” além de orientar a ação geopolítica. Dentre esses novos pontos, é interessante a passagem em que propõe a defesa da democracia que vigorava no país naquele período:

“um estilo de vida democrático, com bases cada vez mais amplas na participação efetiva e consciente do povo; e a garantia das liberdades regionais (sentido federativo) e da autonomia local (municipalismo)”<sup>63</sup>.

Essa posição representa inegavelmente uma grande inflexão no pensamento geopolítico que até então se desenvolvera. Corresponde, no tocante à defesa dos princípios democráticos, a um alinhamento

<sup>62</sup> Idem, p. 72.

<sup>63</sup> Idem, p. 74.



interno (o ambiente desenvolvimentista e democrático vigente no período JK) e externo (a defesa da democracia ocidental baseada nos “princípios da justiça social e da moral cristã”), ambos expressando, no limite, uma ideologia de contraponto à influência comunista interna (“infiltração... de elementos estranhos”) e externa (representada pela “ameaça” soviética).

De todo modo, trata-se de inegável progresso, mesmo que restrito àquela conjuntura, quando cotejamos essas idéias com as que eram defendidas pelos geopolíticos do chamado período “estado-novista”, especialmente Backheuser, que, ao vincular noções de Estado, território, raça e centralização, aproximou-se bastante das teses nacional-socialistas dos seus colegas geopolíticos de Munique.

Quanto à defesa da *federação*, Golbery também se mostra inovador, pois é inegável a associação entre geopolítica e centralização. Sob esse aspecto, pode-se inferir que a influência dos geógrafos políticos e geopolíticos norte-americanos em seu pensamento não se limitou às teses sobre as relações internacionais<sup>64</sup>.

O autor também atualiza a sua “regionalização geopolítica”, assinalando os progressos das comunicações, em particular pelo alargamento do “núcleo central” em direção ao sul de Minas Gerais e ao sul do Mato Grosso, além das primeiras vias de penetração para a articulação N-S e L-O. Além disso, reafirma seus argumentos em prol de um inequívoco alinhamento brasileiro aos EUA no tocante à defesa do Atlântico Sul, especialmente, como diz, pelo que pode processar-se em termos de “ameaça imperialista” a partir da “fachada arqueada da África fronteira”.

Em 1960, retoma esses temas, identificando no “núcleo central” um autêntico “bloco metropolitano”, além de “áreas metropolitanas” no interior e “frentes pioneiras”. Era a expansão do ecúmeno nacional que propusera em 1952, com a qual se inicia a dilatação do “heart-

land” original. Desse modo, o autor passa a considerar o território mediante um *nucleamento básico* que, tendo no principal deles (basicamente o atual SE) o pólo dinâmico, desdobra-se em vários outros em todas as regiões (a Amazônia, por exemplo, desdobrar-se-ia em três núcleos). Em seu novo esquema, o “heartland central” confunde-se em grande parte com as regiões industriais e agrícolas mais desenvolvidas do país. No Centro-Oeste, desenvolver-se-ia um segundo “heartland” (ele não menciona, mas trata-se certamente dos efeitos de Brasília), cujas “pinças” já começam a atingir a Amazônia.

Esse nucleamento propicia ao autor a proposição de suas novas “áreas geopolíticas”, todas articuladas pelo “heartland central” e cada uma marcada por características próprias de expansão. É nesse esquema que a Amazônia aparece, pela primeira vez (explicitamente), como “área geopolítica da Amazônia”, com o centro gravitacional em Manaus, articulado ao triângulo Belém—Amapá—Santarém.

Com isso o autor entende que cada vez mais a geopolítica vincula-se à política nacional (de integração e valorização territoriais), enquanto a estratégia de segurança nacional estaria associada à geoestratégia (a posição brasileira face às relações internacionais). Esta última, a seu ver, dada a permanência de focos de instabilidade no continente sul-americano, deve ser, antes de tudo uma “geoestratégia de contenção”. A idéia geral de que cabe ao Brasil um papel preponderante no continente sul-americano e na defesa do hemisfério ocidental denota que, apesar de o autor não nutrir aspirações explícitas de um “Brasil-Potência” (objetivo que não inclui em seus “Objetivos Permanentes”), a sua proposição geopolítica geral as inclui. É o que se deduz da associação que faz entre *projeção interna* e *projeção externa*, malgrado a expressão cuidadosa usada para tocar nesse tema:

“Geopolítica e Geoestratégia de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da Civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo subdesenvolvido do continente e de além-mar e ao mesmo passo de resistência às pressões

<sup>64</sup> Essa defesa do federalismo e da descentralização administrativa será retomada pelo autor em um texto de 1980, quando, chefe do Gabinete Civil do Governo Figueiredo, analisa os chamados períodos de “distensão” (Governo Geisel) e de “abertura” (Governo Figueiredo) durante o regime militar, dos quais participou em posição de destaque (segundo opinião corrente, como um de seus principais estrategistas).



partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura...”<sup>65</sup>.

O General Golbery sofisticou, assim, a análise geopolítica brasileira, concebendo-a como instrumento simultaneamente político, militar e especificamente territorial. Além disso, formulou claramente o “compromisso” e o alinhamento ideológico-estratégico do país com o chamado bloco ocidental e em particular os EUA. Em seus últimos textos, já como figura central do poder instituído com o regime militar a partir de 1964, vinculou esse pensamento geopolítico geral que desenvolvera desde 1952 às diretrizes que atualizara e expusera em seus “objetivos permanentes” e numa “doutrina de segurança nacional”.

Finalmente, como estrategista da abertura “consentida” pelo regime militar, demonstrou que, em sua trajetória, tal como Mackinder e Spykman, o seu ponto de partida e seus alvos principais encontravam-se na política, em particular na *política de poder*, para usar uma expressão de R. Aron. Com ele, figura-chave do pensamento e do núcleo de poder militares, próximo ou à frente do Estado por mais de trinta anos, confirma-se a característica primeira da geopolítica brasileira, isto é, a de instrumento a serviço de uma concepção de poder político que tem submetido, reiteradamente, os assuntos territoriais-nacionais e de segurança nacional à órbita exclusiva do Estado, ou, mais precisamente (durante longo período), à órbita militar desse Estado.

A longa tradição brasileira da *geopolítica dos generais* manteve-se nos anos 70, com algumas modificações na forma. Como assinala Miyamoto, parte considerável dos temas discutidos pelos geopolíticos fora absorvida gradativamente pelos estudos desenvolvidos no âmbito da Escola Superior de Guerra desde o início da década de 50. Por isso, um exame detalhado das idéias do setor deveria ser realizado a partir das publicações desse centro, nas quais elas aparecem diluídas principalmente nas questões relativas ao binômio “segurança & desenvolvimento”, cujos aspectos mais substantivos

<sup>65</sup> Idem, p. 171.

havam sido sintetizados pioneiramente por Golbery. Após 1964, com a tomada do poder pelos militares, muitas dessas concepções, até as especificamente geopolíticas, passaram a compor o discurso e a prática do Estado em sucessivos governos, como observa Miyamoto:

“Vê-se, dessa forma, que a função da ESG, além de ser um centro de estudos onde se abordam os problemas nacionais, internacionais e militares, conforme se pode comprovar pelo documento de Sardemberg (1971), consubstancia-se na formação de uma elite que procurava uma oportunidade para alçar-se ao poder... na verdade foi conscientemente preparada e dotada com uma doutrina de segurança nacional, para exercer efetivamente a posse do aparelho de Estado, conseguindo o seu objetivo em 1964, quando atinge o seu período máximo de influência”<sup>66</sup>.

Sob esse novo formato, a geopolítica dos anos 70 elabora um discurso de tipo triunfalista — *a idéia do Brasil Potência* — bem adequado àquele período de conjugação de regime militar fechado e crescimento econômico. O seu maior representante dessa fase foi, sem dúvida, o General Meira Mattos, cujos principais trabalhos foram publicados entre 1975 e 1980<sup>67</sup>. Auto-intitulado discípulo de Mario Travassos e continuador dos estudos geopolíticos inaugurados sistematicamente por Backheuser, Meira Mattos pouco inova em relação às velhas teses geopolíticas lançadas desde os anos 30. As referências constantes a Travassos e Golbery balizam as suas principais teses sobre unidade interna e projeção externa. Como Golbery, assume integralmente a idéia de que a geopolítica, a partir de 1949, deveria integrar o âmbito maior da doutrina de segurança nacional, desenvolvida em todos os seus aspectos pela Escola Superior de

<sup>66</sup> MIYAMOTO, S., *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1984)*, op. cit., pp. 130-131.

<sup>67</sup> MEIRA MATTOS, Carlos (Gen.), *Brasil — geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército Ed., 1975; *A geopolítica e as projeções do poder*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército Ed., 1977; *Uma geopolítica pan-amazônica*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército Ed., 1980.



Guerra. A articulação entre geopolítica, ESG e poder político é assim exposta por Mattos:

“Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realísticas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional. Assentada na relação de mútua causalidade entre Segurança e Desenvolvimento... Incorporou a ESG, no realismo de sua doutrina, os valores geopolíticos que vinham sendo levantados por todos aqueles que a precederam como instituto superior de altos estudos... De 1949 a 1964, durante 14 anos, a ESG não teve influência maior nas decisões de governo... Quando veio a Revolução de 1964 a doutrina da Escola Superior de Guerra já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais e escolares. Foi fácil para o Chefe da Revolução, o Presidente Castelo Branco e seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militares, participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João”<sup>68</sup>.

Mais que análise, trata-se de um autêntico depoimento do autor sobre um importante período da história política do país, revelador da interpretação corrente sobre ele, produzida pelos publicistas do pensamento militar brasileiro contemporâneo.

Também por influência de Golbery, o autor desenvolve um tosco conceito de “potência mundial” baseado em fatores territoriais, populacionais, capacidade tecnológica, etc., chegando à conclusão de que o Brasil tinha todas as condições para aspirar “a um lugar entre as grandes potências do mundo”. Ele acredita que “até o ano 2000” essa meta (da “Revolução de 31 de março”) seria cumprida. As condições para o pleno sucesso dessa “missão”, argumenta, assen-

<sup>68</sup> MEIRA MATTOS, C., *Brasil — geopolítica e destino*, op. cit., pp. 60-61.

tavam-se basicamente no desenvolvimento econômico com “democracia e autoridade”, na ocupação e valorização do território, na capacitação industrial e tecnológica, etc. Paralelamente, para assegurar a “presença externa” do país, defende a modernização das Forças Armadas e a constituição de um potencial militar de “dissuasão”. Os sonhos de grandeza passam até mesmo pela defesa do acordo nuclear Brasil—Alemanha, considerado base para a futura “independência tecnológica” no setor.

As idéias de Meira Mattos sobre o “poder nacional e suas projeções” reproduzem a tradição geopolítica brasileira, quando pressupõem um poder exercido por uma elite nacional *auto-vestida* na direção do Estado, com a “missão” de enfrentar os “grandes desafios” de um “grande país” com vocação para potência mundial. Como seus antecessores, evoca Alberto Torres e Oliveira Viana como os grandes teóricos desse “poder nacional” e de um conceito de democracia que se conforma necessariamente a uma “certa dose” de autoritarismo. É a condição para que a “modernização” seja feita a qualquer custo, como reconhece:

“Realmente, em nossa arrancada para o progresso, nem devemos esquecer os nossos ideais democráticos, nem nos encabularmos diante da necessidade de usar uma autoridade moderada para impulsionar o processo de modernização da sociedade brasileira”<sup>69</sup>.

Por isso ele não disfarça a sua satisfação com o que já fora realizado pelos primeiros governos militares (“revolucionários”, como diz), especialmente o chamado Plano de Integração Nacional, que projetara e construía rodovias de longo curso nos sentidos dos paralelos e meridianos. Constituem, a seu ver, elementos poderosos de articulação do território nacional e, além disso, viabilizam o início da exploração dos recursos naturais amazônicos. Ele observa progressos materiais em praticamente todos os setores do país e julga

<sup>69</sup> MEIRA MATTOS, C., *A geopolítica e as projeções do poder*, op. cit., p. 50.



estar em curso a meta do “Brasil-Potência”, cujo sucesso depende, antes de tudo, da

“capacidade em captar os estímulos geográficos emanantes do território e transformá-los em estímulos geopolíticos”<sup>70</sup>.

Meira Mattos acredita, ainda, que estão se confirmando as velhas teses geopolíticas, especialmente as lançadas por Travassos em 1931. Para ele, “esses projetos rumo ao norte e ao noroeste amazônico como que despertaram nossa vocação continental”. Mais ainda, que a extensão das rodovias nessas direções e a sua possível transposição para além-fronteiras, através dos “nudos” e “pasos” de que falara Travassos, concretizam a antiga aspiração de uma projeção brasileira no continente sul-americano, e uma desejável integração dos países da região:

“Essa continentalização significará o estímulo à formação de áreas interiores de intercâmbio internacional”<sup>71</sup>.

Além disso, assim como Golbery, ele também quer ver confirmadas as teses de Spykman quanto ao papel de *gendarme* que o país deveria desempenhar no Atlântico Sul. Neste aspecto, ele vai além em seus sonhos de grandeza, ao antever uma necessária estratégia de segurança em escala global para o Brasil, já que este, por volta do ano 2000, seria certamente uma “potência mundial”.

Em seu livro de 1980, Meira Mattos dedica-se ao estudo geopolítico da Amazônia. Trata-se de um conjunto de análises que, partindo das várias fases históricas de tentativas de ocupação e valorização da região, fixa-se no período áureo das “políticas de desenvolvimento” amazônicas, particularmente a partir de 1970, com o governo do General Emílio Médici (Plano de Integração Nacional) e do General Ernesto Geisel (Programa Polamazônia). Pela sua descrição minuciosa dos vários projetos envolvendo a região, o estudo de

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*, p. 106.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, p. 111.

Meira Mattos não deixa de constituir um excelente documento (da perspectiva do pensamento militar) a respeito do que tem sido proposto e executado naquela região nas últimas décadas. Um dos aspectos interessantes desse “depoimento” é o seu comentário sobre a aplicação da *teoria da polarização* de F. Perroux nos projetos de ocupação amazônica<sup>72</sup>. A implantação de pólos agroindustriais e minerometalúrgicos era, para ele, o principal instrumento da expansão da rede rodoviária.

Como conseqüência da expansão para o Noroeste do país, a “idéia pan-amazônica” começava a tornar-se realidade, observa, pois havia agora condições objetivas para a constituição de um sistema de cooperação entre os vários “países amazônicos”, no qual o papel do Brasil seria, evidentemente, destacado. Por isso ele aplaude a assinatura do “Tratado de Cooperação Amazônica”, em 1978, como um acontecimento de grande importância para a região e a América do Sul, principalmente pelo seu conteúdo geopolítico:

“Implementado o Tratado, passará a Amazônia a viver o seu destino de terra de contatos. Será a plataforma de conexões com a região platina, com o planalto brasileiro, com as nações andinas e com o grupo das Guianas”<sup>73</sup>.

Além disso, propõe que o próprio desenvolvimento amazônico seja um projeto sul-americano, isto é, conduzido pelos seus países “condôminos”, um projeto “pan-amazônico” próprio, sem a interferência de países “externos”, (os EUA ou os europeus). Esse “condomínio pan-amazônico” valorizaria os aspectos continentais do con-

<sup>72</sup> De fato, boa parte dos “planos” implementados na região obedeceu à estratégia dos “pólos” e sua adaptação a situações como a da Amazônia e do Nordeste. Na segunda metade da década de 70, implantaram-se ali, principalmente, pólos agroindustriais e minerometalúrgicos. Um exame crítico dessa experiência encontra-se em Becker, Bertha; *Geopolítica da Amazônia*, op. cit.; Costa, Wanderley M., *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, op. cit. A análise das contradições mais agudas desse processo, especialmente no nível do quadro de tensões e conflitos da região, atualmente, pode ser vista em: Oliveira, Ariovaldo U.; *Amazônia — monopólio, expropriação e conflitos*, Campinas, Papirus, 1987.

<sup>73</sup> MEIRA MATTOS, C., op. cit., p. 123.



tinente, como diz. Também a antiga tese de ocupação do “heartland” sul-americano é posta em evidência (a “continentalização da hinterlândia sul-americana”).

Ao Brasil, assinala, caberia nesse processo a vitalização de suas fronteiras, criando “pólos de irradiação fronteiriços” capazes de impulsionar o progresso e a influência brasileira até os limites com os demais países amazônicos. Na verdade, Meira Mattos tenta pôr em prática a antiga estratégia de promover o “tamponamento eficaz das fronteiras ocidentais” de que falara Travassos em 1931, só que desta feita, numa operação geopolítico-militar sustentada por um projeto de desenvolvimento econômico-territorial de grandes proporções.

O pensamento, a ação política e a geopolítica militares têm sido objeto de inúmeros estudos críticos nos últimos anos. Do ponto de vista do nosso tema principal, porém, as contribuições de Geraldo L. Cavagnari Filho têm uma importância crucial. Afinal, trata-se de autor contemporâneo de origem militar (coronel da reserva), especialista em estratégia, pesquisador universitário (diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp) e, antes de tudo, investigador e crítico da velha geopolítica “oficial” de inspiração militar que tem predominado no país. Mais que isso, a sua análise crítica dirige-se justamente aos equívocos e às fragilidades de uma estratégia nacional *assentada* na geopolítica. Daí a originalidade de suas idéias, expostas basicamente em três artigos relativamente recentes<sup>74</sup>. Quando Cavagnari publicou aquele que seria o seu mais famoso artigo em 1984, estava inaugurada a primeira ruptura explícita no seio do pensamento militar geopolítico e estratégico<sup>75</sup>. Desta vez, não se tratava

<sup>74</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., “Brasil: Introdução ao estudo de uma potência média”, in Oliveira, Eliéser R. (org.), *Militares: pensamento e ação política*, Campinas, Papirus, 1987; “Autonomia militar e construção da potência”, in Oliveira, Eliéser R. et Alii (orgs.), *As forças armadas no Brasil*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987; “Brasil e Argentina: autonomia estratégica e cooperação militar”, in *Rev. Política e Estratégia*, Vol. VI, nº 4, São Paulo, 1988.

<sup>75</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., “Brasil: Introdução ao estudo de uma potência média”, op. cit. Publicado também na *Folha de S. Paulo* em 31/03/84 e na *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano XXVII, n.ºs 105-108, 1984.

de sutilezas analíticas ou empíricas que mal disfarçavam o *monolitismo* do discurso tradicional na área. Cavagnari rejeita o discurso triunfalista do “Brasil-Potência” subordinado às injunções estratégicas dos EUA e alienado da real posição do país na divisão internacional do trabalho. Aponta, com isso, uma *contradição* essencial entre as concepções diplomáticas e militares para a política externa brasileira.

A vertente diplomática, observa, tem plena ciência de que, nos quadros da tensão “Leste-Oeste” e da oposição entre economias industrializadas e subdesenvolvidas, não cabem ao Brasil sonhos de “grande potência” subordinada aos EUA (econômica e estrategicamente), preferindo, prudentemente, operar politicamente no âmbito da América do Sul.

A segunda (a vertente militar), baseada no que chama de “triumfalismo do discurso geopolítico”, projeta políticas externas *hegemônicas* no Terceiro Mundo, especialmente na América do Sul, e um alinhamento automático às potências industriais. A crítica do autor a essa concepção não faz concessões:

“Em tese, a maioria dos esquemas geopolíticos projeta uma pretensa hegemonia brasileira na América do Sul e superestima a participação atual do Brasil no processo decisório mundial. Essa avaliação decorre da metodologia utilizada pela geopolítica, que consiste na abordagem dos fatores geográficos (em resumo, o espaço e a posição) organizados em torno de determinados indicadores absolutos (isto é, o tamanho do PNB, a extensão territorial, os recursos naturais e a população), não levando em consideração o aspecto qualitativo desses indicadores, o grau de segurança desejável para a sociedade civil e a capacidade real do país na organização das relações de poder mundiais. O equívoco do discurso geopolítico é tanto de ordem conceitual quanto de ordem metodológica. Esse discurso não é científico, mas uma simplificação racional da realidade vinculada a um propósito específico e concreto. A geopolítica não possui um corpo sistematizado e comprovado de leis gerais e universais, embora se proponha a servir de marco teórico para a política externa. A realidade vem brincando com as avaliações geopolíticas: o crescimento brasileiro



nos últimos anos registrou considerável progresso em relação aos países subdesenvolvidos, mas não conseguiu diminuir a diferença em relação às democracias ocidentais. O PNB brasileiro corresponde, aproximadamente, a 8% do PNB dos EUA e a 50% do PNB da Inglaterra, respectivamente, a primeira e a última grande potência. A renda *per capita* do Brasil não ultrapassa um quinto do valor da renda *per capita* da média dos países desenvolvidos. No campo da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, o investimento brasileiro (cerca de 0,7% do PNB) corresponde a 2% do investimento norte-americano e a 15% do investimento britânico. Assim, a visão diplomática sobre a realidade brasileira é mais sensata do que o discurso geopolítico, quando reconhece a existência de problemas internos típicos do subdesenvolvimento (concentração da renda e grandes deficiências em saúde, alimentação, habitação e educação) e de uma situação de dependência do sistema econômico internacional (importador de capital e tecnologia)<sup>76</sup>.

Ao demolir o mito do “Brasil-Potência”, verdadeiro ícone do regime militar, Cavagnari expõe com toda a crueza a fragilidade da base sobre a qual se erigiu esse mito: a velha geopolítica dos generais e seus acólitos, cujas teses povoaram as esferas do poder civil e militar do país desde o advento da República. De fato, para os que defendem projetos de grandeza (explícitos em Golbery e Meira Mattos, por exemplo), desde a década de 50, constitui um duro golpe

<sup>76</sup> Idem, pp. 139-140. Esse tipo de crítica à geopolítica, como a de Cavagnari, de fato não é inédito. O que constitui, no caso, um inegável ineditismo é o fato de ela ter sido feita por um militar brasileiro e, particularmente, quando aponta os equívocos dos que a usam como base principal (pelos militares) na formulação de uma estratégia nacional para o país. Além disso, a agudíssima análise crítica que o autor faz de algumas das teses mais caras ao pensamento militar dominante por tantas décadas, publicada num jornal de grande circulação, justamente no dia 31 de março de 1984, possui, evidentemente, um significado especial para a “história” da geopolítica no Brasil. Em rigor, por tudo o que simboliza, esse gesto constitui um dos marcos, dentre tantos outros, da transição do regime militar para o civil na história política recente do país.

reconhecer as limitações e o desempenho modesto de um país territorialmente grande mas social e economicamente frágil<sup>77</sup>.

Como o autor deixa claro, o país não dispõe de “excedentes de poder” que o credenciem a desempenhar um papel de grande potência, principalmente porque todas as fímbrias do globo já se encontram dominadas pelas duas superpotências. O Brasil, argumenta, pelos mesmos critérios da geopolítica, constitui uma *potência média*, com âmbito estratégico na América do Sul, cujo poder aí lhe confere o “status” de *potência regional*. Apesar disso, assinala, essa atuação regional não se dá num quadro de “autonomia estratégica” absoluta, dada a hegemonia dos EUA no continente. Em um de seus trabalhos, ele deixa clara a vinculação entre o projeto de grande potência e a autonomia do segmento militar no Estado. Ele argumenta que, mesmo num processo de transição para um regime civil, os militares procurariam salvaguardas institucionais que lhes garantissem a autonomia necessária para levar adiante o seu antigo projeto. Daí porque, do ponto de vista da estratégia militar *interna*, o ideal seria uma transição *controlada* pelo núcleo de poder militar-civil, de acordo com o que Golbery expusera em alguns de seus artigos.<sup>78</sup> Nessa fórmula, observa, a passagem de um “autoritarismo militar” para um “autoritarismo civil” seria o ideal, do ponto de vista da autonomia militar e da construção da potência, ao lado de outros projetos correlatos, tais como a integração nacional, a expansão na América do Sul, etc. No plano internacional, o alinhamento automático com os EUA. Cavagnari não faz menções explícitas, mas é evidente que está se referindo basicamente a Golbery e Meira Mattos.

<sup>77</sup> Cavagnari não tem dúvidas quanto a esse antigo projeto dos militares brasileiros: “A construção da grande potência ainda é a intenção principal dos militares. É o fundamento de sua reflexão estratégica e, de certo modo, determinante do comportamento deles no processo político brasileiro. Embora a intenção de realizar a potência seja anterior a 1964, é durante o autoritarismo que se vai explicitando a concepção militar a respeito de sua construção”. Cf. Cavagnari, Geraldo L., *Autonomia militar e construção da potência*, op. cit., p. 58.

<sup>78</sup> COUTO E SILVA, Golbery, op. cit., esp.: “O momento brasileiro”, “Dificuldades da hora presente” e “Linhas mestras de uma estratégia para o poder executivo”.



A seu ver, quando a reflexão é *estratégica* (e não geopolítica), as fragilidades desse projeto tornam-se claras. O país, assinala, não possui autonomia estratégica para atuar como potência em nível mundial, ou mesmo exercer hegemonia a nível regional e possui, além do mais, “desequilíbrios sociais internos, que revelam um perfil nada exemplar”<sup>79</sup>. Apesar disso, lembra que os projetos militares estão em curso, especialmente a modernização tecnológica das Forças Armadas, o incremento da produção industrial-militar e, ainda, o “domínio da tecnologia nuclear para fins militares”. Assim, mesmo sob regime civil, *o projeto de construção da potência permanece*. Diante disso, para ele, mais uma vez o discurso e a prática tradicionais da diplomacia brasileira têm se mostrado mais acertados: o Brasil, nessa ótica, é um país do Terceiro Mundo, uma potência regional sem ambições de hegemonia e com grandes vulnerabilidades estratégicas. O desafio, portanto, é o de afirmação da *autonomia estratégica*, nesse contexto:

“A tendência político-estratégica do Brasil é para transformar seu espaço geopolítico de interesse no seu cenário estratégico ampliado, onde poderá afirmar sua autonomia estratégica — isto é, onde poderá afirmar sua capacidade de realizar ações estratégicas (que envolvem a possibilidade de emprego da força), tendo em vista a promoção e preservação dos interesses nacionais”<sup>80</sup>.

Lembra, porém, que, mesmo nesse caso, as limitações seriam grandes, havendo a necessidade de um “ajuste diplomático” inevitável em eventuais situações de conflito. Além do mais, acredita, sempre será uma *autonomia limitada*, pois a presença dos EUA no continente inviabiliza outra situação que não a *dependência estratégica relativa* para os países do continente.

Em outro artigo (1988), ele esclarece que essa tese da *autonomia estratégica* do país, em meio à presença hegemônica global dos EUA, não deve colidir com os projetos de integração (bilateral ou

<sup>79</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., “Autonomia militar e construção da potência”, op. cit., p. 78.

<sup>80</sup> Idem, pp. 87-88.

regional) em curso na América do Sul. Isso também não implicaria ruptura com a hegemonia norte-americana, ou a construção de uma “nova hegemonia”. Desse modo, interessariam ao país todos os projetos que não impliquem diminuição da sua presença internacional, adquirindo força, nesse contexto, as políticas de aproximação e cooperação sempre apoiadas na “estabilidade democrática, no crescimento econômico e na modernização tecnológica”. Ao contrário do que predominou num passado não muito remoto, Cavagnari defende um aumento da importância internacional do país, lastreado na *estabilização da frente interna* (“garantida pela continuidade do processo interno de construção democrática”) e na *estabilização da frente sul-americana* (“dependerá também dos resultados alcançados no processo de integração bilateral”)<sup>81</sup>.

É sob tais pressupostos, observa, que deve ser pensada a fase atual de integração bilateral Brasil—Argentina, incluída a de natureza militar (acordos nuclear e aeronáutico, principalmente). Apesar desse quadro favorável de relações, alerta para o fato de que tanto num como noutro país, há setores militares que ainda raciocinam estrategicamente com base nos velhos conceitos geopolíticos e, além disso, “Nos dois países, ainda não se realizou efetivamente a subordinação das forças armadas ao poder político”. Afinal, ele lembra, tanto lá como aqui o processo de construção da potência está em curso e sua inspiração ainda é basicamente militar:

“A construção da grande potência é intenção explícita no pensamento militar brasileiro e no pensamento militar argentino. Pode-se até afirmar que os militares brasileiros (e, com certeza, os militares argentinos) atribuem maior prioridade à construção da potência do que à construção da democracia, como se a potência fosse condição necessária à institucionalização da democracia”<sup>82</sup>.

Resumidamente, essa é a evolução do pensamento geopolítico brasileiro, que, apesar de pouco original e criativo, teve grande in-

<sup>81</sup> CAVAGNARI, Geraldo L., “Brasil e Argentina: autonomia estratégica e cooperação militar”, op. cit., p. 598.

<sup>82</sup> Idem, p. 605.



fluência na vida política nacional e nos projetos relacionados às questões territoriais durante boa parte da República. Como muitos analistas já apontaram, a *diminuição* dessa influência coincide com a retomada das iniciativas políticas pela sociedade civil e com o retorno do país ao chamado “Estado de Direito”, o que demonstra a estreita vinculação dessa geopolítica com o pensamento conservador e autoritário predominante em nossa história política. Cabe ressaltar, a respeito, que nem mesmo para o exercício teórico estratégico esse tipo de geopolítica — que leva ao autoritarismo e ao expansionismo — tem serventia nos dias atuais, como bem o demonstrou Cavagnari, um reconhecido especialista no assunto. É preciso lembrar, contudo, que, a exemplo de outros países, esse tipo de pensamento e de técnica impregnou setores consideráveis da elite civil e militar e, através de muitos bancos escolares, a cultura política nacional. Ao que tudo indica, porém, também aqui a tendência dominante em muitos países está se firmando, isto é, a que aponta para um evidente recuo desse tipo de pensamento e técnica para os segmentos específicos das instituições militares, nas quais ela sempre gozou de inegável prestígio, seja como parte da geografia, seja como subsídio aos afazeres da guerra.

Por outro lado, não deixa de ser curioso notar que a conjugação da tendência internacional de renovação crítica da geografia, e o processo de democratização em curso no país, provocou o início (de fato) do debate em geografia política e em geopolítica entre os geógrafos brasileiros. Como veremos adiante, sob a influência da “geografia crítica” francesa — em particular Ives Lacoste e o seu grupo em torno da revista *Hérodote* — já se registram (também aqui) tentativas de “recuperar” a geopolítica, emprestando-lhe caráter distinto daquele da sua “fase maldita”. Bertha Becker, por exemplo, propõe explicitamente esse resgate<sup>83</sup>, argumentando com razão que a reflexão sobre os aspectos do poder relacionados com o espaço encontra-se praticamente congelada na geografia. Em sua visão, a geografia deve apropriar-se (ou reapropriar-se) desse campo de re-

flexões, do qual afastou-se, em especial após a relação entre a geopolítica e o nazismo. Em suas palavras:

“Negar, portanto, a prática estratégica, seja a das origens da disciplina, seja a teorizada por Ratzel, seja a da Geopolítica explícita do Estado Maior ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria geografia, que foi, assim, prejudicada no seu desenvolvimento teórico e na sua função social. E repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e o trazer esse conhecimento para o debate na sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupação, à Geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela Geopolítica<sup>84</sup>.”

Bertha Becker deixa claro, em seu artigo, que o *resgate crítico* desse discurso pelos geógrafos é fundamental para a tarefa teórica atual de desvendar os complexos mecanismos do poder que envolvem o espaço na época contemporânea, em que a combinação entre poder político, poder empresarial e a tecnologia compõe estruturas de relação extremamente complexas. Não se trata, portanto, de resgatar a velha geopolítica de tipo determinista e esquemática, mas a intimidade com o discurso político e estratégico presente nessa disciplina. Resgatar a geopolítica, sem a sua “fetichização” das relações entre o espaço e o poder. Descartar, por isso, as velhas fórmulas que deduziam as políticas de poder das potencialidades e virtualidades dos territórios dos Estados-nações. Nas relações complexas contemporâneas, observa, é impensável uma geopolítica desse tipo:

“A questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo. A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno”<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> BECKER, B. K., op. cit., p. 100.

<sup>85</sup> Idem, p. 102.

<sup>83</sup> BECKER, Bertha K., “A geografia e o resgate da geopolítica”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 50, Número Especial, Tomo 2, IBGE, 1988 (99-125).



A proposta teórica de Bertha Becker é inovadora sob todos os aspectos, e põe em debate no país questões fundamentais que transcendem o âmbito da geografia. Independente do rótulo pouco apropriado (por que não resgatar a Geografia Política, que afinal sempre gerou as “geopolíticas”?), o seu trabalho (e de seu grupo) é realmente notável, especialmente porque introduz essa reflexão incorporando o que há de mais avançado no setor (assunto com o qual nos ocuparemos adiante). Com ele, também, Bertha Becker não resgata esse campo de reflexões apenas para a Geografia, mas, ao lado de alguns poucos estudiosos desses temas nas ciências sociais, recupera-o para o ambiente acadêmico. A considerar-se a nossa peculiar história política, isto equivale, no Brasil, a um legítimo *resgate civil*.

## VI

## A AFIRMAÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA

Em sua crítica à “*Geopolitik*” alemã, em 1932, Albert Demangeon observou que esta renunciara deliberadamente a “todo espírito científico” e que se ela (a geopolítica) desejasse ser incluída nas ciências, deveria “retornar à geografia política”.

A advertência de Demangeon é precisa sob um duplo aspecto: primeiro, porque, de fato, nunca os geopolíticos (como vimos) pretenderam advogar um estatuto científico para as suas teorias, teses, esquemas, etc., preferindo rotular esse conjunto como “técnica”, “arte”, etc., e, nesse sentido, a sua atitude era de fato uma renúncia deliberada ao espírito científico. Segundo, porque Demangeon entendia que a geografia política, esta sim uma ciência, interrompera-se na Alemanha com Ratzel, e a sua retomada só poderia efetivar-se com a dissolução (pela absorção) da geopolítica.

Estava assim lançada a tese segundo a qual a geopolítica era um *desvio* (não-científico) na evolução da geografia política, tese esta que seria fartamente repetida por todos os geógrafos e não-geógrafos que examinaram criticamente a história desse campo de estudos. Salvo raras exceções, como aqueles que aceitam a autojustificativa dos geopolíticos de que sua “arte” seria uma “disciplina das ciências políticas”, tem sido demonstrado (mesmo neste trabalho) que a tese do “desvio”, formulada por Demangeon, é razoavelmente consistente. Afinal, tanto na Alemanha como nos EUA e no Brasil — para ficarmos em exemplos de países bastante diferentes entre si — a geopolítica se desenvolveu *predominantemente* a partir do trabalho dos geógrafos, e sempre tentou lastrear-se nos fundamentos da Geografia Física e Humana.



Após o término da guerra e a derrota do nazi-fascismo, que coincidem com as mortes de Haushofer na Alemanha e Spykman nos EUA, a geopolítica praticamente desaparece dos meios acadêmicos em todo o mundo. Rejeitada pela geografia (e pela ciência política), torna-se instrumento pseudocientífico para formulações de políticas de poder autoritárias em países do Terceiro Mundo (como o Brasil e a Argentina), praticamente restrita aos círculos militares. Torna-se, mais propriamente, uma disciplina militar e, crescentemente, uma simples subsidiária da política estratégica. Talvez a *única* (autêntica) “Geografia dos Estados-Maiores” de que fala Yves Lacoste, tomando-se essa expressão em seu significado preciso.

A geografia política que ressurgiu com vigor nos anos 50 é quase toda ela anglo-saxônica e praticamente restrita aos EUA. Como assinala A. L. Sanguin, este país, ao contrário da Europa em geral, beneficiou-se de um clima acadêmico favorável e de uma situação material consideravelmente melhor que os da França, Inglaterra e Alemanha, por exemplo. Além disso, durante os anos da guerra, o dinamismo da geografia política norte-americana era incontestável, com as pesquisas, debates e publicações disseminados em diversas universidades e contando com aportes de recursos financeiros, especialmente os oficiais<sup>1</sup>. Liderados por Bowman, Hartshorne e Whittlesey, os norte-americanos fundaram a sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos 70. Até mesmo o famoso livro de J. Gottmann, de 1952, apesar de publicado na França, é o resultado de cursos e conferências em vários países e principalmente em universidades norte-americanas<sup>2</sup>.

## 1. A GEOGRAFIA POLÍTICA DO PÓS-GUERRA NOS EUA

A situação dos EUA após o término da Segunda Guerra Mundial era a mais favorável dentre todas as grandes potências da época. Face aos derrotados – como a Alemanha e o Japão, principalmente – o país, além de vitorioso, tornara-se então o grande provedor dos capitais necessários às suas reconstruções. O mesmo ocorria com os seus aliados, que, malgrado a vitória no conflito, haviam sofrido pesadas perdas materiais e humanas, tornando-se também dependentes da ajuda norte-americana. Finalmente, o novo quadro do poder mundial era claro em meados de 1945: a contra-ofensiva soviética no Leste e a derrota alemã na frente oriental tornaram a URSS a única superpotência de fato no espaço euroasiático. Do outro lado, a supremacia dos norte-americanos na Europa Ocidental e no Pacífico, contribuindo para a derrota alemã e virtualmente destruindo o Japão, além do monopólio e uso de artefatos nucleares, tornavam os EUA uma superpotência de grandeza mundial, não apenas pelo seu poderio militar, mas também pela sua grandeza econômica<sup>3</sup>.

Derrotados o nazismo, o fascismo e o império japonês, emergia da Segunda Guerra um mundo dividido sob as esferas de influência das duas superpotências, uma capitalista, no oeste, e uma socialista, no leste. Nascia, assim, o mundo *bipolar*. Os EUA tornavam-se os guardiães do “Ocidente livre”, dos valores do liberalismo e do sistema capitalista internacional. Sua nova posição estratégica, apenas esboçada na Primeira Guerra, consolidava-se e passava a definir todos os seus objetivos e ações no plano externo.

Essa nova “responsabilidade” em escala mundial alterou a geopolítica global e repercutiu fortemente nas análises sobre a situação internacional. Os alemães, franceses e ingleses, afetados diretamente

<sup>1</sup> SANGUIN, André-Louis, “L'évolution et le renouveau de la géographie politique”, in *Annales de Géographie*, vol. 84 (463): 275-296, 1975.

<sup>2</sup> Dessa convivência do autor com os norte-americanos resultaram alguns artigos. Ver: Gottmann, Jean, “Geography and International Relations”, *World Politics*, 1951, vol. 3, nº 2: 153-173; “The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis”, *World Politics*, 1952, vol. 4, nº 4: 512-519. Daí a opinião de C. Raffestin, por exemplo, de que Gottmann seria um “autor francês de inspiração anglo-saxônica”.

<sup>3</sup> A esse respeito, destacamos o comentário preciso de Paul Kennedy: “Não obstante, as dimensões reais desse poderio não tinham precedentes, em termos absolutos. Estimulados pelo enorme aumento nas despesas de guerra, o PNB nacional medido em dólares constantes de 1939 passou de 88,6 bilhões (1939) para 135 bilhões (1945), e para muito mais (220 bilhões) em dólares atuais. Entre as grandes potências, os Estados Unidos foram a única que se tornou mais rica — na verdade, muito mais rica do que pobre, com a guerra”. Cf. Kennedy, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, op. cit., p. 343.



pelo desastre da guerra, pouco puderam escrever a respeito, pelo menos em geografia política. Os norte-americanos, ao contrário, absorveram rapidamente os ingredientes do novo contexto mundial e de seu país, e dedicaram os anos 50 às análises que pudessem refleti-los. Banida a geopolítica instrumental de inspiração alemã (Haushofer) ou mesmo norte-americana (Spykman), recuperaram e deram "status" acadêmico e científico à geografia política, na melhor tradição de Bowman, Whittlesey e Hartshorne, na verdade os autênticos "*founding fathers*" dessa ciência no país.

A influência de R. Hartshorne (especialmente), desde o seu artigo de 1936, mas principalmente com o que publicou em 1952<sup>4</sup>, é notória em praticamente todos os autores desse período, como se estivessem respondendo aos apelos do mais prestigiado dos geógrafos do país, para que se firmasse ali uma geografia política verdadeiramente científica e independente da política dos Estados.

Além desse famoso artigo (já comentado), a publicação do livro de Jean Gottmann (no mesmo ano) também repercutiu bastante nos EUA, dadas as ligações do autor com o ambiente acadêmico do país. Cada um a seu modo, eles lançaram as bases de um novo discurso na já antiga história da geografia política. A preocupação de Hartshorne, como vimos, é essencialmente metodológica e destina-se a corrigir os "desvios" não-científicos desse campo de investigação. Gottmann, por seu turno, está preocupado em resgatar os valores e axiomas universais do discurso da geografia humana, cruzando-os sistematicamente com a nova realidade internacional definida com o pós-guerra. Trata-se, para ele, de considerar, ao mesmo tempo, a "fluidez" das relações internacionais e a "estabilidade" dos fatos geográficos. O mundo encontra-se inteiramente compartimentado em territórios estatais ou em blocos internacionais, afirma. Nesse enorme conjunto fragmentado, predominam as "diferenciações" e as "relações", com tal intensidade que se pode falar numa verdadeira determinação: o "determinismo de relações". Mais ainda, isto ocorreria num sis-

<sup>4</sup> Trata-se, respectivamente, de Hartshorne, R., "Recent Developments in Political Geography", op. cit., e "The Functional Approach in Political Geography", op. cit.

tema de relações de natureza geográfica que se cruza (determinando) com a política internacional dos Estados<sup>5</sup>.

Como seus colegas, Gottmann reconhece a existência de duas superpotências, sendo uma (os EUA) pela sua força política e outra (URSS) pela sua vastidão de domínio territorial. Nesse novo quadro, prevê que as fronteiras, como "zonas de interação e contato", poderão desempenhar um papel de poderoso agente de integração, retomando uma das mais caras idéias de J. Ancel. Prevê também que os dois novos grandes blocos europeus (ocidental e oriental) tenderão a constituir organismos supranacionais, mas não crê que isso possa ser feito de modo independente das superpotências. Ele acredita que esse sentimento de unidade europeu-ocidental é, antes de tudo, fruto de um temor comum diante de uma eventual ameaça externa. De todo modo, observa, em todas as regiões do mundo despontam os organismos supranacionais como o novo modo de operar a política internacional, sob o domínio de um mundo compartimentado e, antes de tudo, bipolarizado.

No início da década de 50, surgem também estudos como o de G. W. Hoffman sobre problemas de fronteiras européias gerados pela guerra, retomando um modo de análise sobre o tema inaugurado por Hartshorne em seus estudos sobre o "Corredor Polonês" e a "Alta Silésia". Abordando as demandas da Holanda diante da Alemanha no pós-guerra, Hoffman examina os problemas de um pequeno Estado diante das políticas dos grandes vencedores da guerra, especialmente o comportamento protecionista dos EUA em relação à Alemanha, em detrimento de outros países vizinhos<sup>6</sup>.

Em 1954 é publicado um artigo de Stephen B. Jones, que revitaliza a tradição teórico-metodológica inaugurada por Hartshorne e que influenciaria os estudos da área nas próximas décadas<sup>7</sup>. O autor

<sup>5</sup> GOTTMANN, Jean, *La politique des États et leur géographie*, op. cit.

<sup>6</sup> Cf. Hoffman, George W., "The Netherlands Demands on Germany: A Post-War Problem in Political Geography", in *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 42: 129-152, New York, 1952.

<sup>7</sup> JONES, Stephen B., "A Unified Field Theory of Political Geography", in *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 44: 111-123, New York, 1954.



preocupa-se com o empirismo dos estudos geográficos e a fragmentação do discurso da geografia política. Propõe que haja um “continuum” da ciência política para a geografia política, uma *interdisciplinaridade*, mantendo cada uma a sua especificidade, mas num *campo teórico* crescentemente *unificado*. Para isso, defende, é necessário que o geógrafo deixe de aproximar-se da ciência política *apenas pelos jornais*, e que os cientistas políticos abandonem a idéia de que a geografia é apenas um “conjunto de fatores físicos do espaço”<sup>8</sup>. A unificação desse campo teórico passaria, a seu ver, por uma “base intelectual” a partir das contribuições de Hartshorne, Whittlesey e Gottmann.

Do primeiro, toma o conceito-chave da “diferenciação de áreas”, ou, especificamente, “áreas políticas” ou “áreas-estado”. Do segundo, a idéia de “circulação” e “relação”, face à “iconografia” ou a “estabilidade” dos valores geográficos do espaço. Jones entende que tanto um como outro reconhecem a circulação (a relação) como fundamental para o dinamismo dos espaços políticos, especialmente para as políticas internas de integração. Outro ponto comum, assinala, é que, enquanto Hartshorne vê separatismo ou nacionalismo (elementos de desintegração) como “forças centrífugas”, Gottmann as vê como áreas de resistência, ou “iconografias”, “estabilidade”. Jones estabelece vários desses paralelos entre os dois autores, para demonstrar que a unificação teórica passa pela *unificação dos conceitos e da linguagem*. No caso da unificação possível com o campo da ciência política, ele discute as dificuldades em torno do conceito de “área política”. Também de Hartshorne ele incorpora o conceito de “idéia-estado”, adaptando-o para “idéia-política em geral”, usual em ciência política.

Finalmente, de Whittlesey, incorpora as noções de “espaço” e “tempo” aplicadas aos problemas da circulação. Da ciência política, Jones propõe incorporar principalmente as idéias de K. Deutsch, em especial os conceitos relativos às “comunidades políticas”, tais como “famílias, bairros, cidades, países, regiões, povos, nações e federações”<sup>9</sup>. Estaria assim definido um “campo teórico unificado”,

<sup>8</sup> JONES, Stephen B., op. cit. p. 112.

<sup>9</sup> Idem, p. 117.

uma “*transdisciplinaridade*” que envolveria a geografia política e a ciência política, aplicável tanto a sociedades politicamente organizadas como às não-organizadas. Com isso, defende, esse “campo teórico” poderia dar conta de uma maior complexidade de fenômenos “político-geográficos” em nível interno (poder local, gestão local, regional, etc.) e externo (poder nacional e negócios internacionais).

A necessidade dessa interdisciplinaridade entre a geografia política e a ciência política também será defendida na época por W. Jackson<sup>10</sup>, para quem este é o único caminho para evitar o desaparecimento da primeira como ciência autônoma. Baseado principalmente em H. Sprout<sup>11</sup>, o autor observa que a escolha do *Estado* como conceito-chave pelas duas ciências, nos estudos mais substantivos, demonstra que estaria definindo-se um campo único de investigação, fato esse revelado pelas inúmeras publicações do período, particularmente aquelas dedicadas aos temas internacionais. De todo modo, observa, salvo exceções como Hartshorne, Jones e Gottmann, os geógrafos carecem ainda de muitas leituras em ciência política, único meio de afastarem-se do domínio exclusivo do Estado como conceito-chave e dos males do velho possibilismo e sua derivação norte-americana, o ambientalismo.

O volumoso estudo de L. Carlson<sup>12</sup>, publicado em 1958, constitui-se no primeiro trabalho de fato sistemático em geografia política sobre as relações internacionais do pós-guerra nos EUA, e provavelmente o mais completo dentre os que se dedicaram ao tema. Com ele, inscreve-se na tradição norte-americana, marcada pelos estudos sistemáticos no setor. Além de Whittlesey, a quem Carlson credita suas maiores influências, destacam-se os estudos de W. Fitzgerald e S. Valkenburg<sup>13</sup>, o primeiro no final da Segunda Guerra,

<sup>10</sup> JACKSON, W. A. D., “Wither Political Geography?”, in *Annals of the Association of American Geographers*, New York, vol. 48: 178-183, 1958.

<sup>11</sup> SPROUT, Harold H., “Political Geography as a Political Science Field”, in *The American Political Science Review*, Vol. 25: 439-442, 1931.

<sup>12</sup> CARLSON, Lucile, *Geography And World Politics*, New York, Prentice-Hall, 1958.

<sup>13</sup> FITZGERALD, Walter, “The New Europe. An Introduction to its Political Geography”, op. cit.; Valkenburg, Samuel V., *Elements of Political Geography*, New York, Prentice-Hall, 1954.



sobre a situação da Europa Ocidental e Centro-Oriental, e o segundo (de 1954), abordando analiticamente os vários tópicos de estudos da geografia política em geral. Ao contrário desses últimos, porém, Carlson articula conceitos, teorias e fatos recentes da situação internacional, fornecendo a esse campo da geografia política a base conceitual reclamada por Hartshorne, por exemplo. Para a autora, a geografia política é a culminância do pensamento geográfico, pois o seu objeto e método integram necessariamente a geografia, a história, a ciência política e as relações internacionais. A geografia, afirma, é a “realidade existente” (citando Bowman), fornecendo a chave compreensiva para os “lugares e suas relações”. Por isso, sustenta, a análise das diferenciações de área, em particular das “áreas-Estados”, são essenciais para a compreensão das situações internacionais.

A história, a seu ver, contribui para a análise da ascensão e declínio das políticas estatais e a evolução política das regiões, enquanto a ciência política dá conta da essência do Estado e dos governos em suas políticas internas e externas. Finalmente, as relações internacionais, marcadas pelo domínio e submissão entre os Estados, definem o alcance da ação externa de cada um. Carlson avalia que, antes de tudo, a “equação do poder” tornou-se relativamente simples no mundo, após a Segunda Guerra, quando emergiram as duas superpotências. Os EUA, assinala, possuem comando político e poderio militar; a URSS, poderio militar e territorial, além de uma grande auto-suficiência. Entretanto, observa, poder é sempre sinônimo de força industrial e a geografia do poder será assim cada vez menos de natureza territorial.

Em suma, para ela, a geografia política, diante da política mundial, deve ser dinâmica, atenta às relações, à evolução tecnológica e industrial, à compartimentação geopolítica do mundo, às relações de domínio e a um novo mundo bipolar<sup>14</sup>. É nessa perspectiva que a autora examina os “fatores do espaço” (localização, dimensão e forma) nas diferentes regiões do globo, em que enfatiza justamente a sua relatividade em cada situação dada (o seu contexto de relações).

<sup>14</sup> CARLSON, Lucile, *Geography And World Politics*, op. cit., p. 9.

Nesse sentido, observa, os fenômenos de localização “central” e “periférica” sempre dependerão dos fluxos internacionais, isto é, do poder econômico, tecnológico e industrial de cada Estado e região do globo. Daí a “centralidade” do Atlântico Norte, por exemplo. Além disso, a distribuição desigual dos recursos naturais, das populações e da capacidade industrial define em grande parte a distribuição do poder mundial. Os EUA e a URSS são superpotências justamente porque *combinam* tais fatores num mesmo espaço. Daí por que, observa, além da indústria, o comércio também transformou-se numa arma política.

Para Carlson, o novo quadro de poder mundial é essencialmente bipolar (EUA e URSS), mas conta também com uma recente terceira “força” política, representada pelos “Estados neutros”. O bloco ocidental, por exemplo, liderado pelos EUA e diferenciado internamente, une-se através da rejeição ao comunismo e forma-se militarmente sobretudo através da NATO e outros organismos de aliança militar, como o IATRA (Pacto do Rio) e o SEATO (Sudeste da Ásia). Os organismos supranacionais multiplicavam-se, como a CEE (Comunidade Econômica Européia, de 1957), a CEA (Comunidade de Energia Atômica) ou a CCA (Comunidade do Carvão e do Aço), afora programas especificamente financeiros de recuperação como o CPM (Conselho do Plano Marshall). Essa era, para a autora, a tendência da década, ou seja, a estreita cooperação entre os estados-nações ocidentais, como modo de fazer frente ao bloco adversário e recuperar as economias européias, principalmente<sup>15</sup>. Quanto ao “bloco comunista”, Carlson o caracteriza como um conjunto extremamente compacto, relativamente homogêneo e controlado (no caso da Europa) pela União Soviética, em que as trocas comerciais entre os países-membros obedeceriam a essa lógica. O chamado COMECON, o organismo que integra o comércio no bloco socialista, na verdade, para ela, é um espaço de relações de dominação entre a URSS e seus “satélites”, no qual a especialização da produção de cada país-membro permite uma razoável homogeneidade no conjunto. Através do Pacto de Varsóvia (1955), por outro lado, o bloco

<sup>15</sup> Idem, op. cit., pp. 110 e segs.



socialista firmava a sua aliança militar, sob a liderança da URSS, que distribuiu as suas tropas por quase todos os países da Europa Centro-Oriental, assinala.

Finalmente, após uma descrição das condições internas de cada bloco, Carlson avalia o futuro da política mundial. Para ela, tudo indica que a era dos “Estados isolados” terminara:

“A política mundial, hoje, está aparentemente ultrapassando o estágio do estado nacional – soberano e independente – e dirigindo-se para uma alta e expandida forma de vida política. Aspectos dessa organização supranacional têm surgido já há algum tempo; nações têm firmado pactos, tratados, e alianças para defesa contra adversários comuns, trocas comerciais, etc., e têm percebido a inadequação da ação solitária”<sup>16</sup>.

A autora examina também as condições para a paz e a guerra naquela conjuntura. Para ela, a ONU não tem conseguido impedir os conflitos regionais. Além disso, a “guerra fria” tornava imprecisos os conceitos de guerra e de paz, pois os pequenos conflitos eram quase permanentes. Por outro lado, observa, com o domínio das armas atômicas, uma guerra generalizada *tenderia* a ser evitada a todo custo, pois a destruição seria total, já que nenhum espaço no mundo estaria a salvo de seus efeitos. Com esse ponto de vista, Carlson chega ao conceito de *equilíbrio estratégico* baseado nas *forças de dissuasão*, isto é, o domínio de armas nucleares de longo alcance pelas duas superpotências era a maior “garantia” para a paz em nível global. Daí ela concluir que nenhum país com política isolacionista terá futuro, seja na paz, seja na guerra. O futuro do mundo é o “supranacionalismo”, prevê.

Essa tendência à diminuição da importância do “Estado-soberano em si” ou do velho Estado-território do século XIX também foi examinada por John H. Herz num interessante artigo de 1957<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Idem, p. 504.

<sup>17</sup> HERZ, John H., “Rise And Demise of The Territorial State”, in *World Politics*, vol. 9, 4: 473-493, 1957.

Para ele, o sistema internacional tradicional ou clássico, formado por nações-Estados independentes e soberanos, tornava esse conjunto de certo modo “anárquico”. Atualmente, observa, a tendência é a de Estados agruparem-se sob a proteção de “autoridades” e “leis” supranacionais, o que os leva, até, à noção de “segurança coletiva”. Segundo ele, da “impermeabilidade” e “territorialidade” dos velhos Estados, passou-se à situação de abertura das relações internacionais. Os artefatos nucleares, ou a “hidrogeneização”, como diz,

“representam a culminância de um desenvolvimento que tornou obsoleta a estrutura de defesa tradicional das nações... Paradoxalmente, o máximo de resistência coincide agora na mesma unidade com a máxima vulnerabilidade; poder absoluto com grande impotência. Este desenvolvimento deve inevitavelmente afetar os conceitos tradicionais de poder”<sup>18</sup>.

Dentro do que chama de sistema “conservador”, Herz avalia que a “impermeabilidade” dos Estados-nações só era rompida durante as guerras, e, assim mesmo, sempre parcialmente. Havia uma acomodação mútua entre as unidades, de modo que cada uma via “a seu modo” e mediante *seus interesses exclusivos* o cenário internacional. Com os artefatos de destruição total ou “aniquilação”, observa, as idéias de soberania e “poder político”, “balanço de poder”, pelo menos em seu sentido clássico, devem ser *inteiramente revistas*, pois os Estados-nações acham-se em autêntica “*hipertrofia*” em relação às novas tendências internacionais. Com isso, prevê, as “individualidades” serão preservadas, no futuro, mas não à custa de riscos para a “segurança coletiva”. Para Herz, uma operação de guerra “tecnológica e industrial” como a desses tempos não seria tarefa para um ou poucos países, mas envolveria as duas metades do globo. Com isso, a guerra aérea e nuclear, por exemplo, destruiria, na prática, a manutenção de “soberanias fechadas”. É preciso, a seu ver, constituir blocos coesos de defesa, com o estabelecimento de

<sup>18</sup> Idem, op. cit., p. 474.



bases militares onde for necessário: um sistema transnacional de defesa militar, cujo maior exemplo é a NATO (OTAN). Para Herz, guerra fria e blocos supranacionais, de um lado, e Estados territoriais soberanos e independentes, de outro, são realidades cada vez mais antagônicas no quadro das relações internacionais atuais.

O tema das fronteiras também foi retomado na década de 50 em dois artigos específicos de Ladis Kristoff e Stephen Jones<sup>19</sup>. Em seu artigo, Kristoff distingue com precisão as duas expressões que em inglês designam a fronteira: “*frontier*”, que se refere a uma “área fronteiriça” ou “zona fronteiriça”, notação próxima à de “*front*”, sem limites formais e precisos. Por sua vez, “*boundary*” expressaria os limites definidos de um Estado, fixando o seu espaço de soberania. No primeiro caso (*frontier*), trata-se, para ele, de conceito adequado para designar as chamadas “fronteiras vivas”, áreas de grande contato entre dois Estados-nações, ou mesmo “frentes pioneiras”. A segunda (*boundary*) seria determinada internamente pelo Estado. Kristoff relaciona ainda a primeira com as “forças centrífugas” e a segunda, com as “forças centrípetas”; uma com “fatores de integração” e outra com os “fatores de separação”. Stephen Jones prefere examinar a evolução do conceito de fronteira (*boundary*), desde o seu uso pelos povos primitivos, passando pelo seu significado para os movimentos nacionais, os imperialismos e o seu conceito atual de tipo “contratual”. Em países “jovens”, como os EUA, explica, formados por expansões territoriais e tendo fixado suas fronteiras após “acordos” de toda natureza, de fato é impossível não distinguir os dois tipos predominantes (*frontier* e *boundary*) já que ambos ocorreram simultaneamente, isto é, sempre relacionados a *áreas estabilizadas* e *áreas de expansão*.

A geografia política norte-americana do período também abordou de modo explícito o problema do federalismo, tema já clássico para a ciência política. Em seu livro, Harm Blij dedica um capítulo ao

<sup>19</sup> KRISTOFF, Ladis K. D., “The Nature of Frontiers And Boundaries”, in *Annals of The Association of American Geographers*, vol. 49, 3: 269-282, 1959; Jones, Stephen B., “Boundary Concepts in the Setting of Place and Time”, in *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 49, 3: 241-255, 1959.

assunto e K.W. Robinson um artigo<sup>20</sup>. Blij analisa e defende a organização federativa dos Estados, especialmente quando estes são grandes e jovens (como os EUA) e etnicamente diferenciados (como a URSS). Para ele, há vários tipos de federalismo, dependendo dos processos históricos e políticos que levaram os povos a organizarem-se desse modo. Há países, como o Canadá, observa, em que o sistema federativo envolve “interesses mútuos” e um certo grau de compromisso, já que se trata de um Estado federativo bilíngüe. Há federações “de compromisso”, como a Índia, lembra, devido aos choques entre os grupos étnico-regionais. Finalmente, ele identifica na URSS um tipo “centralizado” de federação, onde há repúblicas que não gozam de autonomia; e em alguns países africanos, a federação “imposta”, caso da Federação Centro-Africana, fruto de um processo de descolonização dirigido de fora.

Robinson, em seu estudo, considera que

“A federação é o mais expressivo, geograficamente, dentre todos os sistemas políticos. Ela está baseada na existência de diferenças regionais, e reconhece as reivindicações das áreas que a compõem, para perpetuar os seus caracteres individuais... A federação não cria a unidade fora da diversidade”<sup>21</sup>.

Em sua análise da federação australiana, implantada pela Constituição de 1901, Robinson demonstra como o sistema é perfeitamente adequado a um país jovem de intensa expansão interna e necessitando de flexibilidade para o desenvolvimento das suas variadas regiões. Como diz, a Constituição federal do país reflete o “genre de vie” daquele povo, caracterizado pela liberdade de empreendimentos e o movimento de formação de novos estados. Com isso, conclui, as unidades internas da federação adquiriram características diferenciadas (“personalidade”), compondo um conjunto

<sup>20</sup> BLIJ, Harm J., *Systematic Political Geography*, New York, John Wiley & Sons, 1967; Robinson, K. W., “Sixty Years of Federation in Australia”, in *Geographical Review*, vol. 51, 1: 2-20, 1961.

<sup>21</sup> ROBINSON, K. W., “Sixty Years of Federation in Australia”, op. cit., p. 3.



ao mesmo tempo *diferenciado* (quanto à geografia política) e *unido* (quanto às políticas gerais).

Na década de 60, ainda, dois estudos sistemáticos em geografia política foram publicados nos EUA, os quais, ao lado do livro de Carlson, constituem os mais substantivos trabalhos no gênero. O primeiro, de Saul B. Cohen<sup>22</sup>, retoma os antigos conceitos geopolíticos de Mackinder e Spykman e atualiza-os, aplicando-os em seguida à sua análise da situação internacional. O segundo, de Norman J. G. Pounds<sup>23</sup>, repassa analiticamente cada tópico da geografia política, especialmente a norte-americana, preocupado, ao longo de todo o trabalho, com a precisão de conceitos e a crítica às interpretações “não-científicas”. Ambos partem da concepção geral de Hartshorne sobre o objeto da geografia política. Cohen identifica quatro níveis de abordagens (em Hartshorne): análise do poder, histórica, morfológica e funcional. A essas, acrescenta duas: comportamental e sistêmica. Estas últimas (por ele propostas) pressupõem a análise do comportamento eleitoral de cada espaço, local ou regional (“comportamental”) e a aplicação da teoria geral dos sistemas (“sistêmica”) à situação de correlação numa dada matriz geopolítica entre elementos da política e elementos do espaço.

Pounds passa em revista os principais conceitos em uso pela geografia política. No caso do Estado, por exemplo, eleger-o como conceito-chave, mas afasta a analogia com organismos de qualquer tipo (natural ou territorial). Para ele, o Estado contém “finalidade”, ou seja, é o produto da vontade de indivíduos livres. Observa que o Estado não possui consciência ou vontade, mas sim os indivíduos que o mantêm. Nesse sentido, considera fundamental que o Estado *coincida* com a nação, isto é, que seja antes de tudo a sua expressão política. Quanto à relação entre Estado e território, Pounds rejeita as idéias de Ratzel (a busca dos largos espaços) e não concorda plenamente com Rousseau (grandes espaços criam problemas políticos). Para ele, o ideal é a solução federalista, pois tal sistema

<sup>22</sup> COHEN, Saul Bernard, *Geography and Politics in a World Divided*, New York, Oxford University Press, 1963.

<sup>23</sup> POUNDS, Norman J. G., *Political Geography*, New York, McGraw Hill Book Company, 1963.

permite que os Estados *conformem-se* aos seus territórios e à nação do melhor modo possível. Defende, por isso, que os problemas federativos pertencem ao campo de estudos da geografia política, e passa a descrever várias situações sob esse sistema. Por isso não atribui grande importância à forma física das “áreas-Estados” (planas, montanhosas, compactas, etc.), por julgar pouco relevante a sua influência no comportamento político dos Estados. Prefere, isto sim, relevar a influência do comportamento nacional sobre tais políticas. O mesmo não ocorreria com a *localização*, este sim, a seu ver, um poderoso fator político na vida dos Estados e nas relações internacionais. Basta o caso dos “*buffer states*” (Estados-tampões), lembra ele, criados deliberadamente com o propósito de separar zonas de tensões. Mesmo nesse caso, porém, adverte:

“O valor da localização estratégica varia com o equilíbrio das forças políticas e também com as mudanças tecnológicas”<sup>24</sup>.

Em sua longa análise das fronteiras, destaca-se a sua posição até certo ponto curiosa, quando discorda da idéia de que elas seriam o lugar de interação com o estrangeiro (Fawcett e Ancel). Pounds considera essa afirmação apenas uma aspiração, mas que não tem sido expressa pela realidade, já que os grupos políticos à frente dos Estados mais obstruem que favorecem tais interações. Apesar desse aspecto, acredita que a importância das fronteiras tende à diminuição, com o papel cada vez maior das *organizações supranacionais*. Desse modo, analisa, quando ocorrem conflitos nas áreas das tensões leste—oeste, por exemplo, só aparentemente eles serão “conflitos de fronteira”, pois na verdade encobrem problemas de outra escala. Em sua visão, mais importante que os limites fronteiriços, na atualidade, são os *limites ideológicos* que separam a humanidade em grandes blocos opostos. A cada um desses blocos, observa, correspondem “nódulos” geográficos (o comunista, a seu ver, é mais nítido que o “mundo livre”). Com isso, conclui, pode-se

<sup>24</sup> POUNDS, Norman J. G., op. cit., p. 54.



adicionar aos antigos conceitos da geografia política, o de *international frontier*<sup>25</sup>.

Ao retomar os estudos de Whittlesey e Vallaux sobre as capitais e sua importância na gestão territorial, e introduzir a discussão sobre a estrutura político-territorial em suas diferentes escalas — do poder central ao poder local —, Pounds abre um campo de investigações de grande importância para a moderna geografia política, que toca justamente na questão da *gestão interna* dos espaços nacionais. Assim, a estrutura de análise que Pounds propõe para as pesquisas dos fenômenos de gestão interna — exame da natureza e prática do federalismo, da estrutura, hierarquia e grau de autonomia das unidades administrativo-territoriais e, por último, do comportamento político-eleitoral das diferentes unidades — constituiu nos anos seguintes um campo de pesquisas realmente notável para uma geografia política em tempos de paz e de democracia. Sob esse aspecto, Pounds é realmente pioneiro na geografia política do pós-guerra, pois retoma o importante tema lançado em 1921 na França, por Brunhes e Vallaux, e o atualiza para as condições da época e especialmente para os EUA.

Sob muitos aspectos, o esforço de sistematização de Pounds reflete o grande sucesso da geografia política norte-americana nos anos que se seguiram ao pós-guerra. A comunidade de geógrafos do país, numerosa e bem estruturada em muitos centros de pesquisa, soube recuperar os antigos temas, retrabalhá-los e propor novos campos de investigação. Ao contrário dos velhos geopolíticos europeus, voltou-se também para as questões da *gestão interna dos territórios* e concebeu o Estado em sua feição liberal-democrática. Além disso, mais que qualquer um de seus colegas europeus — à exceção de C. Vallaux — propôs e praticou, no geral, a interdisciplinaridade, em particular com a ciência política, o que certamente muito contribuiu para o avanço dos estudos geográfico-políticos em seu país. Finalmente, resgatou o esforço de teorização e de explicitação metodológica iniciado por Ratzel e virtualmente interrompido após C. Vallaux. Por isso, pode-se dizer que os geógrafos norte-americanos

<sup>25</sup> Idem, p. 95.

*refundaram* a geografia política e criaram as bases dos estudos contemporâneos dessa disciplina.

## 2. TRINTA ANOS APÓS A GUERRA RESSURGE NA EUROPA A GEOGRAFIA POLÍTICA

Com o desaparecimento de J. Ancel na França, em 1943, e de K. Haushofer na Alemanha, em 1945, encerra-se o longo período de desenvolvimento da geografia política européia, iniciado com Ratzel em 1897. Desde 1945, ano do fim da Segunda Guerra Mundial, até meados dos anos 70, esse campo de estudos geográficos tornou-se quase um monopólio dos norte-americanos. As poucas exceções atestam esse recesso no período, como o trabalho de C. Fisher na Inglaterra, P. Célérier na França e O. Maull na Alemanha<sup>26</sup>. O trabalho de Fisher, como informa A. L. Sanguin, reúne as comunicações em geografia política apresentadas em Londres durante o XX Congresso Internacional de Geografia, e expressam as novas tendências das pesquisas da área já em curso nos EUA, como “a geografia administrativa, viabilidade dos Estados, estudo da descolonização, evolução das fronteiras, regionalismo”<sup>27</sup>.

O estudo do contra-almirante P. Célérier, apesar das referências a temas e autores da geografia política, é apenas um manual de geopolítica para o ensino militar. Sua intenção é a de articular a geopolítica e a estratégia, a partir das teses de Mackinder e Vaubon, respectivamente. A sua análise principal sobre a conjuntura mundial dos anos 70 baseia-se na nova repartição do poder internacional, na qual, segundo ele, enfraquecia-se a posição da Europa Ocidental e emergiam as duas superpotências, além de uma nova potência socialista, a China. Para examinar esse novo quadro, ele propõe uma abordagem que chama de “geoestratégica”, ou seja, um enfoque

<sup>26</sup> FISHER, Charles A., *Essays in Political Geography*, Londres, Methuen, 1968; Célérier, Pierre (Contre Amiral), *Géopolitique et géostratégie*, Paris, PUF, 1961; Maull, Otto, *Geografia política*, Barcelona, Omega, 1960 (ed. original: 1956).

<sup>27</sup> Cf. Sanguin, A. L., “L'évolution et le renouveau de la géographie politique”, op. cit., p. 285.



que reúne os conhecimentos da geografia política e da estratégia militar. A inspiração norte-americana é evidente, especialmente quando conclui que a principal estratégia a seguir pelos países ocidentais “livres” é a da “contenção” do avanço do “comunismo soviético”<sup>28</sup>.

O livro do alemão Otto Maull, surgido em 1956, é uma retomada do seu antigo trabalho de 1925 (mesmo título), acrescido de novas avaliações sobre a situação alemã, européia e internacional do pós-guerra. Do ponto de vista teórico, tem grande interesse a sua justificativa (ou autocrítica) da geografia política alemã do período do interguerras e a absorção de alguns aspectos da abordagem metodológica de R. Hartshorne. Em sua justificativa, ele afirma:

“Não é nossa intenção justificar em sua totalidade o movimento geopolítico... Durante algum tempo se dedicou pouca atenção ao desenvolvimento da geografia política em geral, porque existia uma surpreendente variedade de questões de Geografia Política relacionada com a Primeira Guerra Mundial e, desde logo, com a segunda. Por outro lado, uma censura carente de toda objetividade restringiu consideravelmente a amplitude das investigações no período nacional-socialista. Devido a isto, houve um prolongado lapso, durante o qual foram escassas as obras importantes que continuaram o trabalho de Ratzel, seguindo e completando sua orientação ou, pelo contrário, desviando-se dela, ou adotando uma atitude contrária”.

Apesar dessa justificativa, as duras críticas sofridas por ele, sobretudo de A. Demangeon e J. Ancel no período de seu “engajamento geopolítico”, tinham um evidente fundamento, já que suas posições, sempre que o tema envolvia a Alemanha, eram notoriamente “desviadas”, para usar a sua própria expressão. Mesmo aqui, em seu estudo de 1956, Maull não deixa de “germanizar” excessivamente a sua análise. Quando, por exemplo, ele examina a tendência aos organismos supranacionais no mundo, e particularmente na “Europa Intermédia”, a unificação — através de uma federação, por exemplo

<sup>28</sup> CÉLÉRIER, P., *Géopolitique et géostratégie*, op. cit., pp. 85 e segs.

— deveria, a seu ver, operar-se pela liderança da Alemanha, dado o seu papel histórico na Europa Central e a presença ali de povos de origem germânica convivendo como majorias ou minorias em vários estados.

Sob esse ponto de vista, e partindo dessa unificação a partir do espaço centro-europeu, constituir-se-ia a futura Comunidade (da Europa):

“Todos estes países podem formar uma comunidade de vida e constituir a pedra fundamental dos Estados Unidos da Europa”<sup>29</sup>.

Como se vê, o *pangermanismo* de Maull trinta anos depois ainda era latente, mesmo que agora sob sua feição pacifista, como ele faz questão de frisar. De todo modo, há novidades no pensamento geográfico-político do autor. Ele agora admite que:

“Vemos a sociedade como o verdadeiro e imediato suporte e sustentáculo do Estado. A força que atua no Estado procede da sociedade e de suas classes e estratos”<sup>30</sup>.

Nesse aspecto, bem como quando incorpora a noção de “idéia-Estado” de Hartshorne como fundamento da relação entre os indivíduos livres e o Estado-nação, o avanço teórico é notório. Em outra passagem, porém, alinha-se novamente às velhas teses ratzelianas:

“A extensão dos diversos estados é o resultado de um processo de seleção, que é em realidade uma *luta pelo espaço*”<sup>31</sup>.

Em suma, não seria com Maull que a geografia política alemã encontraria a sua vertente de renovação no pós-guerra. É fácil notar que, apesar de alguns avanços na sua abordagem de novos e velhos

<sup>29</sup> MAULL, Otto, *Geografia política*, op. cit., p. 17.

<sup>30</sup> Idem, p. 21.

<sup>31</sup> Idem, p. 31.



temas, o *vezo* germanista — e até certo ponto, belicista — do passado ainda é muito forte em seu pensamento.

De 1945 a 1975, como foi dito (salvo essas exceções), a geografia política esteve ausente dos meios acadêmicos europeus, quer em sua versão tradicional, quer sob qualquer forma de renovação. Na França, em particular, à parte a obra de Gottmann de 1952 (“um francês de inspiração anglo-saxônica”), nem mesmo o que estava sendo produzido fora do país (principalmente nos EUA) foi objeto de comentários. A partir de meados da década de 70, porém, o advento de uma geografia política *renovada* — e sob certo sentido, *crítica* — e o início de um dos mais produtivos ciclos de pesquisas, debates e publicações na área, desde 1897, foram marcados como um fenômeno predominantemente relacionado aos franceses.

Retomando a observação inicial deste estudo, de que a geografia política, pela sua natureza intrínseca, sempre tendeu a expressar o seu tempo e lugar específicos, sendo estes o autêntico “marcapassos” da sua evolução, é preciso indagar sob quais condições objetivas ocorreu na Europa (e na França em particular), em meados dos anos 70, uma mudança tão brusca na evolução do pensamento dessa disciplina.

Assim como o novo contexto internacional do pós-guerra estimulou o notável crescimento da geografia política nos EUA, a situação mundial, e especificamente europeia nos anos 70, certamente deve ser incluída entre os fatores que favoreceram o extraordinário vigor desse campo de estudos geográficos no continente e nesse país em especial. Do ponto de vista do cenário econômico mundial, por exemplo, o início dessa década marcaria a primeira desaceleração brusca de um ritmo de crescimento sem precedentes, desde o fim do conflito mundial. Sustentado basicamente pelas conquistas tecnológicas da guerra e pelos volumosos recursos norte-americanos injetados em suas economias pelo Plano Marshall (desde 1948), o crescimento econômico, e particularmente industrial, tornara os principais países da Europa Ocidental um formidável conjunto de potências industrializadas capitalistas. Essa era de “crescimento intenso” da indústria europeia (muito articulada ao desempenho da economia-líder — os EUA) se encerraria no início da década, logo após a crise do sistema financeiro, com o fim do sistema monetário

de *Bretton Woods* (fim da paridade do ouro) em 1971. A crise, porém, chegaria com toda a força a partir de 1974, com o chamado “choque do petróleo” e sua repercussão sobre a economia internacional. Uma das conseqüências desses acontecimentos, desde 1971, é que a liderança quase monolítica dos EUA foi bastante relativizada, o que forçou os países europeus a procurarem saídas internas e, sob certos aspectos, “européias” para a crise.

Mais importantes que o quadro econômico mundial, porém, foram as mudanças no cenário estratégico global que começaram a se esboçar desde o início da década. Assim como a economia europeia (ocidental) estava em grande parte condicionada pelo desempenho econômico e a política financeira dos EUA, também a sua situação geopolítica ou geoestratégica estava essencialmente definida pelo equilíbrio de poder das duas superpotências e, conseqüentemente, pela lógica do jogo político de um mundo bipolar. Desde as Conferências de Ialta e Potsdam (1945) e a Conferência de Paz de Paris (1946), a Europa tornara-se o centro geopolítico por excelência das tensões mundiais, *território multinacional* no qual se inscrevia cruamente a partilha das *esferas de influência e domínio* dos dois grandes blocos ideológicos e políticos, e suas potências, líderes. A Europa tornara-se *refém* do terrível “equilíbrio estratégico nuclear”, baseado na *capacidade de destruição mútua* das duas superpotências. Dividido, militarizado e nuclearizado, além de “*pivô*” do equilíbrio internacional, o quadro europeu no início dos anos 70 estava longe de uma situação que se pudesse caracterizar como a de *autonomia estratégica*, individualmente ou para o conjunto dos Estados.

Visto sob outro ângulo, porém, esse quadro era sensivelmente melhor comparado ao período de fins da década de 40 ao início dos anos 60, quando o agravamento das tensões em torno da divisão das esferas de influência entre os dois blocos e a chamada “guerra fria” (cujo auge ocorreria com a “crise dos mísseis” em Cuba, em 1962) quase levaram o mundo (e a Europa em particular) a uma nova tragédia. Superada essa fase de tensões, a “paz” assentada no “equilíbrio nuclear” obtido pelos dois blocos antagônicos começaria a gerar um ambiente cada vez mais propício às negociações bilaterais (entre as duas superpotências) e em seguida multilaterais (que passavam a incluir a Europa Ocidental). Assim, o reconhecimento di-



plomático mútuo das duas Alemanhas, em 1972, já era um sinal “europeu” do significado da assinatura do SALT-1 (Tratado de Limitação de Armas Estratégicas) entre as duas superpotências. O mesmo pode ser dito em relação ao reconhecimento mútuo EUA-RDA (1974) e, sobretudo, à famosa Conferência de Helsinque (1ª Conferência sobre a Segurança e Cooperação Européia), evento de entendimento multilateral envolvendo *toda a Europa*, os EUA e a URSS. No plano internacional ainda, e contribuindo para a diminuição das “tensões bipolares”, é preciso registrar a admissão da China na ONU (1971) e o fim da guerra do Vietnã (1973).

No plano interno da política européia, cabe destacar a inequívoca liderança do governo social-democrata alemão, que, desde o início dos anos 70, desenvolveu gestões diplomáticas de toda ordem para a retomada das *iniciativas européias* diante dos problemas europeus. A Europa Ocidental, especialmente a Alemanha e a França (esta, desde os movimentos de De Gaulle, em busca de “autonomia estratégica”), lidera esse movimento pela afirmação política da região, processo que encontrava condições favoráveis no quadro da *détente* mundial. Era o que a imprensa qualificava na época como o “despertar europeu”.

Em meados da década, quando a URSS substitui os seus velhos mísseis por engenhos de alcance intermediário e os aponta para a Europa, os EUA decidem instalar no lado ocidental os “Pershing” e “Cruise”, mísseis também intermediários e de grande precisão. A nuclearização generalizada do continente gerou protestos de toda ordem e deu início a um dos maiores movimentos pacifistas de toda a história. A Alemanha (evidentemente a mais vulnerável pela sua posição estratégica) liderou esses movimentos. A maior das manifestações, ocorrida em Bonn, em 1981, reuniu aproximadamente 300 mil pessoas. Não apenas os alemães, mas os europeus em geral, sabiam que a corrida armamentista e nuclear localizava-se agora na Europa e isto os desagradava profundamente. Afinal, se essas armas de médio alcance, de “uso restrito”, para situações de “resposta flexível” e em “guerras convencionais”, eram *táticas* para as duas superpotências, certamente eram *estratégicas* para os europeus, pois em caso de conflito o continente é que sofreria as suas conseqüências (mais uma vez). Daí a reação *popular e governamental* em muitos

de seus países, que culminou, já no fim da década de 80, com os famosos tratados para a retirada desses artefatos nucleares e o início da desmilitarização do espaço europeu. Sob muitos aspectos, as mudanças no chamado Leste Europeu (A Europa Centro-Oriental) nos dias atuais e a reunificação das Alemanhas são o resultado de processos que tiveram as suas bases lançadas naquele período do “despertar europeu”.

Paralelamente a essas mudanças no quadro global da política internacional, o fortalecimento da unidade européia, através da CEE, também contribuiu para o estreitamento das relações multilaterais no continente. Além dos mecanismos fiscais e das trocas comerciais, esse estreitamento de relações também desembocou em empreendimentos industriais, de pesquisa científica e tecnológica, atividades espaciais, etc., através de *consórcios multinacionais* do continente, de grande projeção em todo o mundo. A plena integração da “Comunidade Européia”, uma quase fantasia do passado (o próprio Ratzel defendera essa idéia), tornava-se aos poucos realidade. Essas novas perspectivas para a Europa demonstravam, também, o acerto dos que previram (na geografia política) a relativização da importância do Estado-nação soberano e suas rígidas fronteiras do passado.

À Alemanha, principalmente, potência industrial, desmilitarizada, e onde a “guerra fria” mais esteve cruamente presente, certamente sempre interessou o processo de distensão e “*europeização*” da política no continente, antes de tudo porque era-lhe favorável esse ambiente como *condição* para o seu mais ambicioso projeto: a *unificação*. Mesmo a Inglaterra, o mais próximo e fiel aliado dos EUA no continente e sempre reticente quanto a um projeto de unidade especificamente europeu, acabaria ingressando na CEE em 1973, reforçando essa tendência à integração.

No caso da França, o percurso foi mais complexo. Ocupada e semidestruída pelo conflito mundial, e praticamente excluída das decisões de cúpula mais importantes do pós-guerra, preferiu voltar-se a si mesma e à sua reconstrução na década de 50. A política de De Gaulle, por exemplo — de uma evidente reserva diante do multilateralismo da CEE —, preferiu o fortalecimento do país, mediante iniciativas relativamente independentes. Sob sua inspiração, o país



preferiu o caminho da *autonomia estratégica*, frente ao jogo bipolar das superpotências, o que de certo modo obteve em 1960, quando apresentou os seus primeiros artefatos atômicos. Ao mesmo tempo, desligou-se da OTAN, sem afastar-se, entretanto, da Aliança Atlântica, deixando claro que não se negava a compartilhar da posição e objetivos do chamado “Ocidente industrializado”, mas que o fazia sem subordinar-se diretamente aos ditames de Washington. Daí por que, nos anos 70, a França seria (ao lado da Alemanha) o país que mais se empenharia no fortalecimento da Comunidade Européia e na superação do “status” de refém estratégico atribuído à Europa pelas duas superpotências. Na França, talvez mais que em qualquer outra nação européia, os sentimentos de *autonomia e integração continental* encontravam a sua mais inequívoca expressão.

Quanto à evolução da geografia, particularmente naquele seu “momento epistemológico” de meados dos anos 70, é o caso de indagar o que a teria levado a abrigar um movimento renovador tão expressivo em suas vertentes *social e política*. É sobejamente conhecido por todos que a geografia humana havia avançado consideravelmente nos anos do pós-guerra, sobretudo na modernização e adequação de seus métodos e temas de pesquisas, tornando-os mais conformes às novas demandas (públicas e privadas). Deve-se a isso, até mesmo, o sucesso da aproximação da Geografia com a Economia Espacial, nos EUA, quando se torna parceira de inúmeros estudos e propostas no âmbito do “*Regional Planning*”, “*Regional Science*” e “*Economic Geography*”<sup>32</sup>.

Nessa direção, desenvolve-se na década de 70 um forte movimento em torno do uso de modelos, técnicas estatísticas, quantificação em geral e em especial a chamada “teoria dos sistemas”. Era a “*New Geography*”, em contraposição à “velha” geografia clássica. Na França, esse movimento de “modernização epistemológica” também nasceria de uma estreita relação da geografia com a economia, da qual resultariam as tão famosas teorias e técnicas voltadas para o “*aménagement du Territoire*”<sup>33</sup>. Essa atualização, também expressa

<sup>32</sup> Ver a respeito Claval, Paul, *Evolución de la geografía humana*, Barcelona, Oikos-Tau, 1974, esp. Cap. IX.

pela “Geografia Ativa” de P. George e outros, apresentou uma abordagem que refletia as novas condições de *produção e circulação* e suas repercussões espaciais, e que se pretendia, no limite, antipragmática e independente.

No início dos anos 70, porém, surgiram as primeiras manifestações das profundas mudanças que viriam depois. O Terceiro Mundo, por exemplo, com todos os seus problemas e contradições, passou a ser abordado de forma crítica pela primeira vez<sup>34</sup>. Além disso, em 1974, é publicado em Londres aquele que seria um dos marcos da renovação teórica em sua vertente crítica, um estudo que aproximará teoricamente a geografia do marxismo: trata-se de *Social Justice and the City*, do geógrafo inglês David Harvey, publicado em 1974 e republicado nos EUA em 1975.

No caso da geografia política, em particular, o que ocorreu foi de fato uma quase-revolução, dada a maneira pela qual essa disciplina irrompeu nas preocupações dos geógrafos. Em 1974, P. Guichonnet e C. Raffestin, suíços francófilos, publicam o seu trabalho sobre as fronteiras<sup>35</sup>, que é certamente o mais brilhante estudo do gênero. O grande momento de mudanças, porém, ocorreria na França e envolveria Yves Lacoste em duas oportunidades. Na primeira, com a criação da revista *Hérodote*, no início de 1976. Na segunda, com a publicação de um “livro-manifesto”, intitulado *La géographie, ça cert d'abord à faire la guerre*, também em 1976. A revista *Hérodote*, como o próprio Lacoste explicaria anos depois, desde o seu primeiro número procurou sacudir o debate geográfico, ao introduzir questões de “estratégias e ideologias” e reconhecer, no mote “Crise da Geografia. Geografia da crise” o estado de crise dessa ciência. Como ele esclarece, tratava-se de movimento liderado por um pequeno grupo de geógrafos da Universidade de Vincennes, que, preo-

<sup>33</sup> Um dos seus mais conhecidos representantes foi Boudeville. Ver Boudeville, Jacques R., *Aménagement du territoire et polarisation*, Paris, Ed. M.-Th. Génin, 1972.

<sup>34</sup> São os casos dos trabalhos de Milton Santos, publicados na França: Santos, Milton, *Les villes du Tiers Monde*, Paris, Ed. M.-Th. Génin, 1971; *Le métier de la géographie en pays sous-développés*, Paris, Ophris, 1971.

<sup>35</sup> GUICHONNET, Paul & RAFFESTIN, Claude, *Géographie des frontières*, Paris, PUF, 1974.



cupado com a “despolitização” da geografia e seu excessivo pragmatismo, resolveu criar uma revista fortemente crítica e que incorporasse o debate político e ideológico. Editada pela F. Maspero, essa publicação trimestral, hoje com dezenas de números, tornou-se rapidamente um sólido referencial para um pensamento alternativo e crítico na geografia atual.

Em um editorial de seus fundadores e diretores, que apareceu no número 40, em 1986, é fornecida a justa medida desse impacto, quando de seu lançamento dez anos antes:

“Em 1976, quando surgiu, graças ao apoio de François Maspero, o primeiro número de *Hérodote* foi um grande escândalo na tranqüila corporação dos geógrafos universitários. Após decênios, eles haviam evitado todas as polêmicas. Atenção, geografia!, dissemos no editorial de lançamento do primeiro número que se tornou famoso. ‘A geografia serve, antes de mais nada (mas não somente)’ para fazer a guerra.’ De fato, *Hérodote* recordava brutalmente aquilo que os professores de geografia haviam convencido de esquecer, mas que, após séculos, os homens de Estado, os chefes de guerra e os homens de ação sabiam: que a geografia é fundamentalmente um saber político, um saber estratégico, um saber pensar o espaço, o espaço terrestre e suas complexidades, para saber agir mais eficazmente. Hoje, *Hérodote* está se tornando quase uma instituição, a mais importante revista francesa de geografia. É sobretudo a única revista do mundo que articula método geográfico e análise geopolítica”<sup>36</sup>.

Boa parte da produção atual em geografia política, particularmente em sua vertente crítica, encontra-se de fato entre os artigos publicados pela revista. Já se comentou aqui do uso, à primeira vista equivocado (ou no mínimo estranho), do rótulo “geopolítica” (a partir do número 27), numa publicação com tais características<sup>37</sup>. Em outra ocasião, Y. Lacoste tenta justificar a preferência, mas de

<sup>36</sup> *Hérodote*, nº 40, Paris, F. Maspero, 1986.

<sup>37</sup> O subtítulo, mais especificamente, é: *Revue de Géographie et de Géopolitique*, conforme aparece no nº 27, de 1982.

um modo não muito convincente. Prefere tergiversar, argumentando que, afinal, a geopolítica não era monopólio de “Ratzel e seus seguidores nazistas”, ou tão-somente um conceito “hitleriano”. Argumenta que a geopolítica também era uma das preocupações de É. Reclus (geógrafo e anarquista do fim do século XIX), “geógrafo libertário que tanto admiramos”. Em outra passagem, reconhece que a principal razão desse subtítulo é que o termo “Geografia” possui uma “fraca imagem de marca” junto ao público que se pretendia alcançar (“o maior número possível de cidadãos”). Mais adiante, defende também que, apesar de a revista poder afirmar-se como “Revista de Geografia”, nada impede que se acrescente o termo “Geopolítica”, já que o conteúdo de muitos artigos teria um “caráter geopolítico” ou “estratégico”. Esclarece ainda que não se trata de “mudança nas orientações”, mas somente uma “explicitação de características”<sup>38</sup>.

Em suma, Y. Lacoste considera que, sendo crescente o uso do termo “geopolítica” por um número cada vez maior de especialistas, e sendo os geógrafos os mais capacitados para esse tipo de estudo, nada mais natural que eles se dediquem explicitamente (com rótulo e tudo o mais) a ele. Em outra publicação (de 1986), Lacoste volta a justificar-se argumentando que não vê contradição no fato de seus estudos *tratarem na verdade* de temas de geografia política (quanto ao tipo de abordagem, etc.), e utilizarem-se do termo “geopolítica” no título do volumoso trabalho que publicara com um grupo de colegas franceses<sup>39</sup>. Ali, ele deixa claro que, afinal de contas, “Geopolítica” é  *muito mais claro* (enquanto vocábulo) que “Geografia Política”. Ao que tudo indica, portanto, o uso dessa malfadada palavra, que rotula há décadas essa pseudociência (“técnica” ou “arte” como preferem os “geopolíticos”) de tão triste memória em todo o mundo, só foi incorporada como “label” por Y. Lacoste e seu grupo porque — do ponto de vista do “marketing” — ela seria mais adequada que a acadêmica e formal *Geografia Política*.

<sup>38</sup> *Hérodote*, nº 28, F. Maspero, 1983 (Editorial).

<sup>39</sup> Trata-se de: Lacoste, Yves (org.), *Géopolitiques des régions françaises*, Paris, Fayard, 1986.



A publicação do “livro-manifesto” de Y. Lacoste, em 1976 (*A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*), repercutiu não apenas na geografia política, mas na geografia humana como um todo. O seu pequeno “ensaio-panfleto” (como ele próprio o chamou) causou enorme celeuma na França e fora dali, e provocou polêmicas acirradas nos meios especializados (até mesmo “escândalos na corporação”, como admite o autor). O argumento básico utilizado é que a crise da “geografia escolar” (oficial, dos liceus, etc.), enfim, uma “Geografia dos Estados-Maiors”, como diz, era o produto em grande parte do conteúdo e da abordagem dela repassados pelos professores (a “geografia dos professores”), tornando-a “asséptica”, obsoleta e inútil. Lacoste alerta, porém, para o fato de que, em mãos dos que detêm o poder, a geografia torna-se um poderoso instrumento, até para “fazer a guerra”. Sendo um “saber estratégico”, assinala, a geografia é apropriada pelos “aparelhos de Estado”, tanto para as operações militares, quanto para a “organização do território”. Daí a sua posição:

“É, sobretudo a partir do momento em que surge como ‘inútil’, que o palavreado da geografia exerce a sua função misticadora mais eficaz, pois a crítica dos seus fins ‘neutros’ e ‘inocentes’ parece supérflua. O problema era fazer passar um saber estratégico, militar e político, por um discurso pedagógico ou científico inofensivo. As conseqüências desta mistificação são graves, como veremos. É por isso que é particularmente importante afirmar que a geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra, isto é, desmascarar uma das suas funções estratégicas essenciais e demonstrar os subterfúgios que a fazem passar por simples e inútil. O general Pinochet é também um geógrafo”<sup>40</sup>.

Ao longo do texto, ele desvenda o que considera contradições, fragilidades e comprometimentos do discurso geográfico com o poder. No caso da França, atribui a Vidal de La Blache a influência determinante nesse “discurso despolitizado”. Defende uma atuali-

<sup>40</sup> LACOSTE, Yves, *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, Lisboa, s/ed., 1978, p. 6.

zação “epistemológica” e um “engajamento” dos geógrafos diante dos problemas contemporâneos, especialmente pela utilização dos seus conhecimentos para “desmascarar e combater” as estratégias (político-espaciais) dos Estados e das empresas.

Lacoste tinha razão quando previu grande repercussão e polêmica em torno do seu pequeno livro. Afinal, ele atacara ostensivamente muito do que estava estabelecido há quase um século, especialmente nos meios institucionais da geografia francesa. Além do mais, como admitiria mais tarde, muitas de suas críticas aparentemente pecaram pela generalização. Quando, por exemplo, denuncia o imobilismo e a despolitização do discurso “oficial” da geografia, excetuando na França ele próprio, P. George e (no passado) É. Reclus, não faz justiça a Camille Vallaux, Jean Brunhes e sobretudo a Jacques Ancel (geógrafo e mártir de seu país), para não falar no próprio Vidal de La Blache (introdutor da geografia política na França). Também não faz justiça quando denuncia as carências epistemológicas “gritantes” da geografia, e aponta as exceções, estas representadas exclusivamente por alguns colegas franceses (além de Milton Santos, um brasileiro que à época vivia na França), deixando de fora clássicos da inovação teórica e metodológica da geografia, como Ratzel, Hettner, Sauer, Hartshorne, Harvey (dentre outros), o que revela uma infeliz demonstração de chauvinismo da sua parte nesse aspecto da crítica.

O próprio Lacoste reconhecerá parte desses “deslizes” em seu longo posfácio de 1982, por ocasião da segunda edição do livro<sup>41</sup>. Além de esclarecer (segundo ele, reiterar) que a geografia não serve apenas para fazer a guerra, modifica consideravelmente (a título de “complemento”) o seu julgamento de 1976 sobre o papel de Vidal de La Blache na geografia francesa. A sua análise, nesse caso, *despersonaliza* o problema da despolitização da geografia francesa, e reconhece que La Blache não poderia, de fato, ser responsabilizado por isso. Lembra, até, que o famoso geógrafo havia escrito *La France de l'Est*, em 1916, enfocando os problemas fronteiriços do país na região da Alsácia-Lorena. Observa a respeito que este livro

<sup>41</sup> LACOSTE, Yves, *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, 2ª ed. Paris, F. Maspero, 1982, pp. 179-229.



(que ele equivocadamente chama de “geopolítico”) sempre fora estranhamente omitido das publicações sobre a vida e a obra do fundador da geografia francesa, e permanecera praticamente desconhecido para a maioria dos geógrafos (inclusive ele), até 1976. Lacoste, de fato, mostra-se maravilhado com aquela obra, especialmente quando a compara ao famoso *Tableau Géographique de la France* (1905), que ele considera descritiva e despolitizada.

Afinal, indaga, por que a geografia política não se desenvolvera na França, a exemplo do que ocorreu na Alemanha, por exemplo? Ao responder, substitui, desta feita, Vidal por Lucien Febvre como o responsável por esse “bloqueio” da geografia francesa para a política, atribuindo a este uma influência decisiva — através do seu método histórico — no desenvolvimento inicial da geografia. Para ele, L. Febvre (e os historiadores em geral) certamente considerava que as questões da política eram um monopólio da sua disciplina<sup>42</sup>. Além disso, atribui essa tentativa de “interdição da reflexão geopolítica” aos geógrafos (pelos historiadores), às críticas de Febvre aos trabalhos de J. Brunhes e C. Vallaux (*La Géographie de l'Histoire*) e de C. Vallaux (*Le Sol et l'État*) que, diga-se de passagem, também Lacoste ignorara em seu livro de 1976. Apesar disso, ele não se satisfaz, aparentemente, com nenhuma de suas próprias tentativas de explicação para essa “despolitização” da geografia francesa.

Mesmo em relação à possível influência dos historiadores, pondera, não se pode superestimá-la. Por isso, confessa que não vê explicação racional para o caso, especulando se não se trataria de atitude “irracional ou do inconsciente” dos geógrafos, em que a geopolítica seria um “espectro” a rondá-los, alguma coisa incompatível com a concepção de que a geografia seria uma “sabedoria”, uma “geosofia”, e o geógrafo, de certo modo, um “demiurgo”<sup>43</sup>.

Seria o caso de conjecturar se Y. Lacoste não deixou de acrescentar algumas hipóteses, a princípio consistentes, ao seu elenco, para explicar essa rejeição (ou indiferença) dos geógrafos franceses pela geopolítica. Primeiro, não é verdade que houvesse desinteresse

<sup>42</sup> Idem, op. cit., p. 201.

<sup>43</sup> Idem, p. 215.

completo pelos temas da geografia política (e não “geopolítica” como insiste) entre os seus colegas do passado, como ele próprio descobriu recentemente, tendo até mesmo mencionado alguns dos estudos na área. Segundo, que os franceses sempre souberam distinguir, corretamente, o que consideravam *Geografia Política* — desde Ratzel, que incorporaram, mas com reservas e críticas, até aproximadamente meados dos anos 20 —, da *Geopolítica*, que desde K. Haushofer (principalmente) passou a expressar não apenas para os geógrafos, mas para toda a *nação francesa*, um significado carregado de *tragédias*. Por isso, pode-se imaginar que não era (e provavelmente ainda não é) difícil para um cidadão francês relacionar, em seu imaginário, *Lebensraum*, *pangermanismo*, *domínio continental*, e outras palavras-chave do tipo, com as três ocupações, destruições e humilhações sofridas pelo país entre 1870 e 1944.

Essa consciência viva, que muito freqüentemente torna-se parte da cultura nacional, já se havia manifestado nos escritos de Vidal de La Blache (1898), C. Vallaux (1912 e 1921), A. Demangeon (1932) e J. Ancel (1936, 1938). Lacoste, como francês, não deveria deixar de considerar também essa hipótese, ao lado das que arrolou, para explicar a quase aversão dos geógrafos franceses pela geopolítica.

Ele propõe agora uma “geopolítica crítica”, como que tentando seduzir os mais reticentes. Uma geopolítica que seria comprometida eticamente com a paz, a democracia e a justiça social. O princípio é inquestionavelmente perfeito para a geografia (e as ciências em geral). O problema é o rótulo escolhido, que especialmente ali, na França, não poderia ser mais infeliz.

O despertar da geografia política na França também teve em Paul Claval um dos seus mais destacados representantes. Ainda em 1968, antes mesmo do movimento mais intenso de meados dos anos 70, Claval publicou um dos primeiros estudos do pós-guerra que colocaram o tema dos novos espaços internacionais<sup>44</sup>. Em 1978 surge

<sup>44</sup> CLAVAI, Paul, *Régions, nations, grande espaces: géographie générale des ensembles territoriaux*, Paris, M.-Th. Génin, 1968.



a sua principal contribuição para a geografia política contemporânea, um estudo teórico-sistemático que apresenta analiticamente os temas mais atuais da área e a indicação das várias abordagens possíveis<sup>45</sup>.

Claval tem o grande mérito de resgatar o que de mais importante se produziu no setor, além de apresentar um conjunto bastante interessante sobre a evolução recente desses estudos. Além disso, ele é um dos poucos geógrafos franceses que tiveram o cuidado de examinar o que se produzia em geografia política entre os anglo-saxões. Destes, incorpora o enfoque multidisciplinar e o já avançado estágio dos debates sobre a natureza, o significado e as formas do *poder* na ciência política contemporânea. Rompendo com a tradição (da geografia política) de relacionar ao espaço em geral apenas o Estado como forma (exclusiva) de poder, Claval procura esmiuçar a sua “arquitetura complexa” nas sociedades contemporâneas. Interessam-lhe os modos pelos quais é exercido o poder numa sociedade liberal-democrática *complexa*, na qual o papel da *informação*, da comunicação e da cultura em geral é fundamental. É desse “jogo”, diz ele, que o espaço participa como elemento muitas vezes definidor, pela sua *extensão*, pelas suas *particularidades*, etc., facilitando ou não o livre curso das *relações de poder* de toda ordem (“a geometria das formas complexas do poder”)<sup>46</sup>. Para ele, o velho “Estado territorial”, com suas fronteiras rígidas e refletindo a antiga “arquitetura” social e política, introduziria, atualmente, um elemento de *irracionalidade* nesse processo. Essas novas relações, observa, mediatizadas pela sociedade civil (e mesmo a sociedade política) democrática, impõem limites ao exercício do poder político (estatal) e, além disso, o desejo de *autonomia étnico-política local* não aceita mais passivamente a rigidez das fronteiras de separação.

Ao mesmo tempo, observa, num sentido oposto, os objetivos de uma sociedade civil nacional ou de uma “maioria nacional” não podem submeter-se às exigências de uma “minoridade local”. Daí a contradição inevitável:

“Os próprios federalismos são postos em causa: eles se baseiam na idéia de que a comunidade nacional é a reunião de coletividades menores, em que cada uma guarda sua identidade e direito de determinar o seu destino, desde que isso não prejudique os interesses das outras. Mas a ampliação da sociedade civil multiplica os setores em que tais invasões são possíveis”<sup>47</sup>.

Em síntese, são questões como essas que, segundo Claval, foram negligenciadas pela geografia política do passado. Em vez de uma “geografia exclusivamente do Estado”, sugere, seria o caso de se desenvolver uma *geografia do poder (lato sensu)* e suas dimensões espaciais.

Os novos temas da geografia política, tais como a análise da gestão administrativa interna dos espaços nacionais em seus vários níveis, a organização do poder público, o problema da autonomia regional e local, o comportamento político-eleitoral das diversas regiões, etc., passaram a ser abordados com maior insistência a partir de meados da década, por vários autores. Dentre eles, o canadense A. L. Sanguin, que em 1977 publica na França um estudo de geografia política sistemática<sup>48</sup>. Como ele diz, o seu trabalho procura fornecer um sentido para

“o campo de estudos e a estrutura conceitual da geografia política contemporânea... recolocar a geografia política no contexto da geografia considerada como um todo no seio do vasto domínio das ciências sociais”<sup>49</sup>.

Como Claval, Sanguin também incorpora as contribuições de muitos geógrafos norte-americanos, como S. B. Jones e N. G. Pounds, dentre outros. Absorve também as técnicas de análise da teoria dos sistemas e aplica “modelos locacionais” para o estudo da localização dos Estados, bem como noções da “behavior geography” para o exame dos modos de percepção do espaço político.

<sup>45</sup> CLAVAL, Paul, *Espaço e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979. (Ed. orig.: *Espace et pouvoir*, Paris, PUF, 1978.)

<sup>46</sup> Idem, op. cit., pp. 22 e segs.

<sup>47</sup> Idem, p. 175.

<sup>48</sup> SANGUIN, André-Louis, *La géographie politique*, Paris, PUF, 1977.

<sup>49</sup> SANGUIN, A-L., op. cit., p. 11.



Também em 1977 é publicada uma interessante coletânea de artigos diversos, sob a direção de Claude Bataillon<sup>50</sup>. Esse volume reúne dois campos de estudos emergentes na década: a geografia política e os problemas do Terceiro Mundo. De modo geral, os artigos procuram examinar as questões relacionadas ao exercício do poder público em aspectos da vida nacional de diferentes países do mundo subdesenvolvido. Os temas são os mais variados, destacando-se o comportamento das minorias nacionais frente ao Estado e o modo pelo qual este desenvolve as suas políticas públicas. Além disso, explica Bataillon, há as “sociedades sem Estado” — evocando conhecido estudo de P. Clastres — que ainda hoje lutam pela sua autonomia diante do poder político predominante em muitas regiões do globo. Há também o problema dos conflitos interétnicos, assinala, especialmente na África, diante dos quais conceitos tradicionais de Estado-nação deveriam ser questionados. Sob certo aspecto, esse também seria o problema principal dos Estados multinacionais federativos, como a Iugoslávia, por exemplo. Nessa coletânea, predominam, assim, abordagens político-geográficas sobre o Terceiro Mundo, além de vários estudos de caso sobre o quadro das relações Estado/território/comunidades em cada país.

Em resumo, esse é o panorama do ressurgimento da Geografia Política na Europa e na França em particular. De certo modo, como vimos, o estágio atual dos estudos na área deve-se em grande parte a esse movimento de renovação ocorrido na década de 70, que coincide, aliás, com as notáveis mudanças teóricas e metodológicas verificadas em toda a geografia social no período. Pela importância da sua participação nessa renovação, geógrafos como Yves Lacoste, P. Claval, Guichonnet e Raffestin, possuem hoje um significado tão destacado para a geografia política contemporânea, como o que tiveram no passado os seus famosos pioneiros da fase clássica dessa disciplina.

<sup>50</sup> BATAILLON, Claude, *État, pouvoir et espace dans le Tiers Monde*, Paris, PUF, 1977.

## VII

TEMAS E PROBLEMAS DA GEOGRAFIA  
POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Refletindo a tendência atual das ciências sociais em geral, a geografia social e a geografia política em particular desenvolvem as suas pesquisas e reflexões num amplo e dinâmico campo multidisciplinar, no interior do qual advogar exclusividade sobre este ou aquele tema (ou mesmo abordagem) pode resultar em graves equívocos e mutilações que comprometerão a qualidade final do trabalho em qualquer área. Por mais que as corporações de especialistas tendam a se manter, por conta principalmente da organização institucional do trabalho acadêmico, o fato é que, no nível das pesquisas, os rótulos formais e inflexíveis pouco refletem hoje o conteúdo real de cada estudo em ciências sociais.

No caso da geografia política, os norte-americanos perceberam essa tendência (inevitável) já na década de 50 — certamente estimulados pela sua peculiar organização da atividade acadêmica que facilita o trabalho multidisciplinar — enquanto que entre os intelectuais franceses, isso ocorreu nos anos 70. Mesmo no Brasil, malgrado a ainda predominante dispersão institucional no setor, a crescente dinamização do mercado editorial envolvendo temas da área, bem como o desafio interpretativo representado pelas novas realidades, têm contribuído para sensibilizar os *geógrafos sociais* e induzi-los a um discurso cada vez menos *exclusivamente* geográfico.

Essa nova postura tem requerido, principalmente, flexibilidade teórico-metodológica e intercâmbio permanente entre os “especialistas” de cada área específica. No caso da geografia política, essa prática tem apresentado resultados altamente satisfatórios. No passado, como é notório, a geografia não passou apenas ao largo do marxismo, como já se escreveu. Mais do que isso, ela isolou-se de



praticamente *todo* o debate filosófico, teórico e metodológico das ciências sociais modernas desde a sua afirmação como campo de estudos sistemáticos no século XIX. Daí a dificuldade extrema de se produzir uma “história do pensamento” em geografia. Inversamente, porém, parece ter decorrido dessa situação a sua saudável renovação no pós-guerra, justamente quando abre o seu discurso para além das suas fronteiras e passa a partilhar de um campo de reflexões sobre a sociedade que a credenciaria como ciência social.

A geografia política, como se disse, beneficiou-se desse clima de mudanças. É sabido que os estudos geográficos sobre os fatos da política não possuem, entre os geógrafos, a importância dos estudos urbanos ou econômicos, por exemplo, que são, afinal, os preferidos do momento. Apesar disso, é inegável que a geografia abriu-se generosamente para a pesquisa e a reflexão sobre os fatos da política. É verdade que, em relação ao *Estado territorial*, ela sempre foi a grande especialista, e é importante hoje que seja resgatada essa contribuição. Porém, nos dias atuais (e mais do que nunca), é preciso ir além e dar conta, como observa Claval, das “complexas engrenagens” das relações de poder em sociedades contemporâneas. Como se verá a seguir, muito do que se produz atualmente em ciências sociais caminha nessa direção, e com elas um amplo campo de pesquisas se abre para a geografia no que tange aos problemas políticos contemporâneos.

#### 1. ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE O ESTADO MODERNO E O SEU SIGNIFICADO ATUAL

Por mais que especialistas nos últimos tempos alertem para a necessidade de uma “desestatização” da geografia política, é inegável que uma adequada instrumentação teórica, no momento, requer uma nova reflexão dos geógrafos sobre o Estado moderno. De fato, se a geografia política pretende-se ciência social e, especificamente, quer dialogar com a ciência política sobre temas contemporâneos da área, é impensável fazê-lo sem enfrentar esse novo desafio. Quer nos parecer, à primeira vista, que o problema da geografia política quanto ao tratamento do tema, até anos recentes, não foi tanto o de *exagerar* a importância do Estado *vis-à-vis* a sociedade e o território

mas, mais grave do que isso, fazê-lo frequentemente mediante uma abordagem equivocada quanto à sua natureza, significado e funções nas várias realidades sociais, geográficas e políticas, sobre as quais se debruçaram os nossos clássicos e muitos de seus seguidores. Ainda hoje, dada a quase ausência de reflexão e debate sobre o tema, não se deve subestimar a força de conceitos-chave como o de *Estado-organismo-territorial* no pensamento de muitos dos que tratam assuntos do setor em geografia. Não é o caso, evidentemente (como podem imaginar alguns), de formular uma nova e “revolucionária” *Teoria do Estado* da extração dos geógrafos. Salvo melhor juízo, dispor-se a conhecer alguns aspectos básicos do debate atual sobre essa questão poderá constituir-se em passo decisivo para o avanço no setor, desde que (e isto é essencial) seguido de um necessário esforço de *internalização* desse debate para o campo dos temas próprios da geografia política.

Como se viu na análise dos clássicos e dos geopolíticos militantes, era muito comum a adoção apriorística de um conceito de Estado, aplicando-o indistintamente às várias realidades (lugares, regiões, países em momentos históricos diversos, etc.). O resultado nem sempre foi satisfatório, mesmo quando as reflexões referiram-se a um único contexto, porque fatalmente acabavam extrapolando-se a outros. Além do mais, as idéias de Haushofer, por exemplo, sobre a natureza e o papel do Estado alemão durante o Terceiro Reich, não eram equivocadas apenas porque partiam de pressupostos filosóficos falseados, mas também porque se referiam, como Hitler o fazia, a uma concepção de Estado subordinada a uma tática e a uma estratégia de um grupo político no poder. Mais grave, no caso, porque esse tipo de abordagem tendeu a passar a absurda idéia de que o Estado *é o que aí está* e não cabe aos geógrafos refletir sobre ele (e nem mesmo tentar modificá-lo), mas apenas *conectá-lo* com o território, a população e a ação prática, a fim de reproduzi-lo e expandi-lo. Sob esse aspecto, Lacoste de fato tem toda a razão, quando imputa a esse tipo de ação dos geógrafos a pecha de “instrumento” para a guerra.

O problema da posição passiva diante da questão teórica sobre o Estado é grave, também, porque há sobre ele tantas interpretações quantas são as concepções de mundo expressas no nível do trabalho



intelectual no âmbito das ciências sociais modernas. Daí o nosso entendimento de que, em princípio, *todas* as posições teóricas acerca do seu significado e papel, nesta ou naquela formação econômica e social, devem constituir-se em interesse para os geógrafos.

Historiadores e cientistas políticos concordam, em geral, num ponto fundamental. O Estado moderno, em sua conformação básica atual, tem as suas origens nos séculos XV e XVI, no contexto da dissolução dos impérios e do poder temporal da Igreja, então acossados pela emergência do poder dos príncipes. O contínuo fortalecimento do poder destes últimos sobre parcelas territoriais no cenário europeu está na base da formação desse tipo de Estado, forma política que lhes permitiu enfrentar externamente as ameaças dos impérios e da Igreja e, internamente, as iniciativas dos senhores feudais. Em rigor, as suas origens devem ser buscadas nas cidades-repúblicas da Itália setentrional, na época da Renascença. Não só as origens do Estado, como também das idéias que passaram a inspirá-lo, bastando mencionar que Nicolau Maquiavel, por exemplo, viveu e escreveu a sua obra em Florença (*O Príncipe*), com o qual passou a concebê-lo enquanto órgão político uno e centralizador, ao contrário das “poliarquias” da Idade Média. Claro está que não se pode falar em consenso absoluto quanto às interpretações acerca das suas origens. Não faltam historiadores ou cientistas políticos que buscam essas origens na própria Idade Média ou até mesmo na fase primitiva da humanidade. A esse respeito, H. Heller dá a seguinte interpretação:

“Para compreender o que chegou a ser o estado atual não é necessário, conforme já se disse anteriormente, acompanhar os seus ‘predecessores’ até os tempos remotos, quando não até a época primitiva da humanidade. Sempre que se intentou fazer tal coisa, desatendeu-se, em geral, àquilo que interessa principalmente ao nosso objetivo: a consciência histórica de que o estado, como nome e como realidade, é algo, do ponto de vista histórico, absolutamente peculiar e que, nesta sua moderna individualidade, não pode ser trasladado aos tempos passados”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> HELLER, Hermann, *Teoria do Estado*, São Paulo, Mestre Jou, 1968, p. 157.

De todo modo, se a adição do termo “moderno” resolve em grande parte o problema sobre a origem do Estado em sua conformação básica atual, o mesmo não se dá quando se procura apontar o que poderíamos chamar de “caráter geral” dessa formação em qualquer tempo e lugar. Isto porque as diferentes interpretações a respeito, longe de expressarem divergências quanto a este ou aquele detalhe histórico, por exemplo, manifestam muito mais concepções filosóficas e ideológicas profundamente distintas sobre o caráter das formas de estruturação política da sociedade em geral.

O pensamento naturalista-materialista, por exemplo, que teve grande expressão nos séculos XVIII e XIX, também conhecido como “monista”, sustenta a idéia de que as formas de organização da sociedade humana, dentre elas o Estado, podem ser concebidas a partir de princípios analógicos entre o mundo animal e a humanidade. Assim, Mandeville (1714), autor da famosa *A fábula das abelhas*, afirma que não existiria diferença essencial entre o Estado dos homens e o “Estado” das abelhas, formigas, castores e outros animais. Trata-se de interpretá-lo em sua “imanência”, isto é, partir do fato de que existe uma tendência “natural” dos homens em organizarem-se sob esta forma, assim como certos animais. Contra essa concepção, colocam-se todos os autores que entenderam essa formação como sendo obra exclusiva dos homens, o que remete à possibilidade da sua interpretação teórica para o campo das ciências *culturais* e não naturais.

Não é, portanto, produtivo o debate sobre o “caráter absoluto do Estado”, a busca do “Estado em geral”, pois esse modo de organização política só pode ser compreendido à luz das sociedades histórico-concretas, o que elimina a possibilidade de uma idéia universal a seu respeito. Não havendo uma forma absoluta, não pode haver uma teoria sobre o “Estado em geral”<sup>2</sup>. Isto não significa, por outro lado, a impossibilidade total da teoria, mas apenas a necessidade de que o conhecimento da estrutura estatal deverá dar-se em consonância com as determinações históricas. Sendo o Estado uma realidade cultural objetiva, ele não poderá também ser concebido como

<sup>2</sup> HELLER, H., op. cit., p. 21.



manifestação do espírito, uma idéia apenas, a forma mais acabada de “manifestação do espírito”, como defendia Hegel ao formular suas teorias tendo por base o Estado prussiano.

Como dissemos, não há consenso sobre esse ponto (o caráter universal do Estado). O nacionalismo sob o liberalismo, cujo pensamento sobre a questão está sintetizado em Laski<sup>3</sup>, dentre outros, desenvolve a idéia de que o Estado é a expressão da vontade de uma comunidade solidária de interesses e da unidade do povo. O nacionalismo que trabalha, em geral, com o “espírito nacional do povo”, e o liberalismo, com a harmonia do livre jogo das forças, expressariam uma “vontade geral” que seria capaz de gerar um Estado autônomo, acima das vontades particulares.

Marx e Engels, ao contrário dos liberais, consideram o Estado como um mal necessário e provisório, organização que expressa a sociedade capitalista estruturada em classes. A unidade estatal seria dada pela determinação do econômico, sendo o Estado uma função da sociedade de classes capitalista. Engels<sup>4</sup>, apesar disso, admite a idéia de uma “universalidade” dessa sua característica, não a restringindo à sociedade capitalista. Diz ele que as origens do Estado ateniense, por exemplo, é um modelo notavelmente característico da formação dessa instituição, pois ali ela era o produto de uma contradição essencial:

“nasceu direta e fundamentalmente dos antagonismos de classes que se desenvolviam no seio mesmo da sociedade gentílica”<sup>5</sup>.

Que não se conclua, entretanto, que Engels esteja defendendo uma idéia absoluta de Estado, pois alia a este caráter geral a sua concepção sobre o movimento histórico da sociedade humana:

<sup>3</sup> LASKI, Harold J., *O liberalismo europeu*, São Paulo, Mestre Jou, 1973. Ver também CROSSMAN, R. H. S., *Biografia do Estado moderno*, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980.

<sup>4</sup> ENGELS, F., *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>5</sup> ENGELS, F., op. cit., p. 190.

“O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a ‘realidade da idéia moral’, nem a ‘imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar... faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade... Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado”<sup>6</sup>.

Tomando esta passagem de Engels, Lênin<sup>7</sup> reforça o caráter de classe do Estado, refutando a idéia liberal acerca da chamada “vontade geral”, e argumentando que este surge no momento em que as contradições de classe não podem objetivamente conciliar-se, e a sua existência, observa ele, demonstra que essas contradições são irreconciliáveis. Assim, ele seria o órgão de dominação de uma classe determinada, a qual não pode conciliar-se com a classe oposta. Dentro de sua perspectiva revolucionária, defende ainda que, dado este caráter do Estado burguês, cabe à revolução proletária destruí-lo e, posteriormente, na construção do socialismo, extingui-lo<sup>8</sup>.

Também Poggi<sup>9</sup> vê a origem e o processo de formação do Estado moderno como sendo marcados ao longo da história pelos conflitos entre as classes sociais. Em sua forma liberal, por exemplo, como o instrumento institucional máximo da afirmação do poder da burguesia,

“foi construído para favorecer e sustentar, através de seus atos do governo, a dominação da classe burguesa sobre a sociedade como um todo”<sup>10</sup>.

Apesar disso, Poggi, evitando a redução do Estado às determi-

<sup>6</sup> Idem, p. 191.

<sup>7</sup> LÊNIN, V. I., *O Estado e a revolução*, Moscou, Editorial Progresso, 1977.

<sup>8</sup> LÊNIN, V. I., op. cit., pp. 5-6.

<sup>9</sup> POGGI, Gianfranco, *A evolução do Estado moderno*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

<sup>10</sup> POGGI, G., op. cit., p. 126.



nações imediatas das contradições de classe, pensa-o também como organização relativamente autônoma, capaz até de auto-sustentar-se. Na fase áurea do liberalismo europeu, por exemplo, lembra ele, o Estado seria, *ao mesmo tempo*, um complexo institucional relativamente autônomo da esfera imediata da produção e um instrumento em mãos da burguesia. Apesar de reconhecer que este é o seu traço fundamental, Heller alerta para os riscos do reducionismo, capaz, a seu ver, de empobrecer a interpretação teórica sobre um tema tão complexo, observando que não basta a reiteração de seu caráter geral. Ele defende que é preciso conhecer também sua estrutura interna e a complexidade de suas funções, combatendo assim, principalmente, o reducionismo econômico:

“O injustificado da redução que o marxismo faz do Estado ao econômico consiste, precisamente, em que só lhe atribui funções de dominação de caráter econômico”<sup>11</sup>.

Argumenta que são também importantes, por exemplo, as funções de dominação de caráter ideológico e especificamente político. Lembra, porém, que o próprio Engels admite essa autonomia relativa num de seus últimos escritos:

“Por exceção sobrevêm períodos em que as classes em luta se acham tão próximas do equilíbrio que o poder do Estado como aparente mediador adquire momentaneamente certa autonomia a respeito de uma e outra”<sup>12</sup>.

No interior do próprio marxismo, Gramsci vai mais além: “O Estado é a própria sociedade organizada, é soberano...”<sup>13</sup>. Nessa noção, entram também os elementos da sociedade civil, sendo por isso “a expressão da sociedade política mais a sociedade civil”<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> HELLER, H., op. cit., p. 209.

<sup>12</sup> ENGELS, F., *apud* Heller, H., op. cit., p. 210.

<sup>13</sup> GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 143.

<sup>14</sup> GRAMSCI, A., op. cit., p. 149.

Esta é também a posição desenvolvida mais recentemente por N. Poulantzas<sup>15</sup>, que a partir de uma minuciosa revisão teórica dos “textos políticos” dos clássicos do marxismo desenvolve a tese de que, apesar da determinação do econômico na sociedade de classes capitalista, esta, no Estado, é *sobredeterminada* pela sua função política.

De modo bastante resumido, este seria o debate essencial sobre a origem e o caráter do Estado moderno. Muitos dos seus traços essenciais decorrem de processos mais ou menos universais, no sentido de que têm que ver com determinado modo histórico de formação das sociedades. O papel do conflito de classes parece ser nesse caso de fundamental importância, já que se manifesta (de modo qualitativamente distinto) tanto em sociedades antigas como, principalmente, nas capitalistas, por exemplo. Já que, no interior de uma sociedade de classes, a sua repartição se determina pela propriedade ou não de determinados bens (o que está na origem dos conflitos), deduz-se daí que o significado e as funções do Estado, nessas circunstâncias, tenderão a expressar também essa determinação geral. Entretanto, o Estado moderno é também o resultado das mediações das formações históricas específicas de cada sociedade e de cada país. Fica afastada assim a possibilidade de uma “estrutura geral” do Estado moderno, por mais que algumas de suas funções no interior da sociedade aparentemente se repitam de lugar para lugar e ao longo do tempo. Aceitando a colocação de Gramsci de que ele é a própria sociedade organizada, as suas funções especificamente políticas e ideológicas podem variar bastante, mesmo em se tratando de países formados na órbita de um mesmo modo de produção, por exemplo. Além disso, muitas são as condições materiais e objetivas que garantem a existência, a unidade e a reprodução histórica dessa forma de organização política específica das sociedades modernas.

Do ponto de vista histórico, o aparecimento do Estado moderno se dá no contexto da fase primitiva do capitalismo. Ele representava, para a nova classe dominante que se formava, de início um organismo

<sup>15</sup> POULANTZAS, Nico, *Poder político e classes sociais*, São Paulo, Martins Fontes, 1986.



institucional subordinado ao mercado e, também, a expressão do poder da aristocracia. De maneira geral, porém, a ascensão dos príncipes em muitos dos países europeus e o estabelecimento das monarquias absolutistas conformaram-se aos interesses dos que dominavam os negócios privados. Entre outras funções, o Estado operava com as tarefas fundamentais de garantir a unidade nacional, a integridade territorial e a defesa dos princípios do livre-mercado em nível internacional. Além disso, garantia internamente os privilégios das “guildas mercantis” e o exercício de todas as formas de monopólio no nível do comércio. M. Dobb<sup>16</sup> ilustra bem essa forma de instrumentalização das instituições públicas pela burguesia. Por outro lado, é a complexidade dessas funções a responsável pelas modificações contínuas em sua estrutura interna, em que os seus novos papéis passaram a abranger uma gama enorme de atividades institucionais.

Passou a ser fundamental, por exemplo, a unidade do “poder de Estado” com o “poder militar”, mesmo que para isso os exércitos fossem compostos por mercenários a soldo. Também se processou uma centralização dos serviços e da administração em geral e estabeleceu-se uma hierarquia em seu interior. Com isto, logrou estender os seus domínios sobre os velhos territórios feudais. Além disso, aperfeiçoou os seus mecanismos próprios de auto-sustentação, e os seus bens passaram a não pertencer a ninguém, especificamente, tornando-se *bens públicos*. A esse respeito, é preciso lembrar que, na fase áurea do liberalismo econômico, a cobrança de impostos era uma das poucas intervenções diretas do Estado nos negócios privados individuais, admitida como princípio, se bem que freqüentemente objeto de protestos pelos agentes da “livre-empresa”. A unificação do judiciário e a centralização das leis também são parte desse processo, em particular no processo das revoluções burguesas, com a elaboração de cartas constitucionais, como o “Instrument of Government” de Cromwell, de 1653, e a Constituição francesa de 1790.

A ascensão da burguesia ao poder estatal ampliou ainda mais as suas funções. Ainda que no contexto de luta e/ou conciliação com

as velhas aristocracias européias, os Estados nacionais que se firmaram em muitos países desde o século XVII, dominados hegemonicamente pela burguesia, tendiam a expressar cada vez mais as exigências do novo modo de produção. Por isso é que se pode falar para a época áurea do liberalismo econômico (o século XIX), num verdadeiro Estado liberal capitalista. A complexização de sua estrutura interna refletiu-se, entre outros processos, na consolidação de regras institucionais e legais de convivência social que refletiam a nova composição de classes. Os direitos do cidadão garantidos por lei, o papel *normativo* das funções estatais, a *regulação e mediação dos conflitos*, o uso da *coerção* “legitimada”, a ampliação dos serviços públicos e a complementaridade no nível de determinadas atividades econômicas, além da garantia legal do direito à propriedade e à livre-iniciativa — eis em resumo, os papéis do chamado Estado liberal capitalista.

Apesar das novas especificidades históricas, a nova forma de Estado não apenas mantém alguns de seus traços pioneiros, como os renova e amplia consideravelmente. É o caso, entre outros, da garantia da integridade nacional e territorial face aos demais Estados-nações. A ampliação do capitalismo, como bem o registra a história moderna, foi acompanhada de guerras de conquistas de mercados, territórios, povos e nações, numa escalada de enfrentamentos que lograram alterar continuamente o mapa geopolítico da Europa nos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, as funções repressivas internas igualmente se ampliaram e se especializaram, em particular as de caráter político, já que para esse tipo de Estado a manutenção da “ordem” no interior das lutas de classes é fundamental. E não apenas no que diz respeito aos conflitos entre a burguesia e o proletariado, por exemplo. Também as frações existentes no interior das classes dominantes transformaram o Estado, em muitas ocasiões, no palco de intrincados e freqüentemente sangüinários conflitos no interior do “bloco de poder”, que acabavam por se refletir em toda a sociedade. São muitos os exemplos históricos de episódios desse tipo, como o choque de interesses entre comerciantes, industriais e senhores de terra, particularmente com estes últimos, já que em muitos casos ainda faziam valer a sua força econômica e política, além das lutas específicas entre facções pelo poder. Tanto que em

<sup>16</sup> DOBB, Maurice, *A evolução do capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.



muitos países europeus a monarquia foi preservada como forma de Estado, convivendo de modo subordinado a governos liberal-burgueses.

Apesar desse caráter de classe, o princípio da *soberania* do Estado e as atividades voltadas à segurança externa, principalmente, conferiam-lhe cada vez mais um poder que, nesses casos, outorgavam-lhe autonomia relativa frente a uma espécie de sociedade em geral, ou *nação*. E isto particularmente durante os conflitos (externos), quando o chamado “esforço nacional de guerra” canalizava para a estrutura logística estatal praticamente a totalidade dos recursos materiais e humanos do país. As grandes guerras, assim como as crises cíclicas, sempre constituíram, como é sabido, excelentes fermentos para transformações de ordens distintas na relação dos Estados com as suas respectivas sociedades.

Em primeiro lugar, porque possibilitavam a ampliação do seu poder (principalmente quando saía vitorioso dos entreveros ou crises), no nível das necessárias *reorganizações internas* da economia que ele podia comandar, o que resultava num aumento da sua presença na esfera do processo produtivo. Em segundo, porque guerras e crises sempre tiveram forte *repercussão interna* na correlação das forças em luta pelo poder político estatal, com rebatimentos no nível dos novos papéis a ele reservados (as “novas exigências sociais”, como diz Gramsci), que não necessariamente afetaram a sua estrutura fundamental (com exceção para os processos revolucionários com alternância de classes no poder), mas que lhe emprestaram *novas conformações* com suas funções políticas e ideológicas. Em terceiro, no caso particular das guerras de conquista de toda ordem, é notório que anexações ou perdas territoriais sempre afetaram profundamente o caráter dos Estados. Neste caso, e dependendo do grau de mutilação ou destruição, pôde ocorrer até mesmo o seu completo desaparecimento. Por isso tudo, a função de manutenção da integridade nacional e mesmo do “Império Colonial” esteve na *base do seu poder soberano* perante a sociedade, mesmo considerando o já referido indissociável caráter de poder a serviço da dominação de determinada classe social.

O Estado liberal na fase da livre-concorrência sempre aliou às suas funções coercitivas aquelas específicas da política institucional.

Os governos liberais que neles se sucederam eram a expressão de um novo modo de “convivência” entre forças políticas distintas. Poggi destaca, nesse processo, a consolidação das democracias liberais, sustentadas institucionalmente pelos parlamentos e partidos políticos. Isto significa que, no plano interno, a tendência era que cada vez mais os conflitos tinham de ajustar-se às novas exigências de convivência entre as distintas classes e frações de classe, e os parlamentos tornaram-se os novos palcos institucionais das lutas no interior da sociedade e do Estado. Os partidos políticos organizaram-se para o exercício do poder, e passaram a exercer o papel de conduto das aspirações dos segmentos sociais. Surgiram os partidos de classe e os policlassistas, servindo de “correias de transmissão” (nas lutas institucionais) dos variados movimentos sociais. Em suma, os “contratos sociais”, ao mesmo tempo que trouxeram os conflitos sociais para o plano institucional, viabilizaram o exercício do poder pelas classes dominantes e a hegemonia do modo de produção capitalista sobre o processo global de produção.

Com a legitimidade do Estado liberal obtido por esses meios, a sua estrutura interna, principalmente a burocrática, tendeu a ampliar-se, a despeito do princípio liberal de não-intervencionismo nos negócios privados. Não que o crescimento de seu aparelho burocrático constituísse, necessariamente, intervenção direta na economia. Entretanto, na medida em que se tratava de expressão institucional máxima do poder burguês, o Estado sob o liberalismo econômico e político passou a concentrar uma gama enorme de prerrogativas na normatização e regulação de questões da economia, que no passado ficavam à mercê de soluções *ad hoc* ao nível dos empreendedores individuais. Tais são os casos, dentre outros, da emissão e controle da moeda, emissão e fluxo de papéis do Tesouro como meio de financiar empreendimentos privados com o endividamento público, protecionismo face à concorrência estrangeira e, evidentemente, toda espécie de controle sobre salários e a massa assalariada.

É preciso igualmente não esquecer que foram esses mesmos Estados liberais das principais nações européias os construtores e guardiães dos vastos e lucrativos impérios coloniais, que por muitas décadas mantiveram sob domínio a maioria das nações africanas e



asiáticas. Assim, liberais no âmbito das suas respectivas nações, opressores e espoliadores em quase todo o resto do mundo. Livre-iniciativa nas metrópoles, ao lado de ferrenho monopólio das riquezas e do comércio em seus domínios coloniais. Como se vê, o propalado não-intervencionismo do Estado liberal, em princípio, só tem sentido na perspectiva de uma idéia abstrata sobre essa formação, o que, evidentemente, implica também uma idéia abstrata de sociedade e de história.

O período que vai de fins do século passado às primeiras décadas do atual registra uma vigorosa transição do modo capitalista de produção e do significado, estrutura e função do Estado moderno. Conhecida entre os estudiosos do tema como a passagem da etapa da livre-concorrência para o estágio monopolista, essa transição esteve longe de representar simples mudanças quanto ao funcionamento da economia. Tampouco pode ser interpretada como mudança exclusivamente quantitativa, no sentido de que a magnitude dos capitais, principalmente industriais, teria crescido a ponto de alterar “naturalmente” a natureza do modo de produção. Essa complexa etapa de transformação deve ser interpretada muito mais como uma sucessão não-linear de mudanças combinadas de ordem econômica, social e política, capazes de alterar profundamente o curso recente da história mundial. Nesse sentido, não seria correto situar as mudanças no nível do Estado como simples decorrências de mudanças econômicas (o “estado reflexo”), por exemplo, já que ele próprio, ao lado de outras forças, também assumiu por diferentes modos o papel de *agente* de transformações.

A interpretação marxista sobre essa questão procura situar as causas dessas transformações no nível da estrutura interna desse modo de produção, isto é, identificar na própria natureza do capitalismo a tendência histórica à sua atual forma monopolista. Assim, Marx, que viveu apenas a fase inicial desse processo de mudanças, já registrava em seus escritos os traços essenciais dessa tendência, recorrendo às leis de funcionamento desse modo de produção. Para ele, as formas monopolistas de produção e acumulação são o coroamento de um longo e inevitável processo de concentração de capital, logrado na tendência histórica ao crescimento da produtividade do trabalho, e no avanço do desenvolvimento técnico e do

capital constante em geral. Como resultado principal, a concentração dos meios de produção e dos equivalentes monetários do valor, de um lado, e a centralização de capitais à custa da expropriação dos pequenos pelos grandes capitais, de outro<sup>17</sup>. Destaca também o papel fundamental do crescimento das atividades bancárias na centralização de capitais e na constituição das sociedades por ações. Em essência, o que Marx defende é que *os pressupostos do monopólio* já se encontram plenamente expressos na própria livre-concorrência, pois é a disputa entre capitais desiguais a responsável pela centralização. Por isso, ele conclui:

“Concepções que ainda tinham sentido em fase menos desenvolvida da produção capitalista tornam-se por completo caducas. O sucesso e o fracasso levam igualmente à centralização dos capitais e em consequência à expropriação na mais alta escala. A expropriação agora vai além dos produtores diretos, estendendo-se aos próprios capitalistas pequenos e médios”<sup>18</sup>.

Também Engels vai na mesma direção, ao comentar justamente uma passagem de Marx a respeito do assunto, quando diz que, apesar de seu companheiro não ter podido acompanhar em vida a intensificação do processo que apontara, forneceu as bases teóricas para a sua interpretação. Observa que se Marx pudesse assistir ao que ocorria naquele momento (1896), ficaria impressionado com o avanço do processo de concentração e centralização de capital. Após discorrer sobre a generalização desse processo sob a forma de cartéis, trustes e outras associações entre capitais desse tipo, ele diz:

“... em suma, a liberdade de concorrência, essa veneranda celebridade, já esgotou seus recursos, cabendo a ela mesma anunciar sua manifesta e escandalosa falência”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> MARX, K., *O capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp. 722 e segs.

<sup>18</sup> MARX, K., op. cit., p. 508.

<sup>19</sup> ENGELS, F., *apud* MARX, K., op. cit., p. 506. Um comentário mais deta-



Esta é, em resumo, a posição teórica dos clássicos do marxismo a respeito do tema. Há, evidentemente, muitas outras questões em jogo, mas a importância dessas colocações está principalmente no fato de que elas ainda hoje estão na base dos estudos dos principais estudiosos desse tema.

As primeiras décadas do século atual registram um vigoroso incremento do processo de monopolização da economia capitalista. Além do que poderíamos chamar de causas estruturais do modo de produção, alguns fatos históricos de grande repercussão mundial contribuíram decisivamente para a consolidação de mudanças que se vinham firmando há algumas décadas. Falamos das duas grandes guerras que se abateram sobre boa parte do mundo e da profunda crise vivida pelo capitalismo a partir de 1929, episódios em que o tema do Estado é bastante central.

Com relação à grande crise que afetou tanto as economias industriais quanto o conjunto dos países da órbita capitalista, as suas conseqüências se fizeram sentir especialmente em nível de reestruturações da economia e do Estado. Fenômeno que expressou em grande medida o próprio agigantamento dos empreendimentos industriais e a generalização e o fortalecimento do capital financeiro em geral, é também conhecido como crise de superprodução, com efeitos de largo espectro e de longa duração. A fragmentação e o desaparecimento de capitais industriais foi realmente notável, permitindo aos grandes grupos econômicos da época assenhorearem-se seja de ativos inteiros, seja de parcelas consideráveis do controle acionário de empresas em situação falimentar, dado o violento rebaixamento dos preços das ações em geral. Além disso, e em particular nos EUA — o epicentro da crise —, as políticas adotadas visando a sua superação implicaram uma participação crescente do Estado na formulação da política econômica em geral e mesmo o seu *planejamento*, beneficiando em geral os grandes capitais capazes de definir um novo *padrão de acumulação*.

lhado sobre esse tema no marxismo clássico e em alguns autores contemporâneos pode ser encontrado em Costa, Wanderley M., *O processo contemporâneo de industrialização*, Tese, ed. do autor, FFLCH-USP, 1982.

Quanto às duas grandes guerras e em especial à segunda, as suas repercussões podem ser assim expressas:

“Elas possibilitaram também um grande incremento no processo de concentração devido às peculiaridades do funcionamento da economia nessas ocasiões, advindas do chamado ‘esforço nacional para a guerra’, em que o Estado passa automaticamente a controlar praticamente toda a economia, em particular a produção industrial, submetendo-a às exigências da atividade militar. Isto contribui não apenas para o evidente surto de inovações técnicas nos principais ramos industriais, com destaque para a indústria eletrônica e de material de transporte (o desenvolvimento da indústria aeronáutica, por exemplo), como também para um notável fortalecimento dos grandes grupos industriais que se transformaram em verdadeiros ‘sócios’ do Estado”<sup>20</sup>.

O fim do “laissez-faire” deveu-se, assim, como dissemos, a um processo de transformações sucessivas e combinadas, marcado por mudanças estruturais no nível do modo de produção e por eventos históricos mais ou menos específicos. A sua substituição por formas monopolistas de funcionamento econômico marca também a alteração radical no caráter do Estado, particularmente nas suas funções de relacionamento com as atividades econômicas, a ponto de alguns autores cunharem uma expressão que procura sintetizar essa mudança, como é o caso de P. Boccara, que identifica um “capitalismo monopolista de Estado”<sup>21</sup>.

Dos economistas deste século, talvez poucos como Keynes<sup>22</sup> tenham examinado tão profundamente a relação Estado/economia no curso das transformações recentes do capitalismo. Depois de observar que a expressão “laissez-faire” foi utilizada pela primeira vez

<sup>20</sup> COSTA, Wanderley M., op. cit., p. 177.

<sup>21</sup> BOCCARA, Paul, *Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado*, Lisboa, Estampa, 1978. Além de excelente revisão teórica sobre o tema no âmbito do marxismo, Boccara examina-o concretamente no caso da França.

<sup>22</sup> KEYNES, John M., “O fim do laissez-faire”, in Szmrecsányi, Tamás (org.), São Paulo, Ática, 1978.



em 1751 pelo Marquês d'Argenson (para quem "...para governar melhor é preciso governar menos"), ele passa a ironizar os colegas que ainda insistiam naqueles antigos princípios. Para ele, o "laissez-faire" acabara e o Estado teria de relacionar-se de modo distinto com a economia. A sociedade, observa, tem novas exigências institucionais, na época contemporânea o capitalismo mudou, e, além disso, os monopólios e cartéis interferem no equilíbrio dos negócios. Existe também a tendência da empresa a se socializar, e as grandes sociedades anônimas e bancos seriam as instituições típicas da nova fase, substitutas dos produtores individuais. Ainda que de forma indireta, desenvolve hipóteses sobre as novas atividades que o Estado deveria levar adiante. Após afirmar que os grandes males econômicos do nosso tempo (escrevia em 1926) são o *risco*, a *incerteza* e a *ignorância*, dá a sua receita:

"Creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central... Essas medidas envolveriam a sociedade no discernimento e controle, através de algum órgão adequado de ação, de muitas das complexas dificuldades do mundo dos negócios, embora mantendo desimpedidas a iniciativa e a empresa particulares"<sup>23</sup>.

Além dessa, Keynes preconiza outras funções para o Estado, como as de fomentar e centralizar a poupança e os investimentos, canalizá-los à produção, e, até mesmo, a de estabelecer certos controles sobre o tamanho da população.

Essas são algumas das principais idéias do famoso economista inglês, cujas teorias adquiriram grande força na época, e que até hoje o credenciam como importante referência no debate sobre a natureza do capitalismo contemporâneo, políticas econômicas e planejamento global da economia. A retomada do desenvolvimento econômico em novos padrões de acumulação do capital, empreendida pelas principais economias industrializadas afetadas pela crise dos anos 30, em particular os EUA, se faz em grande medida sob

<sup>23</sup> KEYNES, J. M., op. cit., p. 124.

a inspiração das idéias *keynesianas* acerca dos novos papéis do Estado na sua relação com a economia. Os níveis de intervenção dos Estados nos negócios a partir dos anos 30, apesar de variarem de país para país, expressam grandes mudanças quando se compara a chamada era liberal com o atual estágio monopolista. Por conta dessas mudanças, boa parte dos países europeus, entre eles a França, a Inglaterra e a Itália, por exemplo, teve parcelas consideráveis de suas atividades econômicas privadas transferidas paulatinamente às esferas do poder público. O Estado passou a aliar, assim, às suas tradicionais funções (serviços públicos, legislação, infra-estrutura, etc.) uma gama crescente de atividades, tais como a produção de energia em escala industrial, a produção bélica (diretamente ou em "convênios"), a parte ou a totalidade das principais atividades financeiras em nível nacional, as grandes obras de infra-estrutura e mesmo ramos inteiros da produção industrial de ponta. Agindo como empreendedor relativamente autônomo, parceiro nos negócios privados ou mesmo como instrumento explícito dos grandes capitais, o Estado teve alterado o seu caráter, de tal modo que a sua relação global com *toda a sociedade* viu-se também bastante modificada. Afinal, além das atividades de planejamento global da economia, estendeu os seus domínios aos planejamentos setoriais da vida nacional, tais como o regional, urbano, populacional, etc.

O mesmo fenômeno, em escala ampliada, verificou-se em alguns dos países do Terceiro Mundo, em especial naqueles que lograram uma rápida industrialização, justamente no contexto das mudanças dos anos 30. Tais são os casos do Brasil, México, Argentina, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, em que o processo da industrialização foi o resultado, em grande medida, de uma forte presença do Estado na condução do desenvolvimento econômico. Nestes países, além das funções já descritas no caso dos europeus, o Estado tornou-se o agente institucional por excelência na abertura sem precedentes das economias nacionais à entrada de capitais estrangeiros, que acabaram por assenhorear-se de parcelas consideráveis da atividade econômica. Além da exacerbação de suas antigas funções, o Estado nesses países penetrou fundamente em setores estratégicos da produção e das finanças, de tal modo que no Brasil, por exemplo, controla atualmente mais da metade de toda a economia, seja dire-



tamente, seja em parceria com os capitais privados nacionais e internacionais<sup>24</sup>.

Quanto aos EUA, considerados por muitos como o paradigma mundial da democracia liberal e da “livre-iniciativa”, o que presuppõe que o estado aí estaria limitado às suas funções clássicas, a situação, malgrado as suas peculiaridades, não está muito longe desse caráter atual das relações entre o Estado e a economia. Galbraith<sup>25</sup>, um dos grandes teóricos da economia industrial norte-americana contemporânea, após apontar como qualidades intrínsecas da fase atual o notável desenvolvimento técnico da indústria, a consolidação das grandes sociedades anônimas e o aparecimento de uma forte tecnoburocracia empresarial, afirma que é grande a participação do Estado na economia do país. Os seus comentários a respeito são contundentes:

“É também lugar-comum ter mudado a relação do Estado para com a economia. Os serviços federais, estaduais e municipais abrangem agora aproximadamente uma quarta parte (em 1969, 23%) de toda atividade econômica. Em 1929, eram cerca de 8%. Isso excede de muito a participação governamental num Estado reconhecidamente socialista, como é a Índia, que ultrapassa consideravelmente a dos antigos reinos socialistas democráticos da Suécia e Noruega e não está inteiramente incomensurável com a participação da Polônia...”<sup>26</sup>.

Mais adiante, lembra que

“enorme parte de toda atividade pública (cerca de 40% de todo

<sup>24</sup> Ver a respeito Tavares, Maria Conceição, *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, Tese, mimeo., Rio de Janeiro, 1978; e Oliveira, Francisco, *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977; Draibe, Sônia; *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil — 1930/60*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

<sup>25</sup> GALBRAITH, John, K., *O novo Estado industrial*, São Paulo, Pioneira, 1977.

<sup>26</sup> GALBRAITH, J. K., op. cit., p. 2.

dispêndio governamental com bens e serviços) se destina à defesa nacional e à exploração do espaço”<sup>27</sup>.

Para Galbraith, além de funções como a de regular preços e salários — o que na prática significa regular a renda total para a compra de bens e serviços —, o Estado contribui enormemente para as inovações técnicas, atuando no nível da pesquisa tecnológica, na formação dos quadros técnicos e no favorecimento generalizado do sistema industrial de ponta. Esse tipo de relação do Estado com o sistema industrial constitui o aspecto mais valioso das contribuições do autor nesse tema, para quem, nos EUA, “O sistema industrial está, de fato, inextricavelmente ligado ao Estado”<sup>28</sup>. Ali, observa, o poder público provê cada vez mais ao empresariado — além das tradicionais vantagens “pecuniárias” — uma participação crescente na formulação da própria política econômica. Os agentes privados, lembra, têm sido capazes de gerar seus próprios aliados no aparelho estatal, além de porta-vozes e “lobistas” na política institucional do país. No plano estrito da atividade industrial, é de fundamental importância a encomenda de material militar e espacial que o Estado faz a muitas das seiscentas maiores empresas que respondem pela maior parte da produção industrial.

Um outro aspecto destacado pelo autor é que essa relação do Estado com o sistema industrial avançado possui um caráter altamente seletivo quanto às empresas beneficiadas ou, em outros termos, altamente favorecedor do processo de monopolização. Isso, argumenta, porque as encomendas militares há muito deixaram de favorecer a criação de novas empresas, funcionando agora como fator de agigantamento das existentes, ao propiciar-lhes detenção exclusiva de certas tecnologias, segredos militares, favorecimentos mútuos, etc. Em suma, na “pátria da livre-iniciativa”, as linhas divisórias entre as “autonomias” do Estado e da economia privada tornam-se cada vez mais difusas.

Um outro aspecto relativo aos novos papéis do Estado, definidos pelo aumento da sua presença na economia, é que eles tendem a

<sup>27</sup> Idem, p. 3.

<sup>28</sup> Idem, p. 286.



ser conduzidos segundo uma “racionalidade” estatal mais ou menos consolidada, cuja maior expressão é a atividade de planejamento. A elaboração de planos globais e setoriais, prática adotada inicialmente pelas economias socialistas (o primeiro plano quinquenal soviético é de 1929), tornou-se rotina nas economias capitalistas após a Segunda Guerra, principalmente, com destaque para as nações fortemente industrializadas e as em vias de industrialização. Forma peculiar desenvolvida pelos Estados para formular as suas políticas gerais e específicas, a elaboração permanente dos planos tornou-se atividade altamente complexa, capaz de alterar a sua própria estrutura e organicidade. Assim, a necessidade de contar com os seus próprios quadros de especialistas de todo tipo levou-o a desenvolver um formidável aparelho tecnoburocrático capaz de penetrar com a ação institucional (do poder público) quase todos os redutos da vida social privada.

Essa ação de planejamento destina-se também a fixar determinadas metas a serem alcançadas por toda a economia, mesmo por aquelas atividades não controladas diretamente pela estrutura estatal. O seu grau de eficiência dependerá, portanto, de uma série infindável de variáveis, dentre elas a capacidade financeira, o suporte político do empresariado e outros setores sociais afetados e, até mesmo, um certo controle sobre determinadas variáveis exógenas que interferem nas economias nacionais. Fora desses requisitos, restam normalmente ao Estado os recursos clássicos de que dispõe: políticas fiscais e creditícias que estimulem ou não determinadas atividades contempladas no plano, e artifícios legais de toda ordem capazes de respaldar-lhe a ação neste ou naquele setor. Entretanto, como fica evidente em países como o Brasil, por exemplo, essa “racionalidade” estatal encerra contradições graves. Basta mencionar que até mesmo os planejamentos a curto prazo elaborados para as empresas controladas pelo governo tendem a ser generalizadamente subvertidos.

Os planos, por isso, tendem a funcionar também (para usar um jargão tecnoburocrático) como autênticos “balões de ensaio”, em que as idéias governamentais são lançadas a debate a fim de testar previamente a sua viabilidade, ou mesmo para “cooptar” determinados setores sociais a emprestarem ao plano um mínimo de apoio no conjunto da sociedade. O fato é que a tecnoburocracia, enquanto

um verdadeiro “estamento” encastelado no interior da estrutura estatal contemporânea, é um poderoso instrumento para a plena realização da ação política do Estado, especialmente no desempenho das suas complexas funções econômicas. A esse respeito Bresser Pereira, um estudioso do tema, observa:

“O estado tecnoburocrático-capitalista dependente não é apenas o estado do planejamento, mas também o estado dos projetos. Qualquer empreendimento que necessite um incentivo fiscal ou um financiamento subsidiado necessita de um projeto. Esses projetos são muitas vezes formais. Pouca relação têm com o que irá ser efetivamente executado, mas não importa. Sem a apresentação de projetos, para elaboração dos quais constituem uma infinidade de empresas, algumas das quais gigantescas, nada se faz. O projeto é ao mesmo tempo uma necessidade técnica, um instrumento essencial do planejamento e uma formalidade burocrática”<sup>29</sup>.

Apesar da tendência generalizada ao aumento da ação planejadora do Estado, essa atividade conforma-se às particularidades de cada país. Nos EUA, por exemplo, o planejamento tende a ser conduzido através de intrincados e complexos mecanismos de *cooperação* entre o governo e o conjunto das maiores empresas, numa espécie de simbiose entre os objetivos das tecnoestruturas empresarial e estatal, cujos planos dirigem-se normalmente para o controle da poupança e dos investimentos em nível nacional. Como lembra Galbraith, numa economia como a norte-americana, em que a magnitude do capital necessário para movê-la é enorme, as decisões sobre a poupança e os investimentos não podem ficar à mercê da vontade individual de cada empresa. Por isso, observa, o “consenso” entre Estado e grandes empresas faz-se necessário neste particular. Já em países como o Brasil, por exemplo, em que o grau de controle da economia (mesmo a diretamente produtiva) pelo Estado é muito maior, a ação planejadora tende a revestir-se de um caráter mais centralizador,

<sup>29</sup> PEREIRA, Luís Carlos Bresser, *Estado e subdesenvolvimento industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 116.



até mesmo autoritário, sobressaindo, nesse caso, mais a “tecnologia” estatal que a empresarial.

Como já foi visto, o longo processo de constituição do Estado moderno esteve relacionado à emergência e às lutas de novas classes sociais. Os acontecimentos que marcaram a vida nacional francesa desde os fins do século XVIII, por exemplo, talvez representem a melhor ilustração desse processo. A conformação básica do Estado que dali emergiu, além das contraditórias relações entre ele e a sociedade, aponta uma espécie de fio condutor nos demais processos vividos por diferentes nações que se desenvolveram sob essa formação econômica e social. Mais que em qualquer outro país, a França destacou-se pela combinação de dois processos que interessam à compreensão dessa questão: foi o berço das formulações liberais no que tange diretamente à ação política organizada da sociedade de classes e, mais do que isto, viveu esse processo num contexto revolucionário de longa duração, em que a luta pelo poder político esteve marcada por uma sucessão de confrontos de toda ordem.

Sabe-se que um dos resultados de muitas décadas de conflito aberto no interior daquela sociedade foi a vitória da idéia liberal propugnada pela classe que ascendia ao poder (a burguesia), cuja realização cabal seria representada pelo sucesso do capitalismo e do Estado moderno. Como visto, o século XIX marca o apogeu da ideologia e das práticas políticas impulsionadas pela idéia liberal: ela teria inspirado o formidável crescimento industrial inglês no contexto da afirmação dos mecanismos do livre-mercado; instituído a tolerância religiosa e os princípios dos direitos individuais dos cidadãos e, como corolário no plano específico da vida política, estabelecido o sufrágio universal e a atividade parlamentar como a essência mesma das formas de *regulação* dos conflitos e da relação entre o Estado e a sociedade.

Como observa Laski, a consolidação do projeto de Estado liberal defrontou-se com poderosos obstáculos em pelo menos duas frentes de luta principais. Encontrou cerrada oposição por parte da classe apeada do poder, no caso a aristocracia, cujos representantes insistiam nas vantagens do Estado absolutista e na necessária limitação dos direitos políticos da cidadania. Por outro lado, recebeu ataques

de todo tipo das frações de classes subalternas que, se no início apoiaram de certo modo o processo revolucionário e os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, logo perceberam o papel de subordinação a elas reservado pela nova ordem. Daí por que considera que “o ataque essencial à idéia liberal, no século XIX, partiu do socialismo”<sup>30</sup>. Segundo ele, a rejeição ao liberalismo pelos principais teóricos do socialismo devia-se justamente à constatação de que esta forma política de estruturação da sociedade representava apenas a transferência do poder dos proprietários de terras para os donos da propriedade industrial. Desse modo, não se poderia falar num Estado neutro, a serviço de toda a sociedade, mas sim num poder coercitivo sobre a classe trabalhadora. Em síntese, “os socialistas rejeitaram a idéia liberal porque viram nela, simplesmente, mais uma proposição particular da história procurando mascarar-se de proposição universal”<sup>31</sup>.

A segunda metade do século passado foi marcada por um intenso processo de organização institucional da política, que, de um modo ou outro, se fez segundo os moldes dos princípios liberais. Os partidos tradicionais, que expressavam os interesses de frações das classes dominantes, revitalizaram-se, alternando-se no poder e sustentando no plano da política institucional e de todas as formas de coerção a sua *hegemonia* sobre a sociedade como um todo. Em sua ampliação, incorporaram também os interesses de novos segmentos, como as camadas médias urbanas, e pequenos camponeses, tornando-se estruturas políticas mais complexas. Os chamados movimentos sociais, por sua vez, tenderam igualmente a ocupar a cena política nacional através de formas variadas de organização, como o vigoroso processo de constituição de sindicatos e centrais sindicais enquanto instrumentos de luta política do proletariado. A constituição de organizações sindicais de âmbito internacional bem ilustra esse processo de afirmação de classe dos trabalhadores. Como culminância desse processo, estruturaram-se os partidos políticos operários e revolucionários (social-democratas, socialistas e comunistas), colocando a classe trabalhadora no cenário da política institucional organizada.

<sup>30</sup> LASKI, Harold J., op. cit., p. 172.

<sup>31</sup> Idem, p. 173.



Outros fatos também foram responsáveis por mudanças na natureza e estrutura da sociedade burguesa e do Estado liberal, dentre os quais o fortalecimento ou montagem dos impérios coloniais, as guerras imperialistas e as crises econômicas do final do século e nas primeiras décadas do atual. Além disso, houve fortíssimas repercussões (no Ocidente capitalista) da revolução desencadeada na atual URSS em 1917, confrontando ao bloco original um novo bloco socialista, no plano internacional. São acontecimentos que, de uma forma ou outra, estimularam iniciativas de todo o tipo por parte das classes hegemônicas, na tentativa de aperfeiçoar as chamadas instituições democráticas, especialmente nos países centrais. É nesse sentido também que se fortalece a idéia de um Estado com “forte componente social”, assumindo cada vez mais (ao contrário do liberalismo clássico) funções específicas capazes de promover o chamado “bem-estar social”. De acordo com essa tendência, caberia ao Estado não apenas o uso da coerção diante dos conflitos, mas, antes de tudo, procurar evitá-los através de uma série de medidas de regulação ou “contenção”. De acordo com Gramsci, no contexto de uma democracia formal, em que a expressão dos interesses de grupos ou classes sociais tem de se dar também no plano da luta partidária e parlamentar — sob a ordem das leis e numa sociedade de massas complexa —, o exercício do poder pelas classes dominantes controladoras do Estado não pode efetivar-se no plano exclusivo da dominação, mas também da *direção*. Por isso, além de dominante, observa, a classe que controla o Estado tem de ser *dirigente*, de modo que o exercício do poder torna-se, também, um exercício permanente de *hegemonia*. Assim, conclui, quando se instala uma crise de autoridade ou do próprio Estado, o que existe, na verdade, é uma crise de hegemonia da classe dirigente<sup>32</sup>. Numa sociedade de massas moderna, observa ainda, a hegemonia tem de exercer-se no plano moral, intelectual e especificamente político, além do econômico e coercitivo. Assim, a hegemonia das classes dominantes não pode dar-se exclusivamente através da instrumentalização do Estado por elas controlado. De modo crescente, o papel

<sup>32</sup> GRAMSCI, A., op. cit., p. 55.

de classe dirigente tem de incluir as ações no plano das atividades privadas, tais como as agências da cultura, os meios de comunicação, além das funções precipuamente estatais como a educação e a ação legisladora. Por isso, para Gramsci, o Estado é o resultado da combinação entre uma *sociedade política* e uma *sociedade civil*, cujos conflitos se expressam nos níveis privado e estatal.

Ele alerta que quando a sociedade civil, através dos partidos, por exemplo, deixa de ocupar o seu espaço no plano da luta ideológica e política, o aparelho exclusivamente estatal, no caso a burocracia, tende a fortalecer-se, enfraquecendo o jogo democrático das classes. Também faz parte dessa complexização da política a permanente revitalização dos partidos, que cada vez mais tendem a afastar-se de suas origens corporativas, para expressarem interesses de classes ou frações de classes explicitamente políticos<sup>33</sup>. Além disso, às clássicas interpretações sobre o Estado, ele acrescenta as suas próprias idéias acerca das formas modernas de exercício das *vontades coletivas*, procurando na análise das modernas superestruturas das sociedades avançadas a chave explicativa para o complexo jogo político das sociedades de classes atuais.

O comentário de Gruppi<sup>34</sup>, a esse respeito, lembra justamente que Gramsci amplia o conceito de “ditadura do proletariado” proposto por Lênin, ao introduzir a questão do papel dirigente da classe operária além da dominação pura e simples do Estado:

“Em Gramsci, a noção de hegemonia atualiza os dois elementos que compõem o Estado: a coerção e a direção”<sup>35</sup>.

Aponta também que as suas idéias têm importância na refutação do materialismo mecanicista:

“A hegemonia exige o abandono do materialismo mecanicista

<sup>33</sup> Idem, p. 149.

<sup>34</sup> GRUPPI, Luciano, “El concepto de hegemonía en Gramsci”, in Varios Autores, *Revolución y democracia en Gramsci*, Barcelona, Fontamara, 1976.

<sup>35</sup> GRUPPI, L., op. cit., p. 49.



e a revelação determinante do sujeito revolucionário, de sua iniciativa, do momento da consciência”<sup>36</sup>.

Em sociedades contemporâneas complexas, portanto, quando toda a sociedade civil alcança um grau avançado de organização em nível de partidos, entidades de classe, grupos de pressão, organizações religiosas e sindicatos, e isto em países em que é intenso o jogo democrático no nível das massas, o Estado tende a concretizar em seu interior a expressão dessa sociedade civil. Assim, a renovação periódica do mandato dos dirigentes, a separação dos poderes e a auto-organização da sociedade constituem as condições básicas para a diminuição das ações puramente estatais (de seu próprio aparelho) no campo da coerção, da repressão e da intervenção direta na vida privada dos cidadãos e dos grupos sociais.

Entretanto, como aponta Poggi, malgrado esse quadro e essa tendência, há uma contratendência atual do Estado de ampliar os domínios em que seu aparelho atua. Por isso, diz ele, não é raro o Estado, pelo fato de representar o *locus* do poder político das classes dominantes, colocar-se muitas vezes como feroz competidor em assuntos específicos deste ou daquele segmento dessa classe. Além disso, lembra, a ampliação da ação estatal origina a constituição de grupos de interesses corporativos nas entranhas do próprio aparelho estatal, impedindo assim que se obtenha uma certa unidade de ação:

“Longe de ajudar a conter o Estado em suas fronteiras, a divisão de poderes levou efetivamente o Estado, como um todo, a aumentar suas prerrogativas através da competição engendrada entre todas as suas unidades em torno de suas prerrogativas respectivas. Pois ainda que a articulação do sistema de governo em órgãos, divisões, departamentos, seções, etc. possa ter sido concebida como parte de um plano organizacional, unitário e harmonioso, os elementos componentes desse plano converteram-se rapidamente

<sup>36</sup> Idem, p. 51.

em sedes de interesses invejosos, todos lutando por aumentar sua autonomia, sua posição e seu prestígio em relação uns com os outros, e seu controle por recursos”<sup>37</sup>.

Enfim, esta parece ser uma das contradições básicas da relação Estado/sociedade nos dias atuais, em que, de um lado, o desenvolvimento das formas de articulação da sociedade civil e o funcionamento dos mecanismos democráticos tendem a legitimar algumas funções do Estado, enquanto, de outro, as exigências contemporâneas de estruturas sociais e econômicas altamente complexas podem colocar demandas de uma ampliação dessas funções. Velho ou novo, é basicamente nessa contradição que se move o Estado liberal-democrático.

## 2. AS FRONTEIRAS: VELHOS E NOVOS SIGNIFICADOS

Ao longo de toda a exposição ficou claro que o tema das fronteiras está presente em praticamente todos os estudos de geografia política, desde Ratzel. É inegável, portanto, que a sua discussão é imprescindível, dado que elas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território, bem como as relações interestatais. Tanto na fase áurea do Estado-nação territorialmente definido, independente e soberano, quanto hoje, quando em algumas regiões (como a Europa), *as forças de integração* tornam-se poderosas face às de separação, o estudo sobre o significado das “boundaries” e “frontiers” coloca-se como um dos mais importantes para a geografia política.

O que há de novo, atualmente, no tocante à abordagem teórica das fronteiras? Vimos que alguns conceitos clássicos, como o de “fronteira natural” ou “fronteira movente”, por exemplo, foram rechaçados já no início do século — com Vallaux e Ancel — e posteriormente pelos norte-americanos. Por outro lado, a idéia de fronteira (*zona*) e fronteira (*limite*), de Fawcett, acabou por consagrar-se e é aceita até hoje, bem como o seu significado de “isóbara política”

<sup>37</sup> POGGI, G., op. cit., p. 143.



(de Ancel) que, apesar de sofrer restrições de alguns autores, tem ainda inegável prestígio, até mesmo pela sua originalidade. Modernamente, Hartshorne inovou — em seu estudo sobre o “Corredor Polonês” e a “Alta Silésia” — quando relacionou o drama das nacionalidades às arbitrariedades e artificialismos dos tratados no pós-Primeira Guerra. À mesma época, Kristoff fez uma revisão do tema nos EUA e J. R. V. Prescott publicou em Londres um excelente manual sobre o assunto, incorporando as duas noções básicas (*boundary* e *frontier*).<sup>38</sup>

Dentre os estudos dedicados exclusivamente ao tema, nos últimos anos, destacam-se os de Guichonnet e Raffestin (1974) e Michel Foucher (1988)<sup>39</sup>. Como já destacado, o livro de Guichonnet e Raffestin é certamente o mais inovador dentre todos os estudos atuais sobre a questão, pois abre perspectivas de análise extremamente criativas para a compreensão do significado atual das fronteiras, especialmente para a Europa, região que vive grandes mudanças de interesse geográfico-político. Toda a análise acha-se impregnada pelo clima de integração européia, já razoavelmente forte no início da década anterior. Por isso, eles refinam os antigos conceitos de “boundary” “e frontier”, atribuindo ao primeiro mais que a noção de “zona fronteira” pouco rígida, a de “unificante”, “integradora”, movente, flutuante; quanto ao segundo, a de “separadora” e disjuntora. O velho significado “imperialista” das fronteiras, argumentam, perdeu-se quase que por completo, graças principalmente à força do movimento econômico que pouco tem respeitado os rígidos limites (fronteirios):

“O dinamismo econômico está, de algum modo, substituindo o dinamismo político e isto cria fenômenos de turbulência no jogo dos investimentos industriais, das empresas agrícolas e de movimentos pendulares. Desde então, a fronteira econômica, des-

<sup>38</sup> PRESCOTT, J. R. V., *The Geography of Frontiers and Boundaries*, London, Hutchinson University Library, 1965.

<sup>39</sup> GUICHONNET, Paul & RAFFESTIN, Claude, *Géographie des frontières*, op. cit.; Foucher, Michel, *Fronts et frontières (un tour du monde géopolitique)*, Paris, Fayard, 1988.

colada da fronteira política, determina uma zona que tem dado uma certa atualidade à concepção alemã de fronteira, isto é, aquela saída das idéias ratzelianas... Não se trata de problemas de fronteiras, mas de problemas fronteiriços... zonas de articulação ou de tensão”<sup>40</sup>.

Da análise que fazem dos vários estudos sobre o fenômeno, concluem que o conceito de “zonas flutuantes” é muito antigo, mas com significados distintos, o que exige sempre uma qualificação precisa em cada situação dada. No seu caso, preferem ver as fronteiras também em sua *dimensão temporal*, e não exclusivamente espacial. Tomando de Braudel o conceito de “tempo social”, interpretam as fronteiras como “disjuntoras” de *tempos desiguais*, como evoluções econômicas não-paralelas, mutações não comparáveis na organização do espaço, ritmos desiguais, etc. Nesse sentido, a fronteira não seria apenas um disjuntor espacial, mas também um *disjuntor temporal*. Para eles, essa “desigualdade de tempos” é fundamental quando se considera a hipótese da plena unificação européia:

“Daí poder-se construir a hipótese de que a harmonização progressiva das políticas — numa larga medida das estruturas —, em comunidades com vocação para a integração, terá por consequência a redução das diferenças de desenvolvimento que subsistem no esgotamento do tempo social. A desfuncionalização das fronteiras, e não o seu desaparecimento, é que conduzirá a uma certa homogeneidade do tempo social”<sup>41</sup>.

Essa idéia (redefinida) de zona fronteira de *integração e articulação*, observam ainda, pode também ser o produto de uma readaptação conceitual do antigo conceito de “franjas pioneiras”, tão desenvolvido por Turner (nos EUA) e P. Monbeig (no Brasil). Haveria então entre os Estados europeus “*franjas pioneiras de integração*”. De todo modo, assinalam, é preciso evitar que as fronteiras

<sup>40</sup> GUICHONNET, P. & RAFFESTIN, C., op. cit., p. 31.

<sup>41</sup> Idem, op. cit., p. 36.



interrompam a circulação cotidiana de bens e pessoas, que não assumam o papel de agentes de rupturas, evitando-se assim *disfunções*, tais como o contrabando e outros artifícios. Por isso, defendem, é preciso, em cada caso, observar a “permeabilidade” das fronteiras (as antigas fronteiras “vivas” ou “mortas”). No caso das populações de cada lado, observam, mesmo com a liberação das fronteiras, elas podem comportar-se segundo o padrão da situação anterior. Fronteira livre, concluem, não é sinônimo de homogeneidades irrestritas.

Quanto à relação entre o princípio da soberania nacional e as fronteiras, concordam no geral com os norte-americanos, ao constatarem que na fase atual o conteúdo militar desse princípio já não possui grande sentido, dada a facilidade de “arrebentação” dos limites pelas armas estratégicas. Restariam, portanto, os conteúdos: legal (o conjunto das leis de um país), o fiscal (cada vez mais relativizado pelos acordos tarifários) e o de controle (especialmente o de migrações). Especialmente para a Europa, argumentam, esse princípio (o da soberania) deve ser gradativamente relativizado, com a conseqüente “disfuncionalização” das fronteiras. O ideal, concluem, é que todas as fronteiras européias tornem-se “*zonas de integração e de articulação*”.

O trabalho de M. Foucher, mais recente, é um típico estudo de geografia política “universal”, que procura examinar os fenômenos fronteiriços contemporâneos na Europa, Américas, África e Ásia, e especialmente os antigos e novos significados das fronteiras em cada macrorregião do globo (*Un tour du monde geopolitique*). São 225.000 km de fronteiras (a uma escala média de 1/250.000), sendo 76% situadas no Terceiro Mundo, apresentando, segundo Foucher, processos muitas vezes divergentes, tais como a sua instabilidade crônica no Terceiro Mundo; o problema da delimitação atual de fronteiras marítimas; a ainda relativa importância das “fronteiras internas”; o processo de “supressão das fronteiras” na Europa Ocidental (que tem se tornado o leitmotiv dos próximos anos)<sup>42</sup>. Interessa-lhe portanto, antes de tudo, o estudo das diversidades geopolíticas das fronteiras, a seu ver uma “diversidade temporal”, uma

<sup>42</sup> FOUCHER, Michel, *Fronts et frontières*, op. cit., p. 8.

multiplicidade de “tempos sociais”, na linha já desenvolvida por Guichonnet e Raffestin.

As clássicas definições de conteúdo sobre a fronteira, observa, são pouco úteis quando se tenta aplicá-las às situações geopolíticas encontradas em muitas regiões do Terceiro Mundo, por exemplo. Por isso, para ele, é fundamental verificar (empiricamente) cada processo em si, pois, sob certo aspecto, cada fronteira é uma *singularidade*:

“As fronteiras serão examinadas em diversas escalas, pois elas são os contornos de conjuntos de natureza e tipo os mais diversos: construções geopolíticas datadas, multiescalares, multifuncionais — limites políticos, fiscais, muitas vezes lingüísticos, militares... Elas serão abordadas também, distinguindo-se as questões *externas* — relações internacionais de proximidade entre estados, relações entre etnias... — ou geopolítica externa; e as questões *internas* — efeitos internos dos traçados, processos de construção nacional ou regional”<sup>43</sup>.

Um panorama inicial das fronteiras atuais demonstra, para Foucher, que as instabilidades políticas e, em alguns casos, geopolíticas de algumas regiões do Terceiro Mundo — especialmente da África e da Ásia — devem-se em grande parte às contradições entre traçados artificiais impostos de “fora para dentro” pelas antigas metrópoles coloniais, cujos contornos não coincidem com outros limites (étnicos, lingüísticos, históricos, etc.). O que ocorre nesses casos (e aí, observa, pode-se incluir também a Europa Centro-Oriental sob certos aspectos) é que caberá ao investigador examinar não as “boas fronteiras”, isto é, aquelas estáveis e reconhecidas legalmente e na prática por todos, mas as *contraditórias*, aquelas que apresentam muito mais um “feixe de intersecção” entre os vários “limites” em jogo, ou, em outras palavras, “uma combinação de *tempos sociais distintos*”. Afinal, ele entende que, em muitos lugares, as fronteiras *romperam*, provisória ou definitivamente, processos históricos que poderiam tender à unificação ou à fragmentação<sup>44</sup>. Além disso, esse caráter

<sup>43</sup> Idem, op. cit., p. 16.

<sup>44</sup> Idem, p. 21.



exógeno presente na definição de boa parte das fronteiras do Terceiro Mundo (do total, 17,2% traçadas pelos franceses e 21,5% pelos ingleses) estaria na raiz das muitas “crises geopolíticas” atuais. Também considera que o tipo de regime político dos países é um fator gerador de tensões fronteiriças ou de tendências regionais hegemônicas. No caso brasileiro, por exemplo, distingue um projeto geopolítico de inspiração militar (estratégia de integração baseada na segurança nacional) e identifica no General Golbery uma noção ratzeliana de fronteiras (“fronteiras moventes”). Com a democratização de muitos países do continente, surgiria, a seu ver, uma “geopolítica civil” não expansionista e independente das doutrinas de “segurança nacional” (principalmente no Brasil e na Argentina). No Brasil, em particular, Foucher identifica essa “nova geopolítica” com o Coronel Cavagnari e suas idéias sobre “potência média” e “autonomia estratégica”, lembrando até, que enquanto Golbery referia-se a Ratzel, aquele referia-se a Castoriadis e R. Aron<sup>45</sup>.

No caso da África, a sua análise é que as suas “fronteiras imediatas” e os traçados artificiais (rompedores de linhas “naturais” e “étnicas”) têm gerado conflitos internos e externos, e questiona se o Estado, como instituição, seria capaz de garantir a “unidade nacional”. As disfunções e contradições são tantas, assinala, que cabe conjecturar se não seria o caso de “redesenhar” as fronteiras africanas. No caso da África do Sul, em particular, Foucher explora basicamente a idéia de que o *apartheid* é o principal elemento de estruturação geopolítica interna, definindo os limites e a distribuição da população, dos serviços, etc., por critérios étnicos: “O *apartheid* se vê do avião”, é a sua observação precisa, para demonstrar a “geograficidade” dessa questão.

Finalmente, quanto à análise da situação européia, aponta alguns processos essenciais. Antes de tudo, Foucher parte do princípio de que a “Europa do Pós-Guerra” terminou, sobretudo no que tange ao “espírito” dos europeus. Agora, observa, os países do lado ocidental preparam-se para a unificação de 1992, uma empreitada que parte de um sólido conjunto geopolítico definido nas décadas do pós-guerra:

<sup>45</sup> Idem, pp. 129-131. Sobre a “transição para o socialismo” no Terceiro Mundo, ver Lacoste, Yves, *Unité et diversité du Tiers Monde*, Paris, F. Maspero, 1984.

“Um sistema geopolítico multiestatal autônomo, influente em escala mundial, e original, porque não é de natureza imperial, nem submetido a um Estado dominante, mas apoiado na rede de relações contratuais firmadas entre seus membros”<sup>46</sup>.

Suas maiores preocupações com o futuro europeu: Quais serão as novas fronteiras estratégicas para cada país, no conjunto (e do próprio conjunto), e, especificamente, qual será o papel da Alemanha (Occidental) que não “desistiu” de seu projeto de unificação com a Oriental?<sup>47</sup>

Nesse contexto, indaga ainda, qual será a nova estratégia ou “geoestratégia” da França, que desde o término da Segunda Guerra optou pela “autonomia relativa”, sustentada até mesmo, pela sua capacidade de dissuasão nuclear?<sup>48</sup>

### 3. NAÇÕES E NACIONALIDADES: UM DEBATE RECORRENTE

Em 1848, no famoso *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escreviam:

“Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tomar aquilo que não têm. Visto que o Proletariado deve, inicialmente, conquistar o poder político, transformar-se em classe nacional, constituir-se em nação, ele é nacional, ainda que de nenhum modo no sentido burguês da palavra”.

<sup>46</sup> Idem, p. 423.

<sup>47</sup> Ver, a respeito das preocupações com o futuro alemão (do ponto de vista dos franceses), a revista *Hérodote*, Nº 28, 1983, dedicada inteiramente ao assunto. Esp. Lacoste, Yves, “L’Allemagne et le problème des euromissiles”; Diner, Dan, “La question de l’Allemagne dans le mouvement éco-pacifiste”; Rovin, Joseph, “Les raisons géographiques de la puissance des ‘Verts’ en R.F.A. — Géographie et politique dans l’Allemagne d’aujourd’hui”; Tournadre, Jean-François, “La Prusse, tentatives de réhabilitation idéologique d’un espace géopolitique”. Ver também Korinman, Michel, “L’Allemagne est-elle sûre?”, *Hérodote*, Nº 40, 1986.

<sup>48</sup> Sobre a situação francesa nas relações estratégicas mundiais, ver Lacoste, Yves, “Géopolitiques de la France”, *Hérodote*, Nº 40, 1986.



O mesmo Marx, anos depois, abordaria novamente o problema:

“Todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra têm agora uma classe operária cindida em dois campos inimigos: proletários ingleses e proletários irlandeses... A tarefa especial do Conselho Central em Londres é despertar na classe operária inglesa a consciência de que a emancipação nacional da Irlanda não é para ela uma abstrata questão de justiça e de humanitarismo, mas a condição primeira de sua própria emancipação social”<sup>49</sup>.

As poucas referências de Marx à “questão nacional”, apesar de não o credenciam como um especialista no tema (como alguns de seus seguidores), abrem o debate — no marxismo — com uma observação que toca no núcleo dessa discussão, isto é, que na história das lutas sociais e políticas em geral, *nação, nacionalidade e nacionalismo* sempre se constituíram em fator da maior ou menor importância, por vezes determinantes (enquanto ideologia) e eventualmente em força de *irracionalidade* a “desmanchar” esquemas políticos previamente articulados. Por que a pertinência dessa questão para as ciências sociais e a geografia política em particular? Poder-se-ia indagar, a respeito, se uma base teórica sobre o capitalismo e o Estado (modernos), de um lado, e uma abordagem sofisticada sobre a sociedade de classes, de outro, não bastariam para examinar a situação atual das sociedades contemporâneas. No caso da geografia política, não seriam suficientes as teorias sobre as articulações Estado/sociedade/território no mundo contemporâneo, do ponto de vista externo e interno de cada país? Afinal por que recolocar em cena o problema teórico da *nação* e todo o seu corolário de temas, essa “invenção burguesa e romântica” dos séculos XVIII e XIX?

A evolução da geografia política demonstra bem o quanto essa questão é recorrente na preocupação dos seus autores. Pela sua origem alemã, era natural que fosse incorporada aos temas dessa dis-

<sup>49</sup> Respectivamente: Marx, K. e Engels, F., “Nação e proletariado”, p. 17; Marx, K., “A questão irlandesa e a Internacional”, p. 22, in Pinsky, Jaime (org.), *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980.

ciplina, já que para Ratzel, por exemplo, o problema nacional alemão era primordial. Os estudos dedicados ao quadro europeu do pós-guerra, como os de Brunhes & Vallaux, Bowman e Hartshorne, dentre outros, dedicaram especial atenção ao problema, especialmente quando confrontaram o drama dos pequenos povos centro-orientais com as decisões do Tratado de Versailles, envolvendo novos Estados, plebiscitos, governos da Liga das Nações, fronteiras artificiais, etc. Também o renascimento do “ideal francês”, numa época de mundialização e integração das políticas internacionais, refletiu nos anos 50 e 60 essa temática. Atualmente os estudos sobre o Terceiro Mundo, do ponto de vista de seus problemas políticos e étnicos face à herança colonial e ao neocolonialismo, demonstram que, se na Europa a questão se havia arrefecido ou “estabilizado” (uma ou outra referência aos bascos e irlandeses, por exemplo), em várias partes do mundo o drama das nações, das nacionalidades e do nacionalismo como motor de movimentos mantinha-se vivo.

Os recentes acontecimentos na Europa Centro-Oriental têm demonstrado que essa velha questão pode retornar com vigor, em que nações e nacionalidades, identidades culturais e políticas, autonomias nacionais, autodeterminação dos povos, organização federativa multinacional, soberania do Estado-nação, etc., enfim, temas que pareciam adormecidos, ou relegados a segundo plano na Europa (diante do debate econômico e estratégico ou dos temas em torno da unificação, por exemplo), reconquistam a atenção e demonstram a sua natureza recorrente desde o final do século XVIII.

Em seu estudo de 1921, Brunhes e Vallaux<sup>50</sup>, por exemplo, dedicam um capítulo ao tão controvertido problema dos “povos” e “raças” dos Bálcãs, advertindo que naquela região, ao contrário do que usualmente se considera, não se registra “homogeneidade” (racial, psicológica, etc.) em nenhum grupo específico. Apresentando dados censitários das populações urbanas, por exemplo, observam que o quadro predominante é o da *mescla* de raças e povos:

“Qualquer que seja a aparente clareza das cifras, os grupos não são, pois, tão homogêneos como se poderia considerá-los à

<sup>50</sup> BRUNHES, J. & VALLAUX, C., *Geografia de la historia*, op. cit.



primeira vista... As aglomerações étnicas, às quais atribuímos certa homogeneidade, conferindo-lhes, de modo equivocado, o nome de 'raça' são, em si mesmas, amálgamas ou aglomerados"<sup>51</sup>.

O problema das nacionalidades na Europa, particularmente na porção centro-oriental, advertem, é que, qualquer que seja o plano "geográfico-político" proposto para solucioná-lo, esbarra sempre no fato de que não há coincidência entre a "realidade antropológica" e a "distribuição geográfica". Além disso, lembram, é essencial considerar que as *nacionalidades* modernas tendem a transformar *valores culturais em movimentos políticos*, o que define a contradição básica da época, pois o que tem triunfado não são as nacionalidades, mas os Estados:

"Entre a homogeneidade e a continuidade territoriais do Estado, de um lado, e a mescla e a interpenetração das nacionalidades em todas as zonas em disputa, de outro, existe uma insolúvel antinomia. Razão de sobra para cuidar do futuro das nações e para salvaguardar seus vitais interesses"<sup>52</sup>.

De modo geral, porém, a tradição da geografia política demonstra que essas questões têm sido tratadas como *atos empíricos* mais ou menos relevantes, tomados freqüentemente como mais um "fator" na consideração dos problemas de fronteiras ou da organização interna dos estados-territórios (forças "centrípetas" e "centrífugas", etc.). Pouca atenção se deu aos seus aspectos teóricos principais, o que é certamente uma carência grave diante da complexidade intrínseca, e à natureza do problema na atualidade.

A polêmica se instala já quanto ao próprio conceito de nação, em que noções como as de "caráter nacional", de um lado, e a nação como produto histórico, uma *construção* derivada de um projeto cultural e político — uma teleologia —, de outro, se opõem, por vezes radicalmente. Em suma, trata-se de saber se *nação* e *sociedade nacional* são a mesma coisa, isto é, se a *comunidade na-*

<sup>51</sup> Idem, p. 504.

<sup>52</sup> Idem, p. 540.

*cional* e a *comunidade-étnico-cultural* se confundem; ou, se num caso, trata-se de produto da ação política organizada (do Estado principalmente), e noutro, da acumulação, transmissão e transformação em força social (consciência nacional) de traços étnicos e culturais (a língua principalmente), forjadores de uma *nacionalidade*, conceito que sobredeterminaria o de nação.

A nação ou sociedade nacional *construída* seria exemplificada de modo cabal pela França, com a unificação sob o absolutismo e, em seguida, pelo desenvolvimento de uma cultura e um sentimento "nacionais" sob o impulso da revolução (a adesão a um "pacto"), na qual a sociedade nacional, com as suas classes, "aceitaram" por "consenso" as instituições políticas nacionais, especialmente a Constituição: com estas, o Estado soberano, e por este, o território e suas fronteiras. Por outro lado, a história alemã e as teorias alemãs sobre a questão seriam de outra natureza. Ali, não se trataria de sociedade nacional "construída", mas de força *intrínseca* que brotaria do *caráter nacional* de base étnico-cultural particular, isto é, uma *individualidade* que se oporia ao "universalismo" liberal francês (revolucionário e napoleônico).

Daí por que, como assinala Jacques Droz<sup>53</sup>, ao analisar o romantismo alemão como reação ao iluminismo, o movimento romântico ali apelou justamente para o *Volksgeist* (o caráter popular), fundado sobre a língua, os costumes e os direitos (e um território, pode-se acrescentar). Não se trataria, no caso, de nenhuma "adesão voluntária" das classes a uma idéia de nação, mas de uma "força interior" particular, que se consolida a cada geração e move a sociedade em direção a projetos comuns (nacionais) dirigidos pelo Estado. Na filosofia, Schelling e Herder foram os que mais avançaram nessa teorização. Na literatura, os irmãos Grimm; na geografia política, Ratzel e Haushofer; na política, Bismarck e Hitler. Cada um explorou, a seu modo, esse tema na Alemanha, e o empregou segundo a sua posição e objetivos.

Esse antagonismo básico será abordado exhaustivamente pelos que estudaram o problema nacional. Veja-se, por exemplo, como Droz caracteriza as idéias de Herder sobre o conceito de nação:

<sup>53</sup> DROZ, Jacques, *Le romantisme allemand et l'État*, Paris, Payot, 1966.



“Herder era assim levado a dar à nação uma definição fundada sobre o gênio popular (Volksgeist) que o anima. Não que Herder tenha banido de seu vocabulário a noção de humanidade, nem que pretenda justificar um nacionalismo estreito... Mas ele pensa que o indivíduo não pode trabalhar para promover essa humanidade, que não seja no quadro do grupo nacional. A este espírito singular, maravilhoso, inexplicável, indecifrável, que é a alma de cada povo e que se encontra em todas as formas da cultura moral, intelectual e religiosa da nação, Herder não procura dar uma definição exaustiva; e ele não pode fazê-lo, a não ser pela intuição... às pretensões absolutas da razão, se opõe uma consciência nacional, infinitamente misteriosa, e onde a realidade viva, orgânica sob certo aspecto, não se deixa violentar por qualquer artifício intelectual”<sup>54</sup>.

Mais relevantes que o caráter nacional intrínseco e exclusivo da filosofia política de Herder seriam a consciência nacional ou o *nacionalismo* (a ideologia nacional) que impulsionam os povos para a *construção política* da nação. Este é o ponto de vista dos autores que partem de pressupostos mais próximos do liberalismo francês e, sob certo aspecto (como veremos), de determinadas análises marxistas sobre a questão. José Ramón Recalde<sup>55</sup>, espanhol-basco que se dedicou ao exame das teorias a respeito, parte do pressuposto de que não se pode aceitar uma idéia abstrata de nação, uma “nação em si”, senão como um produto histórico, o resultado de um processo social e político de *modernização* permanente, em que velhas tradições são rompidas e novas (nacionais) são construídas coletivamente. Nesse sentido, afirma, não há nação sem nacionalismo, ou seja, é este — o movimento político consciente — que constrói a nação, precedendo-a historicamente. Dessa posição teórica geral decorre o seu método:

“Porém, na realidade, por paradoxo que possa parecer, o estudo

<sup>54</sup> Idem, p. 37.

<sup>55</sup> RECALDE, José Ramón, *La construcción de las naciones*, Madrid, Siglo XXI, 1982.

da ideologia nacionalista deve preceder ao estudo da composição, essência ou fins da nação, posto que é o nacionalismo o que dá resposta a tais perguntas. Tal posição implica afirmar que não existe a consciência de uma realidade nacional, pelo menos como função política, senão através da expressão ideológica de tal realidade; além do mais, que essa expressão ideológica é o nacionalismo, propriamente”<sup>56</sup>.

Mais adiante, ele identifica as duas correntes teóricas fundamentais sobre a nação, relacionando-as sempre com “formulações ideológicas” que se desdobram em programas e ações políticas distintas, encarregados de, na prática, concretizar essa ideologia e torná-la realidade na ação coletiva nacional. Para ele, há teorias nacionais que identificam a nação com o *povo real*, enquanto outras o fazem com uma entidade abstrata e mística, o “espírito” do povo, que pode ser uma raça, vontade transcendente, etc:

“Adiantamos assim uma hipótese, que será formulada ao longo de toda a exposição. O conceito de nação se torna progressivo quando o conceito de povo se identifica com ele mesmo. Se torna regressivo, contra-revolucionário ou reacionário, quando o conceito de nação se identifica como uma série de valores transcendentais, por cima do povo”<sup>57</sup>.

A esse respeito, Gurutz Jáuregui Bereciartu, outro espanhol-basco especialista no tema, alerta para os riscos do maniqueísmo baseado na oposição rígida entre a concepção liberal (francesa) e a cultural ou étnica (alemã), argumentando que a “questão progressista-reacionária” das posições deve ser examinada em cada caso concreto e que, mesmo na França, ao examinar-se as teses de Rousseau e Sieyès (este último mais explicitamente), fica claro que os revolucionários franceses estavam firmemente engajados na recuperação, pela revolução, dos valores “sociológico-culturais” franceses do antigo regime. Nesse sentido (e lembrando a esse respeito Rousseau),

<sup>56</sup> Idem, p. 5.

<sup>57</sup> Idem, p. 41.



argumenta que, em determinadas situações, “formações sociais antigas” e revolução burguesa, antes de antagônicas, podem ser *complementares* entre si<sup>58</sup>.

Essa posição que procura articular *processo político e caráter nacional* também aparece em Hans Kohn (de origem checa), que não vê contradição entre “espírito nacional”, processo histórico e processo político, como formadores do nacionalismo e da nação:

“O nacionalismo é um estado de espírito... O nacionalismo é uma idéia, uma idéia-força que inunda o cérebro e o coração do homem com novos pensamentos e sentimentos, levando-o a traduzir sua consciência em fatos de ação organizada... A nacionalidade é um estado de espírito que corresponde a um fato político, ou que luta para corresponder a tal fato. Esta definição reflete a gênese do nacionalismo e da nacionalidade moderna, que nasceu com a fusão de certo estado de espírito e certa forma política”<sup>59</sup>.

Por que Kohn, e em certa medida Bereciartu, não aceitam diluir as formações étnico-culturais de um povo num conceito exclusivamente político-estatal, como é apregoado pelo liberalismo francês, por exemplo? É que, como esclarece Bereciartu, a profunda penetração da ideologia liberal tem provocado uma *superestimação* dos aspectos negativos das “teorias não-liberais” sobre a nação, como as de Fichte, por exemplo, que colocam a sociedade civil como uma formação étnica e sua supremacia frente ao Estado. Para ele, Fichte, diversamente de Herder, sustenta teoricamente um tipo de nacionalismo bastante distante daquele que seria defendido tempos depois na Alemanha, lembrando que, ao *autonomizar* a idéia da nação face ao Estado, o filósofo abriria uma original reflexão e uma decisiva contribuição para a luta daqueles que Engels chamara de “*povos sem história*”, ou seja, a luta pela afirmação político-cultural de nacionalidades sem Estado. Afinal — como intelectual de origem

<sup>58</sup> BERECIARTU, Gurutz Jáuregui, “Contra el Estado-Nación. En torno al hecho y la cuestión nacional”, op. cit., p. 49.

<sup>59</sup> KOHN, Hans, *Historia del nacionalismo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1949, p. 29.

basca — Bereciartu tem suas próprias posições diante da aparentemente irrefutável idéia de nação enquanto realidade exclusivamente ligada ao Estado (o *Estado-nação* de origem liberal), ou, em outras palavras, um tipo de “nacionalismo estatista”. Por isso a sua posição original:

“A concepção estatista de nação, ligada a um processo de unificação-centralização que não tem levado em conta a existência de outras nações, e outros sentimentos nacionais fora do oficialmente assumido pelo Estado, tem gerado enormes injustiças e acarretado, como consequência, a aparição e generalização — ao menos na Europa — de importantes movimentos de recuperação, quando não de resistência e liberação das mal chamadas minorias étnicas”<sup>60</sup>.

O que Gurutz Bereciartu está pondo em destaque é justamente o núcleo de todo o debate sobre a questão nacional, isto é, como *articular* as lutas nacionais (em particular) com as lutas políticas (em geral), em especial a luta de classes, o movimento operário, etc. Enfim, é possível manter em relevo a questão nacional ou das nacionalidades, quando há “objetivos maiores” a perseguir? Trata-se, de fato, de questão recorrente, pois era justamente esse o debate que se desenvolvia nos meios marxistas na virada do século passado e que perdurou com intensidade até as primeiras décadas do atual.

Otto Bauer<sup>61</sup> foi sem dúvida o maior dos teóricos sobre a questão nacional em toda a história do marxismo e é referência obrigatória para os que se interessam pelo assunto. Austro-marxista, ao lado de Max Adler, Karl Renner, Rudolf Hilferding e outros, Bauer e seu grupo (todos intelectuais e militantes do Partido Social-Democrata Austríaco) procuraram conduzir a sua ação política articulada à investigação teórica, cuja ênfase na *questão cultural* resultou em concepções pouco ortodoxas no debate marxista e socialista da épo-

<sup>60</sup> BERECIARTU, Gurutz J., *Contra el Estado-Nación. En torno al hecho y la cuestión nacional*, op. cit., p. 61.

<sup>61</sup> BAUER, Otto, *La cuestión de las nacionalidades y la socialdemocracia*, México, Siglo XXI, 1979 (1ª ed. em alemão: 1907).



ca, por isso mesmo rotuladas de “revisionistas”, sobretudo pelos bolcheviques da Terceira Internacional e, dentre estes, especialmente Stalin. De fato, na situação de turbulência política e pré-revolucionária da Europa na primeira década deste século, produzir uma alentada obra sobre o problema nacional e procurar transformá-la em teoria marxista sobre questão tão polêmica só poderia gerar reações vigorosas.

Bauer entendia que na conjuntura do movimento operário e socialista do Império Austro-Húngaro, com a sua multiplicidade nacional e autêntico caleidoscópio de etnias, povos, culturas, línguas, movimentos de autonomia, etc., não havia como traçar as estratégias políticas de ação política sem *incorporar* esse delicado tema ao debate. Como ele próprio admite, essa era uma tarefa espinhosa, pois tratava-se de ultrapassar os “limites estreitos” do campo de trabalho habitual, para incursionar em “caminhos menos familiares para nós”.

Eric Hobsbawm observa que o nacionalismo tornara-se uma *ideologia* em mãos da direita européia no período, e que a sua discussão pela esquerda socialista provocou grandes polêmicas no seio da Segunda Internacional, em particular entre os partidos social-democratas<sup>62</sup>. Diante desse quadro, Otto Bauer propõe um caminho teórico específico (baseado no marxismo, como afirma) que articula consciência de base *cultural* ou nacional com consciência *política*, ou de classe. Evitando a polarização entre as determinações políticas ou culturais no fenômeno nacional, Bauer desenvolve a idéia de que a nação é simultaneamente uma *comunidade de caráter* e uma *comunidade de destino*.

No caso do primeiro conceito, esclarece, não se deve confundir esse “caráter nacional” com um indefinido “espírito nacional” tão ao gosto do pensamento romântico da filosofia alemã. Trata-se, para ele, de um conjunto de caracteres *naturais* e *culturais* que dá uma certa homogeneidade a uma dada formação, diferenciando-a das demais. Além disso, enfatiza, não opera aí nenhuma determinação absoluta de um ou outro tipo desses caracteres, pois *ambos* expres-

<sup>62</sup> Cf. Hobsbawm, Eric J., *A era dos impérios*, op. cit., esp. Cap. 6 — “Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo”.

sam processos *históricos*, o que exclui uma concepção de caráter nacional como um traço imutável das sociedades.

Ao lado disso, acrescenta, nenhum deles atua isoladamente, isto é, só a ação permanente das duas influências, *simultaneamente*, é que garante essa homogeneidade *relativa*. Nessa articulação natural-cultural, sempre predominaria a *cultura*, transmitida de geração para geração, sucessivamente. Nesse sentido, conclui, é a transmissão contínua dos *bens culturais* o que define em grande parte o caráter nacional.

Modernamente, observa Bauer, essa comunidade *cultural nacional* é cada vez mais o produto do desenvolvimento capitalista em sua fase industrial:

“Só o capitalismo moderno voltou a gerar uma cultura verdadeira nacional do povo inteiro, que saltou por cima dos estreitos limites da demarcação aldeã. E o fez erradicando a população, arrancando-a da fixação local, mudando-a de lugar e de profissão no processo da moderna formação de classes e profissões. Levou a cabo sua obra por meio da democracia, que é seu produto, através da escola elementar, o serviço militar obrigatório e o sufrágio igualitário”<sup>63</sup>.

No socialismo, prevê, essa cultura será o produto, antes de tudo, de um efetivo *sistema de educação nacional*, em que a “escola cidadã” do passado, e a “escola elementar” (das massas) no capitalismo, transformam-se numa escola *de* trabalhadores, formadora de um *novo* caráter nacional. Com o socialismo, acredita, a “cultura nacional”, que era na verdade uma cultura das classes dominantes, converter-se-á em valores para as massas nacionais, capazes, até, de forjar uma autêntica autonomia, uma *autodeterminação*.

Historicamente, as nações teriam sido o produto do *compartilhar* de um destino comum, em “permanente comunicação e interação recíprocas”. Por isso, argumenta, não bastam as determinações gerais, como as de um modo de produção comum, pois ingleses e alemães, por exemplo, apesar dessas determinações, permaneceram

<sup>63</sup> BAUER, Otto, op. cit., p. 103.



intrinsecamente diferentes. A comunidade de destino e de caráter será então uma permanente *interação recíproca geral*, na qual a *língua* será essencial. É essa interação geral, mediatizada pela língua, que acabaria por determinar o “caráter de um indivíduo”, pois é ela que transmite e difunde a *cultura nacional*: a educação, o direito, a moral, a visão de mundo, o belo e o feio, a religião, a filosofia, a ciência, a arte, a política, etc.<sup>64</sup>. Com isso, Bauer afasta *qualquer* forma de determinação racial da realidade cultural-nacional.

Mais adiante, afasta também a idéia de um “espírito nacional” acima dos indivíduos e das suas diferenças, que modelaria e determinaria a “vontade da nação”, refutando com isso a visão alemão-romântica sobre a questão. É o que afirma, quando trata do crescente processo de complexização da sociedade, especialmente com o surgimento das classes:

“O que coesiona a nação já não é a unidade do sangue, nem a unidade da cultura, senão a unidade da cultura das classes dominantes que se assentam sobre essas massas e vivem do seu trabalho”<sup>65</sup>.

Dado esse seu caráter geral, argumenta, a nação não pode ser conceitualmente “congelada”, isto é, ela deve ser vista sempre como uma realidade histórica, em seu permanente *devenir*. Desse modo é que se combinarão os dados culturais passados com os novos, definidos num novo modo de produção (caso da nação socialista), ou, como diz, é preciso pensar a realidade nacional a partir de uma perspectiva diversa do romantismo (o “materialismo nacional”).

Sendo a nação uma realidade *material* (produto das lutas do ser humano, das forças produtivas humanas, das relações de trabalho, etc.) e *histórica* (o caráter e a cultura nacionais “modificam-se historicamente”), ela seria, ao mesmo tempo, “o histórico em cada um de nós” e uma “manifestação do homem socializado”<sup>66</sup>. Para Bauer, nação, portanto, seria muito mais que uma simples “comunidade

<sup>64</sup> Idem, p. 123.

<sup>65</sup> Idem, p. 129.

<sup>66</sup> Idem, p. 133.

lingüística”, como sustentam até alguns teóricos socialistas (refere-se aqui certamente a Kautsky, que defendia essa idéia), sendo, isto sim, o produto de forças *internas* poderosas, como o caráter comum (a cultura), o destino comum (a história), e estando ambos determinados pelo modo peculiar de *organização* (o modo de vida) de cada povo.

Um outro enfoque inovador de Bauer sobre a questão nacional é o modo pelo qual distingue a *valorização* e a *política* nacionais da burguesia e do proletariado revolucionário. No primeiro caso, identifica uma “valorização nacional”, que, apesar de constituir uma atitude geral baseada no reconhecimento das peculiaridades de um povo, acabou constituindo-se em ferramenta útil para as burguesias, interessadas em conservar os “valores nacionais”, aí incluídos seu domínio e privilégios de classe.

Para o proletariado, ao contrário, tratar-se-ia de “valorização racional”, pois essa classe, mais liberta das peias tradicionalistas que todas as demais, compreenderia que tais peculiaridades são importantes, mas não podem ser colocadas acima do movimento da história e da luta de classes. Assim, afirma:

“Ela vê seu ideal não na conservação da peculiaridade nacional, mas na subversão de toda constituição social registrada até então, subversão que poderá convertê-la em membro da nação... Por isso ri de todos aqueles que querem combater sua luta de classe alegando que esta contraria a peculiaridade da nação, já que só a sua luta de classe poderá convertê-la em membro da nação”<sup>67</sup>.

Em outras palavras, Bauer entende que à classe operária não interessa nenhuma espécie de *sacralização* da nação, cabendo a ela a crítica a toda tradição *pela* tradição e à peculiaridade, “em si”. Seria essa, portanto, a sua grande diferença em relação à burguesia, pois a esta interessa *conservar* os valores nacionais, o que torna a sua política aí uma “política conservadora-nacional”. É necessário, defende, uma nova política, na qual os valores nacionais sejam

<sup>67</sup> Idem, p. 157.



incorporados e ao mesmo tempo modificados numa nova etapa histórica. Seria a política do proletariado moderno, a que ele chama de “*política evolucionista-nacional*”, para a qual “não se trata do desenvolvimento da nação, mas do desenvolvimento do conjunto do povo em nação”<sup>68</sup>. Essa *política democrática* da classe operária basear-se-ia essencialmente no *sufrágio universal* e na luta partidária, meio de garantir a conquista de parte da cultura nacional pelos trabalhadores; na luta pela *liberdade de imprensa, de reunião e de associação*, que permite a *ação cultural* das massas; a luta pela *escola elementar* (o proletariado deve ter uma *política educacional*), onde “cada nova sala escolar é uma nova conquista da nação”; finalmente uma nova *política econômica*, que, apesar de voltar-se basicamente para a luta sindical e melhores condições de vida, no capitalismo, seria de fato uma *política socialista*, já que teria na superação do capitalismo a sua meta principal<sup>69</sup>.

Bauer, como é natural, examina detidamente a situação do Império Austro-Húngaro, com as suas variadas nacionalidades. Identifica ali, por exemplo, um “nacionalismo ingênuo” nos trabalhadores dos chamados “povos sem história” (aqueles sem Estado próprio), inspirado em grande parte pela pequena-burguesia radical. Identifica, também, um “cosmopolitismo ingênuo” em setores das classes operárias das grandes nações (Alemanha, Áustria, etc.), que não vêem a importância da questão nacional. Para ele, os trabalhadores deveriam adotar uma *política internacionalista*, mas “conscientes de suas particularidades”, uma política antes de tudo *democrática*, que, num Estado multinacional, por exemplo, garantisse o direito das nacionalidades através de uma verdadeira *autonomia nacional*. Deveria existir uma “regra” das “relações nacionais” que impedisse a hegemonia de uma minoria sobre a maioria da nação, e que a cada nação estivesse assegurado o *direito do progresso cultural*.

Enfim, Bauer defende que toda a ação política operária, no caso de uma federação multinacional, deve incluir os princípios da autodeterminação e da autonomia nacional, que deveriam fazer parte do programa constitucional da classe operária. Ao Estado (central),

<sup>68</sup> Idem, p. 164.

<sup>69</sup> Idem, pp. 166-167.

caberiam *exclusivamente* as ações visando preservar os interesses *comuns* de todas as nações, sem interferir no direito de cada uma de autogovernar-se. Com isso, rejeita o “centralismo-atomista” liberal, o “centralismo imperial” e o “federalismo dos reinados”.

Uma sociedade *socialista e democrática*, afirma, exige um *novo tipo de organização*, aquela em que a relação entre o Estado e as nações se faça por uma concepção *orgânica* (uma “federação socialista”), capaz de preservar os direitos à *autonomia e à autodeterminação das nações*.

As idéias de Otto Bauer tiveram grande repercussão nos meios socialistas da época. Afinal, como observa Hobsbawm, o nacionalismo tornara-se, ao mesmo tempo, uma *ideologia* para a direita e um *problema* sério a ser enfrentado pela esquerda em quase todos os países europeus, no período de 1870 a 1914. No caso da esquerda, a repercussão deveu-se também ao fato de que, até ali, nenhum marxista dedicara ao tema um estudo tão exaustivo. Mesmo Kautsky, outro marxista austríaco, limitara-se a abordá-lo em alguns artigos. Ademais, como fizera Lênin com a questão agrária e outros temas, Bauer propunha um *programa completo* de ação para o movimento operário internacional, no tocante a esse problema, o que necessariamente o levou a confrontar-se política e teoricamente com outras tendências da Segunda Internacional e da esquerda européia.

Kautsky, por exemplo, anos antes de Bauer, abordara a questão por outro ângulo<sup>70</sup>. Para ele, a forma clássica da nação é o “Estado-nação”, produto da luta histórica entre *centralismo e particularismo*. O capitalismo e a unificação lingüística teriam sido os grandes fatores de consolidação dessa tendência ao Estado-nação. Ele entende que, sendo internacional, por natureza, o capitalismo leva necessariamente ao “cosmopolitismo”, no qual as “línguas nacionais” poderiam até mesmo desaparecer, dando lugar a uma “língua mundial”.

Essa “mundialização” seria ainda capaz, a seu ver, de levar as nações modernas a um processo de *unificação*, com a eliminação das “barreiras nacionais” e a constituição de um único “território

<sup>70</sup> KAUTSKY, Karl, “Autodeterminação nacional”, in Pinsky, J., *Questão nacional e marxismo*, op. cit.



econômico”<sup>71</sup>. Os proletários “nacionais”, defende, devem lutar pelo *internacionalismo operário*, contra os “elementos reacionários particularistas”, e nunca opor-se aos interesses dos operários de outra nação. Com isso, acredita, cresceria a solidariedade operária internacional, e diminuiria a que existia entre os trabalhadores e a burguesia em cada nação. Apesar dessa concepção geral, defendida em artigo de 1887, ele aparentemente muda de posição em 1909, quando critica Stalin e Lênin pela condenação que ambos fazem às lutas nacionais nos quadros do capitalismo, acusando-os de tendências hegemônicas no movimento socialista:

“Por outro lado, são os partidários do imperialismo entre os social-democratas que se recusam a sustentar a reivindicação de autodeterminação dos povos”<sup>72</sup>.

Além disso, já em confronto aberto com os dois líderes bolcheviques, acusa-os de defenderem o direito das “grandes nações civilizadas” de praticarem a “assimilação forçada” das nações menores e mesmo o direito de anexação destas. Com essas últimas posições, Kautsky aproximar-se-ia bastante das idéias de Otto Bauer, dando uma certa unidade de pensamento aos austro-marxistas quanto à questão nacional.

Rosa Luxemburgo, em 1896, defende posição contrária à dos austro-marxistas sobre a questão nacional, ao criticar em uma parte do movimento socialista o que chama de “social-patriotismo”. Ela referia-se especialmente à polêmica que se instalara pela insistência dos socialistas poloneses de incluírem sua “reivindicação nacional” num congresso da Internacional Socialista. Caso fosse aprovada essa reivindicação, argumenta, os congressos deveriam acatar todas as demais do gênero, fragmentando a luta internacional:

“No lugar de programas políticos correspondentes aos interesses de classe, elaborar-se-iam programas nacionais. A sabotagem ao combate político unitário conduzida pelo proletariado em cada

<sup>71</sup> Idem, op. cit., p. 34.

<sup>72</sup> KAUTSKY, Karl, “A autodeterminação nacional”, in op. cit., p. 43.

Estado seria consagrada em seu princípio por uma cadeia de lutas nacionais estéreis”<sup>73</sup>.

Não concorda também com Kaustky, quanto à idéia de que o Estado-nação fosse a forma política clássica do capitalismo, argumentando que esta era a do “Estado colonial”, “imperialista” ou “conquistador”. Por isso, defende que a questão nacional deveria ser examinada sob esse ângulo, isto é, de que a tendência internacional dominante é a do grande Estado imperialista:

“a ‘autodeterminação’, a existência autônoma das mininações é cada vez mais uma ilusão. Esta volta à existência autônoma de todas ou pelo menos da grande maioria das nações hoje oprimidas só seria possível se a existência dos pequenos Estados tivesse possibilidades e perspectivas de futuro na época capitalista”<sup>74</sup>.

Numa linha semelhante de crítica a Bauer e à adoção do problema nacional pelo movimento socialista, Anton Pannekoek (holandês e pró-bolchevique) opõe radicalmente a luta de classes e a luta nacional, identificando esta última como uma expressão da ideologia especificamente burguesa. Quanto aos trabalhadores — “eles participam da nação tanto quanto o gado no estábulo” — deveriam, para ele, preocupar-se exclusivamente com a batalha pelo socialismo, quando, então, constituiriam a sua verdadeira “cultura nacional”, radicalmente oposta à “cultura burguesa” (compara, por exemplo, Schiller e Goethe a Marx e Engels)<sup>75</sup>.

As idéias de Bauer, por outro lado, seriam aceitas e aplicadas à realidade de um outro país por Ber Borochoy, judeu-russo e teórico do “sionismo-socialista”. Assumindo abertamente o marxismo como base de interpretação da questão nacional, Borochoy opera, de certo modo, uma curiosa relação entre conceitos aparentemente contraditórios. Assim, por exemplo, ele entende que a situação comum de indivíduos em mesmas *relações de produção* definiria as *classes*

<sup>73</sup> LUXEMBURGO, Rosa, “A questão polonesa”, in op. cit., p. 56.

<sup>74</sup> LUXEMBURGO, Rosa, “A questão nacional e a autonomia”, in op. cit., p. 63.

<sup>75</sup> PANNEKOEK, Anton, “Luta de classe e nação”, in op. cit., p. 105.



*sociais*. Por outro lado, mesmas *condições de produção* definiriam uma situação mais geral, *a nação*. Como essas condições de produção dependeriam do “meio geográfico, cultura, história, etc.”, a questão nacional, para o marxismo, exigiria uma interpretação “materialista”. Daí a importância que atribui ao *território*, para ele a condição primeira da autonomia nacional, posição que o diferencia dos que defendem essa autonomia em termos puramente culturais. Trata-se de reconhecer no território — “a mais importante das condições materiais de produção” — um papel de *sobredeterminação* nos objetivos de emancipação nacional<sup>76</sup>. Também sustenta que o desenvolvimento do capitalismo em nível internacional colocava forçosamente a questão nacional para a burguesia e o proletariado, mas por vias e objetivos estratégicos distintos. Nesse sentido, o proletariado deveria apropriar-se do principal dos patrimônios nacionais, o território, como condição para gerar uma concepção socialista de nação:

“Seja qual for a maneira pela qual abordemos a questão nacional para observar as suas relações com o proletariado, ainda que por princípio nos prendamos sempre às necessidades culturais, sempre teremos que chegar à questão *do lugar de trabalho e de luta (base estratégica) que o território constitui para o proletariado*”<sup>77</sup>.

Para Borochoy, esse é o *nacionalismo realista* do proletariado e dos intelectuais, que não lutam pelas tradições, ou pela unidade nacional, mas pela *emancipação nacional*.

O mais famoso debate sobre a questão nacional entre os marxistas até o início deste século foi o que envolveu Otto Bauer e J. Stalin. Este último fora encarregado (por Lênin) de escrever um texto em resposta ao livro de Bauer, cuja influência era considerada grande em algumas “tendências nacionalistas” no interior do POSDR, entre os membros do Bund e os mencheviques. Como o próprio Stalin esclareceria mais tarde, tratava-se de elaborar o programa nacional

<sup>76</sup> BOROCHOV, Ber, “Os interesses de classe e a questão nacional”, in op. cit., pp. 115 e segs.

<sup>77</sup> Idem, op. cit., p. 125.

russo e bolchevique, em oposição ao austríaco. Logo após a publicação desse texto, em 1913 (*O marxismo e o problema nacional*)<sup>78</sup>, Lênin elogiaria o resultado do trabalho daquele “magnífico georgiano” que finalmente estabelecera os fundamentos do “programa nacional do POSDR”. O partido, como observa Stalin, carecia de uma linha programática sobre o problema, omissão grave diante da multiplicação das demandas nacionalistas, dos conflitos interétnicos e da “mistura” entre lutas nacionais e lutas revolucionárias na Rússia da época. Além disso, assinala, para esse “despertar das nacionalidades” contribuíam muito as conquistas democráticas formais como o parlamento, a liberdade de imprensa, as atividades culturais, etc., “que fortaleciam os sentimentos nacionais” dos vários povos da Rússia.

Dentro desse clima favorável às lutas nacionais, argumenta, a maior contribuição teria sido dada pelo parlamento:

“A Duma, com sua campanha eleitoral e seus grupos políticos, reanimou as nacionalidades, deu nova e ampla possibilidade para mobilizá-las. E a onda de nacionalismo belicoso levantada de cima e toda uma série de repressões desencadeadas pelos ‘poderosos do mundo’ para vingar-se da periferia pelo seu ‘amor à liberdade’ provocaram, como réplica, uma onda de nacionalismo vinda de baixo, que muitas vezes se convertia num tosco chauvinismo. O fortalecimento do sionismo entre os judeus, o crescente chauvinismo na Polônia, o pan-islamismo entre os tártaros, o recrudescimento do nacionalismo entre armênios, georgianos e ucranianos, a propensão geral dos espíritos mesquinhos para o anti-semitismo — são outros tantos fatos conhecidos de nós”<sup>79</sup>.

Stalin esboça um *esquema* conceitual extremamente simplório (para quem pretendia rebater as teorias de Otto Bauer) de nação, no qual esta aparece como a “síntese” de várias “comunidades” de

<sup>78</sup> STALIN, J., *O marxismo e o problema nacional e colonial*, São Paulo, Livr. Edit. Ciências Humanas, 1979.

<sup>79</sup> Idem, p. 3.



homens, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia. Crítica, com ironia e desdém, o conceito geral de nação desenvolvido por Bauer, sob o argumento de que “comunidade de caráter” e “comunidade de destino” seriam entidades metafísicas, exclusivamente culturais e sem base material (especialmente *territorial*).

Toma o exemplo dos judeus como emblemático do que considera equívocos do marxismo austríaco:

“Bauer se refere aos judeus como a uma nação, embora ‘não tenham língua comum alguma’; mas que é ‘comunidade de destinos’, e que vínculos nacionais podem mediar, por exemplo, entre judeus georgianos, daguestanos, russos e norte-americanos, completamente desligados uns dos outros, que vivem em diferentes territórios e falam distintos idiomas... E se neles fica algo de comum, é a religião, sua origem comum e alguns vestígios de caráter nacional. Disto tudo não resta dúvida. Como se pode, porém, sustentar seriamente que ritos religiosos fossilizados e vestígios psicológicos que se vão esfumando influam nos ‘destinos’ dos referidos judeus com mais força que a vida econômica, social e cultural que os rodeia?”<sup>80</sup>.

Stalin tem certeza de que Bauer, ao privilegiar o caráter nacional de base cultural, está confundindo nação (“categoria histórica”) com tribo (“categoria étnica”). Como considera que o seu método seria essencialmente “histórico” (em “contraposição” a Bauer), ele examina o desenvolvimento da questão nacional na Europa Centro-Oriental sob outro ângulo. Ali, argumenta, durante o feudalismo, teriam se formado principalmente “Estados multinacionais” sob o poder unificador dos povos (russos, austríacos, magiares) mais “importantes”. No capitalismo, observa, essas nacionalidades teriam se engajado em “movimentos nacionais”, tendo sempre como pano de fundo não o choque global entre elas, mas o de setores proletários nacionais contra burguesias estrangeiras, ou seja, o movimento nacional só se tornava um movimento de massas quando articulado à luta de classes.

<sup>80</sup> Idem, p. 9.

Sob esse aspecto, argumenta, não há “oposição pura” entre georgianos e russos, ou georgianos e armênios, por exemplo. Mesmo quando um movimento torna-se amplo, contra uma outra nação, na verdade, sustenta, trata-se muitas vezes de reação a uma medida repressora ao idioma, ou à religião, etc., tomada por uma burocracia estatal *sempre* articulada aos interesses da burguesia. Em suma, Stalin conclui, com ironia, que em todos esses movimentos nunca teriam surgido reivindicações tendo por base o “caráter nacional” proposto por Bauer. Com isso, desqualifica-o, sob o argumento de que suas teorias *não serviriam à ação política*. Vai além, ao identificar a chamada política “evolutivo-nacional” de Bauer com uma tentativa deste de “adaptar a luta de classes dos trabalhadores à luta das nações”. Para ele, o movimento nacional seria um problema “essencialmente burguês” e, portanto, resolvê-lo, do ponto de vista do proletariado, só seria possível com a derrota da burguesia: “Só quando reine o socialismo se poderá instaurar a paz completa”. Naquele momento, sustenta, o essencial é a “fusão completa de todos os seus camaradas num exército internacional único”<sup>81</sup>. Em seguida, Stalin adianta parte do seu “programa nacional”. Como Lênin, também defende o direito à *autodeterminação* das nações, isto é, o direito inalienável de determinarem o seu próprio destino, o que implica o respeito desse princípio pelas demais, que não podem violá-lo pela força da intervenção. Porém, assinala (e aí está o “detalhe” essencial do programa stalinista),

“isto não significa, naturalmente, que a social-democracia vá apoiar todos os costumes e instituições de uma nação... A nação tem o direito de organizar-se autonomamente. Até o direito da separação. Isto não significa, porém, que deva fazê-lo sob quaisquer condições, que a autonomia ou a separação sejam sempre e em toda parte vantajosas para a nação, isto é, para a maioria dela ou para as camadas trabalhadoras”<sup>82</sup>.

Como o determinante para Stalin (e para o partido, conforme o

<sup>81</sup> Idem, p. 17.

<sup>82</sup> Idem, p. 19.



programa que seria aprovado) não é a questão da cultura ou da nação como fenômeno cultural, mas da política revolucionária e, portanto, dos objetivos e ação estratégicos dos trabalhadores organizados em cada parte da Rússia, o modo pelo qual ele “soluciona” a questão nacional é bastante distinto daquele defendido pelos austro-marxistas. No caso do princípio da *autodeterminação*, por exemplo, mesmo adotando-o com reservas, não poderia ignorá-lo, pois tratava-se de tese formulada por Lênin, aprovada no Congresso do POSDR de 1903 e amplamente aceita na Europa (até mesmo pelo Presidente Wilson, como principal critério para a “Paz de Versailes”). O que Stalin propõe, entretanto, é a “plenitude” desse direito dos povos “sem história”, *desde que* a massa dos trabalhadores, tendo à frente os revolucionários social-democratas, *considerasse* que esse era o melhor caminho para aquela nação.

A esse respeito, o quadro europeu era bastante complexo. O caso da Finlândia era relativamente tranquilo, pois havia ali um grande consenso a respeito da separação ou independência. Quanto à Polônia, por outro lado, o quadro era confuso, pois, apesar do caráter notoriamente popular da reivindicação por independência nacional (daí as polêmicas das “resoluções” a respeito nos congressos operários e socialistas), Stalin “não está certo” de que os “marxistas poloneses” de fato aprovam tal medida. Em resumo, trata-se sempre, para ele, de *subordinar* a questão nacional à estratégia de luta dos trabalhadores, ou, mais especificamente, do POSDR (posteriormente PCUS). Stalin rejeita, portanto, a tese da *autonomia nacional*, identificando-a com a “luta burguesa” (no caso dos austro-marxistas que pretendiam introduzi-la no movimento socialista) e como “desvio burguês”. Por isso, choca-o profundamente a idéia de organizar internamente o “Estado Socialista Russo” e suas múltiplas nacionalidades, pelo modelo proposto por Bauer, por exemplo, no qual o respeito à democracia, às *nacionalidades* e às suas *culturas próprias* era o fator determinante para a estrutura e o funcionamento das instituições políticas.

Na proposta de Bauer, como vimos, o Estado mantém-se íntegro, forçosamente federativo, no qual a autonomia nacional não se expressa *territorialmente*, mas pela participação relativa das nacionalidades (pelos seus representantes eleitos) na condução do Estado

e da política em geral, isto é, um Estado de fato *multinacional*. Por essa proposta, não importa que o indivíduo ou grupo de uma dada nacionalidade esteja ou não concentrado numa determinada parcela territorial, pois em qualquer hipótese os seus *direitos nacionais* estariam assegurados: não apenas direito de idioma, religião, etc., mas especialmente direitos de representação política enquanto operário, pequeno-burguês, burguês, etc., de uma *dada nacionalidade*.

Pela proposta de Stalin, vencedora no POSDR, na Terceira Internacional e posta em prática na Rússia (URSS) após a Revolução de Outubro de 1917, a “solução” para o arranjo institucional da multinacionalidade do Estado russo baseou-se na *autonomia regional*. Na realidade russa, assevera Stalin, não caberia a autonomia nacional-cultural propugnada pelos austríacos, pois esta “pressupõe nacionalidades mais ou menos desenvolvidas, com uma cultura e uma literatura desenvolvidas também”<sup>83</sup>.

Certamente esse não era o caso dos caucasianos (mingrelícos, abkásianos, etc.), como lembra, muitos deles em processo de *assimilação* por povos “mais desenvolvidos”. No caso dos georgianos, ucranianos, armênios, lituanos e outros povos “mais fortes”, propõe definir administrativamente as respectivas regiões, e dotá-las de infra-estruturas do poder central (leia-se governo central russo) e do partido único (também central), ao lado de níveis políticos locais (algum tipo de governo local) e culturais “nacionais” (respeito ao idioma materno, à religião, etc.). O corte, os limites, a *identidade*, enfim, seriam sempre *político-territoriais*, isto é, as regiões definir-se-ão pela lógica do *todo estatal* e não da diversidade nacional. Trata-se, como admite, de um critério que combina *política e geografia*:

“A única solução verdadeira está na autonomia *regional*, a autonomia por unidades tão definidas como a Polônia, a Lituânia, a Ucrânia, o Cáucaso, etc. A vantagem da autonomia regional consiste antes de tudo, em que nela não nos temos de haver com uma ficção sem território, mas, pelo contrário, com uma população

<sup>83</sup> Idem, p. 49.



determinada, que vive em território determinado. Por conseguinte, não delimita as pessoas por nações, não reforça as barreiras nacionais, mas, pelo contrário, rompe essas barreiras e agrupa a população, para abrir o caminho a uma delimitação de outro gênero, a uma delimitação por classes. Finalmente, dá-nos a possibilidade de explorar da melhor maneira as riquezas naturais da região e desenvolver suas forças produtivas, sem esperar que as soluções venham do centro comum — funções estas que a autonomia nacional-cultural não exerce”<sup>84</sup>.

Dentro dessas subunidades territoriais-estatais com múltiplas nacionalidades, o que fazer para evitar a hegemonia das majorias sobre as minorias (nacionais)? Stalin não vê aí grandes dificuldades e condena a tentativa de *russificação* empreendida no passado pelos czares, concluindo que esta foi uma política *equivocada*. Para ele, basta que “se permita” aos diferentes povos usarem o seu próprio idioma e que, inclusive, possam contar com as suas próprias escolas, e o problema estará solucionado.

Como Ratzel (na Alemanha) e os geopolíticos que o seguiram, Stalin não nutre simpatias pelo modelo *federalista-nacional*, vendo nessa forma de organização política do território um meio caminho percorrido pelas tendências latentes nas “terras periféricas” em direção à *separação*. Preocupa-o sobremaneira a relação entre o *centro* e a *periferia* na “Grande Rússia”, mesmo após a revolução (URSS), o que o leva, na prática, a recorrer à clássica teoria geopolítica dos movimentos *centrífugos* e *centrípetas* no interior do todo territorial, desenvolvida anos atrás por Ratzel. Daí por que, ao que tudo indica, o tipo de federalismo adotado no Império Austro-Húngaro (“burgueses”), ou décadas após pela Iugoslávia (socialista), por exemplo, não se aplicou à URSS, na qual as Repúblicas (quinze) açambarcaram a diversidade nacional (estimada em aproximadamente cem nacionalidades). Tendo sido “ajustado” o *nível territorial*, por critérios políticos e econômico-regionais, e dentro destes alguns dispositivos voltados às minorias, restou o partido como a grande instância *entre nações* e *centralizadora* do todo estatal.

<sup>84</sup> Idem, p. 59.

Como observa Stalin, esta era a lógica que deveria prevalecer no Estado soviético, cujo sentido deveria levar os revolucionários a conscientizar a massa trabalhadora de que o objetivo era o *socialismo* (e não a nação) e que este, antes de tudo, é *internacional*. Por isso em 1920, na crise pós-revolucionária, agravada pelo cerco das grandes potências, os movimentos de independência da Geórgia, Polônia, Ucrânia, Finlândia e Armênia — principalmente — foram taxativamente condenados por Stalin e pelo partido, sob o argumento de que separar-se da Rússia naquele momento equivalia a um movimento contra-revolucionário.

É o que ele lembra, num “informe” ao partido daquele ano:

“Naturalmente, os territórios da periferia da Rússia, as nações e os povos que os habitam têm, como todas as demais nações, o direito imprescindível de separar-se da Rússia, e se qualquer delas decidisse por maioria separar-se da Rússia, como sucedeu com a Finlândia em 1917, à Rússia não restaria nada mais que registrar o fato e sancionar a separação. Mas aqui não se trata dos direitos das nações, que são indiscutíveis, mas dos interesses das massas populares, tanto das do centro como das da periferia”<sup>85</sup>.

Nessa ocasião, Stalin já comemora o “sucesso” do modelo especificamente soviético de federação, baseado nas “Repúblicas” semi-autônomas (nas questões administrativas locais e em certos aspectos culturais), unidas pelas instâncias centralizadas do Estado em Moscou: defesa, economia e, acima de tudo, o PCUS, cuja influência na condução dos negócios de governo e na propagação em toda a URSS da *nova cultura*, para todas as nações e nacionalidades, o credencia como a fonte suprema de todo o poder político naquele sistema.

Nesses informes e resoluções dos primeiros anos do Estado soviético, fica patente a preocupação de Stalin e do partido em não caracterizar o poder central soviético como um “poder russo”. Para ele, caberia aos revolucionários de cada região um intenso trabalho de conscientização dos que se achavam ainda “presos às tradições

<sup>85</sup> Idem, p. 81.



nacionais” e às estruturas atrasadas (agrário-feudais, patriarcais, etc.), integrando-os à nova cultura socialista. Reconhece que não bastam as escolas próprias e o direito ao idioma materno, ao defender que essas “minorias” deveriam também estar representadas nos Conselhos dos Comissariados do Povo.

O objetivo maior, defende, é o de *integrar* à Rússia Central, mais desenvolvida, as 22 *regiões periféricas*, com níveis variáveis de atraso, constituindo-se um único Estado Federado (especial), isto é, a União das Repúblicas. No Congresso de abril de 1923, as discussões em torno dessa questão foram intensas, com Stalin acusando Bukhárin, por exemplo, de “exagerar” a importância das nacionalidades como um fator complicador para a constituição da “União”. Bukhárin, no caso, baseando-se no princípio leninista do direito à autodeterminação, defendia que os “grandes-russos” não poderiam predominar na montagem do Estado soviético, sob o risco de assim acabarem por subjugar ao seu poder e à sua cultura as demais nações e nacionalidades da “grande federação”. Stalin contra-argumenta, observando que esse “direito de igualdade” entre russos e os demais povos era inaceitável, pois era justamente na “Grande-Rússia”, o “berço da revolução”, que se concentrava o grosso do operariado industrial mais desenvolvido e consciente, evidentemente “superior” às massas atrasadas da “periferia agrária”.

Mais uma vez, Stalin submete o problema nacional à lógica do socialismo soviético, não hesitando até mesmo em “adaptar”, à conjuntura, a tese leninista sobre ele.

“O que no artigo do camarada Lênin constitui uma variante foi convertido por Bukhárin em fundamento. Sem dúvida, é evidente que a base política da ditadura do proletariado é constituída, antes de tudo, pelas regiões centrais, regiões industriais, e não pelas regiões da periferia, países agrários. Se exagerarmos a nota em favor da periferia camponesa e em prejuízo das regiões proletárias, pode produzir-se uma brecha no sistema da ditadura do proletariado. Isto é perigoso, camaradas. Em política não nos devemos exceder; também não nos devemos deter”<sup>86</sup>.

<sup>86</sup> Idem, p. 146.

Este, em suma, era o grande desafio de Stalin e do Estado soviético: integrar os povos da “União” ao centro (Rússia), sem “rusificá-los”. É a clássica contradição envolvendo *integração* e *assimilação*.

No Império Austro-Húngaro e na Iugoslávia, por exemplo, Estados multinacionais, a integração política das nacionalidades foi planejada de modo a não transformar o Estado num instrumento a favor da assimilação de minorias pelas majorias, o que não evitou problemas envolvendo os austríacos, magiares (e minorias), no primeiro caso; e os sérvio-croatas (e minorias) no segundo. Na URSS, o modelo federativo proposto (de base regional e não nacional) permitiu de fato integrar todo o conjunto territorial e suas dezenas de nacionalidades, à exceção da Finlândia (tornada independente em 1917) e da Polônia (formada em 1918 a partir de territórios russos, austro-húngaros e alemães). István Bibó, cientista político húngaro e participante da “revolução de 1956” em seu país, de fato avalia que o modelo federativo soviético integrou com semi-autonomia regiões e povos muito diversos. Alerta, porém, que a tentativa de *assimilação* (a diluição ou desaparecimento das culturas nacionais) foi um processo que ocorreu com vigor em toda a Europa Centro-Oriental, especialmente na URSS<sup>87</sup>. Esta também é a opinião de Czeslaw Milosz, escritor polonês, e György Konrád, escritor húngaro, ao examinarem as tentativas soviéticas de “integração com assimilação” de seus respectivos países após a instauração dos regimes socialistas na Europa Centro-Oriental no pós-Segunda Guerra<sup>88</sup>. Para Konrád, por exemplo, é ilusório imaginar que um europeu dessa grande região aceite dissociar *direitos civis* dos *direitos coletivos nacionais* para o seu grupo:

“Pode-se dizer isso de qualquer minoria: é legítimo que a maioria exija que se integrem, mas não é legítimo exigir que a

<sup>87</sup> BIBÓ, István, *Misère des petits États d'Europe de l'Est*, Paris, L'Harmattan, 1986.

<sup>88</sup> MILOZ, Czeslaw, “Atitudes centro-européias”, in *Revista USP*, nº 6, São Paulo, 1990; Konrád, György, “Existe Ainda o Sonho da Europa Central?”, in *Revista USP*, nº 6, São Paulo, 1990.



minoria assimilável. Conciliação ou assimilação? Cooperação com o povo em maioria com a preservação da própria autonomia, ou abandono de uma identidade histórica e uma absorção mais ou menos dolorosa pela maioria? A sociedade civil exige a integração, ou o respeito pela lei; a sociedade autoritária exige a submissão e a assimilação dos politicamente mais fracos<sup>89</sup>.

Por último, fica a advertência de Galina Starovoitova, estudiosa da questão nacional e uma das teóricas da *Perestroika* soviética. A seu ver, a ciência social do seu país, sob a influência do stalinismo, durante “muito tempo limitou-se à exaltação da harmonia interétnica ignorando a agudez (profundidade?) e a tensão das colisões reais”<sup>90</sup>. Segundo ela, o renascimento da questão nacional em todo o mundo — que chama de “paradoxo étnico” — é particularmente agudo na URSS, devido à “pesada herança do stalinismo”. Como Bauer, rejeita também o determinismo econômico vulgar — enquanto instrumento teórico —, segundo o qual os movimentos nacionalistas seriam a expressão de “carências”, cuja solução estaria na provisão de bens materiais; ou, ainda, a célebre hipótese (também de inspiração stalinista) de que todo movimento desse tipo ocultaria uma “conspiração” contra o socialismo.

Ao examinar o sistema federativo soviético — repúblicas federativas autônomas, regiões e territórios autônomos — conclui que as nacionalidades (120, segundo o censo) acham-se sub-representadas no Soviete Supremo da URSS, se bem que em melhor situação que no sistema antigo (Comissariado do Povo para as Nacionalidades). Observa que, no passado, isso se devia, em parte, ao fato de que o Soviete da União era constituído a partir de uma “base territorial”, o que impedia a plena representação das nacionalidades. Hoje, analisa, apesar das reformas no sistema eleitoral, o problema da sub-representação permanece. A solução política, propõe, poderia estar na criação de uma segunda “Câmara” (das

<sup>89</sup> KONRÁD, G., op. cit., p. 13.

<sup>90</sup> STAROVOITOVA, Galina, “Paradoxo étnico e estereótipo do pensamento”, in Pomeranz, Lenina (org.), *Perestroika. Desafios da transformação social na URSS*, São Paulo, Edusp, 1990.

nacionalidades) nos Sovietes Supremos de cada unidade autônoma das repúblicas.

Galina Starovoitova não descarta também a solução até certo ponto radical (defendida por Bauer noventa anos atrás e violentamente atacada por Stalin) de se propiciar *igual representação política para todas as nacionalidades*,

“pois as culturas nacionais têm igual valor, independentemente do número de seus portadores”<sup>91</sup>.

Além disso, entende que talvez o país esteja no momento de rever a sua *estrutura federativa*, de repensar, enfim, o modo de relacionamento entre o poder central e as suas partes constitutivas (*territoriais e nacionais*).

Essa seria, a seu ver, também, a via para concretizar, na *reestruturação democrática do poder, o primado da sociedade civil (e a nação como seu “corpo vivo”) sobre o Estado*.

<sup>91</sup> Idem, p. 236.



## VIII TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS ATUAIS

As transformações recentes do quadro mundial, acompanhadas da irreversível tendência à interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais, constituem sérios desafios teóricos e metodológicos à geografia e à geografia política em particular. Em certa medida, essas mudanças globais recentes no sistema mundial (e nos Estados-nações que o compõem), aliadas às inovações quanto ao modo de interpretá-las, colocam em risco a própria sobrevivência da geografia política, enquanto disciplina relativamente autônoma e centrada na análise das relações entre o *território* e o *poder*.

Nos últimos anos, têm-se multiplicado as avaliações sobre esse quadro complexo, muitas delas dos próprios geógrafos. Dentre esses, alguns têm chegado até mesmo à conclusão de que o *declínio* do antigo *Estado territorial soberano*, determinado pela *mundialização* das políticas, das relações econômicas e das tecnologias avançadas, estaria arrastando atrás de si uma modalidade de discurso geográfico-político (ou ele próprio), até aqui quase exclusivamente voltado para esse tipo de Estado e seu corolário de problemas.

Como veremos, todavia, essa avaliação não está isenta de controvérsias, tanto no nível das realidades em questão, como no da interpretação e do discurso que lhes correspondem. Em relação à mundialização das políticas internacionais, por exemplo, sabe-se que não é fenômeno inteiramente novo, tendo sido observado e interpretado pelos pioneiros dos estudos geográfico-políticos, dentre eles Mackinder em especial. Como vimos, tanto em seu "paper" de 1904, bem como em seu livro de 1919, o geógrafo inglês já alertava a elite de seu país e os seus pares sobre essas mudanças no cenário internacional, conclamando esses últimos a se engajarem numa "no-



va” *perspectiva global* em seus estudos geográficos. Também os analistas da Segunda Guerra, como visto, chamaram a atenção para o fato de que, diante das proporções alcançadas pelo conflito, além dos novos recursos da aviação de longo curso, o mundo, de fato, tornara-se um *globo* e as políticas internacionais, definitivamente *globais*. Ainda se destacou, naquela conjuntura, a tendência à formação dos *blocos supranacionais* e à relativização ou fragilidade dos “Estados soberanos” e suas fronteiras mais ou menos cerradas, diante do poder incomensurável das novas armas nucleares de alcance intercontinental, e das novas tecnologias aplicadas à destruição (caso de J. Herz, “Rise and Demise of the Territorial State”).

Quanto à mundialização das relações econômicas, sob o comando do capitalismo financeiro-industrial e, notadamente, dos grandes conglomerados empresariais, trata-se também de tendência já observada e interpretada há pelo menos um século. Afinal, desde as análises pioneiras de Marx sobre o capital bancário e seu papel na formação das “sociedades anônimas”, passando pelos estudos de Lênin sobre os trusts e cartéis, ou mesmo de Hilferding sobre o capital financeiro, a natureza e o significado das chamadas “multinacionais” e a constituição do “sistema mundial” tornaram-se fenômenos sobejamente conhecidos. Em rigor, resta saber até que ponto a atual “revolução tecnológica” estaria alterando o mecanismo básico dessa “mundialização”.

Guardadas as proporções, pode-se dizer o mesmo da tendência à interdisciplinaridade. Como já observado neste trabalho, pelo menos no que toca aos estudos geográfico-políticos, tal tendência já se desenvolvia com vigor entre os nortes-americanos há quarenta anos atrás, o que é claramente ilustrado pelos estudos de S. Jones e R. Hartshorne, por exemplo, nos quais ambos defendem, explicitamente, a aproximação da geografia política com a ciência política.

O uso freqüente da expressão “mudanças recentes” (em escala global), para justificar alterações bruscas nos modos de análise e interpretação, ou mesmo a liquidação de um discurso e de um campo de estudos sistemáticos relativamente autônomos, exige, portanto, algum tipo de periodização da “época contemporânea”. Assim, não basta, por exemplo, por conta da ação das multinacionais, da dinâmica das novas tecnologias, ou da relativização da importância das velhas fronteiras, *decretar* o fim do Estado territorial e, conseqüen-

temente, do papel de *cada* Estado-nação em particular, na atual conjuntura política mundial.

A sobrevivência de *velhas* práticas políticas, e de estruturas econômicas *atrasadas*, em meio a *novíssimas* tendências, cuja dinâmica tem sido irradiada de antigos e novos centros hegemônicos mundiais, compõe um cenário de contradições profundas, que não comporta interpretações fechadas e definitivas. Ao que tudo indica, como já ocorrera em outros períodos de transformações *aceleradas* (antes, durante e após as guerras mundiais, crises econômicas e revoluções, por exemplo), também agora as dúvidas dos analistas corresponderão certamente às incertezas diante dos processos em curso e do futuro.

Daí a multiplicidade de abordagens em geografia política e fora dela, que reflete essa complexidade atual e aponta tendências e perspectivas bastante diversificadas.

O fenômeno da mundialização é central na análise de Milton Santos, por exemplo, que não o transforma numa “panacéia”, mas toma-o como uma das poderosas tendências do período atual, capaz de *requalificar* os fatos usualmente examinados pelos geógrafos. Por isso, como diz, os lugares seriam “objetos sociais carregados de uma parcela do dinamismo social global”<sup>1</sup>. Essa globalização dos lugares possui, entretanto, uma natureza histórica:

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”<sup>2</sup>.

O geógrafo inglês R. J. Johnston<sup>3</sup> conduz às últimas conseqüências a sua análise da tendência à formação de um sistema econômico mundial. Partindo do que chama de uma perspectiva “marxista-estruturalista” do capitalismo contemporâneo, conclui que a “economia

<sup>1</sup> SANTOS, Milton, *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1982, p. 40.

<sup>2</sup> SANTOS, Milton, *Por uma geografia nova*, São Paulo, Hucitec, 1978, p. 122.

<sup>3</sup> JOHNSTON, R. J., *Geography and the State. An Essay in Political Geography*, London, Macmillan Press, 1982.



mundial”, dominada pelas grandes empresas multinacionais, constitui um fenômeno central para a análise da política internacional. Retomando antigas abordagens baseadas na teoria do Estado “derivado”, isto é, de que a política estatal é sempre determinada pela economia, Johnston acredita que nas relações internacionais atuais, dominadas pelos grandes capitais, caberiam aos Estados apenas as tarefas subsidiárias (a esses capitais), além de proteger os cidadãos e perseguir a sua autolegitimação. Diante das práticas “neocoloniais”, observa, essa submissão seria ainda maior, em que os Estados da “periferia” e da “semiperiferia” moveriam suas políticas externas e suas “estratégias”, de modo subordinado a essas relações de dominação<sup>4</sup>. Se nas relações externas os Estados estariam tolhidos pelas multinacionais, nas suas funções internas, relativas ao “seu território e seu povo”, eles conduziram suas ações para funções também ditadas pelas relações econômicas “internas” que tendem a refletir a “economia mundial”.

Para Johnston, portanto, mesmo nas “políticas locais”, por exemplo, a ação estatal é sempre uma *derivação* das relações econômicas, o que o leva a enumerar uma gama extensa de “funções” estatais em cada situação dada. O próprio “jogo eleitoral”, o funcionamento dos partidos, etc. — isto é, a dinâmica política em geral — estariam “amarrados” a essa determinação geral. Além disso, as relações “centro/periferia” internas a cada país comporiam um quadro de “colonialismo interno”, reflexo, portanto, do que ocorreria nas relações externas<sup>5</sup>. Diante desse “novo” quadro internacional, marcado pela “economia mundial”, Johnston não vê mais lugar para a geografia política, mas apenas para uma “perspectiva” geográfico-política, no que concorda com seu colega P. J. Taylor, que afirma, taxativamente, que “não existe” uma subdisciplina chamada geografia política. Para ambos, “não existindo” uma teoria geográfico-política, só restaria uma “perspectiva”, dentro do contexto da economia política.

A abordagem de Peter Taylor<sup>6</sup> é semelhante à de Johnston sob alguns aspectos, sobretudo quando recorre ao que chama de “visão

<sup>4</sup> JOHNSTON, R. J., op. cit., pp. 66 e segs.

<sup>5</sup> Idem, p. 124.

<sup>6</sup> TAYLOR, Peter J., *Political Geography. World-Economy, Nation-State and Locality*, London, Longman, 1985.

holística” — presente na economia política — para desenvolver a sua análise geográfico-política do mundo contemporâneo. Da geografia política clássica, recupera a perspectiva global, como uma das suas mais valiosas contribuições para o presente. Como incorporar (atualizando) essa perspectiva global à realidade do mundo contemporâneo? Como Johnston, ele defende que isso só poderá ser operado por uma abordagem centrada na “economia mundial capitalista”<sup>7</sup>. Partindo do estágio atual do “modo de produção capitalista”, Taylor passa a examinar a economia mundial através de uma “matriz espaço-tempo”, cuja principal base teórica é fornecida pelos “ciclos de Kondratieff” (“crescimento e estagnação”). É sob essa abordagem matricial que o autor examina a antiga dicotomia entre o “centro e a periferia”, fugindo do que considera um certo esquematismo até então predominante. Toda a análise política de Taylor está subordinada às determinações da economia mundial. Mesmo os seus conceitos de “poder de Estado” ou de ideologia, só ganham sentido quando usados para examinar relações de “exploração” entre Estados. Sob esse ponto de vista, a política internacional é *reduzida* à sua dimensão econômica:

“Nós podemos, agora, retomar a nossa questão original referente ao poder dos Estados. Na perspectiva da economia mundial, poder é o reflexo direto da habilidade de um Estado para operar dentro do sistema para sua própria vantagem material. Esta depende da eficiência do seu processo produtivo, o qual é medido pelas nossas categorias de centro, semiperiferia e periferia”<sup>8</sup>.

Não havendo política e poder dissociados da economia, conclui ele, não pode existir uma geografia política, ou qualquer outra disciplina que não seja a economia política (clássica), “a única ciência social histórica” que reconhece. O problema das potências e da hegemonia é examinado por essa ótica (a supremacia japonesa deve-se à sua “eficiência econômica”, assim como o “declínio dos EUA” à sua “perda de competitividade”). Também o princípio da territoria-

<sup>7</sup> TAYLOR, P. J., op. cit., p. 5.

<sup>8</sup> Idem, p. 20.



lidade seria apenas uma excelente “máscara” para encobrir “relações de dominação”, ou o território como um “container” durante períodos de paz, sujeito a pressões externas (do FMI, por exemplo). Por isso, as teorias de Hartshorne, S. Jones, Gottmann e outros autores da geografia política são examinadas por Taylor a partir da sua abordagem “econômico-política”. Para ele, o equívoco dessas teorias é que elas examinam a arquitetura interna dos territórios pela ótica exclusivamente política, sem dar o devido valor às “relações econômicas”, acabando, a seu ver, por relevar indevidamente os Estados soberanos. No lugar da análise “política” do federalismo norte-americano, por exemplo, propõe uma análise “materialista”, baseada, mais uma vez, nos mecanismos da “economia mundial”<sup>9</sup>. Sob esse aspecto ele é radical. Seu raciocínio é que, não havendo política e formas de poder dissociadas da economia, isto é, não existindo a “autonomia relativa da política”, não poderia haver, também, como diz, qualquer disciplina que enfoque o “especificamente político”.

A crítica à geografia política e a sua atualização, feitas por Claude Raffestin<sup>10</sup>, partem de outras bases teóricas. Retomando as idéias de Paul Claval, ele defende enfaticamente que o grande equívoco do discurso geográfico-político é o da “fetichização” do Estado, reduzindo a este todos os fatos relativos ao poder. Interessa-lhe, isto sim, “todas as formas” de manifestação do poder na vida cotidiana das pessoas e nas suas relações com o espaço em todas as escalas, ou, como diz: “as relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa”<sup>11</sup>. Sua crítica à geografia política clássica incide, por isso, especialmente nas idéias de Ratzel com o seu “organicismo” e a “territorialização” completa do Estado. Nessa perspectiva, ele é também radical, ao considerar que *toda* a geografia política que se desenvolveu após Ratzel, nesse tipo de abordagem que põe o Estado como a fonte primeira de poder político, acabou por “*ratificar* aqueles pressupostos filosóficos e ideológicos” presentes no geógrafo alemão. Por isso, inspirado em H. Lefebvre,

<sup>9</sup> Idem, p. 115.

<sup>10</sup> RAFFESTIN, Claude, *Pour Une Géographie du Pouvoir*, Paris, Litec, 1980.

<sup>11</sup> RAFFESTIN, C., op. cit., p. 3.

prefere uma “geografia do poder”, ou “dos poderes”<sup>12</sup>. Após a sua resumida revisão de alguns autores da geografia política (que ele chama de “geografia do Estado”), Raffestin conclui que nada sobrou, salvo o “humanismo” de um ou outro, casos de Hartshorne e Ancel, por exemplo. Afinal, assevera, nenhum deles teria compreendido, em sua plenitude, toda a complexa natureza do poder e suas manifestações, tendo se restringido à “morfometria” do fenômeno estatal. Para ele, ainda, a geografia política, em vez disso, deveria interessar-se, isto sim, “por toda organização dotada de poder político suscetível de inscrever-se no espaço”<sup>13</sup>.

Além do Estado, observa, a relação entre espaço e poder se expressaria também a partir de outros “atores”, que vão dos “indivíduos” às “organizações” de todo tipo. Sob esse aspecto, adota plenamente, como reconhece, as idéias de André Gluksmann e Michel Foucault. Essas “organizações” ou “atores coletivos”, como afirma, possuiriam objetivos, estratégias e finalidades “simples e complexas”, que muitas vezes podem estar dissimuladas. De todo modo, são atores políticos que tornam a “cinemática” do poder extremamente complexa nas sociedades contemporâneas. Como esses “atores” intervêm no espaço? Para Raffestin, isto se dá “através de representações” que se projetam sobre ele, e que revelam o seu lugar na sociedade e na política, representações que contêm uma “linguagem” do espaço:

“Assim, em estreita relação com o espaço real, há um ‘espaço abstrato’, simbólico, ligado à ação das organizações”<sup>14</sup>.

Constatando que até o momento a geografia política ocupara-se exclusivamente do Poder (“maiúsculo”, como diz), defende que se trata, agora, de examinar os outros tipos de poder (“minúsculo”), este sim essencial, pois “insidioso”, presente em todas as “fissuras” das relações sociais, “multidimensional”, mais perigoso que o primeiro (“visível, massivo, identificável”), pois este “não se vê”. A

<sup>12</sup> Idem, p. 13.

<sup>13</sup> Idem, p. 23.

<sup>14</sup> Idem, p. 42.



sua ênfase será dada, então, ao poder como forma de controle social sob todos os tipos de sua manifestação: controles relativos à população, gestão dos fluxos migratórios, etc. Além disso, examina em detalhe as relações entre poder e linguagem, “religião”, raças e etnias, etc., em que “todas as formas de discriminação” estão presentes.

Quanto ao conceito de território, Raffestin não tem dúvida de que os geógrafos vêm, equivocadamente, confundindo-o com o de espaço, este sim, a seu ver, o conceito central. Para ele, apenas quando os “atores” se apropriam de um espaço é que este se torna território, ou seja, “territorializam” o espaço. Por isso, interessa-lhe o modo pelo qual esses “atores” (os proprietários, por exemplo) projetam no espaço as representações de suas relações de poder. Observando essas representações, argumenta, é possível “desenhar” a “rede de relações” e as “práticas espaciais” projetadas no espaço territorializado:

“Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem segundo modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados”<sup>15</sup>.

Além disso, para ele, dessas relações de poder entre os “atores” e o espaço, surge uma “territorialidade”, ou seja, um sentimento ou noção territorial que é fruto das suas “relações existenciais” ou “produtivas”, do modo como os indivíduos e coletividades relacionam-se com os seus respectivos quadros e sistemas territoriais, nos quais as relações de poder, em todas as escalas, são evidentemente preponderantes.

Entre as novas abordagens atuais, destacam-se os estudos recentes do grupo de geógrafos franceses que se estruturou em torno de Yves Lacoste e da Revista *Hérodote*. Seus últimos trabalhos demonstram uma evidente inflexão para uma “geopolítica crítica”, aplicada aos problemas da *dinâmica interna* das formações territoriais-nacionais. Apesar de esse tipo de abordagem já estar presente nos estudos de Vallaux e Brunhes, na França, e de Hartshorne e Pounds,

<sup>15</sup> Idem, p. 136.

nos EUA, por exemplo, a perspectiva adotada pelos geógrafos da *Hérodote* é bastante distinta. Até então, como vimos, predominavam as ênfases às estruturas políticas *estatais* e o modo de sua distribuição no território, ou a dinâmica das hierarquias político-territoriais comandada pelo poder central. No caso dessa perspectiva teórica atual, entretanto, tais estruturas ainda são relevadas, mas o que se considera *essencial*, desta feita, é o modo pelo qual as organizações e os agentes políticos, *nas escalas regionais e locais*, definem, com as suas práticas políticas (ao nível das instituições ou não) os mosaicos político-territoriais diversificados numa dada formação nacional.

A base teórica e conceitual também é distinta. Nos estudos tradicionais, salvo exceções, predomina uma abordagem *funcionalista* do sistema estatal-territorial (o poder central diante de forças “centrífugas” e “centrípetas”, por exemplo), na qual se perseguem situações de *equilíbrio* entre o centro e as “periferias”. Na perspectiva dessa “geopolítica crítica”, ao contrário, interessam sobretudo as situações de *contradição* presentes no todo estatal-territorial, nas quais as desigualdades e suas manifestações políticas são fundamentais. É preciso esclarecer, contudo, que essa perspectiva distingue-se também daquela adotada por Johnston e Taylor, por exemplo, na qual a dinâmica política “deriva” da econômica. Como Lacoste esclarece, os movimentos que reivindicam autonomia regional, por exemplo, transformaram-se nos últimos tempos. Eles teriam passado “do domínio do econômico ao cultural e ao político”<sup>16</sup>. Por isso, além das mudanças quanto às estruturas político-territoriais, caso do processo de descentralização em curso na França, interessa-lhe, antes de tudo, o *jogo político* (com base nas ideologias e nas identidades culturais) em todas as escalas (nacional, regional, departamental e local).

Como explica Béatrice Giblin, os geógrafos especializaram-se na análise regional, mas, freqüentemente, omitem a política como um

<sup>16</sup> LACOSTE, Yves, “Géopolitiques de la France”, in *Hérodote*, n.º. 40, Paris, La Découverte, 1986, p. 15. Entre os cientistas políticos norte-americanos, essa nova perspectiva teórica sobre a relação sociedade/território foi abordada por Duchacek. Ivo D., *Comparative Federalism. The Territorial Dimension of Politics*, N. York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.



dos fatores da “dinâmica das regiões”, preferindo privilegiar os aspectos naturais e econômicos, principalmente:

“Assim, ainda hoje, os geógrafos pretendem escrever uma geografia da França sem abordar os problemas políticos. Pode-se imaginar uma história contemporânea da França, na qual os historiadores silenciassem sobre a política? Sem querer fazer dos fenômenos políticos a chave de toda análise, é incontestável que eles têm que ser levados em conta, no mesmo nível que os fatores econômicos, sociais ou culturais”<sup>17</sup>.

Essa nova postura em geografia política foi “testada” num grande estudo sobre a dinâmica política das regiões francesas<sup>18</sup>, em meio a uma conjuntura nacional extremamente favorável, já que, a partir de março de 1986, o país passou a contar com 22 “assembleias regionais” (eleitas pelo voto direto), a cujos presidentes são atribuídas funções executivas. Desde a revolução, quando se criaram os 83 “departamentos”, esta é a primeira inovação de monta na estrutura político-territorial do país, uma iniciativa capaz de abalar os alicerces do célebre centralismo francês.

Esse estudo, que contou com a colaboração de numerosos geógrafos, sociólogos e economistas de vários centros do país, examina a dinâmica política nos níveis regionais, departamentais e locais destacando, sobretudo, a “repartição” da organização estatal, a “difusão de idéias políticas” e o papel dos dirigentes. A metodologia empregada, por sua vez, privilegiou o comportamento político observado nessas “configurações espaciais”, cujo critério principal adotado foi o de considerar o *comportamento eleitoral* de cada uma delas, como esclarece Lacoste:

“Mas o que é preciso entender para analisar uma situação política? Trata-se evidentemente de levar em conta a repartição dos

<sup>17</sup> GIBLIN, Béatrice, “Géopolitique des Régions Françaises”, in *Hérodote*, nº 40, Paris, La Découverte, 1986, p. 34.

<sup>18</sup> LACOSTE, Yves (org.), *Géopolitiques des Régions Françaises* (3 vols.), Paris, Fayard, 1986.

votos entre as diversas organizações políticas, observando a evolução das porcentagens segundo períodos mais ou menos longos, privilegiando mudanças recentes, e compará-los com as médias nacionais e com aquelas das regiões vizinhas”<sup>19</sup>.

Com isso, Lacoste defende o desenvolvimento de um campo sistemático de estudos do que denomina de “geopolítica interna” que, a exemplo da “externa”, sempre estará diante de fenômenos marcados por conflitos e “rivalidades” *essencialmente* políticos, e suas relações com o território. Em suma, ele observa, o que está em jogo, nos dois casos, é a *luta pelo poder*. No caso da França, em particular, as inovações introduzidas com a “lei de descentralização” de 1982, e notadamente com as eleições regionais de 1986, abriram um *novo* campo de lutas que atinge em cheio a antiga estrutura hierárquica (o poder central, os departamentos e as comunas)<sup>20</sup>. Com isso, as configurações e as dinâmicas regionais adquirem um novo significado, constituindo um campo de questões que não pode “escapar” à observação e interpretação dos geógrafos, como observa Béatrice Giblin, para quem estes devem abandonar, em definitivo, a postura “neutralista” sobre o problema regional até aqui adotada. Afinal, argumenta, como esquecer que, “etimologicamente, *região* vem de *regere*, que significa dominar, dirigir?”<sup>21</sup>.

Poucos temas atuais da geografia política são tão nitidamente interdisciplinares e têm despertado tanto interesse, quanto o da distribuição do poder político no âmbito das formações territoriais-nacionais. Nos EUA, sobretudo, dada a grande tradição dos estudos sobre o federalismo, essa questão tem sido examinada exaustivamente. Em muitos deles, ao contrário do que ocorre na França, por

<sup>19</sup> LACOSTE, Yves, op. cit. (Tomo I), p. X.

<sup>20</sup> Resguardadas as diferenças, esse é também o caso das mudanças em cursos no padrão de relacionamento entre o poder central, os estados e os municípios, no Brasil, provocadas pelas medidas tributárias e outras, introduzidas na nova Constituição Federal há dois anos atrás. Algumas dessas conseqüências foram examinadas por Costa, Wanderley M., *O federalismo autoritário: um paradoxo brasileiro*, inédito, São Paulo, 1988.

<sup>21</sup> GIBLIN, Béatrice, in *Géopolitique des Régions Françaises*, op. cit., p. 39.



exemplo, a preocupação é justamente com a *perda* de autonomia das configurações político-territoriais, em particular do chamado *poder local*.

Para alguns analistas, o sistema federalista norte-americano, inegavelmente o paradigma dessa forma de gestão territorial proposta pelo liberalismo clássico, encontra-se, atualmente, em crise. Como apontam em seus estudos, a transferência de prerrogativas e funções diversas, dos governos estaduais e locais para o governo central, nos últimos anos, e especialmente durante o “Governo Reagan” e seu “New Federalism”, tem abalado seriamente a estrutura e a dinâmica originais desse sistema. Essa crise seria mais evidente no nível do “poder local”, onde o corte de despesas federais com “programas sociais” acarretaria gastos adicionais para os seus governos. De um lado, portanto, estaria ocorrendo perda de autonomia política e, de outro, ganho de “autonomia para gastos”, processo acompanhado por uma situação de grave crise das finanças públicas.

Essa contradição aparece em dois estudos distintos sobre o problema. Um interessante diagnóstico da “U.S. Advisory Commission on Intergovernmental Relations”, por exemplo, chama a atenção para a grave tendência de “centralização política e estrutural que tem ocorrido no sistema federal”<sup>22</sup>. Esse diagnóstico aponta algumas das evidências dessa centralização: interferência do governo central em muitas atividades políticas e administrativas, tradicionalmente restritas às esferas locais, com toda sorte de “regulações”; a crescente dependência das administrações locais de verbas federais; a perda de “autonomia dos judiciários estaduais”; os casos de repasse direto de verbas federais para governos locais, “passando por cima” dos governos estaduais, etc.

Em outro estudo sobre essa crise, Elliot Vitte<sup>23</sup> defende que o “New Wave Federalism” do Governo Reagan, ao promover cortes radicais nos gastos com “programas sociais”, estaria “restabelecen-

<sup>22</sup> U. S. Advisory Commission on Intergovernmental Relations, *New Relationships in a Changing System of Federalism and American Politics*, Washington, 1986, p. 336.

<sup>23</sup> VITTE, Elliot, “New Wave Federalism and the Dilemma for State Government”, in *Alert* 5/87, The Council of State Governments, 1986.

do” antigas práticas federativas que se haviam perdido ao longo do tempo, permitindo aos governos estaduais e locais que “criativamente” assumam tais encargos. É o que ele deixa claro:

“Por que o governo federal deveria arrecadar tributos extras e repassá-los para os Estados, quando os cidadãos podem obter esses fundos e decidirem sobre as necessidades de seus respectivos Estados e de como utilizar esses recursos de um modo construtivo?”<sup>24</sup>.

As conseqüências dessa crise atual têm levado os governos estaduais e locais à busca de soluções alternativas, dentre elas algumas tentativas de associação entre o “poder público” e os “setores privados”, em que estes passam a assumir alguns “serviços públicos” que tradicionalmente integram as esferas dos governos. Essa tendência é analisada, por exemplo, nos estudos de Willian Dodge, Robert Warren, Joe Morris e David Rosen<sup>25</sup>.

Segundo Dodge, essas iniciativas se intensificaram nos anos 80, em que os setores não-governamentais envolvidos (privados, acadêmicos e organizações não-lucrativas, principalmente), passaram a assumir muitos dos serviços públicos. Warren, ao examinar essa mesma tendência, acredita que essa nova modalidade de gestão pública poderá não se restringir às esferas locais, podendo, no futuro, ser adotada em larga escala pelas administrações estadual e federal. Para Morris, a crise das “relações intergovernamentais” tem levado as municipalidades a contratar cada vez mais empresas privadas para os seus serviços públicos. Ele observa que essas experiências em todo o país têm provocado grandes polêmicas, já que elas nem

<sup>24</sup> VITTE, Elliot, op. cit., p. 92.

<sup>25</sup> DODGE, Willian R., “The Emergence of Intercommunity Partnerships in the 1980s”, in *Alert* 19/88, Washington, 1988; WARREN, Robert, et alii, “A Community Services Budget: Public, Private, and Third-Sector Roles in Urban Services”, in *Urban Affairs Quarterly*, Vol. 23, n° 3, 1988; MORRIS, Joe, “Privatization and The Unions”, in *Alert* 18/87, Communication Channels, American City & County, 1987; ROSEN, David P., “Reinvesting in America’s Communities”, in *The Journal of State Government*, The Council of State Governments, Washington, 1987.



sempre produzem resultados satisfatórios, especialmente porque, em algumas localidades, até serviços essenciais, como segurança pública, corpo de bombeiros, etc., estão sendo atribuídos a empresas privadas.

O ponto de vista de Rosen contém um certo pessimismo diante dos aspectos estruturais da crise atual do federalismo norte-americano. Para ele, justamente quando se comemora o bicentenário da Constituição Federal, os sinais evidentes de disparidades de riqueza, de oportunidades, e de conflitos de visão entre *interesses públicos e privados*, colocam em questão aqueles princípios expressos na constituição do país. O mais grave, salienta, é que as possibilidades de superar essa crise estariam justamente na redefinição das formas de gestão pública (restabelecendo a importância das comunidades locais), o que exige mudanças (estruturais) em nível nacional, difíceis de ocorrer a curto prazo. Afinal, ele alerta, os problemas dos 15% pobres da população, carentes de habitação, assistência médica e, principalmente, de empregos, não podem ser solucionados no nível dos governos locais, isoladamente. São problemas *nacionais*, argumenta, que por isso exigem mecanismos novos para enfrentá-los, tais como parcerias que incluam os governos (federal, estaduais e locais), as organizações comunitárias e, em certos casos, os setores privados. É preciso *reinvestir* nas comunidades, conclui, para assim retomar os *investimentos sociais* em nível nacional.

O que nenhum desses analistas apontou na atual crise dos EUA é que, se ela possui reflexos de toda natureza nas escalas da União, dos estados, dos condados e das cidades, a sua causa *essencial* não deve ser buscada nas “relações intergovernamentais” ou na “crise federativa”, mas na posição atual do país no quadro mundial. Em suma, trata-se de verificar sua situação atual enquanto superpotência que combina poderio econômico e militar, e de que modo essa situação externa pode estar afetando o desempenho interno.

Nessa perspectiva de análise, o estudo de Paul Kennedy é realmente notável<sup>26</sup>. Para ele, os EUA encontram-se atualmente em situação difícil, pois a história das potências mundiais demonstra

<sup>26</sup> KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda das grandes potências*, op. cit.

que “não há respostas fáceis para solucionar a tríplice tensão entre defesa, consumo e investimento, na fixação das prioridades nacionais”<sup>27</sup>. O problema, adverte, é que enquanto o país aumenta os seus gastos com a defesa militar, outras potências, voltadas prioritariamente para o desenvolvimento econômico (como o Japão e a Alemanha), tendem a assumir cada vez mais a liderança no mercado internacional:

“Além disso, se os Estados Unidos continuam, no momento, a dedicar 7% ou mais de seu PNB aos gastos com defesa, enquanto que seus principais rivais econômicos, em especial o Japão, dedicam uma proporção muito menor, então *ipso facto* este último tem, potencialmente, mais fundos ‘livres’ para o investimento civil; se os Estados Unidos continuarem a investir um volume maciço de suas atividades de P & D na produção de bens ligados a fins militares, enquanto os japoneses e alemães-ocidentais se concentram na P & D comercial; e se os gastos do Pentágono atraem a maioria dos cientistas e engenheiros, afastando-os da criação e produção de artigos para o mercado mundial, enquanto o mesmo pessoal em outros países trabalha, principalmente, para a criação de melhores produtos de consumo civil, então parece inevitável que a parcela americana da manufatura mundial declinará constantemente, sendo também provável que suas taxas de crescimento econômico sejam mais lentas que nos países dedicados ao mercado e menos ansiosos de canalizar recursos para a defesa”<sup>28</sup>.

Diante desse quadro, observa Kennedy, os dirigentes norte-americanos devem preparar-se para administrar, nas próximas décadas, o problema da “erosão *relativa* da posição dos Estados Unidos”, numa realidade mundial que passa rapidamente da tendência *bipolar* para a *multipolar*, e que não comporta mais “os remédios simplistas oferecidos por Washington ou Moscou para seus problemas”<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> KENNEDY, P., op. cit., p. 504.

<sup>28</sup> Idem, p. 504.

<sup>29</sup> Idem, p. 506.



Também vai nessa direção o excelente estudo de Richard Rosecrance (*The Rise of the Trading State*)<sup>30</sup>. A sua abordagem sobre as relações internacionais do presente — assim como a de Paul Kennedy — inaugura um modo alternativo de focar a realidade mundial, ao identificar tendências novas que se têm desenvolvido nos últimos anos e que, quase um século após Ratzel e Mackinder, põem em xeque os fundamentos das velhas teses geopolíticas.

Rosecrance identifica uma contradição (e tentativas de equilíbrio) essencial no mundo atual: de um lado a tendência, ainda em parte dominante, de perseguir o poder nas relações internacionais, lastreando-se na capacidade de defesa e domínio do *território*; de outro, a crescente tendência dos Estados-nações de fortalecerem-se com base no sucesso econômico e no *comércio internacional*. Há antagonismos estruturais entre essas duas alternativas, observa, já que o poder de base *territorial-militar* envolve necessariamente relações de competições *excludentes*, não-cooperativas, que conduzem frequentemente às guerras, e que submetem as nações aos imperativos de uma estrutura econômica envolvida com a produção para fins militares. A competição comercial, por outro lado, é para ele de natureza distinta, pois ela diminui as tensões internacionais, *pressupõe cooperação* entre nações e empresas, e promove o desenvolvimento em *toda* a estrutura produtiva. Além disso, essa opção não implica grandes domínios territoriais, como se está provando pela ascensão de grandes potências econômicas e comerciais em pequenos Estados-territórios, casos (extremos) de Cingapura e Hong Kong, por exemplo.

O velho argumento de que a produção bélica e a tecnologia militar teriam repercussões positivas para as economias nacionais é completamente descartado pelo autor, ao sustentar, como Kennedy, que a corrida armamentista impede que os países invistam no desenvolvimento global:

“Eles ficam impedidos de investir em crescimento econômico, em alta tecnologia nos setores civis, ou em pesquisa e desenvol-

<sup>30</sup> ROSECRANCE, Richard, *The Rise of The Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World*, New York, Basic Books, 1986.

vimento. Gastos militares não aumentam a produtividade nacional. Um recente estudo quantitativo sobre a relação entre performance econômica e uma série de variáveis concluiu que os gastos militares, bem como a antiguidade da indústria, foram associados com baixo crescimento industrial e baixa produtividade. Despesas governamentais em geral, aumento do emprego, ou altos salários, entretanto, não apresentaram correlação com performances declinantes. Em dezessete nações industriais analisadas, o estudo concluiu que aquelas nações com um grande orçamento militar eram justamente as que menos investiam”<sup>31</sup>.

Além das repercussões negativas no desempenho industrial, Rosecrance aponta duas outras, também importantes, nos Estados que ainda insistem na corrida armamentista. Os gastos excessivos tendem a provocar déficits orçamentários crônicos (como nos EUA), que influenciam a alta das taxas de juros e limitam os investimentos produtivos. Além disso, observa, *apenas* no tocante aos armamentos convencionais, os seus custos têm crescido entre 3 e 5% ao ano, *acima da inflação*, o que representa dispêndios sempre crescentes. Com tudo isso, conclui, é evidente que deve aumentar a reação popular a governos que têm optado por políticas inspiradas nas velhas fórmulas de poder, do tipo estatal-territorial-militar.

Finalmente, a questão polêmica da situação do “Estado Territorial Soberano” nas relações internacionais contemporâneas. Rosecrance não concebe os Estados como instrumentos de manipulação dos “grandes capitais multinacionais”, como fazem Johnston, Taylor, e tantos outros, que têm reduzido o discurso da geografia a um *status subsidiário e inespecífico* no âmbito da economia política, marxista ou não. Como em Yves Lacoste e Paul Kennedy — e apesar das distinções entre eles — a natureza, o significado e as funções do Estado são sempre *intrínseca e predominantemente* (para usar a expressão de Poulantzas) *políticos*.

Nesse sentido, o tão decantado fenômeno da “extraterritorialidade” estaria restrito a certas relações econômicas das grandes cor-

<sup>31</sup> ROSECRANCE, R., op. cit., p. 130.



porações, além daqueles fluxos especificamente financeiros. Sob esse enfoque, o princípio da soberania dos Estados tende a adaptar-se a esses novos padrões de relacionamento internacional, mas ressaltando que essa adaptação será sempre *teleológica*, isto é, de que cabe aos Estados determinar *os seus próprios graus* de soberania, em função de *seus* interesses. Por isso, o Estado ainda é, no presente, e apesar de todas as contracorrentes, a unidade *primária e principal* da política internacional.

Quer optando pelo poderio, lastreado na força militar e na “defesa-expansão” territoriais, quer escolhendo o caminho da supremacia na economia, na tecnologia e no comércio “civis”, os Estados contemporâneos, e as relações internacionais, mantêm-se, no presente, como *realidades específicas do âmbito da política*. Isso significa que a dinâmica das *relações de poder, em sua projeção externa*, continua pertencendo ao terreno exclusivo das políticas dos Estados, no exercício permanente e contraditório das suas respectivas soberanias.

Para terminar, uma pequena passagem sobre a atual conjuntura da política internacional.

Um dos mais formidáveis acontecimentos dos últimos tempos, foi a reunião de cúpula de maio de 1990, em Washington, dos Presidentes George Bush e Mikhail Gorbachev, para limitação e cancelamento de armas estratégicas, sem dúvida o mais importante acordo desse tipo desde a Segunda Guerra Mundial. Num artigo publicado no *Los Angeles Times* e n’*O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 3 de junho desse ano, Paul Kennedy comenta esse evento e o seu significado:

“O que pode ter causado tão rápida transformação da Guerra Fria numa déttente sem precedentes? A resposta mais simples a esta pergunta — e a preferida pela direita nos Estados Unidos — é que a União Soviética ‘quebrou’, ‘entrou em colapso’... Uma explicação diferente poderia ser a de que os homens responsáveis pelas decisões políticas em Moscou — e até mesmo seus equivalentes nos Estados Unidos — começaram a compreender melhor a loucura mútua dos anos 80. Em outras palavras, eles teriam começado a refletir sobre as lições da história... Os

democratas podem ter perdido a eleição presidencial de 1988 por causa da questão do poder militar dos Estados Unidos, mas uma boa parte do debate continua. Será que os gastos com os armamentos são excessivos? Como é que a economia pode se tornar mais competitiva? De que vale ter ‘segurança’ nas rotas marítimas do Oceano Índico, se não estamos seguros no interior de nossas próprias cidades? Será que os déficits — orçamentário e comercial — acabarão provocando a nossa queda?”



## BIBLIOGRAFIA

- ANCEL, Jacques, *Géographie des frontières*, Paris, Gallimard, 1938.
- , *Géopolitique*, Paris, Libr. Delagrave, 1936.
- ANDRADE, Manoel C., *Imperialismo e fragmentação do espaço*, São Paulo, Contexto, 1988.
- ARENDT, Hanna, *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ARON, Raymond, *Guerra e paz entre as nações*, 2ª ed. Brasília, Ed. UnB, 1986.
- ATENCIO, J., *Que es la geopolítica*, Buenos Aires, Pleamar, 1975.
- AZEVEDO, Aroldo, "A geografia a serviço da política", in *Boletim Paulista de Geografia*, AGB-SP, 21, 1955.
- BACKHEUSER, Everardo, *A estrutura política do Brasil*, Rio de Janeiro, Mendonça, Machado & Cia., 1926.
- , E., *Problemas do Brasil — estrutura geopolítica*, Rio de Janeiro, Omnia, 1933.
- BATAILLON, Claude, *État, pouvoir et l'espace dans le Tiers Monde*, Paris, PUF, 1977.
- BAUER, Otto, *La cuestión de las nacionalidades y la socialdemocracia*, México, Siglo XXI, 1979 (1ª ed. em alemão: 1907).
- BAULIG, H., "A geografia é uma ciência?", in Christofolletti, A. (org.), *Perspectivas da Geografia* (org.: Christofolletti, A.), São Paulo, Difel, 1982 (59-70).
- BECKER, Bertha, *Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- , "A geografia e o resgate da geopolítica", in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 50, Número Especial, Tomo 2, IBGE, 1988.
- BECKER, Bertha, et alii (orgs.), *Tecnologia e gestão do território*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1988.
- BERECIARTU, Gurutz Jáuregui, *Contra el Estado-nación. En torno al hecho y la cuestión nacional*, Madrid, Siglo XXI, 1986.



- BIBÓ, István, *Misère des Petits États d'Europe de l'Est*, Paris, L'Harmattan, 1986.
- BLIJ, Harm J., *Systematic Political Geography*, New York, John Wiley & Sons, 1967.
- BOCCARA, Paul, *Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado*, Lisboa, Estampa, 1978.
- BOUDEVILLE, Jacques R., *Aménagement du Territoire et Polarization*, Paris, Ed. M.-Th. Génin, 1972.
- BOWMAN, Isaiah, *Le Monde Nouveau. Tableau général de géographie politique universelle*. Trad., adapt. e prefácio de Jean Brunhes. Paris, Payot, 1928.
- , "Geography vs. Geopolitics", in *Geographical Review*, vol. 32, New York, 1942.
- BRUNHES, Jean, *La géographie humaine*, Paris, PUF, 1947.
- CARLSON, Lucile, *Geography And World Politics*, New York, Prentice-Hall, 1958.
- CAVAGNARI, Geraldo L., "Autonomia militar e construção da potência", in Oliveira, Eliéser R. et alii (orgs.), *As forças armadas no Brasil*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- , "Brasil e Argentina: autonomia estratégica e cooperação militar", in *Rev. Política e Estratégia*, Vol. VI, nº 4, São Paulo, 1988.
- , "Brasil: introdução ao estudo de uma potência média", in Oliveira, Eliéser R. (org.), *Militares: pensamento e ação política*, Campinas, Papirus, 1987.
- CÉLÉRIER, Pierre (Contre-Amiral), *Géopolitique et géostratégie*, Paris, PUF, 1961.
- CLAUSEWITZ, K., *De la guerra*, Buenos Aires, Ed. Solar, 1983.
- CLAVAL, Paul, *Espaço e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979. (Ed. orig.: *Espace et pouvoir*, Paris, PUF, 1978.)
- , *Evolución de la geografía humana*, Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- , *Régions, nations, grande espaces: géographie générale des ensembles territoriaux*, Paris, M.-Th. Génin, 1968.
- COHEN, Saul Bernard, *Geography and Politics in a World Divided*, New York, Oxford University Press, 1963.
- COSTA, Wanderley M., *O processo contemporâneo de industrialização*, Tese, ed. do autor, FFLCH-USP, 1982.
- , "Centralização e gestão democrática do território: uma oposição?", in Becker, B. et alii (orgs.), *Tecnologia e gestão do território*, UFRJ, 1988.
- , *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1988.

- , *O federalismo autoritário: um paradoxo brasileiro*, inédito, São Paulo, 1988.
- COUTO E SILVA, Golbery, *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- CROSSMAN, R. H. S., *Biografia do Estado moderno*, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980.
- CROUZET, Maurice, *História geral das civilizações*, Tomo VII ("A época contemporânea"), São Paulo, Difel, 1958.
- DEMANGEON, Albert, *Le déclin de l'Europe*, Paris, Payot, 1920.
- , "Géographie politique", in *Annales de Géographie*, nº 229, jan. 1932.
- DINER, Dan, "La question de l'Allemagne dans le mouvement éco-pacifiste", in *Hérodote* nº 28, Maspero, 1983.
- DIX, Arthur, *Geografia política*, Barcelona, Labor, 1929.
- DOBB, Maurice, *A evolução do capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- DODGE, William R., "The Emergence of Intercommunity Partnerships in the 1980", in *Alert* 19/88, Washington, 1988.
- DORPALLEN, Andreas, *The World of General Haushofer. Geopolitics in Action*, New York, Farrar & Rinehart, 1942.
- DRAIBE, Sônia, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil — 1930/60*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DROZ, Jacques, *Le romantisme allemand et l'État*, Paris, Payot, 1966.
- DUCHACEK, Ivo D., *Comparative Federalism. The Territorial Dimension of Politics*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.
- ENGELS, F., *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1975.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., *Os nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FERNANDES, Florestan, *A função social da guerra na sociedade Tupi-nambá*. São Paulo, FFCL-USP, 1952.
- FISHER, Charles A., *Essays in political geography*, Londres, Methuen, 1968.
- FITZGERALD, Walter, *The New Europe*, Londres, Harper & Brothers, 1944.
- FOUCHER, Michel, *Fronts et frontières (un tour du monde géopolitique)*, Paris, Fayard, 1988.
- GALBRAITH, John K., *O novo Estado industrial*, São Paulo, Pioneira, 1977.



- GIBLIN, Béatrice, "Géopolitique des régions françaises", in *Hérodote*, nº 40, Paris, La Découverte, 1986.
- GOTTMANN, J., *La politique des États et leur géographie*, Paris, Armand Colin, 1952.
- , "The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis", in *World Politics*, 1952, Vol. 4, nº 4: 512-519.
- , "Geography and International Relations", in *World Politics*, 1951, Vol. 3, nº 2: 153-173.
- GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- GRUPPI, Luciano, "El concepto de hegemonía en Gramsci", in Vários Autores, *Revolución y democracia en Gramsci*, Barcelona, Fontamara, 1976.
- GUICHONNET, Paul & RAFFESTIN, Claude, *Géographie des frontières*, Paris, PUF, 1974.
- HARTSHORNE, Richard, "Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia", in *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. XXIII, nº 4, 1933.
- , "Recent Developments in Political Geography", in *American Political Science Review*, XXIX, 1935.
- , *Nature of geography*, New York, Association of American Geographers, 1939.
- , "The Functional Approach in Political Geography", in *Annals of The American Association of Geographers*, New York, Vol. 40, 1950.
- , *Questões sobre a natureza da geografia*, Rio de Janeiro, Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1969.
- HAUSHOFER, Karl, *De la géopolitique* (Prefácio de Jean Klein e Introdução de Hans-Adolf Jacobsen), Paris, Fayard, 1986.
- HELLER, Hermann, *Teoria do Estado*, São Paulo, Mestre Jou, 1968.
- HENNIG, R. & KÖRHOLZ, L., *Introducción a la geopolítica*, Buenos Aires, Pleamar, 1981.
- HERZ, John H., "Rise And Demise of The Territorial State", in *World Politics*, Vol. 9, nº 4: 473-493, 1957.
- HOBBSBAWM, Eric, *A era dos impérios (1875-1914)*, 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- HOFFMAN, George W., "The Netherlands Demands on Germany: A Post-War Problem in Political Geography", in *Annals of The Association of American Geographers*, New York, Vol. 42: 129-152, 1952.
- JACKSON, W. A. D., "Wither Political Geography?", in *Annals of the Association of American Geographers*, New York, Vol. 48: 178-183, 1958.

- JOHNSTON, R. J., *Geography and the State. An Essay in Political Geography*, London, Macmillan Press, 1982.
- JONES, Stephen B., "A Unified Field Theory of Political Geography", in *Annals of the Association of American Geographers*, New York, Vol. 44: 111-123, 1954.
- , "Global Strategic Views", in *Geographical Review*, Vol. 45(4): 490-508, 1955.
- , "Boundary Concepts in the Setting of Place and Time", in *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 49, nº 3: 241-255, 1959.
- KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda das grandes potências*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- KEYNES, John M., "O fim do laissez-faire", in Szmrecsányi, Tamás (org.), São Paulo, Ática, 1978.
- KOHN, Hans, *Historia del nacionalismo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1949.
- KONRÁD, György, "Existe ainda o sonho da Europa Central?" in *Revista USP*, nº 6, São Paulo, 1990.
- KORINMAN, Michel, "L'Allemagne est-elle sûre?", in *Hérodote*, nº 40, La Découverte, 1986.
- KRISTOFF, Ladis K. D., "The Nature of Frontiers And Boundaries", in *Annals of The Association of American Geographers*, Vol. 49, nº 3: 269-282, 1959.
- LACOSTE, Yves, *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, Lisboa, s/ed., 1978.
- , *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, 2ª ed. Paris, F. Maspero, 1982.
- LACOSTE, Yves (org.), *Géopolitiques des Régions Françaises* (3 vols.), Paris, Fayard, 1986.
- , "Géopolitiques de la France", *Hérodote*, nº 40, La Découverte, 1986.
- , *Unité et diversité du Tiers Monde*, Paris, F. Maspero, 1984.
- LASKI, Harold J., *O liberalismo europeu*, São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- LENIN, V. I., *El Estado y la Revolución*, Moscou, Editorial Progreso, 1977.
- , *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, Obras Escogidas, Tomo V, Moscou, Editorial Progreso, 1976.
- MACKINDER, Halford J., "The Geographical Pivot of History", in *The Geographical Journal*, nº 4, Vol. XXIII, April, 1904.



- , *Democratic Ideals and Reality*, 3ª ed. New York, Henry Holt and Company, 1942.
- , “El mundo redondo y la conquista de la paz”, in Weigert, H. W. & Stefansson, V. (org.), *Política y poder en un mundo más chico*, Buenos Aires, Atlántida, 1948.
- MAHAN, Alfred T., *The Influence of Sea Power Upon History*, London, Methuen & Co Ltd., 1965. (Ed. Orig., Little, Brown & Co, 1890.)
- MARX, K., “A questão irlandesa e a Internacional”, in Pinsky, Jaime (org.), *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- , *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- MARX, K. e ENGELS, F., “Nação e proletariado”, in Pinsky, Jaime (org.), *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- MAULL, Otto, *Geografia política*, Barcelona, Omega, 1960.
- MEIRA MATTOS, Carlos, *Brasil — geopolítica e destino*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército Ed. 1975.
- , *A geopolítica e as projeções do poder*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército Ed., 1977.
- , *Uma geopolítica panamazônica*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército Ed., 1980.
- MELLO, Leonel I. A., *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1987.
- MILOZ, Czeslaw, “Atitudes centro-européias”, in *Revista USP*, n.º 6, São Paulo, 1990.
- MIYAMOTO, Shiguenoli, *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*, São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1981.
- , *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (geopolítica e política externa do Brasil pós-64)*, São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos R. e COSTA, Wanderley M., *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (org.), *Ratzel* (Introdução), São Paulo, Ática, 1990.
- MORISON, S. E. & COMMAGER, H. S., *História dos Estados Unidos da América*, 4ª ed., São Paulo, Melhoramentos. Tomo I, 1950.
- MORRIS, Joe, “Privatization and The Unions”, in *Alert 18/87*, Communication Channels, American City & County, 1987.
- NEVINS, A. e COMMAGER, H. S., *Breve história dos Estados Unidos*, trad. da 17ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco, *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

- PCB, vinte anos de política* (documentos), São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser, *Estado e subdesenvolvimento industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- PINOCHET, A., *Geopolítica de Chile*, México, El Cid Ed., 1978.
- POGGI, Gianfranco, *A evolução do Estado moderno*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- POIRIER, Lucien, *Les voix de la stratégie*, Paris, Fayard, 1985.
- POULANTZAS, Nico, *Poder político e classes sociais*, São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- POUNDS, Norman J. G., *Political Geography*, New York, McGraw-Hill Book Company, 1963.
- PRESCOTT, J. R. V., *The Geography of Frontiers and Boundaries*, London, Hutchinson University Library, 1965.
- RAFFESTIN, Claude, *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, Libr. Techniques, 1980.
- RATTENBACH, Augusto, *Introducción a la Estrategia*, Buenos Aires, Pleamar, 1979.
- RATZEL, Friedrich, *La géographie politique*, Paris, Fayard, 1987.
- , “O solo, a sociedade e o Estado”, in *Revista do Departamento de Geografia* n.º 2, São Paulo, FFLCH — USP, 1983.
- RECALDE, José Ramón, *La construcción de las naciones*, Madrid, Siglo XXI, 1982.
- RICHARD, Lionel, *A República de Weimar*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- ROBINSON, K. W., “Sixty Years of Federation in Australia”, in *Geographical Review*, Vol. 51, n.º 1: 2-20, 1961.
- RODRIGUES, Lysias A., *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947.
- ROSECRANCE, Richard, *The Rise of The Trading State. Commerce and Conquest in the Modern World*, New York, Basic Books, 1986.
- ROSEN, David P., “Reinvesting in America’s Communities”, in *The Journal of State Government*, The Council of State Governments, Washington, 1987.
- ROVAN, Joseph, “Les raisons géographiques de la puissance des ‘Verts’ en R.F.A. — Géographie et politique dans l’Allemagne d’aujourd’hui” in *Hérodote*, n.º 28, Maspero, 1983.
- SANGUIN, A. L., “L’évolution et le renouveau de la géographie politique”, in *Annales de Géographie*, vol. 84, Paris, 1975.
- , *La géographie politique*, Paris, PUF, 1977.



- SANTOS, Milton, *Le métier de la géographie en pays sous-développés*, Paris, Ophris, 1971.
- , *Les villes du Tiers Monde*, Paris, Ed. M.-Th. Génin, 1971.
- , *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1982.
- , *Por uma geografia nova*, São Paulo, Hucitec, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.), *Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*, Brasília, Ed. UnB, 1982.
- SILVA, Armando Corrêa, "A concepção clássica da geografia política", in *Revista do Departamento de Geografia* n° 3, FFLCH, São Paulo, 1984.
- SPROUT, Harold H., "Political Geography as a Political Science Field", in *The American Political Science Review*, Vol. 25: 439-442, 1931.
- SPYKMAN, Nicholas J., *America Strategy in World Politics*; Ed. Espanhola: *Estados Unidos frente al mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944.
- STALIN, J., *O marxismo e o problema nacional e colonial*, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- STAROVOITOVA, Galina, "Paradoxo étnico e estereótipo do pensamento", in Pomeranz, Lenina (org.), *Perestroika. Desafios da transformação social na URSS*, São Paulo, Edusp, 1990.
- TAMBS, Lewis, "Latin American Geopolitics: A Basic Bibliography", in *Revista Bras. de Geografia*, 73, 1970.
- TAVARES, Maria da Conceição, *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, Tese, mimeo., Rio de Janeiro, 1978.
- TAYLOR, Peter J., *Political Geography. World-Economy, Nation-State and Locality*, London, Longman, 1985.
- TOLEDO, Caio Navarro de, *Iseb: Fábrica de ideologias*, São Paulo, Ática, 1978.
- TOURNADRE, Jean-François, "La Prusse, tentatives de réhabilitation idéologique d'un espace géopolitique" in *Hérodote*, n.º 28, Maspero, 1983.
- TRAVASSOS, Mário, *Projeção continental do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1947.
- TROLL, Carl, "Geographic Science in Germany During The Period 1933-1945. A Critique and Justification", in *Annals of Association of American Geographers*, New York, vol. 39, 1949.
- U. S. Advisory Commission on Intergovernmental Relations, *New Relationships in a Changing System of Federalism and American Politics*, Washington, 1986.
- VALLAUX, Camille, *Geografía Social. El solo y el Estado*. Madrid, Daniel Jorro Ed., 1914. (Ed. original: 1911).

- VALKENBURG, Samuel V., *Elements of Political Geography*, New York, Prentice-Hall, 1954.
- VESENTINI, José Willian, *A capital da geopolítica*, São Paulo, Ática, 1986.
- VIDAL DE LA BLACHE, Pierre, "La géographie politique. A propos des écrits de M. Frederic Ratzel", in *Annales de Géographie*, n.º 32 mars, 1898.
- VINHAS, Moisés, *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*, São Paulo, Hucitec, 1982.
- VITTES, Elliot, "New Wave Federalism and the Dilemma for State Government", in *Alert 5/87*, The Council of State Governments, 1986.
- WARREN, Robert et alii, "A Community Services Budget: Public, Private, and Third-Sector Roles in Urban Services", in *Urban Affairs Quarterly*, Vol. 23, n° 3, 1988.
- WEIGERT, Hans, *Geopolítica. Generales y geógrafos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943.
- WEIGERT, H. W. & STEFANSSON, V. (orgs.), *Compass of the World*; Ed. espanhola: *Política y poder en un mundo más chico*, Buenos Aires, Atlántida, 1948.
- WHITTLESEY, Derwent, *The Earth and the State: A Study in Political Geography*, New York, 1939.
- , *German Strategy of World Conquest*, New York, Farrar & Rinehart, 1942.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.